

À memória de meu pai, João Ventura Duarte,  
cujo exemplo me ensinou a ser tolerante  
e a amar a liberdade.

## RESUMO

Em Portugal, com o golpe militar de 28 de Maio de 1926 teve início uma Ditadura Militar que culminou num novo regime, o “Estado Novo”, também de cariz ditatorial, que se institucionalizou com a aprovação da Constituição de 1933 e que se manteve até 25 de Abril de 1974.

Este regime foi sempre marcado por um acentuado autoritarismo do Estado, que impôs aos portugueses um forte dirigismo político, económico e social, mantido por diversas instituições repressivas e policiais. Desde o seu início, o regime foi combatido por uma oposição proveniente de vários sectores da sociedade portuguesa. Entre estes, contam-se alguns sectores militares, vários núcleos republicanos, as organizações operárias, o Movimento Nacional-Sindicalista, o PCP e outros movimentos democráticos surgidos após a II Grande Guerra Mundial. Todos eles foram duramente reprimidos, quando não eliminados, pelo “Estado Novo”.

Este trabalho debruça-se particularmente sobre a oposição ao regime ditatorial no concelho de Silves no período entre 1926 e 1958. Paralelamente foi feito o estudo da implementação do regime ditatorial a nível local, das suas instituições e apoiantes.

A cidade, que se caracterizava por um forte movimento operário ligado à indústria corticeira e pelo republicanismo “democrático” da sua elite local, destacou-se, desde o primeiro momento, no combate à ditadura. Em Silves, houve opositores de todos os tipos. Neste âmbito foi feita a história desses movimentos, biografados os seus protagonistas e identificadas as suas actividades e influência dentro e fora do concelho. De igual modo se estudou a repressão social, civil e política, a depuração administrativa e, por último, a repressão formal e a violência.

A expulsão da função pública, os despedimentos, as torturas, as prisões e o desterro prolongado fazem parte da memória colectiva da cidade que aqui se pretendeu preservar.

## SUMMARY

In Portugal a military dictatorship began with a “Coup d'Etat” on the 28th May 1926. It culminated in a new regimen, also dictatorial, named as *Estado Novo*. It was institutionalized with the approval of the Constitution of 1933 and prevailed up to the 25th April 1974.

This regimen was marked by a strong authoritarianism of the State that imposed to the Portuguese people a strong political and social surveillance and a rough economic line, maintained by various repressive institutions and by a political police. Since its beginning, the regimen was fought by an opposition proceeding from several sectors of the Portuguese society. Among these, there were military and republican forces, labour organizations, the fascist movement *Movimento Nacional Sindicalista*, the Portuguese Communist Party (PCP) and other democratic movements grown as the result of the II Great World War. All of them were persecuted, or even eliminated, by the *Estado Novo*.

This study analyses particularly the opposition to the dictatorial regimen in Silves council, in the period between 1926 and 1958, and includes the study of the local settlement of the dictatorial regimen and its institutions and supporters. Silves, characterized by a strong working-class movement due to the cork industry and by a democratic republicanism of its local elite, had an outstanding activity in the struggle against the dictatorship, since the first moment. Silves had all sorts of opponents to the dictatorship. The aim was to observe the History of the local movements and every moments of the opposition, as well to identify their activities and influence inside and outside of the council. The biographies of the protagonists were also built up.

The thesis also studies the social, civilian and political repression, the clearance of administrative bodies and, finally, the formalized or symbolic violence. The expulsion from the public services, the loss of employment, tortures, arrests and deportation belong to the memory of this city that this work aimed to recover.

**Palavras-chave:**

Memória histórica, ditadura, repressão, oposição, indústria corticeira, Silves

**Key words:**

Historic Memory, dictatorship, repression, opposition, cork industry, Silves

## NOTA PRÉVIA

A realização deste trabalho não teria sido possível sem o apoio e incentivo de muitas pessoas, pelo que quero aqui expressar os meus agradecimentos pelo seu precioso contributo, que nunca serão demais em comparação com a dívida que para com eles contraí.

Em primeiro lugar, quero destacar a ajuda, a manifesta disponibilidade e a competência profissional do Professor Doutor António Ventura, meu orientador que, com capital importância, clarificou, corrigiu e interrogou a minha investigação, abrindo-me sempre novas perspectivas, nunca coarctando a liberdade total que me concedeu.

Seguidamente, os meus maiores agradecimentos são dirigidos a José Rodrigues Vitoriano, postumamente, a Manuel Rodrigues Madeira e a Vitoriano Rosa (meus insubstituíveis entrevistados e leitores) pela colaboração imprescindível, ao Mestre Helder Correia, meu colega de ferramenta e amigo, pela leitura atenta e rigorosa a que submeteu a versão original deste texto e cujas correcções e indicações se tornaram preciosas. À minha amiga Teresa Soares Lopes Agostinho e ao seu marido, Vítor Marques, fiquei também gratamente devedora. Ambos se disponibilizaram, prontamente, nas suas férias: ela para fazer a revisão final desta tese, eliminando muitas gralhas, “as malvadas”, ele para fazer um conjunto de valiosas sugestões informáticas e metodológicas.

Agradeço também a todos os entrevistados, aos familiares dos oposicionistas silvenses e a todos os que, de alguma forma, (e foram muitos) me disponibilizaram informações, contactos, livros e documentos que em muito viabilizaram ou facilitaram esta investigação.

Por último, quero agradecer a toda a minha família – a meu marido, a meus filhos, à minha mãe e a meus sogros – o tempo, o apoio e o estímulo necessários que me deram, quando o fôlego parecia faltar, para levar esta investigação a bom porto.

## ÍNDICE

Abreviaturas e siglas	11
Introdução	14
<b>Parte I: Resistências culturais e políticas nos primeiros Tempos da Ditadura (1926-1934)</b>	
<b>1 - O Espaço e as Circunstâncias: Antecedentes históricos do Concelho de Silves</b>	32
1.1 Caracterização e Evolução política local	32
1.1.1 Os Monárquicos	34
1.1.2 Os Republicanos	41
1.1.3 O Operariado	49
1.2 A Ditadura Militar: o Projecto falhado	71
<b>2 - As Oposições</b>	78
2.1 O Revirralho	78
2.1.1 António Neves Anacleto	89
2.2 A República “mora” em Silves	99
2.2.1. O Jornal <i>Vibração</i>	111
2.2.2 João José Duarte	118
2.3 A Oposição operária: os Corticeiros	130
2.3.1 A Liderança anarquista	130
2.3.1.1 José Correia Pires	146
2.3.1.2 José dos Reis Sequeira	151
2.3.2 A Emergência do PCP e a Federação das Juventudes Comunistas Portuguesas	155
2.3.2.1 Sebastião dos Ramos Viola Júnior	169
2.3.3 “Nunca mais iremos para a rua com lenços na algibeira”: o 18 de Janeiro de 1934	176
2.3.3.1 António Estrela	183
2.4 A Oposição à direita	189
2.4.1 Os Monárquicos e o Movimento Nacional-Sindicalista	189
2.4.1.1 José Domingos Garcia Domingues	194
<b>Parte II: Estratégias e Evolução da Oposição silvense na Consolidação do Regime Salazarista (1935-1949)</b>	
<b>1 - Movimentos e Momentos da Oposição em Silves</b>	202
1.1 O Jornal <i>A Rajada</i>	202
1.1.1 José Gonçalves Vítor	207
1.2 A efémera Esperança da Guerra	210
1.2.1 Os Tempos da Guerra Civil de Espanha e a Organização comunista no final dos anos 30	210
1.2.1.1 Estanislau do Carmo Ramos	245
1.3 A Reorganização do PCP: as novas formas de luta	248
1.3.1 João Sequeira dos Santos	272
1.4 A II Grande Guerra Mundial	278
1.4.1 O MUD	278
1.4.1.1 Mateus da Silva Gregório	297

1.4.2 O Arrebatamento da Juventude silvense: o MUD – Juvenil	305
1.4.2.1 Manuel Rodrigues Madeira	328
1.5 O Movimento sindical	337
1.5.1 O Assalto aos Sindicatos Nacionais: “Furar” é a Palavra de Ordem	343
1.5.2 José Rodrigues Vitoriano	364
1.6 O Acto Eleitoral de 1949: Norton de Matos ou a República como Esperança	386
1.6.1 Manuel Joaquim Ramos	402
1.6.2 José Ventura Duarte	407
<b>Parte III: A Oposição silvense na longa Travessia dos Anos 50 (1950-1958)</b>	
<b>1 - A Trasladação dos Restos mortais de Teixeira Gomes: a Oposição na Rua</b>	417
<b>2 - O PCP local e os difíceis Anos 50</b>	428
2.1 João dos Reis Negrão	449
2.2 Sidónio Nunes Pacheco	452
2.3 O MUD Juvenil renovado: os Movimentos pela Paz	455
2.3.1 Joaquim do Nascimento Ventura	464
2.3.2 Américo da Silva Pessanha	469
<b>3 - 1958: o Ano da Tormenta e da Esperança</b>	471
3.1 David Rodrigues Neto	485
<b>4 - Outras Personalidades e Aspectos significativos da Oposição silvense ao “Estado Novo”</b>	500
4.1 Mulheres silvenses na Oposição	500
4.1.1 Diamantina Jesus Vicente, a clandestina	508
4.1.2 A Repressão no Ensino	511
4.1.2.1 O Caso de Regina Ventura Duarte	513
4.2 Oposicionistas silvenses noutras paragens	520
4.2.1 Julião Quintinha	523
4.2.2 Na “outra banda”, a Margem Sul do Tejo	540
4.2.2.1 Aquilino das Dores Mourinho	554
4.2.3 Emigrados silvenses no Brasil – o “Portugal Democrático”	559
4.2.3.1 Manuel Lourenço Neto	565
<b>5 - “A longa Noite”: Episódios prisionais</b>	575
<b>Conclusão</b>	597
<b>Fontes e bibliografia</b>	608
<b>Apêndice Documental</b>	648
Apêndices	649
Anexos	677

## Abreviaturas e siglas

AC – Associação de Classe  
ACOC – Arquivo da Cooperativa Operária «A Compensadora»  
AECL – Associação Europeia de Comércio Livre  
AEDPHCS – Associação de Estudos e Defesa do Património Histórico-Cultural de Silves  
AFMS – Arquivo Fundação Mário Soares  
AGE – Arquivo Geral do Exército  
AHFI – Arquivo Histórico Fábrica do Inglês  
AHM/FONS – Arquivo Histórico-Militar/Forças em Operação a Norte e a Sul  
AIT – Associação Internacional dos Trabalhadores  
AMI – Arquivo do Ministério do Interior  
AMS – Arquivo Municipal de Silves  
AOS/CO/PC – Arquivo Oliveira Salazar/ Correspondência Oficial/ Presidência do Conselho  
AOS/CP – Arquivo Oliveira Salazar/ Correspondência Particular  
AP – Arquivo Particular  
APR – Arquivo da Presidência da República  
ARS – Aliança Republicana Socialista  
Art. - Artigo  
Bol. – Boletim  
CCE – Comissão Cívica Eleitoral  
CEP - Corpo Expedicionário Português  
CERAR – Centro Escolar Republicano Almirante Reis  
CGD – Caixa Geral dos Depósitos  
CGT – Confederação Geral do Trabalho  
CIS – Comissão Inter-Sindical  
Cit. – Citado(a)  
CM – Câmara Municipal  
CM de Silves – Câmara Municipal de Silves  
CNT – Confederación Nacional del Trabajo  
CP – Comboios de Portugal (Caminhos de Ferro Portugueses)  
CUF – Companhia União Fabril  
cx. – Caixa  
DEOPS – Departamento Estadual de Ordem Política e Social  
Div. - Divisão  
Doc. – Documento  
EFTA- European Free Trade Association  
FAI – Federação Anarquista Ibérica  
FAO – Federação das Associações Operárias  
FAPE – Federação Anarquista dos Portugueses Exilados  
FARP – Federação Anarquista da Região Portuguesa  
FEB – Força Expedicionária Brasileira  
FJCP – Federação das Juventudes Comunistas Portuguesas  
fl.(s) – Folha(s)  
FMP – Federação Maximalista Portuguesa  
FPLN – Frente Patriótica de Libertação Nacional  
FPP – Frente Popular Portuguesa  
GAC – Grupos Anti-Fascistas de Combate



GCA – Grupo dos Comunistas Afastados  
 GNR – Guarda Nacional Republicana  
 IAN-TT – Arquivo Nacional Torre do Tombo  
 IC – Internacional Comunista (*Komintern*)  
 ICS/AHS – Instituto de Ciências Sociais/Arquivo Histórico-Social  
 IJC – Internacional Juvenil Comunista  
 Inf. - Informação  
 INT – Instituto Nacional do Trabalho  
 IST – Instituto Superior Técnico  
 ISV – Internacional Sindical Vermelha (*Profintern*)  
 JC – Juventude (s) Comunista (s)  
 LCAC – Livro Copiador da Administração do Concelho  
 LP – Legião Portuguesa  
 Lv. – Livro  
 MAUD – Movimento Académico de Unidade Democrática  
 mç. – Maço  
 MDP/CDE – Movimento Democrático Português/ Comissão Democrática Eleitoral  
 MFA – Movimento das Forças Armadas  
 MND – Movimento Nacional Democrático  
 MNDF – Movimento Nacional Democrático Feminino  
 MPF – Mocidade Portuguesa Feminina  
 MUD – Movimento de Unidade Democrática  
 MUDJ – Movimento de Unidade Democrática Juvenil  
 MUNAF – Movimento de Unidade Nacional Anti-Fascista  
 Ob. - Obra  
 OCPT – Organização Comunista Prisional do Tarrafal  
 ORA – Organização Revolucionária da Armada  
 P. Ind. - Processo Individual  
 PCE – Partido Comunista Espanhol  
 PCF – Partido Comunista Francês  
 PCI – Partido Comunista de Itália  
 PCP – Partido Comunista Português  
 PCUS – Partido Comunista da União Soviética  
 PEA – Política Europa-América  
 PIDE/DGS – Polícia Internacional de Defesa do Estado/Direcção Geral de Segurança  
 PPD – Partido Popular Democrático  
 PRD – Partido Renovador Democrático  
 Proc.º – Processo  
 PS – Partido Socialista  
 PSP – Polícia de Segurança Pública  
 Pt. - Pasta  
 PV – Posto de Vigilância  
 PVDE – Polícia de Vigilância e Defesa do Estado  
 REAA – Rito Escocês Antigo e Aceite  
 RPL – Rádio Portugal Livre  
 SNI – Secretariado Nacional da Informação  
 SNOCDF – Sindicato Nacional dos Operários Corticeiros do Distrito de Faro  
 ss. - seguintes  
 SVI – Socorro Vermelho Internacional  
 TCS – Tribunal Criminal de Silves  
 TME – Tribunal Militar Especial

TSF - Telegrafia Sem Fios  
ULR – União Liberal Republicana  
UN – União Nacional  
UNESP- Universidade Estadual Paulista  
URAP – União dos Resistentes Antifascistas Portugueses  
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas  
v. - verso  
VRSA – Vila Real de St.º António

## **Introdução**

### **As minhas motivações**

Toda a investigação tem um princípio. A amálgama a que fui chamando “o meu trabalho” e que deu origem a esta tese também tem a sua história. No decurso da investigação sobre o objectivo inicialmente proposto, o de estudar a oposição à Ditadura Militar e ao “Estado Novo” no Algarve, concluí que subestimei a quantidade e a qualidade da actividade dos opositores algarvios à ditadura. De acordo com o Professor Doutor António Ventura, delimito o estudo desta temática ao concelho de Silves, escolha essa amplamente justificada pela pujança e particularidades da oposição desta cidade nos tempos ditatoriais. São do concelho de Silves muitos dos homens que se destacaram na oposição e na resistência ao Salazarismo, a nível local, regional e nacional. Silves teve todo o tipo de oposição, da esquerda à direita.

Ao mesmo tempo, a escolha do tema «Oposição à Ditadura Militar e ao “Estado Novo” no Algarve (1926-1958): o Caso do Concelho de Silves» veio ao encontro de vários objectivos que há muito ambicionava concretizar.

Em primeiro lugar, a necessidade de actualização científica no que respeita à História Contemporânea de Portugal e, sobretudo, a relação desta com a História Regional e, especificamente, com a História Local de Silves. Estando os estudos sobre as temáticas locais numa fase de investigação mais aprofundada, originada por um interesse generalizado das populações e dos poderes públicos em conhecer o seu passado recente, considerei pertinente estudar os homens do concelho de Silves que, de algum modo, se opuseram e resistiram à Ditadura Militar e ao “Estado Novo”.

Silves foi, sem dúvida alguma, o exemplo mais emblemático dos concelhos algarvios no que se refere à oposição ao “Estado Novo”. Assim, este estudo pretende contribuir para o conhecimento da oposição no Algarve e no país, pelas suas múltiplas ligações e contactos com os restantes centros oposicionistas algarvios e nacionais. A oportunidade da escolha deste tema encontrou também justificação na limitada produção historiográfica nacional sobre os tempos da ditadura em Portugal. Por isso, creio poder

contribuir, uma vez que se trata de um estudo inédito, para a construção de uma História nacional da oposição à Ditadura Militar e ao “Estado Novo”.

Outra razão prendeu-se com o exercício das minhas funções docentes. A minha prática pedagógica diz-me que a História Local, espelho de realidades ainda nossas contemporâneas e um microcosmos da História política, económica e social do país, se apresenta como um estímulo para os alunos, que se empenham mais no trabalho de temáticas que lhes são mais próximas, mais familiares, isto é, mais suas.

Também é verdade que este estudo reflecte uma motivação pessoal incontornável. Silves é a terra onde passei a infância, a juventude e os tempos conturbados após a Revolução de Abril, que deixaram uma marca indelével na minha memória. Conheci muitos dos protagonistas desta tese, entretanto falecidos. Além disso, o percurso político da minha família paterna encontrava-se ligado à história da resistência desta cidade.

Revisitar Silves nos tempos do salazarismo tornou-se uma obsessão que era inútil contrariar. “Joguei mão” a tudo o que me pudesse revelar a cidade e os seus homens nos tempos da ditadura, regime que está nos antípodas das minhas afinidades políticas. Consciente dos riscos e da carga ideológica que esta opção acarretava, encetei a viagem e não me arrependi.

Ao longo deste trabalho, cresceu em mim a noção de que a sua concretização constituía uma oportunidade, talvez única, de reunir, de preservar e estudar a memória de quem viveu ou conviveu em Silves, na época estudada.

### **Finalidade do trabalho**

Este trabalho tem como finalidade preservar, na memória colectiva de Silves, uma imagem do seu passado recente e dos seus protagonistas, de forma a proporcionar aos silvenses um maior conhecimento e identificação com o seu espaço histórico, dando-lhes a conhecer o contributo da cidade e do seu concelho na luta pela Liberdade nos tempos ditatoriais.

## **Objectivos gerais**

Constituiu objecto de estudo e de análise a evolução política do concelho de Silves e, de certo modo, do Algarve, desde 1926, sendo identificados os protagonistas, as resistências e as reacções na sociedade algarvia nos anos controversos que se seguiram ao golpe militar de 28 de Maio e a todo o processo que conduziu à instituição e afirmação do “Estado Novo” nesta província até ao fim da década de 50.

Foram meus objectivos: contribuir para o esclarecimento e promoção da investigação histórica no Algarve, inserindo-a na linha historiográfica actual da História Contemporânea nacional; analisar e reflectir sobre o impacto da oposição ao “Estado Novo” na região e avaliar a intervenção dos silveses no movimento oposicionista nacional, caracterizando a oposição no concelho de Silves e sua influência no Algarve.

Deste modo, o objectivo global desta investigação é uma interpretação, do ponto de vista da história política, sobre as relações estabelecidas pelos vários tipos de oposição contra o regime ditatorial e anti-liberal salazarista numa cidade caracterizada por uma significativa prática de resistência da sua população à ditadura.

Assim, este estudo trata de uma relação de forças políticas, da relação entre as estruturas do poder e a estrutura social global (e sua subordinação). Os oposicionistas que intervieram, de um modo ou de outro, nessa relação constituem o *leitmotiv* deste trabalho. Fica desde já patente que este é um estudo político, que integra vários contributos para explicar a História no seu sentido político mais íntegro<sup>1</sup>.

## **Objectivos específicos**

Após o 28 de Maio desencadeou-se o processo que conduziu ao fim do sistema democrático e à implantação de regime ditatorial salazarista, suscitando reacções diversas nas elites nacionais, regionais e locais. Foi objecto de particular análise, a acção dos militares e das entidades municipais e distritais, que lideraram a condução deste processo.

---

<sup>1</sup> Cf. Pedro Carsa Soto, «La recuperacion de la Historia Política y la Prosopografía», in Francisco Acosta et. al., *Elites: prosopografía contemporánea*, Pedro Carsa Soto (editor), Secretariado de Publicaciones, Universidad de Valladolid, Valladolid, 1994, p. 42.

Os vários momentos eleitorais e o seu aproveitamento pela oposição silvense e algarvia foram também contemplados.

Neste estudo, a História do Partido Comunista Português em Silves e o desenvolvimento das suas ligações nacionais e no Algarve têm lugar relevante. Os anarquistas, os oposicionistas republicanos e os reviralhistas, bem como as suas organizações locais e regionais e imprensa, constituem parte integrante desta tese. Além destes, a oposição monárquica e nacional-sindicalista foi também observada.

Outros oposicionistas poderão ter escapado a este estudo, que pretendeu ser exaustivo, mas, se os houve, não encontrei registo da sua acção.

### **Cronologia**

O espaço temporal deste estudo vai desde os alvores da Ditadura Militar (1926) até às eleições presidenciais de 1958. Vejamos as razões desta opção.

Os marcos cronológicos divisores das partes que constituem este trabalho prendem-se com a evolução histórica portuguesa. A primeira parte abrange os anos de 1926 a 1934. O estudo dos anos anteriores a 1926, apesar de complementar, foi imprescindível para o conhecimento social e político da população silvense e para a compreensão da génese e dos vários tipos de oposição surgidos na cidade no período ditatorial. A intervenção crescente do Estado, a partir de 1926, na sociedade portuguesa e nomeadamente na indústria, com a orientação obrigatória do regime corporativo que a condicionou nas suas ínfimas expressões, resultou na greve geral de 18 de Janeiro de 1934, que constituiu um marco incontornável na história da cidade.

A segunda parte incide sobre o período pós 18 de Janeiro, abrangendo o percurso da oposição silvense nos tempos da Guerra Civil de Espanha, da II Grande Guerra Mundial, o MUNAF, os movimentos democráticos do pós-guerra (MUD e MUD Juvenil), bem como a reorganização local e regional do PCP e o seu desmantelamento em 1948, até ao epílogo das eleições presidenciais de 1949, que constituíram o último fôlego da oposição unitária do pós-guerra.

A terceira parte abrange o estudo do percurso oposicionista ao longo da década de 50 até às eleições presidenciais de 1958, revelando o declínio da oposição que caracterizara

a cidade na década anterior, apesar da intensidade com que se manifestou no apoio a Humberto Delgado. Foi contemplada a evolução do MUD Juvenil e do PCP e a influência do Movimento Nacional Democrático.

## **Metodologia**

Convém, antes de mais, explicitar a razão da minha escolha do conceito «oposição» como objecto de estudo.

Durante o período estudado – de 1926 a 1958 – o comportamento das várias forças anti-regime variou quer na sua composição e coesão, quer nas suas estratégias de actuação. Raby apontou a distinção entre «resistência» e «oposição», implicando à primeira uma componente activa, empenhada e militante e à segunda, uma actividade reduzida e muitas vezes tolerada<sup>2</sup>.

No entanto, não é menos verdade que qualquer acto de resistência integra o conceito de oposição<sup>3</sup>, bem como a oposição, até a mais insignificante, é um modo de resistência.

Considereei que, nessa perspectiva, o termo «oposição» seria o mais adequado pela amplitude do seu significado aglutinador das várias “resistências” à ditadura<sup>4</sup>. Daí que o termo «oposição», tenha sido o escolhido pelo seu sentido mais lato, integrando a interacção dos diferentes níveis e tipos de oposição e resistência.

Assim, pretendi reflectir simultaneamente sobre a oposição ao regime como um movimento global que integrava um objectivo comum: o fim da ditadura salazarista, e sobre “as oposições”, enquanto movimento diversificado com componentes políticas e ideologicamente identificáveis.

---

<sup>2</sup> Cf. Dawn Linda Raby, *A Resistência antifascista em Portugal Comunistas, democratas e militares em oposição a Salazar, 1941-1974*, Edições Salamandra, p. 15.

<sup>3</sup> Cf. *Dicionário da Academia das Ciências*, Academia das Ciências de Lisboa, Editorial Verbo, 2001, Vol. II, pp. 2675 e 3218.

<sup>4</sup> Cf. António Ventura, «A oposição ao Estado Novo», Parte II, «Resistências ao regime ditatorial» in João Medina (dir.), *História de Portugal dos Tempos Pré-Históricos aos Nossos Dias*, Vol. XIII, Alfragide, Ediclube, s. d. [1993], pp. 146-205.

É, pois, um estudo monográfico e político, local e regional, no qual só extravasei para a análise política numa perspectiva nacional quando me pareceu relevante e indispensável para um melhor enquadramento e compreensão das situações.

Metodologicamente, não parti de um modelo global previamente construído que a investigação aqui apresentada procurasse demonstrar. Parti de dados, ideias e hipóteses e procurei proceder à análise deste processo histórico no seu contexto particular, com todas as implicações inerentes nos planos político, económico, social e cultural. Tentei, simultaneamente, olhar de cima, ver e tentar perceber o lado do regime e do Estado ditatorial, e olhar de baixo, do lado dos oposicionistas, dos operários, dos clandestinos e dos presos políticos. Se por um lado, procurei reconstituir o passado, apesar de todas as limitações, por outro lado, com os elementos disponíveis, tentei concentrar-me na compreensão dos factos. Desta dinâmica e das sedimentações que daqui foram resultando, foi-se edificando o trabalho.

Deste modo, a temática abordada, bem como a sua relação com a História Contemporânea nacional, teve implicações no que concerne aos métodos. Na pesquisa foi feita a selecção da bibliografia geral e específica, cujo entretencimento se agradece na bibliografia final deste trabalho, a consulta de bibliotecas e arquivos, públicos e privados, assim como uma pesquisa exaustiva na imprensa local, regional e nacional (legal e clandestina).

O conhecimento da oposição à ditadura em Silves incluía, com relevância, a investigação sobre a organização do PCP na cidade, nomeadamente a identificação dos muitos militantes anónimos. Se bem que os estudos do comunismo e dos movimentos de oposição à ditadura, estando intrinsecamente ligados, têm conhecido, nos últimos anos, alguns progressos, no Algarve está praticamente tudo por fazer. As bibliotecas públicas não possuem a imprensa da época, legal e clandestina, a maioria dos documentos não se encontra acessível ou permanece ignorada, não existem estudos de conjunto, nem bibliografias, nem corpos documentais. Outros arquivos, como o do PCP, não estão abertos ou são de difícil acesso aos investigadores.

A consulta dos arquivos da extinta PIDE/DGS, do Ministério do Interior e do Tribunal da Boa-Hora, de Oliveira Salazar, na Torre do Tombo, dos Arquivos do MUD e MUD Juvenil na Fundação Mário Soares, do Arquivo Histórico-Militar, do Arquivo



Histórico-Parlamentar e do Arquivo Distrital de Faro revelaram-se fundamentais para orientação e aferição dos dados obtidos através das memórias escritas e orais. As consultas e pesquisa no Arquivo Municipal de Silves, no Arquivo da cooperativa operária «A Compensadora», no Arquivo da Sociedade Filarmónica Silvense e no que resta da Biblioteca Popular e das bibliotecas do Silves Futebol Clube e de «A Compensadora» foram também preciosas.

Nesta investigação, vários arquivos particulares foram considerados. Destes, a maior relevância teve o de José Rodrigues Vitoriano, pela documentação inédita e pela abundância bibliográfica sobre a temática, que, sem reservas, me disponibilizou. Os arquivos de António Estrela e de José António Correia Viola foram particularmente importantes, não só pela quantidade e qualidade de documentos inéditos, mas por incidirem particularmente sobre a realidade silvense em causa.

Os métodos biográfico («nova biografia»)<sup>5</sup> e prosopográfico<sup>6</sup> foram essenciais na reconstituição de um conjunto de biografias, isto é, na produção desta biografia colectiva dos opositores silvenses à Ditadura Militar e ao “Estado Novo”. Pretendi, a partir das personalidades, definir os vários tipos de oposicionistas, fazendo sobressair os seus traços comuns e as suas diferenças. A distribuição das biografias no corpo da tese obedeceu ao critério da relevância das suas actividades políticas na sequência cronológica estudada. Além das biografias centrais, este trabalho inclui uma série de contributos biográficos, recolhidos nas diversas entrevistas e múltiplas fontes, de outros silvenses e de destacados oposicionistas algarvios e nacionais que, de alguma forma, tiveram relevância para a oposição silvense<sup>7</sup>.

As dificuldades inerentes ao estudo da História Contemporânea e da História Local foram acrescidas pela essência do tema, a oposição ao regime ditatorial vigente entre 1926 e 1974. As referências existentes sobre esta temática eram poucas, imprecisas e incompletas. Os documentos oficiais do regime, das autoridades locais e regionais, das forças repressivas e policiais e da imprensa censurada continham uma informação filtrada,

---

<sup>5</sup> Cf. Luís Reis Torgal; José Mendes; Fernando Catroga, *História da História em Portugal, séculos XIX-XX, Da Historiografia à Memória Histórica*, Temas & Debates, 1998, pp. 70 – 72.

<sup>6</sup> Cf. Francisco Acosta et. al., *Elites: prosopografía contemporánea*, Pedro Carsa Soto (editor), Secretariado de Publicaciones, Universidad de Valladolid, Valladolid, 1994.

<sup>7</sup> Vide Apêndice VII – «Contributos biográficos».

cerceada e pecadora por defeito, mas que se tornou numa mais-valia na pesquisa. Se é verdade que esta informação filtrada, em muitos casos, não ia além de comunicados oficiais, lacónicos e imprecisos, também é certo que, por vezes, continha documentos com informações da maior relevância. Por outro lado, a imprensa ilegal revelou as limitações inversas, ampliando aquilo que fora ignorado ou apenas aflorado na imprensa oficial. Deste modo, a documentação produzida, quer pelas entidades estatais, quer pelo colectivo oposicionista de forma alargada, foi alvo de especial atenção, assim como a relação entre as instâncias emissoras dos documentos e as condições específicas de produção dos mesmos.

A dificuldade continuava a residir não só na insuficiência de fontes escritas, mas na pouca relevância da sua informação sobre alguns dos aspectos estudados. Faltava algo que me permitisse definir e caracterizar as personalidades de maior importância para a oposição em Silves, bem como o ambiente social e político da cidade, de modo a conseguir sentir o verdadeiro pulsar da sociedade silvese e das suas instituições nos tempos ditatoriais. O testemunho dos silveses tornava-se indispensável para a orientação da análise histórica, especialmente nas situações de maior carência de fontes.

O principal problema residiu no carácter clandestino das organizações que animaram a luta contra o “Estado Novo”, com destaque para o PCP. A sua acção decorreu em circunstâncias tais, que muito dificultaram a reconstituição do passado. “A clandestinidade e os cuidados conspirativos impunham a inexistência de documentos ou a sua destruição, pelo que muitos eventos só podem ser recriados e explicados com o contributo dos seus protagonistas”<sup>8</sup>.

O trabalho de campo na comunidade dos corticeiros constituiu uma entre outras opções metodológicas, tendo sido uma ferramenta valiosa na busca da informação.

A adequação dos métodos ao objecto de estudo levou a uma conjugação de metodologias<sup>9</sup>, nomeadamente a recolha de relatos, de testemunhos orais, de depoimentos escritos, de narrações de vida e entrevistas<sup>10</sup>.

---

<sup>8</sup> Cf. António Ventura, «As greves de 1943: breve enquadramento sócio-económico» in *60º aniversário da Greve de 1943 no Barreiro. Comunicações*, Câmara Municipal do Barreiro, 2005, p. 33.

<sup>9</sup> Sobre os vários métodos e seu tratamento, vide João Soares Carvalho, *A metodologia nas Humanidades: Subsídios para o trabalho científico*, Editorial Inquérito, Mem Martins, 1994.

<sup>10</sup> Vide Apêndice VIII – «Quadro sinóptico de entrevistas e de outros contributos».

O uso da história oral enriqueceu o processo de pesquisa. Esta metodologia permitiu-me conhecer e aprofundar conhecimentos sobre os padrões culturais e políticos, as estruturas sociais e processos históricos em Silves, obtidos através de conversas com os entrevistados, que, ao focalizarem as suas lembranças pessoais, construíram, eles próprios, uma visão mais concreta da dinâmica do funcionamento e das várias etapas da trajectória do seu colectivo, ponderando sobre os factos, pela importância que tiveram nas suas vidas. Os riscos inerentes ao uso da memória e da oralidade como fontes históricas foram ponderados. Mas o resultado alcançado na utilização desta metodologia justificou plenamente a sua escolha. “Mesmo com os riscos que um depoimento pessoal contém – uns exageram o seu protagonismo, outros apagam-se deliberadamente – , este não pode ser ignorado porque é, em muitos casos, único”<sup>11</sup>.

O risco tornou-se ele próprio uma mais valia para a investigação. Talvez porque “ainda que o domínio de campos teóricos seja imprescindível para o estabelecimento de hipóteses inovadoras de pesquisa, o momento mais criativo da prática histórica é quando ela transforma os materiais sociais e naturais em fontes a serem trabalhadas na pesquisa”<sup>12</sup>.

Este trabalho inscreve-se, despretensiosamente, no processo de renovação das Ciências Sociais para as quais a aproximação da Antropologia, da Sociologia, da Etnologia à História trouxe benefícios evidentes. Neste âmbito particular, o dos estudos sobre a oposição, resistência e movimentos sociais, a participação das referidas disciplinas “permitiu avaliar a relação entre as condutas humanas e as representações mentais ou sistemas de valores a que se referem, facilitou a compreensão da situação objectiva dos actores sociais e da imagem que orientava as atitudes e comportamentos no espaço e no tempo”<sup>13</sup>.

Na verdade, conhecer a vida dos silvesenses no tempo da ditadura, descobrir e perceber a surdina das suas formas de oposição e de resistência quotidiana e de tudo o que lhes foi inerente, exigiu uma “promiscuidade” metodológica de várias áreas do saber que

---

<sup>11</sup> Cf. António Ventura, «As greves de 1943: breve enquadramento sócio-económico» in *Ob. Cit.*, p. 33.

<sup>12</sup> Cf. Edgar Salvadori de Decca, «Fazendo história» in *Anais do Encontro de História do Esporte, Lazer e Educação Física*, Maceió, 1997, p. 4.

<sup>13</sup> Cf. Paula Godinho, *Memórias da Resistência Rural no Sul, Couço (1958-1962)*, Celta Editora, Oeiras, 2001, «Prefácio», p. 10.

resultasse numa perspectiva global, e ao mesmo tempo particular, da História e do povo da cidade.

A abordagem desta investigação, que bebeu significativamente da memória de muitos protagonistas, obrigou-me, desde o primeiro momento, a um sério esforço em nome da objectividade científica, a fim de dar todo o sentido aos silêncios e aos hiatos inerentes ao processo de construção histórica.

Na recolha dos dados orais realizada através das conversas com os narradores (entrevistados), não utilizei uma uniformidade metodológica. A mais valia que os entrevistados trouxeram a este trabalho é indizível. Nalguns casos não se traduziu na importância nem na extensão dos depoimentos, mas numa citação ou descrição de um episódio da vida quotidiana que, apesar de inocentemente corriqueiro, iluminava a problemática em questão ou revelava a verdadeira dimensão social dos factos. Esta recolha permitiu fazer escapar ao silêncio a cultura e a memória de um grupo subalternizado, “detentores de um escasso capital simbólico e idêntico capital material”<sup>14</sup> – os corticeiros silvenses.

Através de entrevistas com pessoas que vivenciaram os factos ocorridos, estabeleci uma metodologia bem estruturada para a produção de dados a partir dos relatos orais. A subjectividade neles existente revelou-me que, muitas vezes, mais do que mostrar o que tinham feito, os entrevistados mostravam o que acreditavam ter feito.

Todos os entrevistados revelaram grande disponibilidade. Na maior parte dos casos, as entrevistas superaram as minhas expectativas. Consegui estabelecer uma verdadeira parceria entre mim e os entrevistados, possibilitando a ambas as partes construir uma relação de adesão ao processo de compreensão, com múltiplas questões, dúvidas e críticas em benefício da reconstituição do objecto da pesquisa. Criei com todos os entrevistados as condições para uma relação de confiança natural e de respeito mútuo. A todos ouvi e interroguei. As conversas foram crescendo, bem como a concordância, nalguns aspectos, e a argumentação e a contraposição, noutros.

A relação deu frutos, muitos deles não esperados. Neste âmbito sou muitíssimo devedora a José Rodrigues Vitoriano, a Manuel Rodrigues Madeira, a Vitoriano Rosa, a

---

<sup>14</sup> Cf. Paula Godinho, *Memórias da Resistência Rural no Sul, Couço (1958-1962)*, Celta Editora, Oeiras, 2001, «Prefácio», p. 24.

Joaquim do Nascimento Ventura e a João dos Reis Negrão. A riqueza inesgotável dos seus depoimentos, não só como fonte de grande valor informativo, mas, sobretudo, como instrumento de uma compreensão mais ampla e globalizante do significado da acção dos silvenses nos tempos da ditadura, constituiu para mim um precioso estímulo. Estes entrevistados, além do insubstituível conhecimento que me transmitiram sobre a sua realidade e sobre a cidade de Silves, eles próprios se prestaram, em meu auxílio, a transformarem-se em investigadores. À sua excelente colaboração se devem inúmeros pormenores e factos da vida quotidiana dos silvenses e dos algarvios no tempo da ditadura, nomeadamente sobre o trabalho, a indústria, as instituições do regime, as associações recreativas e desportivas, os oposicionistas, o PCP e as lutas corticeiras. As informações que me transmitiram encontram-se presentes também na “intertextualidade” narrativa do trabalho.

No texto, as citações dos entrevistados correspondem *ipsis verbis* às suas declarações. As citações e as transcrições, quando longas, foram graficamente discriminadas no corpo do texto.

Além das narrações de vida e das entrevistas realizadas, foi posta em prática a discussão de grupo, onde foram debatidos e comparados depoimentos, visões partilhadas e subjectividades, todas elas contributivas para a edificação da História da cidade de Silves nos tempos do “Estado Novo”. Isso tornou o trabalho mais concreto e próximo, facilitando a apreensão do passado, a compreensão e a visão das experiências vividas por outros.

As fontes orais foram igualmente utilizadas para cruzar e complementar as informações arquivísticas e bibliográficas, revelando-se de grande importância. A investigação aqui realizada usou as fontes orais como qualquer outro método histórico útil à compreensão do passado e ao estudo das suas mudanças. A informação oral forneceu aspectos parciais e subjectivos da realidade passada, que me proporcionaram material suficiente para o trabalho de análise e interpretação dessa mesma realidade. Como historiadora, quis reunir todas as peças do puzzle e recriar o quadro completo, com distanciamento e possibilidade de consultar múltiplas fontes, cruzá-las, de comparar e aferir testemunhos.

O resultado da interacção com os entrevistados era, no entanto, insuficiente para a plena construção da História Local e para a sua inter-relação com a História

Contemporânea nacional, o que requereu o recurso a um conjunto de outros procedimentos científicos, passíveis de traduzir os graus dessa mesma inter-relação.

Assim, as entrevistas realizadas foram tomadas como fontes para a compreensão do passado, ao lado de documentos escritos, imagens e outros tipos de registo, que incluem um conjunto de documentos de tipo biográfico, memórias e autobiografias, que me permitiram compreender como os indivíduos experimentaram e interpretaram acontecimentos, situações e modos de vida. Neste caso foram da maior importância o contributo das memórias escritas por homens do concelho de Silves: *A Longa Luta. Preso, Algemado e Deportado*, de Neves Anacleto; *Relembrando e Comentando (Memórias de um operário corticeiro) 1914/1938*, de José dos Reis Sequeira; *Memórias de um Prisioneiro do Tarrafal*, de José Correia Pires, e *Caderno dum Resistente*, de João D' Alvor, (Pseudónimo de Mateus da Silva Gregório).

Os depoimentos pessoais, escritos ou orais, onde “há uma relativa impossibilidade de se reencontrar o passado de forma absoluta e de não o deformar voluntária ou involuntariamente”<sup>15</sup> forneceram-me informações, comentários e opiniões de grande utilidade, constituindo uma fonte valiosa, rica em detalhes, indispensável para o estudo aqui apresentado.

O trabalho sobre o material recolhido mostra que as fontes orais e os documentos escritos têm os mesmos problemas e que, ambos exigem um minucioso trabalho de interpretação, ou seja, um conjunto de procedimentos que vise uma análise e um confronto de fontes sujeitos ao mesmo trabalho crítico <sup>16</sup>, ou seja, não podem prescindir de uma crítica epistemológica.

As orientações metodológicas da «nova história local»<sup>17</sup>, apesar de exíguas, também foram consideradas<sup>18</sup>. De acordo com a necessidade de compreensão do património local, palco dos acontecimentos estudados, foi feita a inventariação e a localização topográfica do património industrial corticeiro silvense, e a História das instituições públicas, dos organismos patronais e operários, das associações recreativas,

---

<sup>15</sup> Cf. António Ventura, «As greves de 1943: breve enquadramento sócio-económico» in *Ob. Cit.*, p. 34.

<sup>16</sup> Cf. Michael Hall, *História Oral: os riscos da inocência. O Direito à Memória*, Secretaria Municipal de Cultura, São Paulo, 1992, p. 157.

<sup>17</sup> Cf. Luís Reis Torgal; José Mendes; Fernando Catroga, *Ob. Cit.*, pp. 75 – 76.

<sup>18</sup> Cf. *Primeiras Jornadas de História local e regional*, (Álvaro Matos e Raul Rasga, coord.) Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Edições Colibri, 2004.

desportivas, culturais e cooperativas da época, que forneceram suporte directo e indirecto à investigação e permitiram preencher algumas lacunas das fontes e, consequentemente, da narrativa. Esta foi “vista como meio privilegiado para uma história que não mais se detém na análise de dados económicos ou no mero desfile das relações sociais de trabalho destinado a comprovar um modelo de modo de produção. Contudo, a volta da narrativa não significa, absolutamente, que a História deva renunciar aos procedimentos de generalização próprios da ciência”<sup>19</sup>.

Deste modo, do ponto de vista metodológico, mobilizei um conjunto de técnicas que atendessem à especificidade do objecto de estudo, sem recusas sectárias dos benefícios dos vários campos disciplinares.

O “Apêndice documental” desta dissertação foi criteriosamente construído e seleccionado, de modo a incluir fontes diversificadas, algumas inéditas, e exemplarmente elucidativas da vida política e cultural de então.

Este estudo, baseado na biografia, na prosopografia, na história local e na história oral propôs-se extravasar o seu âmbito eminentemente político e elaborar um vasto fresco social onde os silveses – pequenos e grandes – se moveram, caracterizando uma cidade numa época e servindo, de algum modo, de paradigma das restantes cidades algarvias.

### **Organização do Trabalho**

O trabalho encontra-se dividido em três partes, subdivididas em capítulos.

Na primeira parte, propus-me estudar a sociedade silvese no início do séc. XX, através das suas mais notáveis representações político-sociais (os monárquicos, os republicanos e o operariado). O conhecimento do tempo anterior a 1926, apesar de complementar, foi imprescindível e indispensável para um melhor enquadramento e compreensão do tema central da tese.

Estudei a evolução política da cidade de Silves desde 1926, pretendendo identificar as reacções, os protagonismos e as resistências na sociedade e nas suas elites políticas nos

---

<sup>19</sup> Cf. Hélio Rebello Cardoso Júnior, «A narrativa histórica como questão filosófica», in *Revista de História*, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, n. 2/3, Campinas, 1991, p. 11.

anos controversos que se seguiram ao golpe militar de 28 de Maio, à Ditadura Militar e ao processo que conduziu à implantação do regime ditatorial salazarista.

Deste modo, procurei analisar a lenta construção do “Estado Novo” nas instituições silvenses e, em particular, a implementação do sistema corporativo na indústria corticeira, revelando simultaneamente o papel colaborante ou resistente dos vários elementos que se destacaram na sociedade silvense. Abordei os diferentes tipos de oposição, numa ordem cronológica e transversal, tentando perspectivar sequentemente a actuação e a intervenção das várias “oposições” que se fizeram sentir em Silves nos primeiros tempos da ditadura: a oposição reviralista, a oposição republicana e a oposição operária.

Na oposição reviralista, Neves Anacleto foi objecto de particular estudo biográfico. A génese e evolução política da oposição na cidade foram também contempladas, sendo identificadas as reacções da corrente republicana local ao golpe militar de 28 de Maio, ao fim do sistema democrático e à construção do regime ditatorial salazarista, que gradualmente foi eliminando as vozes contrárias. Foram também aqui analisados os mecanismos de coacção e repressão utilizados pelas novas autoridades para esse fim, pelo que constituiu objecto de particular análise o caso do jornal *Vibração* e do seu Director, João José Duarte, pelo relevo da sua acção na oposição e resistência ao processo que conduziu ao Salazarismo em Silves.

O estudo profundo do movimento operário em Silves constituía uma grave lacuna na historiografia contemporânea portuguesa, que merecia ser colmatada devido à pujança e particularidades deste movimento nesta cidade. Por isso, pretendi seguir o percurso e a evolução do movimento operário silvense, analisá-lo e caracterizar a mutação das suas organizações com o advento da Ditadura Militar e no “Estado Novo”. Estudei a sua posição e oposição relativas à implementação do corporativismo na indústria e as suas acções, sobretudo as relativas à questão social. Analisei os aspectos do movimento operário que mais marcaram a indústria e os que se opuseram à ditadura e ao corporativismo, apresentando simultaneamente os mecanismos de defesa, de pressão e negociação desta classe laboriosa, socialmente tão desvalida, bem como as suas organizações legais e ilegais.

No âmbito da oposição operária anarquista destaquei as vidas e acção de José Correia Pires e de José dos Reis Sequeira. Na emergência do PCP e na influência que teve



no operariado silvense teve destaque especial a figura de Sebastião dos Ramos Viola Júnior.

Pretendi, também, dar um contributo para o conhecimento do 18 de Janeiro em Silves, objectivo assaz ambicioso porque, depois das disputas ideológicas que subordinaram o seu estudo, o assunto tem, ultimamente, interessado aos investigadores de História Contemporânea. Os últimos estudos sobre a greve de 18 de Janeiro de 1934 alteraram substancialmente, e bem, a meu ver, a ideia e análise historiográfica sobre esta greve no país e nomeadamente em Silves. Neste contexto não posso deixar de realçar os excelentes trabalhos de Fátima Patriarca<sup>20</sup>, de João Manuel Vasconcelos<sup>21</sup> e de João Madeira<sup>22</sup>, que trasladaram Silves e outras localidades “da campa rasa em que as colocaram para o «panteão» do verdadeiro 18 de Janeiro”<sup>23</sup>. António Estrela foi o biografado.

A oposição à direita de Salazar teve também o seu lugar (pequeno) na cidade. Pretendi aferir a mobilização e importância do Movimento Nacional-Sindicalista em Silves, como alternativa à ditadura vigente, bem como o papel dos silvenses neste movimento a nível nacional. Apesar deste “reviralhismo à direita” quase não ter tido eco na oposição silvense, o destacado papel que alguns deles tiveram nas acções deste movimento a nível nacional, enquanto oposição, justifica aqui o seu tratamento. Por isso, o biografado foi José Domingos Garcia Domingues, pelo relevo da sua acção no Movimento Nacional-Sindicalista e pelo seu contributo à oposição ao regime.

A segunda parte deste trabalho teve como objecto de estudo os movimentos e os momentos da oposição em Silves, no período posterior à greve de 18 de Janeiro de 1934 até ao final de 1949, período de rescaldo das eleições para a Presidência da República nesse ano.

Segui a percurso da oposição silvense em todas as suas vertentes. As balizas cronológicas estabelecidas para esta parte permitiram o seu estudo nos tempos da Guerra

---

<sup>20</sup> Cf. Fátima Patriarca, *Sindicatos contra Salazar. A Revolta do 18 de Janeiro de 1934*, Lisboa, Edição do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2000.

<sup>21</sup> Cf. João Manuel Duarte Vasconcelos, *O 18 de Janeiro de 1934. História e Mitificação*, [Dissertação de Mestrado em História Contemporânea], Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Lisboa, 2002.

<sup>22</sup> Cf. João Madeira, «A greve geral de 1934 no Algarve», in Maria da Graça Marques (Coord.), *Ob. Cit.*, pp. 527- 531.

<sup>23</sup> Cf. Henrique Nascimento Rodrigues, recensão ao livro Fátima Patriarca, *Sindicatos contra Salazar. A revolta do 18 de Janeiro de 1934*, in *Análise Social*, Vol. XXXVII, n.º 162, 2002, p. 315.

Civil de Espanha, a (re)organização do PCP após 1934 e o seu desmantelamento em 1938, a grande reorganização do PCP no início da década de 40, bem como o aparecimento e as mutações das organizações oposicionistas (legais e clandestinas) provocadas pelo desfecho da II Grande Guerra Mundial, com a vitória das democracias, nomeadamente o MUNAF, o MUD, o MUDJ e as influências no movimento sindical. Assim, pretendi reconstruir a história local da reorganização do PCP no início da década de 40 e analisar o seu percurso e evolução no concelho de Silves. Também observei a evolução do movimento operário silvense no sistema corporativo, procurando identificar as influências que sofreu pelas vicissitudes da II Grande Guerra Mundial, bem como reconstituir o trabalho de sapa do PCP no sentido de controlar e transformar os sindicatos corporativos em armas eficazes contra o regime.

De modo mais específico foi analisado o jornal *A Rajada* e investigadas as personalidades silvenses que, neste período, mais se destacaram na luta contra a ditadura: José Gonçalves Vítor, Estanislau do Carmo Ramos, João Sequeira dos Santos, Mateus da Silva Gregório, Manuel Rodrigues Madeira, José Rodrigues Vitoriano, Manuel Joaquim Ramos e José Ventura Duarte.

A terceira parte deste trabalho teve como objectivo o estudo dos movimentos e dos momentos oposicionistas em Silves, desde o início da década de 50 até ao seu final atribulado, em consequência das eleições para a Presidência da República em 1958. Deste modo, procurei aprofundar o percurso da oposição silvense na década da guerra-fria, avaliando a actuação das forças oposicionistas em Silves nos movimentos da oposição e nos momentos eleitorais, bem como o trabalho de organização e intervenção do MUDJ e do PCP. Com este objectivo foram feitas as biografias de João dos Reis Negrão, Sidónio Nunes Pacheco, Joaquim do Nascimento Ventura, Américo Pessanha e David Rodrigues Neto.

As mulheres silvenses na oposição não foram esquecidas, pelo que também constituíram elemento de estudo nesta tese. O objectivo foi dar-lhes visibilidade no desempenho que tiveram na oposição ao “Estado Novo”, contribuindo simultaneamente para a História Contemporânea Portuguesa e para a história das mulheres do século XX. Pretendi revelar o contributo de dois grupos na oposição feminina em Silves: o das

mulheres assalariadas (operárias, costureiras, etc.) e o da oposição de elites<sup>24</sup>, que congregava as mulheres de classe média, que provinham da burguesia republicana da cidade e que tinham estudos.

Como exemplo máximo do primeiro grupo foi objecto particular de análise Diamantina Alves Vicente, a única clandestina silvese, que passou mais de sete anos nos bastidores da clandestinidade comunista, assegurando uma fachada de normalidade na vida familiar e uma partilha de responsabilidades com o seu marido, José Vitoriano. Do segundo grupo, Regina Ventura Duarte constituiu o exemplo paradigmático.

Pretendi ainda contribuir para o estudo da actividade dos silveses na oposição ao regime salazarista fora da cidade, com particular incidência na sua influência em Lisboa, na Margem Sul do Tejo e no Brasil. Os biografados que exemplificam essa influência foram, respectivamente, Julião Quintinha, Aquilino das Dores Mourinho e Manuel Lourenço Neto.

As diversas experiências prisionais foram abrangidas igualmente, sendo relatados os episódios prisionais mais significativos vividos pelos silveses. Considerei pertinente integrá-los neste trabalho dado o seu elevado número e relevância e porque, afinal, foram os presos políticos os que mais sentiram a violência e a crueldade do regime ditatorial.

Compreender Silves pelo seu passado é, presentemente, um instrumento de desenvolvimento para o qual me propus contribuir. A identificação dos silveses num espaço e história comuns deverá proporcionar e provocar o desejo de investigações futuras sobre o seu passado e sobre a cultura desta cidade, antes que se perca a memória que ainda perdura. O futuro desenvolvimento de Silves e do Algarve passa, sem dúvida, também pela compreensão, em todas as suas dimensões, da sua identidade histórica e desta importante herança política aqui retratada, parcela fundamental do nosso património histórico, social e cultural.

“Um povo que não se interessa pela sua história é um povo sem raízes e sem norte. É o conhecimento da nossa história que nos fornece as referências necessárias para compreendermos o presente e para preparar o futuro”<sup>25</sup>.

---

<sup>24</sup> Cf. Vanda Gorjão, *Mulheres em tempos sombrios. Oposição feminina ao Estado Novo*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2002 (Coleção Estudos e Investigações, 24).

<sup>25</sup> Cf. António Ventura, «As greves de 1943: breve enquadramento sócio-económico» in *Ob. Cit.*, p. 32.

O meu desejo é que este meu trabalho alcance esta aspiração colectiva e seja “mais uma pedra dessa estrada em direcção ao Outro que fomos e ao Nós que ainda somos”<sup>26</sup> e ao Outro que amanhã seremos.

---

<sup>26</sup> Cf. Ana Mira, «Celas», in *O Mirante*, Boletim da Associação de Estudos e Defesa do Património Histórico-cultural de Silves n.º 14, Dezembro de 1998, p. 51.

# **Parte I**

## **Resistências culturais e políticas nos primeiros Tempos da Ditadura (1926-1934)**

### **1 - O Espaço e as Circunstâncias: Antecedentes históricos do Concelho de Silves<sup>27</sup>**

#### **1.1 - Caracterização e Evolução política local**

No tempo a que este capítulo se refere, a maior parte do Algarve enfrentava problemas idênticos, mas agravados, ao resto do país: falta de vias de comunicação, ausência de sistemas de abastecimento de águas e múltiplas carências estruturais, além das irregularidades administrativas praticadas pelos municípios subordinados ao caciquismo local. Silves não foi excepção!

O progresso de Silves<sup>28</sup>, no último quartel do século XIX e nos primeiros anos do século XX, pode avaliar-se pela evolução da indústria das cortiças<sup>29</sup>.

---

<sup>27</sup> No Barlavento – parte ocidental da região algarvia – o concelho de Silves ocupa uma superfície de 687 quilómetros quadrados e tem cerca de 34 mil habitantes. É, em termos territoriais, o segundo maior concelho do Algarve, repartindo-se pelo Litoral, Barrocal e Serra. A cidade de Silves situa-se no Barrocal e é a sede do concelho. Este estende-se num território alargado em oito freguesias: Alcantarilha, Algoz, Armação de Pêra, Pêra, S. Bartolomeu de Messines (muitas vezes designada somente por Messines), S. Marcos da Serra, Silves e Tunes. Tem um privilegiado canal de comunicação, o rio Arade que desagua em Portimão e que constituiu, até meados do século XX, uma importante porta de saída dos produtos locais (azeite, vinho, frutos secos e a cortiça) para o comércio exterior. A natureza do solo e da hidrografia privilegiaram o cultivo dos cereais e a horticultura, citrinos, frutos secos (amêndoa, figo, alfarroba) e vinha, bem como eucaliptais, medronhais, montados de azinho e sobro. O concelho possui um lençol de águas subterrâneas de óptima qualidade, o que levou a que a Direcção Geral de Hidráulica e Engenharia Agrícola do Ministério da Agricultura incluisse vastas áreas do concelho na Reserva Agrícola Nacional.

<sup>28</sup> Cf. Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues, *Dicionário Histórico, Chorográfico, Biográfico, Bibliográfico, Heráldico, Numismático e Artístico...*, Vol. VI, João Romano Torres & C.<sup>a</sup>, Editores, Lisboa, 1912, pp. 960-963.

Os elementos disponíveis apontam para um significativo incremento em Silves da actividade corticeira e comercial durante as últimas décadas do séc. XIX. A cidade revelou-se nesta época como uma das regiões mais florescentes do país, no que concerne a esta indústria. Na implementação da indústria corticeira foi notória a influência dos espanhóis, nomeadamente dos catalães<sup>30</sup>.

A cidade quase parara no tempo, desde o séc. XVI fora paulatinamente perdendo o brilho, a fama e a prosperidade<sup>31</sup>. O desenvolvimento da indústria das cortiças provocou significativas transformações na economia e no tipo de sociedade, que até aí caracterizavam a cidade.

Com as fábricas surgiu, igualmente, um novo e cada vez mais numeroso grupo social, o operariado.

Tentemos perceber, numa perspectiva global, quais e como os grupos político-sociais silveses atravessaram e influenciaram as mudanças operadas na cidade. No início do séc. XX, os Monárquicos, os Republicanos e o Operariado silvese lideraram ou conduziram essas transformações, pelo que constituem objecto de particular análise neste estudo.

---

<sup>29</sup> Cerca de 1813, a empresa inglesa “Rankin & Sons” estabeleceu-se em Silves, vocacionada para a exportação de matéria-prima para a indústria corticeira inglesa. Em 1884, William Rankin transferiu a empresa para o Caramujo, na Cova da Piedade. A indústria da cortiça em Silves teve o seu início no período de paz que se seguiu à vitória dos liberais. A influência de estrangeiros, nomeadamente de catalães, foi decisiva. É atribuído o pioneirismo da indústria corticeira em Silves à família espanhola Garcia Blanco, que para aí fugira aquando das invasões napoleónicas. No entanto, as primeiras referências a fábricas de cortiça em Silves falam de um francês, o Mr. Lagarde, e da firma Mascarenhas & Pereira. Surgirá depois, em 1864, a Mascarenhas Netto e, em 1870, a Vilarinho & Sobrinho.

<sup>30</sup> Cf. Paula Cristina Sousa, *O Associativismo Operário em Silves durante a I República*, [Tese de Mestrado em História Contemporânea], policopiado, Lisboa, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 2002, pp. 18 e 48.

<sup>31</sup> São sobejamente conhecidas a importância e a prosperidade da cidade de Silves na época “árabe” e nos tempos da Reconquista como sede administrativa e eclesiástica de uma extensa região. A transferência da capital do Bispado de Silves para Faro, em 1577, o terramoto de 1755 e a guerra entre liberais e absolutistas produziram um período de depressão e de estagnação. A cidade só voltou a recuperar alguma da prosperidade anterior com o desenvolvimento da indústria corticeira.

### 1.1.1 - Os Monárquicos

Em termos sociais, económicos e políticos, no início do século XX, a elite monárquica dominava Silves, traduzindo a realidade nobiliárquica do Algarve e revelando a profunda decadência da velha fidalguia e nobreza<sup>32</sup>. Novos grupos constituídos por uma nobreza civil de feição mercantil tinham substituído, progressivamente, os fidalgos e nobres de sangue, alterando qualitativamente o perfil socioeconómico da administração concelhia.

Desde o séc. XIX, que as facções Regeneradora e Progressista travavam uma renhida luta política pelo poder, personificada nas famílias Mascarenhas, “regeneradora”, e Vilarinho, “progressista”, que alimentavam a vida social e recreativa silvense<sup>33</sup>.

As famílias Machado Guerreiro, Mascarenhas, Netto, Vasconcelos, Figueiredo, Vilarinho, Pereira Caldas, Oliva e Grade eram, para toda a população silvense, as maiores referências sociais, alimentadas durante gerações pelo sistema dos inúmeros laços de “padrinhagem”<sup>34</sup>, que estabeleciam com os filhos dos seus amigos, funcionários, caseiros e criados.

---

<sup>32</sup> Cf., Miguel Maria Telles Moniz Corte-Real, «A Nobreza de Vila Nova de Portimão nos séculos XVII e XVIII: notas sobre as suas componentes hereditária e civil», in Maria da Graça Marques (Coord.), *O Algarve da Antiguidade aos nossos dias*, Edições Colibri, 1999, pp. 289-302.

<sup>33</sup> Em 1842 surgiu em Silves a primeira Banda Filarmónica, intitulada “Filarmónica do Guerreiro”, que perdurou até 1865. Posteriormente, as famílias Mascarenhas (Regeneradora) e Vilarinho (Progressista) tiveram as suas próprias bandas de Música: a Sociedade dos Fraldas (progressista), fundada em 1869, e a Filarmónica dos «Moleiros» (regeneradora), fundada posteriormente à sua congénere. Ficaram célebres as cenas de pancadaria entre os elementos das duas bandas quando se encontravam nas procissões. A família Vilarinho tutelava ainda a “Sociedade Salvador Gomes Vilarinho”, fundada no séc. XIX. Houve ainda a Sociedade Coretense Silvense, fundada em 1872, da qual pouco se conhece, além dos seus estatutos. Todas estas entidades tiveram um papel essencial na formação do operariado silvense, pois, na época, o ingresso numa sociedade filarmónica implicava a aprendizagem do abecedário e o gosto pela leitura, escrita e canto. Surgiu ainda, em 1908, a “Orquestra Freire” que se manteve intermitentemente até aos anos 30. Cf. Pedro de Freitas, *História da Música Popular Portuguesa em Portugal*, Edição de autor, Lisboa, 1946, pp. 143-145.

<sup>34</sup> Os laços de “padrinhagem” eram bastante comuns no Algarve. Estabeleciam-se entre os Senhores mais abastados e também com os seus subalternos, nos baptismos e nos matrimónios. Ao padrinho, o afilhado devia respeito e obediência; ao afilhado, em caso de necessidade, a protecção e ajuda do padrinho. Para futuros estudos sobre o caciquismo local, monárquico e republicano, certamente as relações de padrinhagem deverão constituir peça fundamental.

A observação das árvores genealógicas das famílias monárquicas e tradicionais revela uma tendência claramente endógena nos laços matrimoniais<sup>35</sup>. Foram também estas famílias as proprietárias das primeiras fábricas corticeiras em Silves.

Salvador Gomes Vilarinho<sup>36</sup> aparecera em Silves, “vindo do Norte, um rapazote mal trajado e desprovido de quaisquer recursos”<sup>37</sup>, mas pelo seu pioneirismo marcou indelevelmente o progresso da cidade. A construção grandiosa da fábrica «Vilarinho & Sobrinho» pasmou silvenses e forasteiros, que afirmavam que a fábrica era “um templo”, e que não se conhecia “outra no país com melhores condições higiénicas”<sup>38</sup>.

A importância de Salvador Gomes Vilarinho tornou-se reconhecida em toda a província, sendo consultado como oráculo<sup>39</sup>. A relação paternalista que este “protector decidido e franco”<sup>40</sup> mantinha com os 600 operários da «Vilarinho & Sobrinho» moldou a actuação operária nos primeiros tempos da indústria em Silves. “Não consta, que houvesse nem pela cidade, nem na oficina, distúrbios, queixas ou reclamações (...) [e] que entre chefe e subordinados se manifestassem despeitos. Tudo entre eles se resolvia de boamente, em santa paz”<sup>41</sup>. Com Salvador Vilarinho, o novo período de grande prosperidade comportava uma “exploração tolerável”<sup>42</sup>.

---

<sup>35</sup> Cf. Maria das Dores de Goes, «Silves...Mascarenhas Gregório...e o teatro», in *12º Congresso do Algarve*, Racal Clube de Silves, 28 de Outubro de 2004, Hotel Vila Galé, Tavira, pp. 241 e 242.

<sup>36</sup> Em meados do século XIX, Salvador Gomes Vilarinho, nascido em Monção, foi para Silves trabalhar como caixeiro na firma de mercearias Bento Pereira Lda.. Num ano de grande seca, e havendo escassez de farinha no Algarve, mandou vir um abastecimento do norte, ganhando bastante com o negócio. Estabeleceu-se por conta própria em 1870, construindo a maior fábrica da cidade, a «Vilarinho», dando um novo impulso à indústria. A fábrica possuía uma cozinha onde os trabalhadores mais necessitados podiam comer gratuitamente e levar os seus filhos para que tivessem uma refeição mais substancial. Na fábrica Vilarinho estavam empregados cerca de 1000 homens. Anexa à fábrica havia uma secção de tecelagem. Os seus operários fundaram a Sociedade Operária Gomes Vilarinho. Teve outra fábrica na Margem Sul do Tejo, mais propriamente no Caramujo. Possuía uma fábrica de sabão, grandes propriedades, uma adega invejável e múltiplos armazéns agrícolas. Tornou-se muito abastado. Casou sua filha Teresa com seu sobrinho, Francisco Manuel Pereira Caldas, que foi o seu seguidor. A Salvador Gomes Vilarinho deve-se a construção de novo edifício do Hospital da Misericórdia. Foi agraciado com os títulos de Comendador e de Moço Fidalgo da Casa Real do rei D. Luís I. O seu elogio fúnebre, intitulado “O Trabalhador Imortal”, foi impresso. Faleceu em Silves a 24 de Novembro de 1883.

<sup>37</sup> Cf. *Alma Algarvia*, n.º 83, 6 de Outubro de 1912, p. 1, «A questão corticeira II».

<sup>38</sup> Cf. Joaquim Ferreira Moutinho, *O Algarve e a Fundação Patriótica d’ uma Colónia Industrial e Agrícola*, Porto, 1890, p. 247.

<sup>39</sup> Idem, *Ibidem*, p. 243.

<sup>40</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>41</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>42</sup> Cf. *Alma Algarvia*, n.º 83, 6 de Outubro de 1912, p. 1, «A questão corticeira II».



Nem todos os industriais eram, porém, como Salvador Gomes Vilarinho. O controlo social dos operários era exercido pelo patronato que mantinha com o operariado pobre e ignorante uma atitude caciquista e intransigente, ora apadrinhando actividades recreativas, ora arregimentando os trabalhadores em seu interesse político e eleitoral. Os “Caldas e Mascarenhas eram os burgos e senhores feudais daqueles sítios, manejando habilmente os operários no sentido de se tornarem pessoas de importância política do país”<sup>43</sup>.

À medida que a comunidade operária se foi sedimentando e amadurecendo, algumas formas de luta se impuseram. A fundação da Associação de Classe dos Corticeiros de Silves esteve intimamente ligada a este facto, e os corticeiros com a sua associação, perante a crise recorrente do sector, iniciaram uma intervenção mais aguerrida perante as entidades patronais, exigindo soluções para os problemas sociais da classe. A Associação de Classe constituiu uma ruptura nas relações do operariado com o patronato, sendo “uma expressiva afirmação social independente”<sup>44</sup>.

Gregório Nunes Mascarenhas Netto<sup>45</sup> cedo se iniciou nos negócios de cortiça com uma empresa inglesa. Foi com a “Avern, Sons & Barris” que procedeu à construção de

---

<sup>43</sup> Apud. João Madeira, «Os Corticeiros de Silves e o Movimento Social», in *Museu da Cortiça da Fábrica do Inglês, Exposição Permanente. Estudos. Catálogo*, Silves, Fábrica do Inglês, 1999, p. 129.

<sup>44</sup> Cf. João Madeira, «Silves, os corticeiros e a sua Associação de Classe, “Pão, Luz e Liberdade”», in *IV Jornadas de Silves*, Associação de Estudos e Defesa do Património Histórico-cultural de Silves, Outubro de 1996, p. 185.

<sup>45</sup> Gregório Nunes Mascarenhas Netto, filho de Manuel Mascarenhas Netto e de Ana Paula Mascarenhas Netto, nasceu em Alcantarilha em 1847. Herdeiro de abastadas famílias e pessoa com invulgar iniciativa fundou a firma Gregório Nunes Mascarenhas & C.<sup>a</sup> em 1867, que transaccionava cortiça com ingleses. Em 1882, foi eleito Presidente da Câmara pelos Regeneradores. Possuía, desde 1884, uma fábrica de cortiça. Em 1890, no ano do *Ultimatum*, associou-se à “Avern, Sons & Barris”, ficando a nova empresa a designar-se “Avern, Sons & Barris e Gregório Nunes Mascarenhas”. Em 1893, deu início à construção da nova fábrica, que popularmente ficou conhecida, até aos nossos dias, por “Fábrica do Inglês”. Esteve também ligado ao sector das pescas, integrando a empresa “A Louletana – Silvense” e a “Companhia de Pescarias do Cabo de Santa Maria, Ramalhete e Forte”. Casou em primeiras núpcias com Maria Firmina Júdice Grade e, em 1917, com Ermelinda Patrício. Atribui-se-lhe a autoria das plantas dos edifícios que construiu: os Paços do Concelho de Silves (1894), a Fábrica do Inglês (1894), o Teatro Mascarenhas Gregório (1909) e o “Castelinho”, em Armação de Pêra, que ficou conhecido como o “Chalet dos Bicos”. Nessa praia construiu um Casino. Possuía o “Chateaux Rouge” nas Caldas de Monchique e o “Chalet Ideal” em Lisboa. Foi dono do primeiro automóvel em Silves. Em 1902, foi pela segunda vez eleito para Presidente da CM de Silves. Nesse mesmo ano vendeu a sua parte da fábrica à sua associada inglesa. Por divergências familiares (políticas?) abandonou o seu último apelido, “Netto”, e inverteu o seu nome, passando a identificar-se como Mascarenhas Gregório. Era regenerador por tradição familiar, mas rendeu-se ao republicanismo. Fez parte da primeira geração de republicanos silvenses. Em 1910, foi Director e proprietário de *O Silvense* (1910-1911), jornal imprescindível para o estudo dos primeiros tempos da I República em Silves. João José Duarte

uma nova fábrica, inaugurada em 1894, que foi a segunda maior fábrica de Silves e do Algarve, depois da “Vilarinho & Sobrinho”, e que empregava 200 operários. Pela sua dimensão e durabilidade (1995), a que ficou conhecida como a “Fábrica do Inglês”<sup>46</sup>, marcou decisivamente a história da indústria e do operariado silvense.

No início do século XX, as famílias monárquicas continuavam a possuir grande riqueza fundiária<sup>47</sup>. Habitavam os edifícios mais majestosos de Silves<sup>48</sup>. A 14 de Outubro de 1897, Francisco Manuel Pereira Caldas<sup>49</sup> recebeu em sua casa o rei D. Carlos, a Rainha D. Amélia e o príncipe Afonso. Silves recebeu os monarcas com pompa e circunstância.

A Santa Casa da Misericórdia<sup>50</sup>, cuja data de fundação se desconhece,<sup>51</sup> constituía a entidade tutelar dos indigentes e congregava os cidadãos mais voluntariosos e que gozavam de um estatuto socioeconómico elevado na cidade. Muitos monárquicos tutelaram a instituição e distinguiram-se como seus beneméritos, nomeadamente,

---

homenageou-o com um poema. Mascarenhas Gregório foi um incansável viajante e amante das artes. Faleceu em 1922.

<sup>46</sup> Sobre a génese da indústria silvense e sobre a história desta fábrica até aos nossos dias, vd. *Museu da Cortiça da Fábrica do Inglês. Ob. Cit.*

<sup>47</sup> As grandes propriedades pertenciam a famílias monárquicas: a “Quinta da Vala” à família Grade, viscondes de Lagoa; o Morgado da Lameira à família Oliva; a “Horta Grande” à família Mascarenhas, e a “Quinta de Mata-Mouros” à família Pereira Caldas.

<sup>48</sup> As Casas Grandes, assim conhecidas pelos silvenses, é um palácio de estilo neoclássico do arquitecto italiano Nicola Bigaglia, que foi construído em 1811 pela família Machado Guerreiro. Os Condes de Silves viviam em Silves num Solar no Largo das Lojas e na Quinta de Mata Mouros. O Palácio Grade, o mais majestoso, foi construído em 1907, pelo 3º Visconde de Lagoa, obedecendo às características da arquitectura europeia predominante desde a 2ª metade do século XIX.

<sup>49</sup> Francisco Manuel Pereira Caldas, filho de Marcelino José Pereira Caldas e de Maria Joaquina Gomes Vilarinho, nasceu em Monção a 8 de Dezembro de 1844. Era sobrinho de Salvador Gomes Vilarinho. Foi um abastado proprietário e industrial de cortiças em Silves e no Caramujo. Militou no Partido Progressista, tendo sido deputado por Silves e por Oliveira de Azeméis. Coube-lhe o Título de Visconde de Silves, que foi criado por D. Luís I, por decreto de 28 de Outubro de 1886. Casou-se primeiramente com sua prima, Teresa Gomes Vilarinho, com quem teve duas filhas, e posteriormente com Albertina Moutinho, com quem teve uma filha e um filho. Foi-lhe atribuído por D. Carlos I, o Título de Conde de Silves, criado por decreto de 7 de Julho de 1897. Nesse mesmo ano, organizara a visita da família real a Silves. Faleceu em Silves, a 13 de Maio de 1915. O título de Conde de Silves passou para seu filho, Raul Pereira Caldas, tendo sido dada a autorização para tal por D. Manuel II no exílio. Cf. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Editorial Enciclopédia Lda., Lisboa-Rio de Janeiro, Vol. XXIX, pp. 20 e 21.

<sup>50</sup> A Santa Casa da Misericórdia, assim como o Hospital, confrontava-se a nascente com o Largo Correia Lobo, a norte com a Rua da Porta da Azóia, a poente com a propriedade de José Guerreiro da Costa e a sul com a Rua do Hospital Velho.

<sup>51</sup> Desconhece-se ao certo a data da sua fundação, pois o seu arquivo mais antigo desapareceu num incêndio ocorrido no século XVII. O documento mais antigo que lhe faz referência data de 1529. Estima-se que é contemporânea da Misericórdia de Lisboa (1498). A data de 24 de Maio de 1775 corresponde à data da fundação do seu novo hospital, todo construído a expensas de Salvador Gomes Vilarinho, e que substituiu o velho Hospital do Espírito Santo, datado de 1491. Cf. Costa Godolfim, *As Misericórdias*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1897, pp. 20 e 586 e *Natureza e Situação Jurídicas da Irmandade da St.ª Casa da Misericórdia de Silves*, Edição da Irmandade, Silves, 1983.

Salvador Gomes Vilarinho, Eduardo de Ornellas e Vasconcelos, Visconde da Ponte da Barca, e Francisco d'Assis Mascarenhas Grade, Visconde de Lagoa. Muitos outros, por morte deixavam-lhe parte dos seus bens ou avultados montantes<sup>52</sup>.

A constituição da Associação de Socorros Mútuos D.<sup>a</sup> Amélia foi sugerida pelo rei D. Carlos, em 1897, e imposta aos operários pelo industrial António Caldas. Desta associação pouco consegui apurar, além da desconfiança dos associados sobre as suas contas e sobre a eleição dos seus corpos gerentes. O facto da associação ser “misteriosa e escura como breu”<sup>53</sup> levou a que corresse pela cidade que o dinheiro da mesma estivesse servindo os interesses particulares do industrial Pereira Caldas<sup>54</sup>.

O Teatro Mascarenhas Gregório, “consagrado à população de Silves de acordo com o desejo do seu construtor”<sup>55</sup>, Gregório Mascarenhas, então já convertido ao republicanismo, abriu as suas portas a 24 de Julho de 1909, ficando indelevelmente ligado à história da cidade e à história da oposição silvense à ditadura, como veremos ao longo deste trabalho.

A 5 de Outubro de 1910, a elite monárquica silvense deu lugar à elite republicana. Afastada do poder repentinamente, a elite monárquica silvense não apresentou resistência de monta ao novo regime.

Parece-me legítimo acreditar que os monárquicos locais foram “inofensivos” para a República, limitando-se a apoiar implícita e explicitamente os movimentos conservadores que surgiram a combater o poder dos democráticos, nomeadamente durante a ditadura de Pimenta de Castro, o Integralismo Lusitano, os movimentos católicos e o Sidonismo.

O Núcleo Integralista D. Afonso III<sup>56</sup>, fundado em 1921, considerava necessário, para os corticeiros silvenses, a existência de um jornal que divulgasse as ideias integralistas e auxiliasse a classe operária na luta pela emancipação dos seus direitos. Foi nesse

---

<sup>52</sup> Cf. Maria Helena Pinto e Vítor Norberto Lemos Pinto, *As Misericórdias do Algarve*, Ministério da Saúde e Assistência, DGA, Lisboa, 1968, pp. 47-51.

<sup>53</sup> Cf. *O Corticeiro*, n.º 55, 4 de Junho de 1910, pp. 2 e 3, «Silves».

<sup>54</sup> *Ibidem*.

<sup>55</sup> Cf. Ana Mira, «O Teatro Mascarenhas Gregório», in *O Mirante*, Boletim da Associação de Estudos e Defesa do Património Histórico-cultural de Silves, n.º 17, Dezembro de 2005, p. 9.

<sup>56</sup> O Núcleo Integralista D. Afonso III de Silves foi constituído com a aprovação da Junta Central do Integralismo Lusitano. Os seus mentores foram Fausto Santana (presidente), Manuel Guerreiro da Costa (secretário) e António Carneiro Jacinto (tesoureiro). Cf. *Correio do Sul*, n.º 69, de 3 de Julho de 1921, p. 1, «Contra a epidemia do Integralismo Lusitano».

contexto que foram publicados, em Silves, os semanários *A Ideia Nova*<sup>57</sup> e *O Povo do Algarve*<sup>58</sup>, onde pontificou a figura do monárquico integralista silvense Fausto Santana.

Para seu desagrado, o operariado silvense parecia dispensar os seus serviços. *A Ideia Nova* lamentava o pouco entusiasmo do operariado em prol dos seus princípios:

“Temos notado nestas últimas semanas que alguém tem dispendido uma acção muito especial para conseguir indispor contra nós a classe operária desta cidade (...). Os operários sabem muito bem a distância que vai entre nós, que não queremos deles mais do que o respeito e a consideração que lhes tributamos, enquanto os outros outra coisa não fazem que é servirem-se dos trabalhadores sempre que podem e precisam”<sup>59</sup>.

Explicitava, porém, claramente os seus objectivos: pretendia ser “mais um baluarte que se forma para essa campanha sem tréguas pela Nação contra a República que é preciso destruir para que, pela Monarquia, Portugal se salve”<sup>60</sup>.

A curta duração de ambos os jornais esteve, certamente, relacionada com as dificuldades que um jornal monárquico encontrava numa cidade por excelência “democrática” e operária.

Os monárquicos silvenses mobilizaram-se para as eleições de 8 de Novembro de 1925. José Figueiredo, o candidato monárquico, era natural de Silves. As aspirações monárquicas, mais uma vez, goravam-se em Silves, pois no acto eleitoral ficara bem demonstrado “o triunfo dos republicanos sobre os monárquicos”<sup>61</sup>. Os democráticos apregoavam o seu orgulho aos quatro ventos: “o eleitorado do círculo de Silves está completamente identificado com a República e (...) as tão apregoadas grandes influências monárquicas passaram de vez à história!”<sup>62</sup>.

---

<sup>57</sup> O semanário *A Ideia Nova* foi fundado a 27 de Julho de 1921 e extinguiu-se a 14 de Janeiro de 1922. O periódico exerceu sempre uma campanha crítica da República, aprofundando os preceitos do Integralismo. Cf. José Carlos Vilhena Mesquita, *História da Imprensa do Algarve – II*, Comissão de Coordenação da Região do Algarve, Faro, 1989, pp. 384 e 385.

<sup>58</sup> *O Povo do Algarve* foi fundado a 13 de Agosto de 1922 (?) e extinguiu-se, um mês depois, a 10 de Setembro de 1922. Nele colaboraram Alfredo Pimenta, António Sardinha e Pequito Rebelo, os líderes do Integralismo Lusitano. O mau estado da colecção existente na BN impossibilitou a sua consulta, pelo que utilizei a informação publicada. Cf. José Carlos Vilhena Mesquita, *História da Imprensa do Algarve – II*, Ob. Cit., pp. 397 e 398.

<sup>59</sup> Cf. *A Ideia Nova*, n.º 6, 17 de Dezembro de 1921, p. 1, «Manobras».

<sup>60</sup> Cf. *Correio do Sul*, n.º 69, 3 de Julho de 1921, p. 1, «Contra a epidemia do Integralismo lusitano».

<sup>61</sup> João Estevão Águas obteve 4080 votos contra os 1572 do candidato monárquico José Figueiredo.

<sup>62</sup> Cf. *Voz do Sul*, n.º 383, 6 de Setembro de 1925, p. 1, «Manobras eleitorais».

Se a perda dos títulos nobiliárquicos após a I República reduziu o papel político e social dos monárquicos, não lhes retirou o prestígio que os seus nomes mantinham na memória da população silvense.

### 1.1.2 - Os Republicanos

O desconhecimento do trabalho dos republicanos algarvios, desde os alvares do republicanismo até à implantação da República, tem levado a conclusões erróneas<sup>63</sup> sobre a implantação daquele regime político e sobre a difusão do ideário republicano nessa província<sup>64</sup>.

Desde 1870, algumas personalidades algarvias integravam o movimento em prol do ideal republicano<sup>65</sup>. Na primeira geração de republicanos silveses destacaram-se Diogo Mascarenhas Marreiros Neto<sup>66</sup> e Gregório Nunes Mascarenhas Netto. Em 1885, devido ao trabalho desenvolvido por este último, fundou-se em Silves a “Associação Escolar Democrática Silvese”<sup>67</sup>. Quando o rei D. Carlos, a Rainha D. Amélia e o príncipe Afonso visitaram Silves, a 14 de Outubro de 1897, os republicanos não deixaram de se manifestar ruidosamente contra a monarquia<sup>68</sup>.

A primeira década do século XX foi marcada por um acentuado incremento da propaganda republicana. A intensa actividade republicana de Silves interligava-se então

---

<sup>63</sup> Discordo frontalmente da ideia segundo a qual só em Lisboa a República se fez sentir e que o resto do país se manteve mais ou menos alheio ao movimento republicano. Contrariando esta ideia expressa por Pulido Valente, considero que, no Algarve, os republicanos não “eram meia-dúzia de excêntricos, sem prestígio nem audiência”. Cf. Vasco Pulido Valente, *O Poder e o Povo: A Revolução de 1910*, Publicações D. Quixote, Lisboa, 1976, p. 148.

<sup>64</sup> Está por fazer a História da República no Algarve, que analise a acção dos republicanos dos vários concelhos, desde Vila Real de S. António a Lagos, e preencha uma assinalável lacuna na historiografia contemporânea portuguesa. Vd. os estudos sobre o republicanismo algarvio: Maria João Raminhos Duarte, *O Testamento Político, João Rosa Beatriz, Esboço de uma Biografia política*, Colibri, 2003; Artur Ângelo Barracosa Mendonça, *A organização do Partido Republicano no Algarve: o caso de Loulé (1881-1910)*, [Documento policopiado], Conferências do Arquivo Municipal de Loulé, Loulé, 2003; Cândida Proença, «O Algarve e a implantação da República», in Maria da Graça Marques (Coord.), *Ob. Cit.*, pp. 477-482; Arnaldo Casimiro Anica, *A Política e os Políticos de Loulé após a implantação da República, 1910-1913*, [Documento policopiado], Conferências do Arquivo Municipal de Loulé, Loulé, 2003 e Maria da Graça Maia Marques, «A “Alma Algarvia” de Julião Quintinha», in *IV Jornadas de Silves, Ob. Cit.*, pp. 159-181.

<sup>65</sup> Em 1876, dois algarvios, João Bonança, de Lagos, e Manuel José Martins Contreiras, de Olhão, integravam o directório do Partido Republicano.

<sup>66</sup> Diogo João Mascarenhas Marreiros Neto, filho de Paulo Marreiros Neto e Ana Pretextata Mascarenhas Neto, nasceu a 13 de Fevereiro de 1867 no Algez. Formou-se em Direito na Universidade de Coimbra. Exerceu advocacia e destacou-se no concelho de Silves pela difusão do ideário republicano. Fez parte da Câmara dos Deputados nos anos finais do regime monárquico em representação de Faro e, na legislatura de 1915, foi eleito por Silves nas listas do Partido Democrático. Morreu a 8 de Dezembro de 1916, em Lisboa.

<sup>67</sup> Cf. Artur Ângelo Barracosa Mendonça, *A organização do Partido Republicano no Algarve, Doc. Cit.*, p.3.

<sup>68</sup> Cf. José D. Garcia Domingues, *Silves Guia Turístico da Cidade e do Concelho*, Região de Turismo do Algarve, 1989, p. 60.

com as comissões municipais e paroquiais da província, prosperando neste ambiente a propaganda anticlerical.

A expansão e organização do Partido Republicano na província tornaram-se imparáveis, observando-se por todas as terras do Algarve um elevado número de adesões após 1906. A Maçonaria, o livre-pensamento e o republicanismo complementaram-se na acção anticlerical contra a Igreja Católica e na acção política contra a Monarquia.

Relativamente à organização maçónica, sabe-se que, entre 1904 e 1905, existiu em Silves<sup>69</sup> o Triângulo n.º 54 do REAA, que deu lugar, nesse último ano, à Loja Evolução n.º 258<sup>70</sup>, a qual manteve actividade até 1909. Nessa data por falta de membros daquela Loja, surgiu um novo Triângulo, o n.º 120, activo até 1912, cujo presidente foi Henrique Martins<sup>71</sup>. Ainda houve um terceiro Triângulo do mesmo rito, o n.º 195, presidido por João Lopes Martins<sup>72</sup>.

As reuniões gerais das comissões municipais e paroquiais republicanas do Algarve sucediam-se de modo a organizar o Partido e receber correligionários notáveis. Nesse esforço destacaram-se em Silves, os republicanos Francisco Vieira<sup>73</sup>, António Vaz Mascarenhas Júnior<sup>74</sup>, João José Duarte<sup>75</sup>, Henrique Martins<sup>76</sup>, Julião Quintinha<sup>77</sup> e João Vitorino Mealha<sup>78</sup> entre outros.

---

<sup>69</sup> Cf. A. H. de Oliveira Marques, *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*, Ed. Deita, Lisboa, 1986., Vol. I, p. 38 e Vol. II, pp. 977 e 1350.

<sup>70</sup> No Algoz existiu o triângulo n.º 73 do REAA entre 1906 e 1908. Resultou da iniciativa da Loja Evolução n.º 258 de Silves. Em S. Bartolomeu de Messines, foi instalado, a 20 de Setembro de 1904, o Triângulo n.º 52, do REAA, filial da Loja *Pro Veritate*, n.º 240, de Coimbra. Este Triângulo acompanhou os dissidentes de 1914, mas regressou à obediência do Grande Oriente Lusitano Unido em 1926. Durou até 1929.

<sup>71</sup> Cf. Pedro Manuel Pereira, *Da maçonaria no Algarve*, [Documento policopiado], 2000, p. 13.

<sup>72</sup> Este Triângulo, que se cindiu em 1914 do Grande Oriente Lusitano, aderindo à obediência do Supremo Conselho dissidente, onde recebeu o n.º 2, já não existia em 1917.

<sup>73</sup> Francisco Vieira nasceu na Madeira a 15 de Outubro de 1863. Foi Presidente da Academia Republicana de Coimbra e companheiro das marcantes figuras da geração de 1890. Era muito amigo de António José d' Almeida. Foi para Silves como médico municipal em 1891, substituindo o velho médico Anselmo da Cruz Nogueira, o "pai dos pobres" da cidade. Francisco Vieira era um homem extremamente abastado e teve uma extraordinária actividade filantrópica. Casou-se com Catarina Mascarenhas, de quem teve uma única filha. Foi sócio da Associação de Socorros Mútuos João de Deus e, em 1916, Provedor da Santa Casa da Misericórdia. Foi um dos fundadores da Caixa de Crédito Agrícola de Silves. No período da I Grande Guerra, foi Governador Civil do Algarve. Durante longos anos, exerceu o cargo de Director do Hospital e do Asilo dos Inválidos de Silves. Prestou à cidade um valioso serviço, aquando da pneumónica em 1918. Em 1925, foi Presidente da comissão política municipal do Partido Republicano Português. Ao longo da sua vida foi várias vezes homenageado pelo povo da cidade, nomeadamente em 1926 e em 1941, então em grandiosa homenagem pelos seus 50 anos ao serviço de Silves. Faleceu a 17 de Março de 1947, aos 84 anos, em Silves.

<sup>74</sup> António Vaz Mascarenhas Júnior nasceu em Loulé. Aos 25 anos aderiu ao republicanismo. Seus irmãos seguiram-no. Em 1887, foi um dos sócios fundadores da "Sociedade Cooperativa de Crédito Agrícola", em

Os proprietários e os comerciantes constituíam a base do aparelho republicano silvense. Também os filhos ou netos de camponeses, que haviam acedido na cidade à liberdade proporcionada pelo pequeno comércio, pela pequena indústria ou pelo emprego público sentiam-se atraídos pelo republicanismo, que se mostrava mais de acordo com o seu processo de ascensão social.

Os caixeiros-viajantes, os industriais, os exportadores e os estudantes, isto é, aquela população da cidade que, por diversas razões, se deslocava a Lisboa, alimentavam as conversas nos habituais locais de cavaqueira com os relatos das façanhas dos republicanos na capital.

---

Loulé. Em 1890, casou-se com Emília Figueiredo de Mascarenhas, de S. Bartolomeu de Messines. Devido à acção do caciquismo monárquico em Loulé, decidiu retirar-se para Messines, onde procedeu à organização do Partido Republicano. Fundou a comissão local republicana em Junho de 1906. Colaborou na reorganização do Partido Republicano no Algarve e na organização de lojas maçónicas pela região. Presidiu ao triângulo maçónico existente em Messines, utilizando o nome simbólico de “Lutero”. Após a implantação da República foi nomeado Presidente da Comissão Administrativa de Silves. Aderiu ao Partido Democrático de Afonso Costa. Em Janeiro de 1914 foi eleito Presidente da Junta Geral do Distrito de Faro. Em 1925, foi o Presidente do Senado da CM de Silves. Teve intensa actividade política, no âmbito do Partido Democrático, até ao golpe militar de 28 de Maio de 1928. Faleceu em S. Bartolomeu de Messines, a 3 de Dezembro de 1930.

<sup>75</sup> Vide adiante a biografia de João José Duarte.

<sup>76</sup> Henrique Augusto Martinho da Silva e Costa Martins, filho de Júlio Martins e de Luísa da Conceição, nasceu a 24 de Setembro de 1880, na freguesia de S. Salvador, em Santarém. Fixou residência em Silves no ano de 1901, onde constituiu família. Foi maçom e em 1907 filiou-se no Partido Republicano Português (PRP). Na cisão republicana, aderiu ao Partido Democrático. Foi amigo pessoal de Marques Guedes e de Afonso Costa. Em 1916, fundou o jornal *Voz do Sul*, que acompanhou até ao fim da vida. Foi proprietário da “Tipografia Artística do Algarve” e da Livraria com o mesmo nome. Foi sócio fundador da “Empresa Cinematográfica Silvense”. Foi Vice-Presidente da CM de Silves (1918) e Presidente da edilidade silvense vários anos consecutivos (1919-1922). A ele se deveu a instituição da Escola Elementar Industrial e Comercial de Silves. Foi Juiz de Direito substituto, Administrador do Concelho e Presidente da Associação Comercial de Silves. Era um reputado solicitador. Teve uma incansável actividade em prol do Partido Republicano no Algarve. Foi delegado ao Congresso do PRP em 1925, em Lisboa. Foi ainda Provedor do Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Silves e Presidente da Junta Geral da Província do Algarve, em 1926. Teve muitos contactos com oposicionistas e revirralhistas. Integrou o MUD e fez parte das comissões concelhias de apoio às candidaturas de Norton de Matos, de Arlindo Vicente e de Humberto Delgado. O seu jornal esteve diversas vezes suspenso e a sua livraria foi várias vezes sujeita a buscas e apreensões pela PIDE. Foi constantemente vigiado. Faleceu em Silves, a 25 de Maio de 1959. Julião Quintinha, Silva Nobre, Humberto Pacheco, Maurício Monteiro, Cruz Malpique, Samora Barros e José Ribeiro Alves Júnior, a Casa do Algarve, a Associação de Benemerência «5 de Outubro» e a cidade de Silves prestaram-lhe sentida homenagem.

<sup>77</sup> Vide adiante a biografia de Julião Quintinha.

<sup>78</sup> João Vitorino Mealha, filho de José Vitorino Mealha e de Maria da Conceição de Sousa Mealha, nasceu a 5 de Setembro de 1876 em Silves. Formou-se em Direito. Colaborou com o Partido Progressista, em Messines, nas eleições de 1908. Em 1905, foi Administrador do Concelho e, no início de 1910, Presidente da CM Silves. Depois da implantação da República, foi afecto aos Evolucionistas e Director d’ *O Silvense*. Exerceu as funções de Governador Civil de Faro (1921) e de Secretário-Geral do Governo Civil de Setúbal. Em 1921 e 1922 foi eleito deputado pelo círculo de Viseu nas listas do Partido Liberal. Morreu em Lisboa a 17 de Janeiro de 1946.



A visita de António José de Almeida ao Algarve, em apoio aos correligionários em campanha, arrebatou multidões<sup>79</sup>.

Com a emergência e organização do movimento republicano em Silves, cresceu a hostilidade ao mundo clerical, enquanto detentor de influência no poder político e social e na esfera pública, nomeadamente no ensino. Para criar a República era necessário libertar os indivíduos das antigas sujeições espirituais, entendendo-se que a Igreja constituía uma ameaça para a emancipação do Homem, porque pedia a submissão, a adoração de imagens, o servilismo e a abdicação da vontade perante os dogmas eclesiásticos. O Centro Republicano Silvense deverá ter nascido em 1908<sup>80</sup> e durado até à divisão do bloco republicano. O Barlavento algarvio destacou-se, a nível da organização e implantação das ideias republicanas no Algarve, uma vez que os republicanos ganharam, nas eleições monárquicas, de 1908, a totalidade dos mandatos na Câmara Municipal de Lagos e a representação na de Silves<sup>81</sup>.

A actividade republicana desenvolveu-se estreitamente ligada aos problemas do operariado corticeiro. No ideário republicano, a redenção social conseguia-se através da instrução, higiene e promoção das condições de vida das classes laboriosas.

Nos tempos de propaganda, os líderes republicanos tinham-se cruzado com as reivindicações operárias, chamando a atenção dos poderes locais para as condições precárias dos trabalhadores, com fortes críticas à exploração em que viviam os operários e à violência exercida sobre as crianças trabalhadoras. Apelavam ainda à organização dos operários nas Associações de Classe, para fazerem valer os seus direitos<sup>82</sup>.

A atracção que o regime republicano provocava no meio operário derivava da opinião, e de alguma ilusão, que o novo regime iria melhorar substancialmente as condições de vida dos operários e que os problemas da classe iriam ser resolvidos.

No próprio dia 5 de Outubro de 1910, a notícia da revolução republicana em Lisboa chegou por telégrafo. O marinheiro silvense Joaquim Primo António participara na

---

<sup>79</sup> Cf. Libertário Viegas, «Algarve 1908-1927», in *Anais do Município de Faro*, n.º XVIII, 1988, p. 146.

<sup>80</sup> Cf. *Notícias de Silves* n.º 2, 10 de Julho de 1908, p. 2, «Centro Eleitoral Republicano».

<sup>81</sup> Cf. Cândida Proença, «O Algarve e a implantação da República», in Maria da Graça, *Ob. Cit.*, p. 479 e *Notícias de Silves*, n.º 14, 10 de Novembro de 1908, p. 1, «Os eleitos».

<sup>82</sup> Cf. *Notícias de Silves*, n.º 2, 10 de Julho de 1908, p. 2, «Centro eleitoral republicano».

Revolução Republicana, tendo sido ele quem “a bordo do seu barco, como artilheiro tinha arreado, com um tiro certo, a Bandeira da Monarquia”<sup>83</sup>.

No dia seguinte, João José Duarte, servindo como Administrador do Concelho, deu posse à nova Comissão Municipal Administrativa republicana de Silves<sup>84</sup>.

A República foi intensamente vivida em Silves. O anticlericalismo, um dos traços mais característicos deste agitado período, fez sentir o seu efeito na sociedade silvense por todo o séc. XX.

Nas celebrações, o cortejo cívico, policiado pelo povo, e a população concentravam-se no largo fronteiro das arcadas do edifício da Câmara, onde, a céu aberto, se realizava o mercado. Estavam presentes as autoridades civis e militares, o funcionalismo, as representações do comércio, artes e indústrias, bandas de música, tunas, a Filarmónica Democrática Silvense<sup>85</sup>, as colectividades recreativas, as crianças das escolas, etc.. Havia um bode aos pobres, esmolas a viúvas, melhoria de ração no Hospital e na prisão, cinema gratuito no Teatro Mascarenhas Gregório, girândolas, foguetes e tiros de morteiro.

Os diversos festejos republicanos arrastavam multidões de povo e operários, num clima de efervescente e exaltada participação cívica, percorrendo as ruas com filarmónicas tocando “A Portuguesa”<sup>86</sup>.

Nas festas, as associações recreativas organizavam espectáculos e bailes diversos, por onde passaram o «Grupo Filarmónica», o «Grupo Dramático Portimonense» e

---

<sup>83</sup> Cf. João D’ Alvor, (Pseudónimo de Mateus da Silva Gregório), *Caderno dum Resistente*, Edição do Autor, Portimão, 1992, p. 139.

<sup>84</sup> Cf. AMS, Actas das Sessões de Vereação das Comissões administrativas de Silves, Livro 1909-1912, fl. 74, Acta de posse da Comissão Municipal Administrativa, 6 de Outubro de 1910. Da comissão faziam parte António Vaz Mascarenhas, o Presidente, Abílio Brás Machado, o vice-presidente, Manuel Joaquim Sequeira Júnior e José Ventura Vargas, os vogais, António Pedro Ramos e Hermenegildo José de Mira, os vogais substitutos. Esta comissão municipal republicana tinha sido eleita nos termos da orgânica do Partido Republicano.

<sup>85</sup> A Filarmónica Democrática Silvense surgiu na I República, aglutinando as duas velhas filarmónicas monárquicas.

<sup>86</sup> Sobre as celebrações e festividades republicanas em Silves, vide o jornal *Alma Algarvia* de Silves (1911-1917).

inúmeros artistas e conferencistas de fora. O Clube Recreativo Silvense tinha intensa actividade<sup>87</sup>. No animatógrafo montado na praça, o cinema enchia de sonhos os assistentes.

A divisão do Partido Republicano dividiu a elite republicana local. A inauguração da sede do Centro Republicano Independente, em Abril de 1913, com a presença do Ministro do Fomento António Maria da Silva, veio reforçar a política do Governo na cidade.<sup>88</sup> Em Dezembro de 1913, realizaram-se as primeiras eleições municipais da República e, em Silves, a luta foi “titânica”<sup>89</sup>. No entanto, os democráticos constituíram aí uma força hegemónica, bem patente nos actos eleitorais mais renhidos.

A importância dos democráticos silvenses no contexto dos democráticos algarvios traduziu-se na nomeação de Francisco Vieira para Governador Civil a 10 de Maio de 1917<sup>90</sup>.

No círculo eleitoral de Silves, os democráticos venceram com maioria em todos os actos eleitorais levados a cabo na I República. Apesar disso, Sidónio Pais, no seu périplo algarvio, foi apoteoticamente recebido em Silves<sup>91</sup>. Mas foi no período sidonista que se sentiu maior turbulência política na cidade. A Comissão Administrativa da CM de Silves foi compulsivamente demitida, apesar de recém eleita, o que provocou vigorosos protestos. Foi levantado um processo aos democráticos João José Duarte e Julião Quintinha e ao unionista João Vitorino Mealha por não aceitarem a situação ditatorial imposta, mas o Tribunal de Silves acabou por amistiá-los<sup>92</sup>.

Com o objectivo “republicano” de propagar a instrução entre os seus associados, por meio de palestras e conferências e de defender os interesses da cidade de Silves, tinha

---

<sup>87</sup> Cf. Tomás Ribas, «O Teatro Gregório Mascarenhas – e outros aspectos do Teatro em Silves», in *I Jornadas de Silves* Associação de Estudos e Defesa do Património Histórico-cultural de Silves, Setembro de 1992, p. 103.

<sup>88</sup> Cf. *Alma Algarvia*, n.º 111, 20 de Abril de 1913, p. 2, «A visita do Sr. Ministro do Fomento a Silves».

<sup>89</sup> Cf. *Alma Algarvia*, n.º 142, 4 de Dezembro de 1913, p. 1, «Grande triunfo democrático em todo o Algarve».

<sup>90</sup> Cf. *Voz do Sul*, n.º 34, 27 de Maio de 1917, p. 1, «A posse do novo governador civil do Algarve....».

<sup>91</sup> Cf. Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, Vols. XI, Editorial Verbo, Lisboa, [s.d.], p. 203.

<sup>92</sup> Com Sidónio Pais foi dissolvida a Comissão Executiva da CM de Silves, tendo o Presidente da Comissão Executiva eleita recusado dar posse à Comissão nomeada, depois de mandar lavrar em acta um enérgico protesto. Vide a sucessão destes rocambolescos acontecimentos em *Voz do Sul*, n.º 71, 17 de Março de 1918, p. 1, «Reunião política»; n.º 73, 1 de Abril de 1918, p. 1, «Silves entregue aos monárquicos»; n.º 76, 25 de Abril de 1918, p. 1, «A minha suspensão» e n.º 78, 9 de Maio de 1918, p. 1, «Mais violências em Silves».

surgido em 1917 a associação “Progresso Silvense”<sup>93</sup>.

Mas a cidade de então estava diferente da de outrora. Crescera e acentuara a sua vocação fabril. Mantinha, porém, uma matriz republicana, associativista, cooperativista e anticlerical. No entanto, e apesar do desagrado dos republicanos, a primeira procissão desde o 5 de Outubro realizou-se em 1918<sup>94</sup>.

O movimento associativo desenvolveu-se. O gosto pelo futebol difundira-se pela cidade e, com a falta de campos próprios, o Largo dos Mártires da Pátria, o espaço junto à Cruz de Portugal e o campo da Nora eram inundados pela garotada que disputava impiedosas partidas. A miudagem, em bandos, vagabundeava pelas ruas, intrometendo-se em todos os ajuntamentos, roubando no mercado, escandalizando as Senhoras com os seus modos e perturbando a passagem dos transeuntes nos largos, onde naturalmente se organizava um jogo de bola, que muitas vezes era de trapos. Esta crescente paixão pelo futebol levou à fundação do Silves Futebol Clube<sup>95</sup> a 4 de Abril de 1919<sup>96</sup>.

Na gestão camarária, o desaparecimento da tutela administrativa monárquica e as novas competências adquiridas nos domínios da gestão de bens e instalações municipais, de instrução, assistência, beneficência, saúde, na criação de serviços de Polícia urbana e rural, na feitura de posturas e regulamentos relativos à vida concelhia e salubridade pública, levaram a um esforçado trabalho das elites republicanas locais.

A criação da Escola Elementar Industrial e Comercial de Silves<sup>97</sup> foi o maior acontecimento na cidade e contribuiu decisivamente para o seu progresso nas décadas

---

<sup>93</sup> Cf. GCF, processo n.º 735, lv. n.º 3, fl. 26. Os Estatutos da referida associação foram enviados pela Administração do Concelho de Silves ao Governo Civil do distrito de Faro a 24 de Maio de 1917.

<sup>94</sup> Cf. *Voz do Sul*, n.º 66, 3 de Fevereiro de 1918, p. 1, «Procissão em Silves».

<sup>95</sup> O Silves Futebol Clube foi fundado por António Matias Rocha, Joaquim Gomes Sequeira, Carlos Piolinho, Luís Matoso, Francisco Bernardo Paim Júnior, José Albano, José Estrelo, Francisco Marques Guerreiro, Carlos Romano, António Borges, Joaquim do Carmo, José Monteiro, Francisco Cabrita, Pestana Lopes, Diogo Calhau, José Celestino Maló Rocha, Joaquim João Raminhos, José (?) Barreto e José Simões. Os dois últimos foram os responsáveis pela introdução do futebol em Silves. Vindos de Lisboa, deram a conhecer as regras do jogo a um grupo de jovens, que esteve na génese da fundação do clube. Veja-se o alvará n.º 83, de 6 de Abril de 1923, no Governo Civil de Faro, lv. 3, fls. 26, onde se ilustram os fins da referida associação, nomeadamente “A cultura e desenvolvimento físico dos seus associados” e “a propaganda de todos os desportos”. Os seus jogadores, ao longo dos tempos, foram na maioria jovens corticeiros. O clube tinha um orfeão. Esta associação desportiva desenvolveu grande actividade cultural e de resistência política nos anos da ditadura, como se verá adiante. Sobre esta associação desportiva, vide Armando Alves, *Silves Futebol Clube 74 anos de história*, Edição Silves Futebol Clube, 1993.

<sup>96</sup> Cf. Armando Alves, *Silves Futebol Clube Ob. Cit.*, p. 8.

<sup>97</sup> Deveu-se a Francisco Vieira, a Henrique Martins e aos conhecimentos de ambos na capital, a fundação da Escola Elementar Industrial e Comercial «João de Deus» de Silves. Esta foi aprovada na sessão dos

seguintes. A sua inauguração no décimo aniversário da República foi significativa. A banda musical silvense celebrou também os “heróicos aviadores Sacadura Cabral e Gago Coutinho”<sup>98</sup>, percorrendo as ruas da cidade.

Apesar das divisões quase sempre presentes no seio republicano, o trabalho realizado foi valioso. A elite republicana esforçou-se e empenhou-se no desenvolvimento de Silves. Múltiplas foram as disposições implementadas sobre a instrução e beneficência, reveladoras de um verdadeiro espírito de filantropia, que a administração republicana promoveu. Com novas e numerosas decisões camarárias, o urbanismo, os arruamentos, a utilização dos espaços públicos, o abastecimento de água e luz<sup>99</sup> tiveram melhorias significativas.

---

deputados a 11 de Julho de 1919, tendo sido criada pela lei n.º 895, de 23 de Setembro de 1919. A 5 de Outubro de 1920, deu-se o acto de inauguração da escola. A escola situava-se no 1º andar de um edifício do Dr. Mealha, na Rua Cândido dos Reis. Passou em 1927 para a baixa da cidade, para um edifício doado pela família Pablos e entregue ao Dr. Francisco Vieira e ao Dr. Vila Lobos. Esse edifício alberga, presentemente, a Junta de Freguesia de Silves. Pelo decreto 10829 de 4 de Junho de 1925, foi elevada a “Escola Industrial e Comercial «João de Deus»”. Os professores da escola eram Francisco Vieira, José Emílio de Mendonça Vila Lobos, António Cristina Monteiro, João José Gago, João Carneiro de Almeida, Pedro Paulo Mascarenhas Júdice e Jacinto Carolino. Ao abrigo do decreto que, em Agosto de 1948, criou o Ensino Técnico-Profissional, a Escola estendeu-se ocupando várias casas em redor, criando um complexo heterogéneo e pouco funcional. As salas de aula eram irregulares, umas muito compridas e outras muito pequenas, as oficinas eram telheiros e o Ginásio, um barracão enorme, que frequentemente se transformava em Sala de Conferências e Salão de Festas. O recreio dos alunos era nas ruas circundantes, onde os vendedores de bolos, de bolotas, de castanhas assadas e rebuçados se concentravam à espera da sineta que anunciava o intervalo. Os alunos precipitavam-se pela escada de madeira, fazendo uma nuvem de poeira e ruído, apesar das advertências dos contínuos. Em Julho de 1959, a Escola transferiu-se para um novo edifício frente ao jardim da cidade, para o lugar deixado pela esplanada-cinema de João José Duarte, onde hoje se mantém a Escola Secundária de Silves. A Escola de Silves era a única Escola Técnica no Barlavento Algarvio, servindo metade do Algarve e Baixo Alentejo, sendo da maior utilidade para a região.

<sup>98</sup> Cf. *Voz do Sul*, n.º 252, 2 de Julho de 1922, p. 1, «Homenagem aos heróicos aviadores...».

<sup>99</sup> A 1ª Central Eléctrica fora fundada pelo Dr. Francisco Vieira, em 1924. Situava-se no prédio do Dr. Vieira, na Rua Miguel Bombarda, junto das “escadas do Mirante”. Com o desenvolvimento da cidade, esta central não conseguia suprir as necessidades de energia eléctrica. Em 1928, os Serviços Municipalizados da CM de Silves encarregavam-se da exploração, produção e distribuição de energia eléctrica, elevação e distribuição de água à cidade, tendo sido feitos alguns melhoramentos na produção e no abastecimento. Durante a gestão de Aníbal Santana e de Abílio Brás Machado, nasceu a nova Central Eléctrica de Silves que começou a funcionar em 1929 e que perdura até aos nossos dias. Em 1929 a cidade esteve em festa, sendo inaugurados simultaneamente os novos serviços públicos de luz eléctrica, de água e dos telefones. Só em 1947, a rede eléctrica se estendeu a Alcantarilha, Pêra e Armação de Pêra. Cf. *Diário de Notícias*, n.º 22888, 17 de Outubro de 1929, p. 11, «A cidade de Silves esteve em Festa».

### 1.1.3 - O Operariado

O ressurgimento de Silves, a partir de meados do século XIX, deveu-se à indústria corticeira<sup>100</sup> e à força centrípeta que esta desenvolveu, criando na cidade um novo grupo profissional, os corticeiros<sup>101</sup>. O seu período de apogeu foi na viragem do século, acusando, a partir de então, múltiplos sinais de alguma decadência, nomeadamente a redução do número de operários e do volume comercial da cortiça<sup>102</sup>.

As condições primitivas da indústria e dos primeiros operários eram terríveis. Não havia fábrica alguma com horário fixo. A condição dos trabalhadores era miserável. Na precária saúde da população operária grassava a subnutrição e a tuberculose. A pobreza endémica do campo tinha trazido os camponeses para a cidade, onde se convertiam em operários<sup>103</sup>. Os algarvios figuravam entre os trabalhadores nacionais pior alimentados<sup>104</sup>. Também o analfabetismo era comum a quase todos os que da cidade e seus arrabaldes percorriam as fábricas à procura de trabalho.

A constituição da Associação de Classe dos Corticeiros de Silves<sup>105</sup> enquadrou-se

---

<sup>100</sup> A indústria corticeira opera-se no chamado “ciclo da cortiça”. Esta, depois do descortiçamento, passa por vários processos: é cozida, rabaneada, quadrada, brocada e torna-se rolha que, por sua vez, é lixada, lavada, enxuta, colmatada, parafinada, escolhida, pesada ou contada e embalada. Sobre este ciclo e respectivos processos técnicos de classificação e fabrico vide Paula Cristina Sousa, *O Associativismo Operário em Silves durante a I República*, Ob. Cit., pp. 20-24.

<sup>101</sup> A indústria corticeira empregava pessoal operário de várias categorias: tiradores e enfeixadores de cortiça, raspadores, cozedores ou caldeireiros, quadradores, rolheiros manuais e mecânicos, escolhedores, calibradores e pessoal de tráfego.

<sup>102</sup> Sobre o movimento social e operário em Silves, vide os excelentes trabalhos de João Madeira, «Silves, os corticeiros e a sua Associação de Classe, “Pão, Luz e Liberdade”», in *IV Jornadas de Silves*, Ob. Cit., pp. 183-190; «Da alvorada do Século ao Estado Novo, Notas sobre “Silves, a cidade democrática”», in *O Mirante*, Ob. Cit., n.º 12, Dezembro de 1997, pp. 5-13; «Os Corticeiros de Silves e o Movimento Social», in *Museu da Cortiça da Fábrica do Inglês*, Ob. Cit., pp. 129-138 e «Silves e o movimento operário», in Maria da Graça Marques (Coord.), Ob. Cit., pp. 469-472.

<sup>103</sup> Em toda a imprensa silvense da época encontram-se inúmeras e detalhadas descrições e factos comprovativos da miséria e das precárias condições do operariado corticeiro.

<sup>104</sup> Cf. Bento Carqueja, «A alimentação em Portugal», in *Boletim da Associação Central da Agricultura portuguesa*, ano XX, Vol. XX, (1918), n.º 10 (Outubro), pp. 321-324.

<sup>105</sup> A associação existiu primitivamente, ainda ilegal, sob o nome de «Sociedade do Vintém», da qual faziam parte mais de 600 operários corticeiros. Dela emanavam as directivas para se iniciarem os comícios e se imporem normas aos donos das fábricas. As fontes divergem na data de fundação da Associação de Classe dos Corticeiros de Silves (1886, 1891, 1892 e 1893). Segundo José dos Reis Sequeira, *Relembrando e Comentando (Memórias de um operário corticeiro) 1914/1938*, A Regra do Jogo, 1978, p. 29, foi em 1886; segundo *O Proletário*, n.º 8, de 10 de Agosto de 1929, p. 3, «Pão, Luz e Liberdade. O 38º aniversário dos corticeiros de Silves», foi em 1891; segundo *O Corticeiro*, n.º 68, 3 de Setembro de 1910, p. 1, «Associação Indústria Corticeira Silvense», foi em 1892 e ainda, segundo o *Voz do Sul*, n.º 772, de 26 de Agosto de 1933, p. 4, «40º aniversário», foi em 1893. O investigador João Madeira sugere que a primeira data poderá ser a

num processo de população industrial crescente, surgindo no último quartel do século XIX, impulsionada por uma elite de operários, que se revelaria mais combativa e consciente dos seus direitos. A Associação de Classe tornou-se a voz dos operários corticeiros. No início dos anos 90 do século XIX, existiriam também em Silves duas Associações de Socorros Mútuos, a “Fraternidade Operária”<sup>106</sup> e o “Montepio Artístico Silvense”<sup>107</sup>. Havia ainda a “Cooperativa Operária Silvense” (1888)<sup>108</sup> e a “Caixa Económica Operária Silvense”<sup>109</sup>. No início do século XX, foi fundada a Associação de Socorros Mútuos “João de Deus”<sup>110</sup>.

Em Silves, a expansão do ideário anarquista traduzia-se, em 1893, na fundação do grupo anarquista “Os Invencíveis”<sup>111</sup>.

No seu início, a Associação de Classe era ideologicamente mutualista, ligada às ideias socialistas, pelo que estava federada numa Federação socialista<sup>112</sup>. A partir de 1894<sup>113</sup>, e até 1934, foram as concepções anarquistas, primeiramente por via do

---

correcta, mas “que os primeiros passos da vida sindical se teriam rapidamente atolado, com a maioria desses primeiros dirigentes a sonegar e repartir entre si os fundos conseguidos”. Entraria depois em declínio, tendo sido, em 1893, refundada. Esteve instalada na Rua do Pelourinho e, posteriormente, passou para a Rua Portas de Loulé. Possuía uma bandeira, um hino e um carimbo. O carimbo era um cinto fechado com uma fivela. Ao centro encontravam-se as palavras “Indústria Corticeira Silvense”, em volta “Associação de Classe” e em baixo “Silves”. Vide Anexo I – «Carimbos».

<sup>106</sup>Esta Associação mutualista durou até 1934. Cf. AMS, Livros Copiadores de ofícios expedidos da Administração do Concelho, Livro n.º 54, fl. 358, 2 de Julho de 1934.

<sup>107</sup>Cremos que estas associações teriam ainda outros fins para além do mutualista. No início de 1894, houve movimentações em assembleias-gerais destas associações para a sua fusão, mas teria havido alguma oposição dos associados.

<sup>108</sup>Cf. Carlos da Fonseca, *História do movimento operário e das ideias socialistas em Portugal, IV Greves e agitação operária* (1ª parte), Europa-América, (Estudos e documentos; 154), Vol. I, Mem Martins, 1980, p. 89.

<sup>109</sup>AP de José Rodrigues Vitoriano, Trabalho manuscrito sobre o jornal *A Federação*, órgão das associações Federadas e do Povo operário em geral (1893 – 1900), [s.d.].

<sup>110</sup>A Associação de Socorros Mútuos “João de Deus”, fundada em Silves por alvará de 9 de Julho de 1903, pretendia garantir, em primeira-mão, assistência médica, medicamentosa e de enfermagem aos seus associados. Esta associação, fundada por Vicente do Carmo (presidente), Bernardo Jacinto (tesoureiro) e José Correia Júnior (secretário), regeu-se durante toda a I República pelos estatutos de 28 de Setembro de 1904. A associação era proprietária de uma farmácia que ainda existe. Cf. José dos Reis Sequeira, *Ob. Cit.*, pp. 35 e 41.

<sup>111</sup>Cf. António Ventura, *Anarquistas, Republicanos e Socialistas em Portugal: as convergências possíveis (1892-1910)*, Cosmos, Lisboa, 2000, p. 86.

<sup>112</sup>Cf. *A Federação*, “órgão das Associações Federadas e do Povo operário em geral” (Dezembro de 1893-Abril de 1900). Neste periódico, o correspondente de Silves designava a indústria corticeira por “indústria rolheira”.

<sup>113</sup>O ponto de viragem deu-se no I Congresso dos Corticeiros realizado em Lisboa, no Outono de 1894, que foi preparado e influenciado pelos anarquistas. Depois deste congresso as notícias dos corticeiros de Silves, abundantes na imprensa operária socialista da época, nomeadamente em *A Federação*, desapareceram completamente. Também o nome da Associação de Classe dos Corticeiros de Silves, que até aí figurara como associação federada, desaparece igualmente das páginas desse jornal.

sindicalismo revolucionário e, mais tarde, do anarco-sindicalismo, que dominaram o movimento operário em Silves, produzindo aí um escol de anarquistas notáveis<sup>114</sup>, que participaram activamente no movimento corticeiro nacional<sup>115</sup>. Em 1890, o Governador Civil de Faro reportava que os corticeiros silvenses, na sua maioria, professavam os ideários socialista e anarquista<sup>116</sup>.

Pela sua longa tradição de luta, a Associação de Classe silvense era muito respeitada no seio das suas congéneres.

A Associação de Classe dos Corticeiros de Silves atravessou todo o primeiro terço do século XX, dirigindo o movimento operário silvense e sendo responsável por todas as greves e protestos dos corticeiros nos tempos da Monarquia<sup>117</sup> e da I República<sup>118</sup>. Para responder às necessidades desta classe tão desvalida, a Associação de Classe criou a “Caixa de Socorros 1º de Março”, em 1907<sup>119</sup>, e promoveu a criação de uma cooperativa de consumo “A Recuperadora Silvense”, existente pelo menos desde 1909<sup>120</sup>, e da “Cooperativa de Produção Social Silvense”, em 1911<sup>121</sup>. Já teria havido, pelo menos a

---

<sup>114</sup> A Associação de Classe dos Corticeiros de Silves foi um “verdadeiro viveiro de militantes sindicalistas”. Destacaram-se Miguel Lopes Nolasco, um dos primeiros presidentes da Associação de Classe, Agostinho da Tur André (Agostinho Espanhol), Joaquim Rodrigues, Bartolomeu Constantino, Sebastião Eugénio, José Francisco Roma, Domingos dos Santos Passarinho, Daniel Pincho e José dos Reis Sequeira, entre outros. Eram conhecidos no meio operário nacional pela sua combatividade e muito acarinhados em Silves onde participavam em sessões de esclarecimento, de agitação e propaganda.

<sup>115</sup> Congressos corticeiros: I Congresso (19 a 22 de Outubro de 1912, em Lisboa); II Congresso (1 a 3 de Agosto de 1920); III Congresso (2 a 5 de Novembro de 1924, em Castelo Branco). Em 1929, houve uma reunião alargada do conselho federal no Seixal. Também dei conta da presença de delegados corticeiros e de outras associações silvenses nos III e IV Congressos Nacionais Operários, em 1922 e 1925, respectivamente.

<sup>116</sup> Cf. ADF, *Livros Copiadores de Correspondência Confidencial do Governador Civil*, Livro 305 (1873-1918), Ofício ao Ministério do Reino, de 6 de Abril de 1890.

<sup>117</sup> A luta pela redução do horário de trabalho e por melhor salário movimentou desde sempre os operários de Silves. Nos tempos da Monarquia, dei conta de greves dos corticeiros silvenses nos anos de 1886, 1893, 1909 e 1910.

<sup>118</sup> Cf. João Madeira, «Silves e o movimento operário», in Maria da Graça Marques (Coord.), *Ob. Cit.*, pp. 469-472.

<sup>119</sup> Cf. *O Corticeiro*, n.º 137, 6 de Janeiro de 1912, p. 1, «Silves» e *O Corticeiro*, n.º 139, 20 de Janeiro de 1912, p. 4, «Silves». Segundo esta fonte, os corpos gerentes eleitos eram Manuel do Rosário, Miguel Lopes Nolasco, Alfredo Costa e João Silvestre.

<sup>120</sup> Cf. *O Corticeiro*, n.º 28, 20 de Novembro de 1909, p. 3, «O corticeiro em Silves». A última informação que encontrei referente a esta cooperativa data de 1914. Cf. AMS, LCAC, lv. 40, copiad. n.º 13, fl. 61, 6 de Janeiro de 1914.

<sup>121</sup> Cf. *O Corticeiro*, n.º 160, 21 de Julho de 1912, p. 2, «Silves» e p. 3, «Silves». Este jornal informava que esta cooperativa existia desde 1911. Por seu lado, Sacuntala de Miranda indica o ano de 1912 como o da sua fundação. Cf. Sacuntala de Miranda, *Portugal: o círculo vicioso da dependência (1890-1939)*, Teorema, Lisboa, 1991, p. 85.



intenção de criar uma “Cooperativa Silvense” em 1908, mas nada apurei sobre a sua efectivação e sobre o seu percurso<sup>122</sup>.

A importância da Associação de Classe dos Operários Corticeiros decorreu de uma cultura de resistência, que foi crescendo proporcionalmente aos sinais de decadência industrial. Assim, as ideias republicanas encontraram campo fecundo em Silves. A cidade apresentava características do ponto de vista social que, à partida, a tornavam permeável às ideias de reforma apregoadas “aos quatro ventos” pelos republicanos. No entanto, as relações e tensões entre o operariado e a República foram controversas e agravaram-se com o passar dos anos.

A implantação da República em Silves deu-se durante uma greve de corticeiros e o novo regime não começou da melhor maneira. Nesta greve, Sebastião Serol, um operário corticeiro, foi morto “pelos janízaros do novo regime”<sup>123</sup>. Desde aí, a administração republicana local viu-se constantemente a braços com as enormes dificuldades que lhe eram levantadas pelos movimentos grevistas<sup>124</sup>. Apesar dos novos poderes pedirem alguma paciência aos operários para a resolução dos seus problemas, pouco a pouco foi-se-lhes tornando visível que a burguesia continuava a dominar na República, tal como sucedera no regime deposto. Por isso, os operários, “sem trabalho e semi-mortos de fome”<sup>125</sup>, diziam já não se importar se quem mandava eram “azuis ou verdes”<sup>126</sup>.

Depois de 1910, o movimento associativo operário progrediu consideravelmente e a actividade dos organismos sindicais aumentou de tal modo que, de repente, “as greves tornaram-se epidémicas”<sup>127</sup>.

Os poderes republicanos pediam “um bocadinho de paciência, senhores, que Roma e Pavia não se fizeram num dia”<sup>128</sup>. De facto, os republicanos acreditavam ser possível alcançar o equilíbrio entre interesses operários e patronais. À medida que isto se foi revelando impossível, o divórcio entre o movimento sindical e os poderes republicanos

---

<sup>122</sup> Cf. *Notícias de Silves*, n.º 7, 30 de Agosto de 1908, p. 1, «Cooperativa». A comissão instaladora da cooperativa era constituída por Francisco António Santana, José Correia Júnior, José Calvário, Sebastião Viola, Salvador Salema, Francisco Cabrita, José de Roma e Julião Quintinha.

<sup>123</sup> Cf. *O Corticeiro*, n.º 125, 14 de Outubro de 1911, p. 2, «Silves».

<sup>124</sup> Na I República, encontrámos greves dos corticeiros silvenses ou dos seus subgrupos profissionais em 1910, 1911, 1912, 1913, 1918, 1920, 1924 e 1925.

<sup>125</sup> Cf. *O Corticeiro*, n.º 125, 14 de Outubro de 1911, p. 2, «Silves».

<sup>126</sup> *Ibidem*.

<sup>127</sup> Cf. *O Silvense*, n.º 22, 8 de Dezembro de 1910, p. 1, «Greves».

<sup>128</sup> *Ibidem*.

locais foi-se acentuando. As esperanças depositadas na nova política cedo se dissiparam: “Os burgueses monárquicos ou republicanos são todos os mesmos”<sup>129</sup>.

O movimento operário silvense revelou-se muito ligado ao modelo de sindicalismo proposto pelos anarquistas. Encontramos, por isso, na sua actuação, os valores da ideologia libertária, na qual o conceito de solidariedade, longe de ser apenas um processo técnico de mobilização, constituía um valor essencial. A estreita relação que se estabeleceu entre o movimento operário corticeiro silvense e o movimento operário conserveiro e marítimo portimonense produziram várias greves conjuntas e acções de solidariedade recíprocas<sup>130</sup>. A ligação entre Silves e Portimão fazia-se pelo rio Arade, pelo qual se escoava toda a exportação de Silves. As fragatas de Portimão subiam o rio e conduziam a carga a bordo dos navios que arribavam a Portimão. Os operários de ambas as terras promoviam ajuda mútua nas suas reivindicações<sup>131</sup>. Era à secção do pessoal de fragatas e motoristas marítimos a que a Associação dos Corticeiros se dirigia, quando estava a eclodir uma greve, pedindo àqueles que não viessem carregar<sup>132</sup>.

O “grande apóstolo da Anarquia”<sup>133</sup>, o libertário portimonense José Negrão Büisel<sup>134</sup>, destacou-se na defesa dos corticeiros de Silves. De tal modo o fez, que a Associação Corticeira de Silves propôs que os corticeiros o levassem como deputado seu à Assembleia Constituinte<sup>135</sup>. A sua incessante actividade política desdobrava-se em sessões de propaganda, comícios, manifestações, palestras culturais, científicas e anticlericais pelas associações operárias de toda a região, provocando grandes tensões com as entidades patronais locais. O Administrador do Concelho sabia do seu papel “para que os operários de Silves se agrupassem em volta da bandeira sindicalista”<sup>136</sup>.

A crise conduziu, em 1912, ao encerramento da fábrica “Vilarinho & Sobrinho”,

---

<sup>129</sup> Cf. *O Corticeiro*, n.º 126, 21 de Outubro de 1911, pp. 1 e 2, «Há um ano».

<sup>130</sup> Cf. *Alma Algarvia*, n.º 130, 31 de Agosto de 1913, p. 3, «Silves, 29 de Agosto de 1913 – Um acto benemérito».

<sup>131</sup> Cf. José dos Reis Sequeira, *Ob. Cit.*, pp. 52-58.

<sup>132</sup> Cf. Maria João Raminhos Duarte, *Portimão, Industriais conserveiros na 1ª metade do século XX*, Colibri, 2003, pp. 103-104.

<sup>133</sup> Cf. *A Revolta*, n.º 3, 19 de Janeiro de 1913, p. 1, «Portimão».

<sup>134</sup> Cf. Maria João Raminhos Duarte, *Portimão, Ob. Cit.*, pp. 90-96.

<sup>135</sup> Cf. *O Silvense*, n.º 43, 4 de Maio de 1911, p. 2, «1º de Maio».

<sup>136</sup> Cf. AMS, LCAC, lv. 39, copiador n.º 11, fl. 82, 14 de Maio de 1913.

uma das maiores e mais antigas corticeiras de Silves e do país<sup>137</sup>, que lançou no desemprego 400 operários. A precariedade e irregularidade do emprego foram uma constante preocupação da Associação Corticeira silvense. Julião Quintinha, um republicano muito próximo do operariado, denunciava a incapacidade da República. “Em Silves há fome!”<sup>138</sup>. Os operários – cerca de 500 desempregados – mendigavam à noite pelas ruas da cidade.

Em Silves, o desenvolvimento associativo durante a I República traduziu-se na criação da Associação de Classe da Construção Civil<sup>139</sup>, do Sindicato dos Carroceiros, da Associação de Classe dos Manufactores de Calçado<sup>140</sup>, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e da Associação dos Empregados no Comércio de Silves<sup>141</sup>. Parece ter existido uma Associação local de Caixeiros, responsável por um jornal em Silves, *O Caixeiro Moderno*<sup>142</sup>, um quinzenário defensor dos direitos dessa classe. Também encontrei referências a uma Associação dos Tecelões<sup>143</sup> e a uma Associação Mista<sup>144</sup>.

---

<sup>137</sup> Cf. Carlos da Fonseca, *História do movimento operário e das ideias socialistas em Portugal, IV Greves e agitação operária* (1ª parte), Europa-América, (Estudos e documentos; 154), Vol. I, Mem Martins, 1980, p. 89.

<sup>138</sup> Cf. *Alma Algarvia* n.º 55, 24 de Março de 1912, p. 1, «Editorial» (artigo de Julião Quintinha).

<sup>139</sup> Cf. *O Silvense*, n.º 20, 19 de Novembro de 1910, p. 3, «Movimento associativo» e *O Sindicalista*, n.º 15, 19 de Fevereiro de 1911, p. 4, «Silves». A Associação de Classe da Construção Civil de Silves foi fundada a 1 de Dezembro de 1910. Contava, em Fevereiro de 1911, com 53 sócios, desde carpinteiros, pedreiros, estucadores, pintores, caiadores e calceteiros. A associação silvense apoiou *O Sindicalista*, para que em toda a província do Algarve se movimentasse o operariado de forma a conquistar o horário das 8 horas de trabalho.

<sup>140</sup> A Associação de Classe dos Manufactores de Calçado foi fundada em data que desconheço. Em Julho de 1911, faziam-se esforços para a sua formação e em 1912 já funcionava, dirigindo as reivindicações dos sapateiros silvenses e dando a sua adesão ao Congresso Nacional da Indústria de Calçado, que se realizou em Lisboa em Abril de 1913. Cf. *O Sindicalista*, n.º 108, 22 de Dezembro de 1912, p. 2, «Silves» e *O Manufacturer*, n.º 2, 1 de Novembro de 1912, p. 4, «Silves».

<sup>141</sup> Esta associação foi fundada a 7 de Janeiro de 1911 por um grupo de jovens republicanos. Os seus fundadores foram José Alves Aleixo, Joaquim de Oliveira Júnior, Carlos Martins Horta, Vicente do Carmo Júnior, Francisco Louçã, Manuel José Soares, Manuel Lopes de Almeida, Frederico Pais e António Carvalho. A sua primeira sede foi no Edifício da Associação Corticeira, mas posteriormente estabeleceram-se em sede própria. Esta primeira geração de sócios ascendeu ao patronato. Uns ausentaram-se da cidade e outros abandonaram as lides associativas.

<sup>142</sup> *O Caixeiro Moderno* foi fundado a 8 de Junho de 1919 e extinguiu-se em Agosto de 1919 (?). Cf. José Carlos Vilhena Mesquita, *História da Imprensa do Algarve – II, Ob. Cit.*, pp. 374 e 375. O facto dos seus fundadores e colaboradores serem praticamente os mesmos da Associação dos Empregados no Comércio levou-me a considerar a hipótese de “os caixeiros” serem uma secção da referida Associação. Não foi possível a consulta de *O Caixeiro Moderno* na Biblioteca Nacional.

<sup>143</sup> Desconheço a data da sua fundação. Esta associação solidarizava-se a maior parte das vezes com as greves dos corticeiros. Destacaram-se nesta associação os sindicalistas Sebastião Botão, delegado dos tecelões, José Domingos, Manuel Ramos, José Martins Anta e José Abel.

<sup>144</sup> Cf. *O Corticeiro*, n.º 102, 6 de Maio de 1911, p. 1, «O 1º de Maio em Silves». Esta associação mista deveria agrupar outros grupos profissionais, integrados na Associação de Classe Corticeira silvense,

Foi a partir da Associação da Classe Corticeira que se constituíram outros grupos de carácter político, ideologicamente anarquistas, nomeadamente o Grupo “A Liberdade, Educação e Instrução”<sup>145</sup> e o núcleo local da Juventude Sindicalista<sup>146</sup>, “pois os jovens [estavam] animados da melhor boa vontade em auxiliar a sacrossanta cruzada da nossa emancipação”<sup>147</sup>.

O fervor das ideias libertárias também se fazia sentir fora da cidade, alastrando pelo concelho. Numa terra pequena como Messines<sup>148</sup>, estava instalada a sede da União Sindical Local, que tinha uma biblioteca e uma escola para os operários analfabetos e seus filhos. No Sindicato da Construção Civil havia um grupo dramático, que promovia sessões de leitura comentada e, uma ou outra vez, a ida de militantes que faziam palestras ou conferências. Existiu também um Sindicato Rural, uma cooperativa e um núcleo das Juventudes Sindicalistas<sup>149</sup>. Criou-se ainda uma “Aliança Libertária”, formada por alguns grupos de simpatizantes libertários<sup>150</sup>.

O jornal operário *A Batalha*, vendido por José Castanheira, era o jornal mais lido na cidade de Silves<sup>151</sup>. A Associação de Classe promoveu uma festa de homenagem ao jornal, à imagem da que tinha sido feita em Lisboa no Coliseu dos Recreios. Os operários de Silves não quiseram “deixar-se ficar para trás. (...) A luta de *A Batalha* era a sua luta”<sup>152</sup>. O Teatro Mascarenhas Gregório foi cedido graciosamente, e a assistência excedeu

---

nomeadamente as costureiras, que participaram em lutas em 1910 e 1911. Todos se socorriam daquele espaço, oferecido pelos corticeiros, para se instalar e lutar pelos interesses da sua classe. Existem múltiplos testemunhos desta situação de coabitação de operários de ofícios diferentes na Associação de Classe da Indústria Corticeira.

<sup>145</sup> Cf. João Madeira, «Os Corticeiros de Silves e o Movimento Social», in *Museu da Cortiça da Fábrica do Inglês*, Ob. Cit., p. 132.

<sup>146</sup> Existiam três núcleos das Juventudes Socialistas no Algarve: Silves, Messines e Faro. Em Silves, a sua fundação data de 1920 e a sua primeira reunião foi a 26 de Setembro de 1920. Relativamente a este núcleo figuram nas páginas de *O Despertar*, “órgão da Mocidade Sindicalista Revolucionária”, informações sumárias sobre a sua vida interna. Cf. *O Despertar*, n.º 16, de 7 de Junho de 1923 e n.º 22, de 21 de Julho de 1923 e BN, AHS, esp. N61, Núcleo outros militantes, cx. 59, mç. 1176.

<sup>147</sup> Cf. *A Batalha*, n.º 546, 8 de Outubro de 1920, p. 2, «A Batalha na província e arredores».

<sup>148</sup> Em Messines, destacaram-se os anarquistas José Inácio, António Pedro Lebre, Joaquim Inácio, José da Silva, Pedro dos Reis, Serafim Serrinhas, Serafim Pacheco, António Matias, Ramiro da Silva, Alberto Montes, Campanelas, José Eduardo, José Inácio Júnior, entre outros.

<sup>149</sup> O núcleo de Messines esteve presente no I Congresso Nacional das Juventudes Sindicalistas, em 1921, em Lisboa. Cf. Ramiro da Costa, *Elementos*, Ob. Cit., p. 217.

<sup>150</sup> Cf. BN, Arquivo Histórico Social N 61, Núcleo outros militantes, José Correia Pires, *Possível resposta*, de 9 de Março de 1974, dactilografado, [s.l.], [Almada], pp. 1-3.

<sup>151</sup> Cf. José dos Reis Sequeira, Ob. Cit., p. 312.

<sup>152</sup> Idem, *Ibidem*.

largamente a capacidade do Teatro. “Comparando as populações de Lisboa e de Silves, nós suplantámos muitas vezes a assistência no Coliseu”<sup>153</sup>. Foi exibida a peça os “Gatunos de luva branca”, interpretada pelo grupo cénico dos ferroviários de “Sul e Sueste”. O espectáculo terminou com o hino de *A Batalha* e “nenhuma boca ficava fechada”<sup>154</sup>.

Outros periódicos operários povoavam as associações operárias do concelho. Eram lidos avidamente pelos alfabetizados. Aos analfabetos, a maioria, os jornais eram lidos em voz alta por um camarada que já dominasse as letras.

O republicaníssimo *Voz do Sul* bradava contra a influência perniciosa dos seus congéneres: os “jornais mercenários revoltados e revoltosos e os cantadores perniciosos que, pretendendo arvorar-se em Lenines, exploram sob a capa de protecção, o operariado vivendo à sua custa”<sup>155</sup>.

A situação da guerra agravou as precárias condições da indústria<sup>156</sup> e a vida do operariado. No conflito, Portugal perdera muitos dos seus principais mercados de exportação da cortiça manufacturada, a Alemanha, a Rússia, a Áustria e países balcânicos. Segundo Abílio Brás Machado<sup>157</sup>, estava em curso uma crise de “super produção”, havendo um stock muito superior ao consumo e, a seu ver, a única solução para “salvar a indústria [era] a maquinaria moderna”<sup>158</sup>.

Destacados republicanos silvenses tentaram amenizar as agruras da população operária e mitigar a sua fome, organizando uma “Cooperativa de Consumo”<sup>159</sup>.

---

<sup>153</sup> Idem, *Ibidem*, p. 314.

<sup>154</sup> Idem, *Ibidem*, p. 316.

<sup>155</sup> Cf. *Voz do Sul*, n.º 194, 4 de Maio de 1921, p. 1, «Comentando».

<sup>156</sup> Cf. João Madeira, «Silves, os corticeiros e a sua Associação de Classe, “Pão, Luz e Liberdade”», in *IV Jornadas de Silves, Ob. Cit.*, Outubro de 1996, p. 187.

<sup>157</sup> De Abílio Brás Machado pouco consegui apurar. Foi um dos candidatos republicanos eleitos nas eleições municipais de 1908. Exerceu cargos políticos na I República, tendo pertencido à Comissão Municipal Republicana em 1910 e sido Presidente da CM de Silves em 1912 e Administrador do Concelho em 1912, 1926, 1928-1931. No decurso da I Grande Guerra, em 1915, tomou de arrendamento a velha fábrica Vilarinho, que encerrara em 1912. Pertenceu à comissão organizadora de uma Cooperativa de consumo em Silves, no ano de 1916. Iniciou-se na indústria conserveira em 1923, em Portimão, fazendo parte da sociedade “Portugália Industrial, Lda.” com João Josino da Costa. Em 1927, presidiu à Assembleia-Geral da Associação Comercial e Industrial de Silves. Deixou o cargo de Administrador do Concelho de Silves em situação de conflito com os poderes ditatoriais.

<sup>158</sup> Cf. *Terra Algarvia*, n.º 2, 5 de Maio de 1921, p. 1, «A indústria da cortiça».

<sup>159</sup> Cf. *Voz do Sul*, n.º 10, 10 de Dezembro de 1916, p. 5, «Cooperativa de consumo em Silves». Da Comissão Organizadora faziam parte Francisco Vieira, José de Roma, Abelho Laranjo, João José Duarte, César Lança, José Ramirez Velhinho, Abílio Brás Machado, Maurício Serafim Monteiro, José Álvares Marques, Henrique Martins, Julião Quintinha, Lino Anes Carmo, Jaime Pinto Serra, José António Duarte e Rosado Garcia.

Em reunião no “Clube Recreativo Silvense” foi fundado o “Sindicato Agrícola de Silves”<sup>160</sup>.

Era comum que, para resolver muitos dos problemas da indústria e do operariado, a Associação de Classe da Indústria Corticeira de Silves convidasse os industriais para reuniões com os dirigentes operários<sup>161</sup>.

Na conjuntura da I Guerra foi notória a convergência dos industriais e do operariado num interesse comum: ambos reivindicavam a proibição da exportação da cortiça em bruto ou em prancha, o factor mais prejudicial à indústria.

Por uma questão de solidariedade com os aliados, os delegados da Associação de Classe dos Corticeiros de Silves apresentaram ao Administrador do Concelho uma mensagem de protesto contra os massacres feitos pelos alemães na Bélgica<sup>162</sup>.

A situação do operariado silvense era tão grave que se constituiu uma comissão para organizar uma sopa para pobres, “visto a imensa miséria que lavra em Silves”<sup>163</sup>. Essa comissão fez a experiência e parece ter tido algum resultado<sup>164</sup>.

O agravamento da crise de subsistências e a fome levaram a que, em finais de 1917, uma multidão exaltada se dirigisse à Câmara Municipal, tendo havido algumas escaramuças entre os manifestantes e a GNR<sup>165</sup>. No ano seguinte, muitas fábricas estiveram encerradas, afectando gravemente a vida económica da cidade, paralisando-a. Uma comissão, composta pelos industriais João Vitorino Mealha e Taveira de Magalhães, foi a Lisboa, sendo recebida por Sidónio Pais<sup>166</sup>, mas sem resultado prático. O facto é que a situação da indústria e do operariado não se alterou.

Era cada vez mais visível que o divórcio entre os operários e a República estava consumado. A República assumia e defendia, finalmente, a sua vertente predominantemente burguesa. O Governador Civil de Faro dirigiu um questionário de carácter sigiloso a todos os Administradores de Concelho, para serem averiguadas todas as

---

<sup>160</sup> Cf. *Voz do Sul*, n.º 13, 31 de Dezembro de 1916, p. 2, «Sindicato Agrícola».

<sup>161</sup> *Ibidem*, n.º 20, 18 de Fevereiro de 1917, p. 1, «Importante reunião em Silves».

<sup>162</sup> *Ibidem*, n.º 19, 11 de Fevereiro de 1917, p. 4, «Protesto operário».

<sup>163</sup> *Ibidem*, n.º 27, 8 de Abril de 1917, p. 5, «Subsistências». A comissão era composta por Carlos Ventura Abrantes, José Gabriel Pinto, Francisco Vieira, Maurício Serafim Monteiro, Julião Quintinha, João José Duarte, Frederico de Castro e João Lopes Ramires.

<sup>164</sup> *Ibidem*, n.º 33, 20 de Maio de 1917, p. 2, «Sopa para pobres» e n.º 34, 27 de Maio de 1917, p. 5, «A sopa dos pobres em Silves».

<sup>165</sup> *Ibidem*, n.º 51, 30 de Setembro de 1917, p. 1, «Movimento em Silves».

<sup>166</sup> *Ibidem*, n.º 74, 8 de Abril de 1918, p. 1, «Muito grave».

federações, sociedades e associações de carácter proletário e respectivos elementos “agitadores”<sup>167</sup>.

A Greve Geral de 1918, que teve em Silves uma modesta expressão<sup>168</sup>, e as acções operárias subsequentes atestam a decadência do movimento, dividido pelas lutas intestinas dos seus activistas e pelo declínio da militância sindical.

As restantes tentativas de greve conduziram, nesse ano, à prisão e ao desemprego a maior parte dos activistas sindicais.

O eco da revolução russa fazia-se sentir em Silves e o apoio dos anarquistas silvesenses era inequívoco. A 16 de Fevereiro de 1920, Virgílio Bernardo, José Rodrigues Palminha, José Angelino, Manuel Pessanha<sup>169</sup>, Raul Cartacho e António Barradas foram presos por andarem “percorrendo as ruas da cidade de Silves dando vivas ao bolchevismo, à Rússia Nova, e morras à República”<sup>170</sup>. Foram imediatamente admoestados pelo Administrador do Concelho que quis impedir a continuação daquela celebração. Além de não acatarem a ordem do Administrador, “o José Angelino, por alcunha o José Ranhoso, atirou-lhe com uma garrafa, que o não atingiu”<sup>171</sup>.

Mas o movimento operário já tinha, nesta altura, perdido a pujança dos primeiros tempos da República<sup>172</sup>. A criação da cooperativa operária “A Compensadora”<sup>173</sup>, em

---

<sup>167</sup> Cf. ADF, *Livros Copiadores de Correspondência Confidencial do Governador Civil*, Livro 305 (1873-1918), ofício n.º 77, aos Administradores do Concelho, de 5 de Agosto de 1919.

<sup>168</sup> Ao contrário de Silves, em Portimão a greve tomou proporções alarmantes. Cf. Maria João Raminhos Duarte, *Portimão, Ob. Cit.*, pp. 104 e 105.

<sup>169</sup> Manuel Pessanha, filho de José Pessanha e de Catarina da Conceição, nasceu em Silves, a 27 de Julho de 1906. Este operário corticeiro e militante anarco-sindicalista destacou-se na organização e nos acontecimentos da greve geral de 18 de Janeiro de 1934. Tomou parte em reuniões preparatórias do movimento e teve à sua guarda seis bombas que enterrou junto de um moinho. Terá arrombado a porta da Associação e hasteado a bandeira da Associação de Classe Corticeira, entretanto encerrada. Percorreu as fábricas de Silves, incitando os operários à greve. Conseguiu fugir para a serra com Francisco Nicolau, mas acabou por ser preso, alguns meses depois, numa vila do Alentejo, onde se tornara conhecido. Foi julgado e condenado pelo TME, a 4 de Junho de 1934, a doze anos de degredo. A 23 de Setembro de 1934 seguiu para Angra do Heroísmo. Foi transferido para Cabo Verde, a 23 de Outubro de 1936, tendo regressado a Lisboa no paquete Guiné, a 1 de Fevereiro de 1946. Voltou para Silves, onde continuou a exercer a sua profissão. Abandonou completamente a actividade política. Depois do 25 de Abril de 1974, Manuel Pessanha aderiu ao PS. Faleceu em Silves, a 18 de Fevereiro de 1985.

<sup>170</sup> Cf. ADF, LCCGC, n.º 002/515, fl. 691, de 18 de Março de 1920.

<sup>171</sup> Ibidem.

<sup>172</sup> José dos Reis Sequeira conta-nos que, na década de 20, os filiados na Associação de Classe Corticeira eram à volta de 1000. Nestes, havia 800 “corticeiros firmes na sua filiação” e 200 “volantes”. Havia ainda os sócios auxiliares que, não pertencendo à classe, se associavam e eram solidários com a classe corticeira.

<sup>173</sup> Cf. ACOC, Livro de Actas, Acta n.º 1 da Sessão de 9 de Abril de 1921. A Associação de Classe dos Operários Corticeiros de Silves reuniu esforços para a constituição de uma cooperativa de consumo com vista

1921, constituiu mais uma tentativa da Associação de Classe para atenuar a fome do operariado silvense. Na cidade, o mutualismo operário praticava-se largamente, de forma original, entre os elementos de inúmeros grupos. Os que se inscrevessem, ficavam imediatamente comprometidos a cobrir com o seu salário qualquer outro elemento do grupo que adoecesse e não pudesse trabalhar. O acordo era verbal, mas a doença devia ser comprovada por um médico. “Destes grupos havia dezenas deles na cidade e desta maneira simples e prática supria-se a falta de instituições de previdência<sup>174</sup>”.

Como observámos, o sindicalismo em Silves até 1920 foi um “sindicalismo de ofício”, no que se refere às suas estruturas organizacionais, e as suas reivindicações eram relativas a salários e horários, bem como à abolição da exportação da cortiça em bruto e em prancha.

A Associação era um local de resistência e de luta, mas também de convívio, de aprendizagem e de solidariedade<sup>175</sup>. Nesse período, correspondente ao primeiro terço do século XX, a Associação de Classe dispunha de instalações próprias para reuniões, trabalho e convívio. A sua sede estava permanentemente aberta, tendo muita frequência nas noites de Inverno.

A Associação era o centro da vida operária corticeira, nas suas dimensões económica, social, cultural e recreativa. Era uma família<sup>176</sup>. O seu papel educativo era poderoso. Possuía uma biblioteca que tinha muita literatura operária, bem como jornais e revistas. Havia frequentemente sessões de propaganda de doutrina social e sindical e conferências de carácter profiláctico e educativo. Inicialmente aí funcionara uma escola diurna, fundada em 1907, e que no ano seguinte já possuía 115 alunos<sup>177</sup> e premiava os

---

à satisfação das necessidades dos seus membros na aquisição de bens de consumo básicos, evitando, deste modo, a sua dependência de actividades especulativas. Na consulta feita às séries do *Diário do Governo*, não encontrei qualquer referência à cooperativa, nem aos seus estatutos. No entanto, em folhas soltas, manuscritas e não catalogadas no seu arquivo, recolhi dados que informam que a cooperativa foi reconhecida como de utilidade pública por portaria de 11 de Outubro de 1924 e que os seus estatutos foram publicados no *Diário do Governo* de 21 de Julho de 1921. Esta cooperativa, como as que lhe antecederam, apesar da estreita ligação à Associação de Classe dos corticeiros, tinha autonomia administrativa e financeira. Os seus mais destacados dirigentes foram Daniel Pincho, Hermenegildo Tomás Ribeiro, José Castanheiro, Domingos dos Santos Passarinho, José Francisco Cabrita, Joaquim Cabrita, Aarão da Luz Rocha, Pedro Baptista, José de Paula Guerreiro, António Alves Correia e João Abala-Matos.

<sup>174</sup> Cf. José dos Reis Sequeira, *Ob. Cit.*, p. 42.

<sup>175</sup> A Associação de Classe apoiava uma caixa de socorros mútuos.

<sup>176</sup> Cf. José dos Reis Sequeira, *Ob. Cit.*, p. 30.

<sup>177</sup> Cf. *Notícias de Silves*, n.º 17, de 10 de Dezembro de 1908, p. 1, «Festa escolar».



melhores. Posteriormente, a escola passou a nocturna para alfabetização dos operários<sup>178</sup>. A Associação tinha ainda um grupo de teatro, uma pequena banda filarmónica e uma carreta funerária.

A sede ficava num edifício muito antigo, de 1º andar, na Rua Portas de Loulé<sup>179</sup>. Em 1921, por morte do senhorio, surgiu a possibilidade de comprar o edifício, o que foi conseguido através de uma subscrição de acções entre os associados, cuja importância foi depois reembolsada por sorteios que se realizaram mensalmente, conforme as posses sindicais. A adesão dos corticeiros foi enorme e o negócio foi coroado com êxito. Animados com a facilidade do negócio, utilizaram o mesmo esquema para proceder à construção de um segundo piso, onde se faria “um salão que pudesse conter todos os sócios, ainda que de pé”<sup>180</sup>, e onde seria construído um palco para a realização de representações teatrais. As divisões do rés-do-chão ficaram ocupadas por uma cooperativa de consumo. Aí ficava também a garagem da carreta funerária. No 1º andar funcionava o serviço de cobrança de quotas. No 2º andar, havia a escola, o salão grande e outras divisões que albergavam outras associações de classe locais de menor envergadura. Foi depois da construção do segundo piso que os corticeiros quiseram imortalizar na sua fachada os princípios basilares da sua Associação. Em letras grandes e moldadas em alto-relevo, escreveram “Pão, Luz e Liberdade A. Corticeira”<sup>181</sup>.

A Assembleia-Geral da Associação reunia ordinariamente todos os meses e extraordinariamente quando havia um assunto de importância a tratar. As reuniões da Direcção eram semanais. As reuniões da classe eram anunciadas por avisos afixados às

---

<sup>178</sup> Na primeira fase da escola da AC, o professor foi o republicano Pedro Ponce e, posteriormente Fernando Francisco da Silva (Fernando Boi). Na escola nocturna, o professor foi Constantino Jesus Azevedo, amanuense da CM de Silves.

<sup>179</sup> O edifício pertencia à família monárquica Telles. Joaquim Gonçalves, meu entrevistado, conta que velhos corticeiros lhe contaram a história de Guilherme Telles, um dos últimos herdeiros desta família. No tempo da Inquisição, teria havido, na Sé de Silves, o julgamento da família Telles, devido a uma informação da família Mascarenhas. Em resultado do julgamento inquisitorial e, apesar de não ter havido “fogueira”, a família Telles perdeu todos os seus bens, exceptuando a casa onde residia em Silves. Guilherme Telles, o último habitante da casa, tornou-se conhecido por ser operário corticeiro, devido à falta de recursos económicos. Era muito comentado, na altura, o facto de Silves ter um aristocrata como operário corticeiro. Após a sua morte, instalou-se no edifício a Associação de Classe e, mais tarde, os herdeiros venderam-no aos corticeiros.

<sup>180</sup> Cf. José dos Reis Sequeira, *Ob. Cit.*, p. 32. O salão comportava cerca de 250 pessoas de pé.

<sup>181</sup> *Idem, Ibidem*, p. 33. O A abreviado significava Associação. Segundo consegui apurar terá sido o Administrador do Concelho, o Tenente José Caetano, na presidência de Salvador Gomes Vilarinho, quem mandou retirar as palavras “Pão, Luz e Liberdade A. Corticeira” da fachada do edifício da velha Associação de Classe, o que obrigou a um trabalho de monta, pois, sendo em relevo, mesmo depois de arrancadas ainda se liam na parede vazia.

portas das fábricas, chegando, em casos de urgência maior, a serem feitas de dia na hora de trabalho. E “a classe corticeira respondia sempre à chamada do seu sindicato duma forma unânime”<sup>182</sup>. A hegemonia dos corticeiros no operariado silvense teve como consequência não se ter constituído, em Silves, uma União de Sindicatos Local, ao contrário do que sucedeu em Lagos, Portimão, Faro e Olhão<sup>183</sup>. Talvez por o número de operários silvenses noutras indústrias ser pouco significativo, pouco consegui apurar sobre a sua organização<sup>184</sup>.

O núcleo da Juventude Sindicalista de Silves também tinha uma biblioteca e um grupo dramático, de teatro livre, “O Despertar”, que animava as récitas e os espectáculos de variedades, de repertório popular, que terminavam apoteoticamente com o hino “A Internacional”, cantada em coro por todo o grupo, que a assistência ovacionava em grande euforia<sup>185</sup>.

Foi este o ambiente que André Luís Bós<sup>186</sup> encontrou na sua chegada a Silves. Não deverá ter desgostado, uma vez que se dizia, em Londres, que “ele era um pouco socialista, mas moderado”<sup>187</sup>.

Foi nos anos de 1923-25 que a indústria corticeira mais sentiu o agravamento da carga tributária, da contribuição industrial e doutros impostos, sendo, como indústria de exportação, muito atingida pela valorização do escudo de 1924. A agravar esta situação havia falta de matéria-prima. Os industriais desesperavam, esperando os vagões da CP com a cortiça, “que nunca chegavam”<sup>188</sup>.

---

<sup>182</sup> Cf. José dos Reis Sequeira, *Ob. Cit.*, p. 130.

<sup>183</sup> Cf. João Freire, *Anarquistas e operários: ideologia, ofício e práticas sociais*, Biblioteca das Ciências do Homem. Sociologia, epistemologia; 13, Afrontamento, Porto 1992, p. 227.

<sup>184</sup> O parque industrial silvense tinha, além das fábricas de cortiça, moagens, lagares, fumeiros e uma fábrica de cerâmica a vapor.

<sup>185</sup> Cf. José dos Reis Sequeira, *Ob. Cit.*, p. 44.

<sup>186</sup> André Luís Bós nasceu a 4 de Janeiro de 1892, em Baguet, na Catalunha. Era um exímio operário afinador de máquinas, que foi para Silves para a fábrica “Avern”, enviado pela empresa “Talleres Trill de Palafrugell”, empresa reputada no fabrico de maquinaria para a indústria e a principal fornecedora das máquinas adquiridas pela “Avern”. Em 1924 (1925?) fundou a sua própria oficina de metalomecânica que forneceu, ao longo de décadas, máquinas e peças a muitas empresas corticeiras. O seu progresso esteve ligado ao restabelecimento dos direitos alfandegários sobre a importação de maquinaria em 1928, pelo que iniciou a fabricação de cópias das máquinas e de peças, através dos catálogos das mais reputadas firmas estrangeiras. Faleceu em 1953.

<sup>187</sup> Cf. AHFI, Ofício da “Avern, Sons & Barris”, de Londres, de 22 de Novembro de 1921. (tradução nossa).

<sup>188</sup> Cf. AMS, Copiador n.º 38 de Correspondência do Administrador do Concelho, fls. 151, 188, 200 e 451.

As autoridades locais tentavam, a custo, conter e controlar as associações operárias que reclamavam medidas para atenuar a crise da indústria e o desemprego consequente.

Em Messines, os corticeiros José da Silva Benvindo, António Pedro Lebre, Mécio Guerreiro, José Cabrita Varela, Serafim Isabelinha, Isidro Diogo e Amadeu da Silva foram arguidos num processo-crime, que lhes moveu o Ministério Público, “pelo crime de terem dado vivas subversivos nesse povo”<sup>189</sup>.

Em 1924, o Sindicato Rural<sup>190</sup> liderou uma greve, cuja reclamação eram as 8 horas de trabalho<sup>191</sup>. A greve teve esmagadora adesão e durou três semanas<sup>192</sup>.

Uma comissão da Associação Corticeira<sup>193</sup>, na qual se destacou Domingos dos Santos Passarinho<sup>194</sup>, o então Presidente da Associação de Classe Corticeira, tentou acordar com os industriais a sua reclamação de 50% de aumento do salário<sup>195</sup> para fazer face à dramática situação vivida pela classe.

Mas a situação dos industriais também não era fácil. A burguesia industrial local tinha-se afastado dos partidos republicanos, virando-se para si própria, e procurava formar um bloco defensor dos seus interesses. Alegando que a secção de cortiças da Associação

---

<sup>189</sup> Cf. AMS, Copiador n.º 38 de Correspondência do Administrador do Concelho, fl. 22, Of.º ao Regedor da freguesia de Messines, de 30 de Outubro de 1923.

<sup>190</sup> Segundo José dos Reis Sequeira, o Sindicato Rural foi, depois da Associação Corticeira, a associação que reuniu o maior número de sócios, chegando a atingir à volta de 400 filiados. Os “rurais” de Silves podem ser considerados, hoje, os precursores do regime das 8 horas de trabalho no agro português.

<sup>191</sup> A Federação Rural, que já tinha feito cinco congressos, nunca tinha posto as 8 horas de trabalho como reivindicação. No entanto, o delegado da Federação Rural, José Joaquim Candieira, deslocou-se a Silves para dar assistência na greve. A reclamação era, naquela altura, utópica. Em consequência da greve, foi produzido um acordo de aumento salarial.

<sup>192</sup> Cf. José dos Reis Sequeira, *Ob. Cit.*, p. 38.

<sup>193</sup> A esta comissão pertenciam ainda João Vieira, Francisco Marques, Luís José e João Boto.

<sup>194</sup> Domingos dos Santos Passarinho, filho de Gabriel dos Santos e de Maria do Carmo, nasceu em Silves em 1891. Foi, no século XX, e especialmente durante a I República, o mais destacado dirigente anarquista da Associação de Classe dos Corticeiros de Silves. Era operário na fábrica “Avern, Sons & Barris”. Era um homem de estatura pequena, mas com uma invulgar capacidade de trabalho. Apesar de ter somente a instrução primária, era culto. Foi um autodidacta e era um bom orador. Foi muitos anos Presidente da AC e membro da Comissão Delegada dos Operários Corticeiros. Conduziu muitas greves com discernimento e sangue-frio. Era muito querido entre os corticeiros e respeitado pelos patrões. Era conhecido pelas gentes de Silves como o “Mestre Passarinho”. Era muito apreciado pela sua verticalidade, imparcialidade e dedicação à causa operária. Levou a cabo a organização da cooperativa de consumo “A Compensadora”, a compra da sua sede, a angariação de fundos para as obras e a colocação em situação de segurança, em tempo oportuno, da propriedade da Associação de Classe Corticeira, revelando uma perfeita visão dos acontecimentos, em consequência da Constituição de 1933. Foi várias vezes preso devido às greves. A sua última prisão foi na sequência do 18 de Janeiro de 1934. Foi condenado a 90 dias de prisão. Não se lhe conhece actividade política posterior. Era anticlerical, não baptizou os filhos, América e Lenine, e só estabeleceu casamento civil aos 80 anos. Faleceu a 24 de Maio de 1980, em Silves.

<sup>195</sup> Cf. AMS, Copiador n.º 38 de Correspondência do Administrador do Concelho, fl. 262, Ofício à “Avern, Sons & Barris”, de 3 de Abril de 1924.

Industrial Portuguesa proibia aos industriais o entendimento directo com a Associação Corticeira local, recusaram reunir-se e tomar “conhecimento das reclamações apresentadas”<sup>196</sup>.

As acções e os movimentos dos industriais silvenses revelam-nos que eles estavam interessados na queda do executivo democrático republicano e na formação de um governo mais conservador. Os industriais pretendiam um estado desembaraçado dos empecilhos, da partidocracia e da instabilidade inerente ao parlamentarismo, que conseguisse repor o equilíbrio orçamental, estabilizar a moeda, financiar o sector em crise, e que tivesse autoridade necessária para liquidar o movimento reivindicativo dos trabalhadores, isto é, dar satisfação às reivindicações patronais<sup>197</sup>.

Não sendo a reclamação dos operários sequer discutida, o Administrador do Concelho esperava alterações da ordem pública, pelo que solicitou ao Comandante da secção da Guarda Nacional as providências necessárias<sup>198</sup>. O Governador Civil ordenava ao Administrador de Concelho, e este aos regedores e à GNR, “não permitir manifestações, sobretudo quando nelas se façam vivas subversivas, com bandeiras pretas ou encarnadas”<sup>199</sup>.

Em Silves, vários foram os encontros, na Câmara Municipal, com o objectivo de aplainar divergências. Antevendo distúrbios, o Administrador do Concelho mandou colocar à porta do edifício dos Paços do Concelho, uma praça da GNR, “a fim de proibir que entrem grupos, porque estes podem provocar qualquer alteração da ordem, dentro deste edifício, durante a aludida reunião, ou mesmo depois, bem como por ditos ofenderem as pessoas (comissões) que de boa fé aqui vêm”.<sup>200</sup>

No seguimento da reivindicação salarial não atendida, no início de Maio de 1924, a Federação Corticeira proclamou uma greve geral do sector, a que o operariado silvense e a sua Associação de Classe aderiram. A greve, em Silves, arrastou-se por mais de um mês, gerando uma ampla solidariedade do operariado algarvio.

---

<sup>196</sup> Ibidem, fl. 267, Ofício ao Sr. Domingos Santos Passarinho, Presidente da Associação de Classe, de 4 de Abril de 1924.

<sup>197</sup> Cf. António José Telo, *Decadência e queda da I República Portuguesa*, Biblioteca de História, A Regra do Jogo, Lisboa, 1980, Vol. II, capítulo XII, pp. 150-155.

<sup>198</sup> Cf. AMS, Copiador n.º 38 de Correspondência do Administrador do Concelho, fl. 271, Ofício ao Comandante da secção da GNR de Silves, de 5 de Abril de 1924.

<sup>199</sup> Ibidem, fl. 295, Of.º ao Comandante da secção da GNR, de 11 de Abril de 1924.

<sup>200</sup> Cf. AMS, LCAC, lv. 66, copiador n.º 38, fls. 280, de 7 de Abril de 1924.

Durante as greves da Associação Corticeira de Silves, em 1924 (e também em 1925), os operários portimonenses prestaram preciosa solidariedade, acolhendo em suas casas os filhos dos grevistas silvesenses e providenciando, através de espectáculos de teatro e da angariação de fundos, a cada operário o custo das duas refeições diárias que eram feitas na cooperativa operária “A Compensadora”<sup>201</sup>.

O ambiente na cidade era efervescente e, por isso, as autoridades republicanas fizeram chegar a Silves dezasseis praças da Guarda Nacional Republicana, sendo seis de cavalaria e dez de infantaria<sup>202</sup>.

Foi uma greve bastante prolongada. Devido às dificuldades económicas e à fome que atingiu os operários e suas famílias, as crianças foram acolhidas por famílias doutros centros operários em Portimão, Lagos e Olhão<sup>203</sup>. A Associação de Classe Corticeira pediu autorização ao Administrador do Concelho para, no domingo seguinte, “sair a bandeira da mesma Associação e ir à estação dos caminhos-de-ferro desta cidade esperar as crianças, filhos de operários, que durante a greve última saíram de casa de suas famílias”<sup>204</sup>. O Administrador informou o Governador Civil. Este, por telegrama, não autorizou a manifestação, pelo que o Administrador solicitou ao Comandante da GNR de Silves “as necessárias providências para o caso de a dita Associação, ou seja quem for, proceder a manifestações nas ruas desta cidade”<sup>205</sup>. De imediato, o Administrador chamou o Presidente da Associação de Classe e mostrou-lhe o telegrama do Governador Civil<sup>206</sup>.

No Domingo seguinte, quinze dias após o término da greve, o regresso a casa de algumas crianças no primeiro comboio motivou a concentração de muita gente, e a passagem do cortejo no centro da cidade foi muito barulhenta, com “vivas e cantos”. No segundo comboio, que chegaria depois do meio-dia, viriam as crianças recolhidas no Sotavento.

---

<sup>201</sup> Cf. *O Povo de Silves*, n.º 2, 13 de Dezembro de 1925, p. 1, «Continua a greve da classe corticeira» e José dos Reis Sequeira, *Ob. Cit.*, p. 55.

<sup>202</sup> Cf. AMS, Copiador n.º 38 de Correspondência do Administrador do Concelho, fl. 397, Ofício ao Presidente da Comissão executiva da Câmara Municipal de Silves, de 1 de Junho de 1924.

<sup>203</sup> Cf. José Vitoriano, «Notas sobre o Movimento operário em Silves», in *10º Congresso do Algarve*, Racial Clube de Silves, 16 e 17 de Abril 1999, Hotel Alvor Praia, Portimão, p. 73.

<sup>204</sup> Cf. AMS, LCAC, lv. 66, copiador n.º 38, fl. 430, Of.º da Administração do Concelho de Silves ao Comandante da GNR de Silves, de 21 de Junho de 1924.

<sup>205</sup> *Ibidem*.

<sup>206</sup> *Ibidem*.

“(…) pelas travessas laterais os manifestantes juntaram-se novamente na rua principal e por ela se dirigiram em conjunto para a Associação de Classe”<sup>207</sup>. Aí decidiram proceder de igual maneira na tarde, não fazendo caso da proibição que lhes fora feita<sup>208</sup>.

“De todas as zonas da cidade se encaminhava gente para a estação de caminho de ferro. (...) [e] o largo fronteiro à estação transbordava de gente”<sup>209</sup>. Com a chegada das crianças, a recepção operária tornou-se numa manifestação entusiástica e efusiva, “num ruído amalgamado e ensurdecador”<sup>210</sup>.

Quando o cortejo “maciço” regressava e descia a estrada da estação, deparou com patrulhas da GNR, a cavalo e a pé, que barravam o caminho. Os manifestantes decidiram avançar, em silêncio, com as mulheres e as crianças à frente. Para os dispersar, o oficial que comandava o dispositivo ordenou fogo e carga da cavalaria. No meio da confusão e do pânico, houve um morto<sup>211</sup> e grande número de feridos<sup>212</sup>, atingidos pelas balas, pelas patas dos cavalos, pelas espadeiradas da guarda ou pela queda na encosta íngreme, único sítio possível de fuga. “Raras foram as pessoas que não se feriram de uma maneira ou de outra”<sup>213</sup>.

Do sentimento de revolta popular nasceu uma frase que ficou célebre no operariado silvense: “Não mais iremos para a rua com lenços na algibeira”. António Estrela recordou mais tarde esse momento trágico:

“Eu assisti a estes acontecimentos, tinha 14 anos. Eu vi o meu pai ser espancado por um guarda da cavalaria. Eu vi também o Tenente Vinhas a dois metros de mim assassinar José [Francisco] dos Santos. Ouvei Manuel dos Santos gritar: Ah! Malandro, que mataste o meu irmão! Eu vi o Tenente Vinhas ferir quase de morte o irmão da vítima. E como eu tantos viam o mesmo. E isto nunca mais esquecerei”<sup>214</sup>.

---

<sup>207</sup> Cf. *Voz do Sul*, n.º 323, 29 de Junho de 1924, p. 2, «Os acontecimentos de Silves».

<sup>208</sup> *Ibidem*.

<sup>209</sup> Cf. José dos Reis Sequeira, *Ob. Cit.*, p. 62.

<sup>210</sup> *Idem, Ibidem*.

<sup>211</sup> Francisco dos Santos Gonçalves, de quarenta anos de idade, faleceu de traumatismo provocado pelo estilhaço de uma bala.

<sup>212</sup> Cf. *Voz do Sul*, n.º 323, 29 de Junho de 1924, pp. 1 e 2, «Os acontecimentos de Silves».

<sup>213</sup> Cf. José dos Reis Sequeira, *Ob. Cit.*, p. 63.

<sup>214</sup> AP de Edmundo José da Silva Estrela, *Discurso de António Estrela*, no 43º aniversário do 18 de Janeiro de 1934, [Texto policopiado], 1977, Portimão.

Após a trágica debandada, a autoridade policial passou à acção, prendendo e procedendo a interrogatórios. As acusações com que os operários foram confrontados eram as de agressão e não acatamento da ordem da autoridade.

Nessa noite, uma bomba foi lançada de um quintal de uma casa, na Rua das Pimenteiras<sup>215</sup>.

No dia seguinte, o cortejo fúnebre foi proibido e o funeral realizou-se, com alguma demora provocada pela autópsia requisitada pelo Juiz de Direito da Comarca<sup>216</sup>, entre uma apertada fileira de guardas, sem o acompanhamento de “toda a gente que se levantou cedo para não faltar ao último adeus ao camarada caído”<sup>217</sup>.

O ambiente de revolta e solidariedade fez com que, no dia seguinte, e sem aviso prévio, ninguém comparecesse ao trabalho nas fábricas. A violência policial sacudiu de raiva a organização operária algarvia, “e especialmente nos centros sindicais como Portimão, Lagos, Monchique, Faro, Olhão, Loulé, S. Brás de Alportel, Santa Bárbara de Nexe, Messines, houve sentida revolta e agitação!”<sup>218</sup>.

O Administrador do Concelho, José António Limpo de Lacerda, pedia a intervenção do Governador Civil, lamentando a situação deixada pelo operário morto “por virtude dos lamentáveis acontecimentos que em 22 de Junho se passaram nesta cidade (...), deixando cinco filhos todos menores”<sup>219</sup>. “Por intervenção dos camaradas do falecido”<sup>220</sup> conseguiu-se a entrada para dois deles num asilo em Lisboa.

Os acontecimentos em Silves tiveram eco na imprensa nacional, chegando mesmo ao Parlamento. Sá Cardoso era acusado de ter declarado a uma comissão que lhe reclamara a punição dos culpados do caso de Silves, “que o não podia fazer por não dispor de verba para mandar proceder a um inquérito”<sup>221</sup>. A Federação Corticeira protestou contra “a brutal e sanguinária barbaridade cometida contra os (...) camaradas de Silves, pelos janízaros da

---

<sup>215</sup> Cf. AMS, Copiador n.º 38 de Correspondência do Administrador do Concelho, fl. 436, Ofício ao Comandante da Secção da Guarda Nacional, de 24 de Junho de 1924.

<sup>216</sup> Cf. AMS, LCAC, lv. 66, copiador n.º 38, fl. 432, de 23 de Junho de 1924.

<sup>217</sup> Cf. José dos Reis Sequeira, *Ob. Cit.*, p. 64.

<sup>218</sup> Cf. Correia Pires, *Memórias de um Prisioneiro do Tarrafal*, Lisboa, Edições Deagá, 1975, p. 26.

<sup>219</sup> Cf. AMS, Copiador n.º 39 de Correspondência do Administrador do Concelho, fl. 202, Ofício ao Governador Civil, 28 de Fevereiro de 1925.

<sup>220</sup> *Ibidem*.

<sup>221</sup> Cf. *O Comunista*, n.º 22, 12 de Julho de 1924, p. 1, «O caso de Silves».

guarda republicana comandada pelo Tenente Vinhas”<sup>222</sup>. Em entrevista ao *Voz do Sul*<sup>223</sup> João Vitorino Mealha defendeu o Tenente Joaquim de Brito Vinhas, Comandante da Secção da GNR de Silves, o responsável pela morte do operário, alegando que este estava em Silves havia mais de quatro anos, tendo sido valente, ponderado e calmo<sup>224</sup>.

O epílogo destes acontecimentos deu-se no julgamento dos vários operários que tinham sido presos no dia 22 de Junho. Entre eles estava Augusto César da Silva, militante do Sindicato da Construção Civil de Olhão, que ficara encarregue do acompanhamento das crianças no regresso a Silves, e a quem as autoridades locais queriam responsabilizar pelo sucedido. João Campos Lima, advogado da CGT, deslocou-se a Silves para defender os operários presos. Acusou as autoridades e conseguiu a absolvição dos operários<sup>225</sup>.

No rescaldo dos acontecimentos de 1924, constituíram-se mais dois grupos anarquistas, o “Grupo Libertário Mártires 22 de Junho”, de Silves, e o “Grupo Libertário Os Unificadores”, de S. Bartolomeu de Messines<sup>226</sup>.

O dia 22 de Junho de 1924 permaneceu vivo, durante muitos anos, na memória dos silvenses, constituindo pelo seu impacto um marco simbólico na história do movimento operário de Silves, que “marcaria como ferrete o decénio seguinte”<sup>227</sup>.

---

<sup>222</sup> Cf. BN, AHS, esp. N. 61, Núcleo Corticeiros, Papéis Administrativos relativos a Grevistas, cx. 85, mç. 698, Agosto de 1924.

<sup>223</sup> Cf. O jornal *Voz do Sul* foi fundado a 8 de Outubro de 1916 pelo seu proprietário Henrique Martins. Teve vários Directores na sua longa existência de 52 anos: João Barbosa, Maurício Monteiro, Henrique Martins e José Júlio Martins. Teve colaboradores notáveis e publicou centenas de artigos com relevância para o estudo da cultura, da economia, da arte, do turismo, da indústria e do comércio algarvio. Entre os seus muitos colaboradores destacaram-se Julião Quintinha, Samora Barros, Joaquim Silvestre, Nuno Cabeçadas, Joaquim Sequeira e Vitoriano Rosa, todos eles opositores do regime. Foi um dos mais notáveis órgãos da imprensa algarvia. Ao longo de meio século de existência constituiu um verdadeiro baluarte do republicanismo algarvio. No seu início, identificou-se claramente como órgão do Partido Democrático, sendo um muito conceituado e temido hebdomadário político que predominava no seio do eleitorado barlaventino. Deu um combate sem tréguas à ditadura. Apoiou nas suas páginas a ARS, o MUD e o General Norton de Matos, deu grande destaque à candidatura de Quintão Meireles e acompanhou as campanhas de Arlindo Vicente e do General Humberto Delgado no Algarve. O jornal foi suspenso várias vezes pelas autoridades e a sua redacção sofreu buscas pela PIDE. Com a morte de Henrique Martins em 1959, o seu filho, José Júlio Martins, assumiu a Direcção. A partir desta altura, o jornal foi perdendo a sua característica oposicionista, remetendo-se a uma acção mais restrita, numa estratégia de sobrevivência e, até, de certa condescendência política com o regime. À medida que a sua influência crítica e opinativa diminuía, desenvolveu um cariz mais literário e cultural. Extinguiu-se com o n.º 2207, datado de 11 de Novembro de 1968. Não existe no Algarve, que se saiba, uma colecção completa deste periódico, que merecia um aprofundado estudo, fundamental para a História Contemporânea de Silves.

<sup>224</sup> Cf. *Voz do Sul*, n.º 324, 6 de Julho de 1924, p. 1, «Os acontecimentos em Silves».

<sup>225</sup> Cf. José dos Reis Sequeira, *Ob. Cit.*, pp. 65 e 66.

<sup>226</sup> Cf. Edgar Rodrigues, *Da Resistência Anarco-sindicalista à Ditadura, Portugal 1929-1939*, Sementeira, Lisboa, 1981, pp. 325 e 326. José da Silva (Sindicato dos Corticeiros de Silves) e Pedro Cortes dos Reis (S. Bartolomeu de Messines) eram, respectivamente, os secretários destes “Grupos”.



Apesar disso, as reivindicações operárias suscitarão inesperadas convergências entre industriais, negociantes e operários, pois insuflava, ainda, um clima democrático na cidade<sup>228</sup>.

Em Maio de 1925, desencadeou-se o movimento grevista das costureiras de Silves, com a finalidade de obrigar os patrões a cumprir as 8 horas de trabalho, dado que neste sector de actividade era normal o trabalho diário se estender até às 14 horas<sup>229</sup>. A greve durou cerca de 10 dias, tendo as costureiras saído vitoriosas<sup>230</sup>. Em consequência dessa greve, movimentos idênticos surgiram noutras cidades do Algarve. Assim foi criada a Associação das Costureiras de Silves, ficando à frente da sua Direcção<sup>231</sup> Maria das Dores Passarinho, costureira que se distinguira na organização da reivindicação e da greve.

Nas eleições legislativas de 1925, a Juventude Sindicalista silvense distribuiu à boca das urnas um Manifesto anti-eleitoral, que justificava o protesto e a recusa do voto do operariado<sup>232</sup>. Mas os democráticos ganharam, como sempre, as eleições em Silves<sup>233</sup>.

A Associação dos Empregados no Comércio de Silves destacou-se a partir de 1926<sup>234</sup>. Esta associação desenvolveu uma actividade notável. Dispunha de um grupo de militantes de real valor intelectual: uns “jovens de vistas largas”<sup>235</sup>, que compunham a sua Direcção. Publicaram um número comemorativo da sua fundação, a que chamaram *O Eco de Silves*<sup>236</sup> e, posteriormente, um jornal, *O Povo de Silves*<sup>237</sup>.

---

<sup>227</sup> Cf. João Madeira, «Da alvorada do Século ao Estado Novo, Notas sobre “Silves, a cidade democrática”», in *Mirante, Ob. Cit.*, n.º 12, Dezembro de 1997, p. 6.

<sup>228</sup> Veja-se a descrição das greves no final da I República e os mecanismos de pressão usados pela classe, bem como o modo de abordar o patronato. O slogan «Vamos a eles!» constituía o grito de guerra dos corticeiros, que provocava um imediato e denso cortejo, seguido de mulheres e crianças. Cf. José dos Reis Sequeira, *Ob. Cit.*, pp. 48-51.

<sup>229</sup> AP de José Vitoriano, *Lutas Sindicais e anti-fascistas*, Trabalho de José Luís Cabrita, [s.d.].

<sup>230</sup> Cf. Carlos da Fonseca, *História do Movimento operário e das ideias socialistas em Portugal, I – cronologia*, Publicações Europa – América, p. 174.

<sup>231</sup> A Direcção do Sindicato era composta por Maria das Dores Passarinho (Presidente), Maria Januário (Secretária) e Adília Figueiras (Tesoureira).

<sup>232</sup> Cf. José dos Reis Sequeira, *Ob. Cit.*, p. 90.

<sup>233</sup> Cf. A. H. de Oliveira Marques, *História da 1ª República Portuguesa*, Iniciativas Editoriais, Lisboa, [s.d.], p. 625.

<sup>234</sup> Cf. *O Povo de Silves*, n.º 9, 18 de Abril de 1926, p. 4, «Associação dos Empregados do Comércio». Carlos Romano Rodrigues, Ricardo Lino Correia, Francisco José d’Almeida Lança, Jaime Abraços Lança, José Francisco Mira Júnior, José da Graça Pinto, João Álvares Marques Júnior, José Lopes Correia dos Reis, Domingos Santos Rita, Luís Gonçalves Estêvão Júnior e Francisco Luís Baião constituíam os Órgãos Directivos desta associação.

<sup>235</sup> Cf. José dos Reis Sequeira, *Ob. Cit.*, p. 35.

<sup>236</sup> *O Eco de Silves* editou um único número a 19 de Janeiro de 1925. O mau estado do exemplar existente na BN impossibilitou a sua consulta, pelo que utilizei a informação publicada sobre este número. Cf. José Carlos

Em Abril de 1926, no II Congresso das Juventudes Sindicalistas, realizado clandestinamente no Barreiro, Silves esteve representado<sup>238</sup>.

Cunha Leal, “figura execrada por toda a classe operária”<sup>239</sup>, foi a Silves fazer uma conferência. A assistência foi reservada, pelo que, no exterior do Teatro Mascarenhas Gregório, os operários protestaram, tendo Cunha Leal e seus acompanhantes, no final da conferência, saído apressadamente, no meio de um coro que “rompeu uma azoadada de vaias”<sup>240</sup>.

Como vimos, o ambiente social de Silves, caracterizado por uma clara maioria dos corticeiros na sua população, era marcado por um forte associativismo que se traduzia em múltiplas sociedades recreativas, musicais e desportivas. A 16 de Maio de 1926, os Bombeiros de Silves iniciavam a sua actividade<sup>241</sup>.

Mais desvalidos que os operários, eram os indigentes e os mendigos da cidade e do concelho que aproveitavam as festividades para “matar a fome”. Colocavam-se, estrategicamente, perto da Câmara, no átrio da Sé e no recinto do mercado, fazendo depois a ronda pelas casas dos comerciantes, industriais e dos indivíduos abastados, que nessas alturas eram mais pródigos nas suas esmolas de alimentos e roupa.

A caridade era um velho sistema muito arraigado nas tradições da população. Os abastados tinham o seu grupo de pobres “favoritos” que impreterivelmente todas as semanas e nestas ocasiões lhes apareciam à porta.

A predominância dos operários na população silvense da época deixava a sua presença assinalada à volta dos estabelecimentos fabris mais importantes, nos precários bairros operários que povoavam a cidade, e onde as pias comuns serviam de esgoto. Desde o aparecimento das primeiras fábricas, e durante as primeiras décadas do século XX, o êxodo das populações rurais circundantes para Silves foi um factor crescente, que

---

Vilhena Mesquita, *História da Imprensa do Algarve – II, Ob. Cit.*, pp. 381e 382.

<sup>237</sup> O Povo de Silves foi fundado a 29 de Novembro de 1925. O seu redactor, Francisco J. d'Almeida Lança, cedeu o lugar a António Matias Rocha. Nele escreveram: Julião Quintinha, Fausto Santana, Armando de Miranda, entre outros. Extinguiu-se após o n.º 31, de 23 de Junho de 1927, devido a dificuldades económicas.

<sup>238</sup> Cf. Emídio Santana, *Memórias de um militante anarco-sindicalista: tempos de luta de adversidade e de esperança*, Lisboa, Perspectivas & Realidades, 1987, p. 126 e José dos Reis Sequeira, *Ob. Cit.*, p. 92.

<sup>239</sup> Cf. José dos Reis Sequeira, *Ob. Cit.*, p. 71.

<sup>240</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>241</sup> Cf. *Voz do Sul*, n.º 1372, 8 de Maio de 1948, p. 1, «Bombeiros de Silves».

aumentou os problemas relacionados com a habitação e a salubridade, aos quais a cidade não conseguia dar resposta.

A fome, a miséria, o alcoolismo e a tuberculose afectavam as famílias operárias. As péssimas condições em que viviam os operários contrastavam com as sumptuosas e múltiplas habitações dos seus patrões.

Nas famílias, as mulheres multiplicavam-se em serviços dentro e fora de casa para ajudar ao sustento. As crianças silvenses eram iniciadas no trabalho por volta dos oito anos ou, na melhor das hipóteses, iam para a escola descalças<sup>242</sup>. Destas, a sua história fica aqui por fazer...

---

<sup>242</sup> Cf. José dos Reis Sequeira, *Ob. Cit.*, p. 11.

## 1.2 - A Ditadura Militar: o Projecto falhado

No período que antecedeu o golpe, a contestação à liderança do Partido Democrático mobilizara um leque de forças políticas, económicas e sociais que se uniram em torno do seu derrubamento.

Em Silves, o Dr. António Duarte Lima Elias, presidente da União Liberal Republicana local (ULR), recebeu Cunha Leal, que aí se deslocou para uma conferência de propaganda da ULR, na qual falaram o Dr. João Vitorino Mealha, Botelho Moniz e o próprio Cunha Leal<sup>243</sup>. Dias depois, os mesmos reuniram-se na Praia da Rocha com José Mendes Cabeçadas e Eurico Carreira.

Que conjecturas terão sido ali feitas, a cinco dias do golpe militar de 28 de Maio de 1926?!

Pela cidade espalharam-se os boatos que havia um movimento militar em andamento. As linhas de comboio e telégrafo com a província tinham sido cortadas, o que deixou o País “às escuras”. A greve dos ferroviários isolara a cidade, e nenhum jornal foi recebido durante cinco ou seis dias, o que provocou um “justo nervosismo”<sup>244</sup>.

O movimento revolucionário deu origem a discussões acaloradas nos cafés, farmácias e barbearias. “Silves, a cidade democrática por Excelência, faz conjecturas sobre a misteriosa revolução que se está fazendo em Lisboa”<sup>245</sup>.

Vejamos, então, como decorreram as movimentações militares no Algarve<sup>246</sup>: os revoltosos algarvios, que pertenciam ao Regimento 33 de Lagos, com 300 praças, dois capitães e dez subalternos, dirigiram-se a Alcácer do Sal, onde fizeram o ponto da situação, e, dadas as dificuldades, decidiram regressar ao Algarve<sup>247</sup>. O Coronel Mendes

---

<sup>243</sup> Cf. *O Povo de Silves*, n.º 11, 20 de Maio de 1926, p. 1, «Uma conferência».

<sup>244</sup> Cf. *O Jornal de Portimão*, n.º 44, 6 de Junho de 1926, p. 1, «Movimento revolucionário...».

<sup>245</sup> Cf. *O Povo de Silves*, n.º 12, 3 de Junho de 1926, p. 1, «A revolução conservadora» e Antero Nobre, *Quarenta anos depois do “28 de Maio” (Lagos obrigado)*, Faro, 1966.

<sup>246</sup> Vide o estudo de Artur Ângelo Barracosa Mendonça, *O 28 de Maio na Imprensa Algarvia*, trabalho de seminário de História de Portugal e da Europa, [Documento policopiado], Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, 1998.

<sup>247</sup> No caso do Algarve, tomaram parte no levantamento militar o Regimento de Infantaria 33, de Lagos, e o Regimento de Infantaria 4, de Tavira, que deveriam seguir para Lisboa. Porém, quando o Regimento de Infantaria 33 chegou a Alcácer do Sal, teve conhecimento que o Regimento de Artilharia 11, as forças de Évora e o Regimento de Infantaria 17 não tinham aderido ao Movimento. No Algarve, o Regimento de Infantaria 4, de Tavira, não chegara a sair do seu quartel. Em consequência dessas dificuldades, o Regimento

Cabeçadas<sup>248</sup> deslocou-se a Tavira, procurando conseguir apoiantes nas tropas algarvias. Obteve o apoio de alguns oficiais do Regimento de Infantaria 4, que pertenciam à guarnição de Faro e de Tavira, pelo que esses militares integraram o movimento revolucionário. As tropas algarvias seguiram de novo para Lisboa<sup>249</sup>. Foi o Coronel Mendes Cabeçadas que assumiu o comando da cidade de Faro e das forças revolucionárias no Algarve<sup>250</sup>.

A falta de organização, a descoordenação, as desistências e as ambiguidades marcaram o 28 de Maio no sul do país<sup>251</sup>. Parece-me que muitos dos oficiais aderiram ao movimento sem saber exactamente para que estavam a sair dos quartéis.

É hoje consensual que a revolta militar teve na sua génese uma amálgama de anseios de transformações diversas para o país. Na verdade, a I República caíra “pelos seus vícios e defeitos mais depressa, do que pela força das armas”<sup>252</sup>.

Assim, do ponto de vista político, os monárquicos silvenses acolheram favoravelmente o levantamento militar de 28 de Maio e os republicanos silvenses não democráticos conceberam a Ditadura Militar “como um expediente transitório”<sup>253</sup>. Enquanto os monárquicos sonhavam com o regresso da monarquia, outros, os integralistas e pró-fascistas, aspiravam por regimes de direita corporativos e autoritários.

Os silvenses afectos ao Partido Democrático foram os únicos que não apoiaram o golpe militar. Muitos outros acolheram a notícia com incredulidade e desinteresse. Era mais uma revolução que estalara, “mais uma...”<sup>254</sup>

À excepção da imprensa silvense, denotadamente democrática, os primeiros dias da revolta foram bem acolhidos pela imprensa algarvia que acompanhava a tendência nacional, reivindicando uma “regeneração” da situação, ou melhor dizendo, da República. Neste seu propósito, a revolução de 28 de Maio foi encarada em Silves com uma grande

---

de Infantaria 33 voltou para o Algarve. Só depois de estar assegurado o apoio de Tavira, voltou a seguir para Lisboa, onde ficou a aguardar, desde o dia 30, o General Gomes da Costa.

<sup>248</sup> Era irmão de José Mendes Cabeçadas e Comandante da 4ª Região Militar do Sul, sediada em Évora.

<sup>249</sup> Cf. *Moca*, n.º 220, 28 de Novembro de 1926, p. 1, «Resposta a um banalíssimo aventureiro político» (artigo de Manuel Caetano de Sousa).

<sup>250</sup> Cf. *O Algarve*, n.º 947, 30 de Maio de 1926, p. 2, «Últimas Notícias».

<sup>251</sup> Cf. Capitão David Neto, *Doa a quem doer*, Livraria Tavares Martins, Porto, 1933, p. 126.

<sup>252</sup> Cf. *Alma Algarvia*, n.º 11, 16 de Janeiro de 1927, p. 1, «Conversando» (artigo de Maurício Serafim Monteiro).

<sup>253</sup> Cf. Jorge Campinos, *A Ditadura Militar 1926/1933*, Publicações dom Quixote, Lisboa, 1975, p. 47.

<sup>254</sup> Cf. *O Povo de Silves*, n.º 12, 3 de Junho de 1926, p. 1, «Revoluções».

desconfiança. O movimento tinha alaistrado “de norte a sul do país como grandes nódoas de azeite sobre papel mata-borrão, o azeite escorregadio e oleoso de uma intriga, hábil e persistentemente urdida sobre o mata-borrão chupante de uma fraca sensibilidade nacional da nossa raça”<sup>255</sup>.

Nos primeiros dias, com a indefinição dos objectivos do movimento militar e com o despoletar de dissensões internas entre os revoltosos pela tentativa de apropriação e controlo político do movimento, o clima de boatos e de incertezas agigantou-se na província. “Vivemos isolados do Mundo como condenados na Ilha do Diabo. Nem sinais pelas ondas hertzianas, nem transmissões por fios telegráficos, nem ambulâncias postais. Nada consta. Nada chega. Nada se sabe. (...) Os comboios não circulam”<sup>256</sup>.

A desconfiança democrática silvense antevia no golpe militar o caminho aberto a uma ditadura e adivinhava os tempos difíceis trazidos pelo triunfo das fardas, augurando “um novo regime de perseguições, crimes e tiranias”<sup>257</sup>.

A adequação dos poderes locais à nova ordem vigente não se fez esperar. A nomeação de Leonel Vieira<sup>258</sup>, militar operacional no golpe<sup>259</sup>, para Governador Civil<sup>260</sup>, a dissolução dos corpos administrativos eleitos das Câmaras Municipais e a exoneração dos Administradores do Concelho<sup>261</sup> visaram o afastamento imediato do poder dos elementos afectos ao Partido Democrático. Ao novo Governador Civil coube a tarefa de fazer substituir todos os órgãos administrativos do distrito de Faro. Foram então nomeados os

---

<sup>255</sup> Cf. *Voz do Sul*, n.º 421, 6 de Junho de 1926, p. 1, «Revolução Triunfante» (artigo de João Ribeiro).

<sup>256</sup> Cf. *Correio do Sul*, n.º 464, 7 de Junho de 1926, p. 1, «Carta de Tavira» (artigo de Gatos).

<sup>257</sup> Cf. *O Povo de Silves*, n.º 12, 3 de Junho de 1926, p. 1, «A revolução conservadora».

<sup>258</sup> No dia 26 de Maio, o Capitão de Infantaria 33 Leonel Neto de Lima Vieira foi o primeiro a ir com as suas tropas para a rua na cidade de Lagos. Na noite de 27, encaminhou-se para Lisboa, onde aguardou, desde o dia 30 de Maio, a chegada do General Gomes da Costa vindo de Braga. Nesse contingente de tropas, os oficiais eram essencialmente Tenentes: Alves de Sousa, José Nobre da Veiga, João de Sousa Mateus, Mário Lobo do Carmo, José dos Santos Carapeto, António José Gonçalves, Francisco Rendeiro, Joaquim Vanez Rosado, Heitor dos Santos Patrício, João de Barros Amado da Cunha, Luís Filipe de Albuquerque Rebelo e Francisco José Dentinho. Pela sua iniciativa, o Regimento de Infantaria 33 de Lagos granjeou grande prestígio no novo regime, pelo que a ele as novas autoridades militares foram recrutar muitos dos novos quadros político-administrativos do distrito. Leonel Vieira tomou posse como Governador Civil no dia 22 de Junho de 1926.

<sup>259</sup> Cf. Antero Nobre, *Quarenta anos depois do “28 de Maio” (Lagos obrigado)*, Faro, 1966, p. 11.

<sup>260</sup> Cf. *Correio do Sul*, n.º 496, de 24 de Junho de 1926, p. 1, «Governador Civil».

<sup>261</sup> Cf. *Diário do Governo*, I série, n.º 150, «Decreto n.º 11875», de 13 de Julho de 1926.

novos administradores<sup>262</sup>. Para a maioria dos municípios do Algarve foram nomeados militares, enquanto em Aljezur, Castro Marim e Silves mantiveram administradores civis.

Assim, Joaquim Machado Tristão foi exonerado, pela Junta Revolucionária, do cargo de Administrador do Concelho de Silves<sup>263</sup> e para seu lugar foi nomeado Abílio Brás Machado<sup>264</sup>.

A Comissão Administrativa republicana, presidida por Sebastião Roldão Ramalho Ortigão, foi afastada, e Aníbal Santana assumiu a presidência da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Silves<sup>265</sup>. Simultaneamente, os regedores das freguesias foram todos substituídos<sup>266</sup>.

As novas autoridades de Silves<sup>267</sup> tomaram posse num verdadeiro ambiente de turbulência política e militar. Na cerimónia, a tensão sentiu-se nas poucas palavras proferidas pelo novo Presidente da Comissão Administrativa, Aníbal Santana, e no relato deixado por alguém que a presenciou: “sentimos um frio glacial atravessar-nos a espinha”<sup>268</sup>.

A nível nacional, a figura de Mendes Cabeçadas, líder dos revoltosos algarvios, ia perdendo espaço de manobra, face às exigências do General Gomes da Costa e às diversas pressões políticas. Fora ele que convidara Oliveira Salazar para o Governo<sup>269</sup>. A ser verdade, e embora a primeira experiência governativa de Salazar tivesse sido muito curta,

---

<sup>262</sup> Cf. *Correio do Sul*, n.º 496, 24 de Junho de 1926, p. 1, «Administradores de Concelho» e n.º 472, 4 de Julho de 1926, p. 2. Administradores do Concelho no Algarve:: Albufeira – Tenente João de Sousa Mateus; Alcoutim – Tenente Arnaldo José Claro da Fonseca; Aljezur – Tenente Basílio de Mendonça Nobre Marreiros; Castro Marim – Jacinto Celorico da Palma; Lagoa – Tenente José Caetano; Lagos – Capitão Júlio da Silva Bento; Loulé – Tenente Manuel de Sousa Rosal Júnior; Monchique – Dr. José Júdice Samora Gil; Olhão – Capitão Manuel Alexandre; Silves – Abílio Brás Machado; Tavira – Capitão Jacques Rafael Sardinha da Cunha; Vila do Bispo – Tenente José Domingos Carapeto; Portimão – Tenente Joaquim Tomás Rosado; Vila Real de St.º António – Tenente Filipe Alistão Teles Moniz Corte Real; S. Brás de Alportel – Tenente Joaquim Abrantes.

<sup>263</sup> Cf. *O Povo de Silves*, n.º 13, 1 de Junho de 1926, p. 1, «Dissolução dos Corpos administrativos».

<sup>264</sup> *Ibidem*, n.º 14, 1 de Julho de 1926, p. 1, «Nova autoridade». O novo administrador interino tomou posse a 25 de Junho de 1926. Passou a administrador efectivo por despacho de 25 de Agosto de 1926. Cf. *Diário do Governo*, n.º 205, de 1 de Setembro de 1926.

<sup>265</sup> Cf. AMS, Livros de Autos de Posse, Livro 6, fl. 36, doc. de 30 de Setembro de 1926, e fl. 32, doc. de 25 de Junho de 1926.

<sup>266</sup> Cf. AMS, Livros de Termos de Posse da Administração do Concelho de Silves, Livro 6 (1919-1929), fls. 30-32.

<sup>267</sup> Vide Apêndice I – «Presidentes da Câmara e Administradores do Concelho de Silves (1925-1959)».

<sup>268</sup> Cf. *O Povo de Silves*, n.º 15, 15 de Julho de 1926, p. 1, «Presidente da Comissão Administrativa de Silves...».

<sup>269</sup> Cf. Libertário Viegas, «Algarve 1908-1927», in *Ob. Cit.*, p. 163.

Mendes Cabeçadas deverá ter-se arrependido amargamente de ter feito esse convite. A sua destituição em 17 de Junho não lhe permitiu cumprir as promessas feitas a José Negrão Büisel e a Jaime Dias Cordeiro sobre as reclamações operárias portimonenses e o pedido de providências urgentes para a gravíssima crise que o Algarve atravessava<sup>270</sup>. Acabara-se o tempo do “corifeu algarvio da intentona!”<sup>271</sup>

Era notório que o recém implantado regime não lograva resolver a crise que assolava a região e as suas principais causas: as dificuldades da actividade corticeira, o número crescente de desempregados e o elevadíssimo analfabetismo da população<sup>272</sup>.

O Algarve continuava uma província esquecida. A falta de vias de comunicação, a ausência de sistemas de abastecimento de águas, as irregularidades administrativas praticadas pelos municípios e o caciquismo local, completavam o quadro negro da região, que a ditadura herdara e menosprezava, sobrecarregada de problemas de toda a espécie. “O Algarve atravessa uma das suas horas mais difíceis (...) a população algarvia (...) vive uma hora de agonia”<sup>273</sup>.

A 9 de Julho de 1926, na sequência de desentendimentos entre as várias facções no seio da Ditadura Militar, que conduziram à demissão e deportação de Gomes da Costa, o General Carmona tornou-se a figura mais importante do regime<sup>274</sup>, encaminhando o país para uma ditadura que se prolongou por mais de quarenta anos.

Os tempos brandos de Mendes Cabeçadas tinham acabado. Como era de esperar, o estabelecimento da Censura<sup>275</sup> indignou a imprensa silvense e os opositores ao novo regime. O jornal *Voz do Sul* referia-se à ditadura de forma algo jocosa, questionando o “programa revolucionário”<sup>276</sup> invocado por todas as facções militares que até aí tinham chegado ao poder.

---

<sup>270</sup> Cf. Maria João Raminhos Duarte, *Portimão, Ob. Cit.*, p. 108.

<sup>271</sup> Cf. A. Neves Anacleto, *A Longa Luta. Preso, Algemado e Deportado*, Ed. do autor, [s.l.; s.d.], p. 94.

<sup>272</sup> Cf. Mário Lyster Franco, *Portugal: O Algarve*, Lisboa, Exposição Portuguesa em Sevilha, 1929, pp. 16 e 17.

<sup>273</sup> Cf. *Moca*, n.º 202, 25 de Julho de 1926, p. 1, «A crise no Algarve» (artigo de Manuel Caetano de Sousa).

<sup>274</sup> Sobre este período vide Ernesto Castro Leal, *Nação e nacionalismos: a cruzada nacional D. Nuno Álvares Pereira e as origens do Estado Novo (1918-1938)*, Cosmos, Lisboa, 1999.

<sup>275</sup> Sobre a Censura, vide Irene Flunser Pimentel, «A Censura», in João Madeira (coord.), *Vítimas de Salazar, Estado Novo e violência política*, A Esfera dos Livros, 2007, pp. 33-66.

<sup>276</sup> Cf. *Voz do Sul*, n.º 426, 18 de Julho de 1926, p. 1, «O Governo e o Programa Revolucionário» (artigo de J.R. - João Ribeiro?).



Os doutores Hermenegildo Horta Correia e Afonso Lourenço Dias da Silva e Joaquim de Brito Vinhas, Comandante da secção da Guarda Nacional Republicana, foram nomeados pelo Administrador do Concelho para a comissão de Censura<sup>277</sup>. A indignação do *Voz do Sul* foi crescente:

“O País não viu (...) outra coisa (...) que não fosse aumentar a desordem pela série interminável de pronunciamentos militares, pelos gastos espantosos em pura perda de disciplina, pelas medidas incongruentemente tomadas hoje e anuladas amanhã, pela atmosfera de suspeição e desconfiança (...) [criada por] uma feroz censura à imprensa, acolitada por uma lei-monstro de repressão ao pensamento escrito”<sup>278</sup>.

Mas, o mais revoltante era a imposição do “preenchimento dos espaços em branco, para dar a ilusão ao público de que nada [se] censurou”<sup>279</sup>.

A questão da liberdade de imprensa foi intensamente defendida pelo *Voz do Sul*. Nessa luta, que percorreu muitos outros jornais da província, destacou-se o jornal *Alma Algarvia*<sup>280</sup>, de Loulé, no qual Neves Anacleto<sup>281</sup> pontificou. Os jornalistas contestavam o controlo da expressão e da opinião, uma vez que, assim, todos os jornais, no mesmo dia, reproduziam “com a mesma fidelidade fonográfica as notícias (...) como se a liberdade da imprensa em Portugal estivesse reduzida à massa de um simples disco que corresse oportunamente todas as oficinas de composição periodista nos intervalos que a censura consagra ao exame dos seus congéneres”<sup>282</sup>.

No entanto, uma maior e crescente eficácia dos serviços de Censura impediu sistematicamente a publicação de artigos contrários à Ditadura Militar. O sistema foi apertando a malha e as críticas deixaram de se ouvir. As que passavam eram veladas, vagas ou subjectivas.

---

<sup>277</sup> Cf. AMS, Autos de Posse, Livro 6, fl. 36, 30 de Setembro de 1926. Mário Santana, industrial, integrará esta comissão em 1928.

<sup>278</sup> Cf. *Voz do Sul*, n.º 428, 1 de Agosto de 1926, p. 1, «Nós e a Nação».

<sup>279</sup> *Ibidem*, n.º 423, 27 de Junho de 1926, p. 1, «Imprensa».

<sup>280</sup> O semanário *Alma Algarvia* foi fundado em Loulé a 7 de Novembro de 1926 e dirigido por Maurício Serafim Monteiro. Era nitidamente um defensor da República. A partir do seu n.º 34, a 3 de Julho de 1927, a redacção passou para Faro, com Neves Anacleto como Director e administrador, tornando-se um dos mais ferozes combatentes da ditadura no Algarve. Muitos dos seus colaboradores eram destacados oposicionistas, nomeadamente Bernardo de Passos, Estanco Louro e o Capitão Manuel Olival. Destacou-se também pelo seu anticlericalismo. O jornal promoveu uma verdadeira cruzada pela alfabetização e pela divulgação cultural. Foi suspenso pelas autoridades no n.º 57, de 11 de Dezembro de 1927.

<sup>281</sup> Vide adiante a biografia de António Neves Anacleto.

<sup>282</sup> Cf. *Voz do Sul*, n.º 430, 15 de Agosto de 1926, p. 1, «A Política e a Situação» (artigo de J.R.- João Ribeiro?).

*O Povo de Silves* calara-se definitivamente, não conseguindo cumprir o desejo que formulara perante a eclosão do levantamento militar: “Nós havemos de gritar sempre: a Ditadura é um insulto a todos os portugueses”<sup>283</sup>.

---

<sup>283</sup> Cf. *O Povo de Silves*, n.º 12, 3 de Junho de 1926, p. 1, «A revolução conservadora».

## 2 - As Oposições

### 2.1 - O Reviralho

O que começou por ser um levantamento militar para regenerar a República deu origem a uma Ditadura Militar, que foi redundando nos anos seguintes no “Estado Novo”, regime político ditatorial salazarista. O Reviralho<sup>284</sup> foi, nos primeiros anos da ditadura, o principal foco de conflito e de resistência activa a esta realidade, constituindo a mais importante frente de combate à ditadura, uma vez que nele desaguaram “todas as águas da oposição republicana democrática e liberal”<sup>285</sup> que visavam instaurar o constitucionalismo democrático e as liberdades fundamentais. Acreditava-se que, tendo sido o poder ditatorial instalado pela força, só poderia ser desalojado da mesma forma. Assim, desde que, a 28 de Maio de 1926, a Ditadura Militar e, depois, o “Estado Novo” tomaram conta do País, por várias vezes, vários movimentos de oposição de carácter militar tentaram apoderar-se do Poder. No entanto, nem todas as conspirações se materializaram em golpes e outras nem sequer “saíram à rua”<sup>286</sup>.

Estrategicamente, tal como no resto do país, no Algarve, o Reviralho viveu da instrumentalização das unidades militares da província, constituindo núcleos clandestinos de militares revolucionários, que contavam com o apoio de alguns elementos civis “oriundos, principalmente, do funcionalismo público e das profissões liberais, numa reconstituição daquilo que havia sido a base político-social do Republicanismo”<sup>287</sup>. Contavam também com colaborações nos meios populares e entre o operariado para certas actividades indispensáveis na eclosão dos movimentos revolucionários, nomeadamente para os cortes dos telefones e telégrafos, a paragem dos comboios, o assalto às instituições

---

<sup>284</sup> O termo “Reviralho” teve um uso lato. Era utilizado pelos defensores da ditadura com um sentido depreciativo. Para os sectores da oposição à esquerda, nomeadamente o PCP, o termo adquiriu um sentido diferente, que expressava incredulidade na eficácia dos movimentos militares, devido aos seus consecutivos adiamentos e derrotas. Daí as expressões irónicas: “Reviralho que há-de vir...” e “O Reviralho...amanhã...amanhã”. De qualquer modo, o termo Reviralho, ou Reviralhismo, foi utilizado e assumido pelos revoltosos republicanos, democráticos e liberais, desde 1926 até à II Guerra Mundial e mesmo para além desse período.

<sup>285</sup> Cf. Luís Farinha, *O Reviralho, Revoltas Republicanas entre a Ditadura e o Estado Novo (1926-1940)*, Lisboa, Edições Estampa, 1998, p. 16.

<sup>286</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>287</sup> Idem, *Ibidem*, p. 19.

e a agitação popular. No entanto, os operários eram mantidos fora de qualquer conhecimento da revolta até poucas horas antes da sua eclosão<sup>288</sup>.

O Reviralhismo foi um movimento que se fez sentir com intensidade no Algarve. Silves foi um dos concelhos em que mais se aspirava à vitória do “Revirvalho”, pelas mais diversas razões e condições políticas e sociais, explicitadas no capítulo anterior.

O mais inconformado e indómito reviralhista algarvio, António Neves Anacleto, era do concelho de Silves. O seu livro *A Longa Luta*<sup>289</sup> é de extremo interesse para o conhecimento da organização reviralhista no Algarve e nas colónias para onde foi deportado.

O movimento revolucionário de Fevereiro de 1927<sup>290</sup> foi a primeira grande manifestação do Reviralhismo, fazendo abanar a ditadura de Carmona, e “teve no Algarve amplitude digna de realce”<sup>291</sup>.

A cidade de Silves agitou-se para saber as notícias que corriam sobre a revolta do dia 4 de Fevereiro de 1927, que diziam ter transformado a capital algarvia num autêntico campo de batalha<sup>292</sup>. Em Faro, um movimento republicano militar e civil<sup>293</sup>, (des)concertadamente com Lisboa e Porto, tentou derrubar o regime nos dias 4 e 5 de Fevereiro de 1927, secundando a revolta iniciada no Porto. Tomaram parte no movimento elementos da GNR de Vila Real de St.º António e de Tavira, da Canhoeira “Bengo”, do Regimento de Infantaria 4 de Tavira e da GNR de Faro<sup>294</sup>. A revolta em Faro foi a única

---

<sup>288</sup> Idem, *Ibidem*, p. 20. Como este autor refere, o Reviralhismo foi “um movimento elitista, conduzido pelo escol republicano desapossado em 1926”, onde predominaram antigos ministros, senadores, deputados, militares, governadores civis e outros altos funcionários da administração republicana.

<sup>289</sup> Cf. A. Neves Anacleto, *A Longa Luta. Preso, Algemado e Deportado*, Ed. do autor, [s.l.; s.d.]

<sup>290</sup> A 3 de Fevereiro de 1927, eclodiu no Porto um movimento revolucionário de forças militares que se estendeu, quatro dias depois, a Lisboa. O movimento era liderado pelo General Adalberto Gastão de Sousa Dias e nele participaram Jaime Morais, Jaime Cortesão, o Capitão Sarmento Pimentel, João Carvalho e o Coronel Freiria. Dominada a revolta pelas forças fiéis à ditadura, o balanço final saldou-se em cerca de 50 mortos e 300 feridos. Sobre este movimento vide ainda AHM, 1ª Div., cx. 28, n.º 11, «A Revolução de Fevereiro de 1927», Relatório do Estado Maior das FONS.

<sup>291</sup> Cf. Libertário Viegas, «Algarve 1908-1927», in *Ob. Cit.*, p. 164.

<sup>292</sup> Cf. *O Algarve*, n.º 983, 6 de Fevereiro de 1927, p. 1, «Revolução em Faro». Este número, que teve uma 2ª edição a 9 de Fevereiro de 1927, faz a descrição da organização revolucionária e do comité dirigente (civil e militar).

<sup>293</sup> Sobre os acontecimentos em Faro, vd. Libertário Viegas, «Algarve 1908-1927», in *Ob. Cit.*, pp. 164-166.

<sup>294</sup> Da GNR de Vila Real de Santo António e de Tavira, sob o comando do 1º Tenente Prestes Salgueiro, participaram 2 Tenentes e 30 soldados. Do Regimento de Infantaria 4 de Tavira, sob o comando do Tenente Costa Pereira, participaram 1 Tenente e 47 soldados. Da Canhoeira “Bengo”, sob o comando do 1º Tenente Fernando Costa, participaram 2 Tenentes e 20 marinheiros. Da GNR de Faro, sob o comando do Tenente

que eclodiu em coordenação com a greve ferroviária, pois teve o seu início a seguir à chegada do comboio que saía do Barreiro, ainda no dia 4, transportando a declaração de greve. O comboio era aguardado pelo grupo que viria a dirigir a revolta, conseguindo-se ainda a formação de um comboio especial para transportar as unidades militares de Vila Real de St.º António e de Tavira que tinham aderido à revolta<sup>295</sup>.

O atraso de Lisboa, a hesitação de Coimbra, de Santarém e de Évora e o fracasso da greve do “Sul-Sueste” permitiram ao Governo dominar o eixo-ferroviário do país e canalizar as tropas fiéis para onde fossem necessárias<sup>296</sup>. O confronto não foi pequeno, apesar de durar pouco mais de um dia. Os Tenentes, Alves de Sousa, Comandante da Região Militar do Sul, Francisco Dentinho e Manuel Caetano de Sousa, do Regimento Caçadores 4, destacaram-se no combate contra os revolucionários<sup>297</sup>. Realizou-se em Faro “uma grande manifestação de simpatia ao batalhão de Caçadores 4, pela sua enérgica acção contra os revoltosos”<sup>298</sup>.

O 1º Tenente da “Bengo”, Fernandes Costa, não querendo sujeitar-se “na derrota a ser julgado sem garantias, ou mesmo, a ser condenado sem julgamento de espécie alguma”<sup>299</sup>, decidiu abandonar o país, entregando o comando do navio ao Tenente Otero Ferreira, e assumiu toda a responsabilidade da participação da guarnição do navio na revolta “contra a arbitrariedade da ditadura”<sup>300</sup>.

A vitória das forças fiéis à ditadura conduziu à perseguição e à prisão dos principais dirigentes revolucionários que, na sua maioria, eram velhos republicanos, e saldou-se pela prisão dos revolucionários locais<sup>301</sup>. Os dirigentes militares foram deportados<sup>302</sup>. Entre

---

Catarino, participaram 1 Tenente e 31 soldados. A participação algarvia envolveu 6 oficiais e 128 soldados, para além de cerca de 50 civis.

<sup>295</sup> Cf. *O Século*, n.º 16139, de 11 de Fevereiro de 1927, p. 7, «O que se passou no Algarve».

<sup>296</sup> Cf. Filomena Bandeira, «A oposição externa à ditadura: a Revolta de Fevereiro de 1927 em Lisboa», in *O Estado Novo das origens ao fim da autarcia 1926-1959*, Lisboa, Fragmentos, 1987, Vol. II, p. 38.

<sup>297</sup> Cf. *O Algarve*, n.º 983, 6 de Fevereiro de 1927, p. 1, «Revolução em Faro» e *Comércio de Portimão*, n.º 391, 11 de Fevereiro de 1934, p. 1, «Novo Administrador do Concelho».

<sup>298</sup> Cf. *O Século*, n.º 16137, de 7 de Fevereiro de 1927, p. 3, «Faro».

<sup>299</sup> *Ibidem*, p. 3, «A Bengo».

<sup>300</sup> *Ibidem*.

<sup>301</sup> Foram presos 12 sargentos de Infantaria 4 e da GNR, 58 cabos e soldados de Infantaria 4, 31 cabos e soldados da GNR, 2 marinheiros do “Carvalho Araújo” e ainda 26 civis.

<sup>302</sup> Após o falhanço das revoltas de 3 a 7 de Fevereiro de 1927, cerca de um milhar de deportados seguiu para as ilhas e colónias nos dias 19 e 22 de Fevereiro.

eles, estava o Capitão-Tenente Sebastião José da Costa<sup>303</sup>, um algarvio que se destacara na chefia da organização nacional do movimento.

A imprensa silvense nada pôde noticiar, além da publicação de um artigo de Manuel Caetano de Sousa<sup>304</sup>, um militar do 28 de Maio e republicano conservador, no qual pedia um pouco de tolerância para com os revoltosos vencidos.

“O governo tem direito de defender-se e fazer justiça; e nós [os militares] temos o dever de lhe fazer lembrar que contra ele estão muitos homens de bem, que vêm a questão pública por forma diferente, mas que têm jus à consideração de todos nós. (...) Não cavemos mais abismos, não façamos mais sementeiras de discórdias”<sup>305</sup>.

Apesar da vitória do regime, o ambiente de agitação social continuou a manifestar-se no Algarve, nomeadamente em Portimão, onde a contestação operária agravara a ordem pública. O batalhão da GNR de Silves foi requisitado para assegurar a ordem, que seria impossível restabelecer sem a intervenção de uma força militar<sup>306</sup>.

No rescaldo do movimento de 1927, o regime militar saiu reforçado e o Revirinho acentuou as suas contradições e limitações. O seu apoio social de base foi empobrecendo, tendo muitos dos seus apoiantes, que pertenciam a campos políticos contraditórios,

---

<sup>303</sup> Sobre Sebastião José da Costa, vide Artur Ângelo Barracosa Mendonça, *Sebastião José da Costa: uma figura esquecida da cultura algarvia*, [Texto policopiado], Encontros Alcultur, Faro, 2005.

<sup>304</sup> Manuel Caetano de Sousa nasceu em S. Matias, a 23 de Fevereiro de 1891. Iniciou a vida militar como voluntário em Beja e, em 1908, já 2º Sargento, foi colocado no Batalhão de Infantaria n.º 17 em Lagos, de onde, alguns anos depois, transitou para o Regimento de Infantaria n.º 4 em Faro. Na I Guerra, alistou-se como voluntário no «Batalhão de Portugal» comandado pelo Major Ferreira do Amaral. Quando regressou em 1918, fixou-se em Faro onde permaneceu até 1932. Aí fundou, em 1922, o jornal *Moca*. Em 1925, apresentou-se como candidato a deputado independente pelo círculo de Silves, não conseguindo ser eleito. Foi um verdadeiro homem do 28 de Maio, no qual participou com uma acção decisiva, em Faro. Combateu os revoltosos de Fevereiro de 1927. As acusações que, no *Moca*, dirigiu ao Governador Civil custaram-lhe, como militar, o desterro para Évora, de onde continuou a clamar por justiça e contra a prepotência dos políticos. Regressado a Faro, continuou a querelar e a denunciar as ilegalidades das autoridades. Com a instauração e desenvolvimento da Ditadura Militar, afastou-se do regime, que nunca quis ditatorial, e esteve ligado ao movimento revirinhista. Colaborou em vários jornais. Foi poeta, chegando a publicar um livro de versos, *Mãos Calejadas*, dedicado ao olhanense João Serra que fora sua ordenança na Grande Guerra. Publicou alguns poemas na *Seara Nova* e vários folhetos e livros de poesia. Foi Presidente da Junta Geral do Distrito. A sua acção destacou-se na assistência aos pobres e a crianças desprotegidas, nomeadamente no “Asilo Esperança Freire”, tendo conseguido do Ministro da Guerra um despacho favorável para o arrendamento do antigo Quartel-General no Alto de Santana, em Faro, instalando aí um Asilo Oficina Distrital para o sexo masculino. Dotou Faro de um Sanatório para tuberculosos. Este notável defensor do cooperativismo fundou, em Faro, a “Cooperativa Farense”, que perdurou vários anos. Faleceu, esquecido por todos, no Hospital da Estrela, em Lisboa, a 13 de Abril de 1974.

<sup>305</sup> Cf. *Voz do Sul*, n.º 454, 2 de Março de 1927, p. 4, «À volta dos últimos acontecimentos» (artigo de Caetano de Sousa).

<sup>306</sup> Cf. ADF, *Livros Copiadores de Correspondência Confidencial do Governador Civil*, Livro 438 (1926-1930), ofício ao Ministro do Interior de 6 de Junho de 1927 e ofício n.º 166 ao Comandante da GNR de Faro de 25 de Junho de 1927.

procurado outras soluções para a queda da ditadura. No percurso do Reviralhismo foram emergindo “posições antagónicas, que os fracassos posteriores vieram a confirmar serem irreconciliáveis”<sup>307</sup>.

O ideário reviralhista era difundido pelo jornal *Alma Algarvia* que tinha como novo Director Neves Anacleto. Descaradamente, este aditara-lhe o subtítulo “Este jornal combate a ditadura”, que foi imediatamente censurado. No resultado de caricatas negociações com o presidente da comissão de censura, o Capitão Thadeu de Almeida, Anacleto conseguiu que o subtítulo ficasse “Este jornal não defende a ditadura”<sup>308</sup>. O jornal foi um verdadeiro sucesso. Neves Anacleto pagou no corpo a sua ousadia, sendo vítima de uma emboscada, mas continuou na Direcção do jornal. Os seus contactos no Algarve eram bons e, desde essa altura, para onde se deslocasse na província aparecia um grupo de jovens a guardá-lo.

Em Silves, o Administrador do Concelho confirmou a suspensão do jornal *Voz do Sul* por dois meses<sup>309</sup>. O periódico silvense publicitava regularmente o seu congénere louletano e tinha protestado vigorosamente contra o atentado a Neves Anacleto<sup>310</sup>.

Alguns oficiais da guarnição de Faro recorreram a Neves Anacleto e pediram-lhe que estabelecesse a ligação com o comité revolucionário de Lisboa, o que ele fez, ficando como único intermediário. A preparação e os compromissos entre os oficiais da guarnição de Faro estão bem explícitos nas memórias de Neves Anacleto. Havia armas bem guardadas para serem distribuídas<sup>311</sup>. O caso das “Bombas de Moncarapacho”<sup>312</sup> complicou a sua actuação. Apesar de não estar ligado a esse acontecimento, Anacleto foi o seu “bode expiatório”. Foi preso a 21 de Fevereiro de 1928, acusado de ser “agente de ligação entre o Dr. Pires de Carvalho (...) e a organização revolucionária do Algarve”<sup>313</sup>. O jornal *Moca*<sup>314</sup>, em vão, defendeu Neves Anacleto.

---

<sup>307</sup> Cf. Luís Farinha, *O Revirinho*, Ob. Cit. p. 67.

<sup>308</sup> Cf. A. Neves Anacleto, Ob. Cit., pp. 126 e 127.

<sup>309</sup> Cf. ADF, *Livros Copiadores de Correspondência Confidencial do Governador Civil*, Livro 438 (1926-1930), ofício n.º 73 ao Ministro do Interior, de 15 de Junho de 1928.

<sup>310</sup> Cf. *Voz do Sul*, n.º 484, 5 de Outubro de 1927, p. 4, «Protestando».

<sup>311</sup> Cf. A. Neves Anacleto, Ob. Cit., pp. 136 e 140.

<sup>312</sup> Sobre este processo vd. em IAN-TT, PIDE/DGS, PSE 3565 UI 4245, de António Neves Anacleto.

<sup>313</sup> Cf. IAN-TT, PIDE/DGS, PSE 3565 UI 4245, António Neves Anacleto, fl. 86, Relatório de 13 de Março de 1928.

<sup>314</sup> O semanário regionalista *Moca* foi fundado a 24 de Setembro de 1922, em Faro. Assumiu a defesa dos direitos de consumidor e combateu ferozmente os açambarcadores e especuladores. O seu Director e Editor

Anacleto conseguiu evadir-se a 8 de Abril de 1928. Em Lisboa, onde ficou alojado clandestinamente, ficou encarregado pelo comité revolucionário de “ir para o Algarve preparar a sublevação dos quartéis”<sup>315</sup>. Na viagem de regresso ao Algarve, Neves Anacleto dirigiu-se a Silves. No comboio, encontrou Constantino de Jesus Azevedo<sup>316</sup> que o reconheceu e o ajudou a chegar incógnito a Silves. Constantino de Jesus Azevedo aparecera-lhe como um “anjo da guarda”. No esconderijo onde ficou em Silves, Anacleto conferenciou com Henrique Martins, Director do *Voz do Sul*, com o Comandante da Guarda Republicana e com dois democratas silvenses<sup>317</sup>, supostamente João José Duarte e Julião Quintinha<sup>318</sup>, os mais destacados republicanos democráticos locais, sobre os apoios para a revolução que se avizinhava.

A conspiração reviralhista no Algarve, pela acção de Neves Anacleto, estava organizada e a postos. O Dr. Silva Nobre<sup>319</sup> teve nela um papel importantíssimo, uma vez que utilizava o seu prestígio para cobrir as actividades de Neves Anacleto, a quem prestava valioso auxílio<sup>320</sup>. Estando o Algarve pronto para o movimento revolucionário, vivia-se um clima de ansiedade e impaciência com a falta de notícias de Lisboa. Neves Anacleto

---

era o Capitão Manuel Caetano de Sousa. Através dele o jornal estava ligado aos militares da guarnição de Faro. Este periódico foi suspenso em Junho de 1931.

<sup>315</sup> Cf. A. Neves Anacleto, *Ob. Cit.*, p. 161.

<sup>316</sup> Não foi possível recolher os dados biográficos do oposicionista Constantino de Jesus Azevedo. Foi professor na escola nocturna da Associação de Classe Corticeira de Silves. Foi amanuense da CM de Silves até à sua exoneração em 1931, juntamente com João José Duarte. Expulso da função pública, dedicou-se à actividade seguradora em Silves. Apoiou todos os movimentos contra o Salazarismo. Em 1950, após a trasladação dos restos mortais de Teixeira Gomes, foi preso, sendo libertado alguns dias depois com termo de liberdade condicional. Em meados dos anos 50, o Tribunal Administrativo deu razão ao seu recurso sobre a sua expulsão da função pública, pelo que foi reintegrado como funcionário municipal. Desconheço o seu percurso posterior.

<sup>317</sup> Cf. A. Neves Anacleto, *Ob. Cit.*, p. 164.

<sup>318</sup> Cf. *Jornal de Quarteira*, 2ª série, n.º 5, Outubro de 1984, p. 13, «Dr. Neves Anacleto», Entrevista de Vitoriano Rosa a Neves Anacleto.

<sup>319</sup> João da Silva Nobre nasceu em S. Brás, a 20 de Janeiro de 1878. Este destacado republicano licenciou-se em Medicina. Exerceu em Olhão e Faro. Pela sua generosidade e altruísmo ficou conhecido como o “pai dos pobres”. Em Faro, na I República, foi Presidente da Junta Geral do Distrito, Governador Civil substituto e Administrador do Concelho de Olhão. João da Silva Nobre manteve-se sempre na oposição ao “Estado Novo”, sendo um destacado activista do MUD e das campanhas eleitorais de Norton de Matos e de Humberto Delgado. Era uma referência para toda a oposição no Algarve. Foi Director do semanário *A Ideia Republicana* (Faro) e do *Correio Olhanense*. Escreveu as revistas “Filhos do Mar” e “Se eu fosse Homem”. Seus filhos foram: João Nobre, maestro, compositor e autor teatral, e Roberto Nobre, escritor, pintor e crítico de cinema. Faleceu em Faro, a 9 de Dezembro de 1968.

<sup>320</sup> Cf. *Jornal de Quarteira*, 2ª série, n.º 5, Outubro de 1984, p. 13, «Dr. Neves Anacleto», Entrevista de Vitoriano Rosa a Neves Anacleto.



chegou a intimar o comité de Lisboa, fazendo-o saber que se na capital o movimento não saísse brevemente para a rua, ele “sairia com as tropas do Algarve sobre Lisboa”<sup>321</sup>.

A impetuosidade e prontidão do reviralista silvense assustaram o comité de Lisboa que enviou José Rodrigues Miguéis para aplacar o “destempero” e a impaciência de Neves Anacleto<sup>322</sup>.

Com o ambiente de desordem, de anarquia política e de conspirações dentro do próprio movimento militar e da instabilidade governamental, agravada pela agitação da oposição democrática e do operariado, a gestão autárquica silvense sofreu alguns percalços. Em Julho de 1928, o difícil equilíbrio camarário silvense traduziu-se no abandono da Comissão Administrativa nomeada após o 28 de Maio<sup>323</sup>.

Finalmente, a ansiada investida reviralista, que ficou conhecida como a “Revolta do Castelo”, fez-se a 20 de Julho de 1928<sup>324</sup>. No entanto, os vários imprevistos ocorridos em Lisboa, a precipitação e a antecipação dos eventos impossibilitaram a saída simultânea das unidades militares de quase todo o país e inviabilizaram a contribuição dos núcleos de republicanos, nomeadamente os de Faro<sup>325</sup>, onde a organização revolucionária estava montada e pronta para entrar em acção.

A greve geral dos ferroviários do “Sul e Sueste” redundou num falhanço, o que não permitiu a mobilidade das unidades aliciadas de Faro e de Tavira, que serviriam a retaguarda dos revolucionários. Estas unidades acabaram por não ter capacidade de reacção, devido à precipitada eclosão dos acontecimentos em Lisboa<sup>326</sup>, que se antecipou duas horas ao momento previamente marcado. Este facto impossibilitou a execução do plano algarvio, e nem a presença do General Estêvão Águas, que servia de garantia aos oficiais revoltosos, fez os militares algarvios comprometidos, nomeadamente o Tenente Caetano de Sousa, sair dos quartéis.

No entanto, em Tunes, os ferroviários “ao terem conhecimento das comunicações telegráficas emanadas pela junta revolucionária do Barreiro demitiram das suas funções o

---

<sup>321</sup> Cf. A. Neves Anacleto, *Ob. Cit.*, p. 171.

<sup>322</sup> José Rodrigues Miguéis foi o elemento de ligação entre o comité de Lisboa e os revolucionários do Algarve.

<sup>323</sup> Cf. *Voz do Sul*, n.º 515, 15 de Julho de 1928, p. 1, «Comissão Administrativa de Silves».

<sup>324</sup> Nas suas memórias, A. Neves Anacleto indica, por lapso, esta revolta como sendo a 10 de Julho de 1928.

<sup>325</sup> Cf. AHM, 1ª Div., 38ª secção, cx. 5, n.º 3.

<sup>326</sup> Cf. A. Neves Anacleto, *Ob. Cit.*, pp. 176-181.

chefe da estação, pessoa amiga da situação”, e “não contentes com esta violência”, procederam “à sua expulsão do edifício da estação, desautorizando-o completa e vergonhosamente”<sup>327</sup>. A normalidade foi reposta por uma força de cavalaria enviada pelo comando militar de Faro.

Enquanto isso, através dos comandos militares e da Polícia, deu-se início a uma verdadeira “caça ao homem”. Além de militares, foram presos os civis mais activos e responsáveis, nomeadamente Neves Anacleto que foi deportado com muitos outros.

Os tempos posteriores ao movimento de 1928 foram de retracção para a oposição reviralista e, só em 1931, o Revirismo retomou a sua actividade com amplitude semelhante, animado pela implantação da República Espanhola.

Apesar disso, as conspirações militares continuaram, sendo o ano de 1930 muito agitado no Algarve. O Governador Civil queixava-se ao Ministro do Interior do desconhecimento das situações em que era mantido pelo Comandante militar de Faro, “como se não houvesse toda a conveniência em estarem [as autoridades], segundo as circunstâncias e conveniências, habilitadas sempre a confirmar ou a desmentir quaisquer informações ou boatos que corram”<sup>328</sup>.

Nessa altura de agitação da ordem pública, e segundo o Governador Civil, o Comissário da Polícia de Faro mostrava pouca actividade na defesa do regime, além de dizer desconhecer a informação de que em Faro “estavam sendo feitos uns transportes misteriosos, talvez de armamento (...) [e] reuniões de elementos perigosos”<sup>329</sup>. A inércia do Comissário da Polícia tinha efeitos nefastos, pois “os inimigos da situação”<sup>330</sup> apreciavam muito esta disposição e procuravam rodeá-lo.

A agitação espalhou-se pela província, tendo ocorrido explosões de bombas e assaltos<sup>331</sup>. O ambiente era de verdadeira agitação entre o operariado silvese que nos primeiros tempos do regime depositara muitas esperanças no Revirismo.

---

<sup>327</sup>Cf. IAN-TT, PIDE/DGS, Proc. 3890 PSE NT 4250, António Neves Anacleto, fl. 7, Relatório do Comissário da Polícia do Distrito de Faro, de 4 de Setembro de 1928.

<sup>328</sup>Cf. IAN-TT, AMI, Maço 452, Pasta 16/6, Conf. n.º 121 do Governador Civil ao Chefe do Gabinete do Ministro do Interior, de 22 de Abril de 1930.

<sup>329</sup>Ibidem, Maço 452, Pt 16/15, Relatório do Governador Civil ao Ministro do Interior, de 15 de Dezembro de 1930.

<sup>330</sup>Ibidem.

<sup>331</sup>Ibidem, Maço 452, Pt 16/12 e Pt 16/18.

Na Madeira, um grupo de militares revoltosos apelou à revolta das unidades militares do país, tomando o poder na ilha. Poucos dias depois, de lá partiram para o continente os delegados da Junta Revolucionária para preparar a revolta no norte e alguns deles desembarcaram no Algarve<sup>332</sup>.

Quando estalou a “Revolta das Ilhas”<sup>333</sup>, o ambiente em Silves era de verdadeira efervescência. No dia 21 de Abril, a cidade acordou com inúmeros panfletos a cobrirem as suas paredes. Dirigiam-se aos “Proletários de Portugal”<sup>334</sup> e incitavam os trabalhadores à revolta. A afixação de um exemplar na parede exterior da Farmácia Duarte, sita na Rua 5 de Outubro, serviu de pretexto para as autoridades locais instaurarem um processo disciplinar a João José Duarte, chefe da Secretaria da CM de Silves. Foi proibida a realização de manifestações no 1º de Maio<sup>335</sup>. O regime endureceu, pois era “preciso, duma vez para sempre, consolidar a ordem em Portugal”<sup>336</sup>, levando “a ditadura, interpretando a vontade da Nação, a prevenir com energia exemplar”<sup>337</sup>.

A partir de 1932, o Reviralhismo quase deixou de se fazer sentir no Algarve. O movimento entrara em refluxo, fruto dos inúmeros antagonismos, de forma e conteúdo, entre os elementos da organização militar e os exilados militares e civis no estrangeiro. Fora também decapitado dos seus elementos mais válidos, que tinham sido presos, ou deportados ou, então, viviam em situação de perigosa clandestinidade.

Em 1935, o silvense José Domingos Garcia Domingues foi um dos principais mentores e activistas do Movimento Nacional-Sindicalista no Algarve. Este “reviralhismo

---

<sup>332</sup> Cf. António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, Vol. IX, Porto, Ed. Figueirinhas, 1999, «Revolta da Madeira», p. 244.

<sup>333</sup> A Revolta da Madeira foi desencadeada no Funchal, na madrugada de 4 de Abril de 1931, e comandada pelo General Sousa Dias. Deveria ser seguida no Continente, mas apenas se estendeu aos Açores e à Guiné. Entre os organizadores da revolta estava o algarvio Sebastião José da Costa e muitos outros deportados políticos, nomeadamente os líderes da revolta de 7 de Fevereiro de 1927. O Governo da Ditadura enviou uma expedição que começou por controlar os revoltosos açorianos. O Ministro da Marinha, Magalhães Correia, comandou a expedição à Madeira, desembarcando no Caniçal. Seguiu-se a conquista do Machico, pelo Capitão Jaime Botelho Moniz, isolando-se o Funchal. O levantamento chegou ao fim a 2 de Maio, sem ter sido secundado no Continente.

<sup>334</sup> AP de João Ventura Duarte, doc. «Acusação», da Secretaria da Secção Administrativa da CM de Silves, de 19 de Maio de 1931.

<sup>335</sup> Cf. ADF, *Livro Copiador de Correspondência Confidencial do Governador Civil*, Livro 255 A (1930-1936), ofício n.º 73, aos Administradores dos Concelhos, de 27 de Abril de 1931.

<sup>336</sup> Cf. Célia Reis, *A Revolta da Madeira e dos Açores, 1931*, Livros Horizonte, 1990, p. 146.

<sup>337</sup> Idem, *Ibidem*.

à direita” não teve grande eco em Silves, mas o destacado papel de silvenses nas acções deste movimento, enquanto oposição, justifica o seu tratamento mais adiante<sup>338</sup>.

Em 1937, o anarquista silvense José Correia Pires foi preso em Lisboa por ligações a conhecidos reviralhistas que preparavam mais um movimento revolucionário<sup>339</sup>.

No ano seguinte chegaram ecos de um outro movimento revolucionário que deveria “rebentar primeiro em Beja, Évora, Faro e Portalegre”<sup>340</sup>. Contavam “os revolucionários com algumas unidades destas guarnições”<sup>341</sup>, preparando-se para praticarem sabotagens nas estações de caminho de ferro, até ao Barreiro, onde contavam com numerosos elementos.

Desde o seu início, a oposição em Portugal via-se confrontada com opções fundamentais de estratégia política e dividida entre as soluções de uma oposição pacífica ou de luta armada e de insurreição popular. Os defensores do golpe militar foram perdendo as esperanças, perante os falhanços consecutivos da organização reviralhista. O operariado também já perdera a confiança e a paciência depositadas no Revirvalho. Alguns sectores da oposição burguesa, perante a crescente e brutal repressão que se fazia sentir, optavam por acções pacíficas no quadro de legalidade possível<sup>342</sup>.

O *putsch*, o golpismo militar, perdera paulatinamente a sua base social de apoio. Só voltou a fazer-se sentir na década seguinte.

Porém, o que se passou na década de 40 não se tratou de uma mera repetição da tática “putschista” dos anos 30, a partir de grupos isolados de militares, mas de uma tentativa de traduzir, no plano da iniciativa militar, a ampla unidade oposicionista popular e política que se afirmara no pós-guerra, por quanto as forças da oposição legal e clandestinas não tinham conseguido, apesar da maré da vitória dos aliados, derrubar a ditadura.

A Junta Militar de Libertação Nacional, constituída em Junho de 1946, sob a presidência do Almirante Mendes Cabeçadas, mantinha contactos com os sectores da

---

<sup>338</sup> Vide adiante, na Parte I, o capítulo 2.4 - «A oposição à direita».

<sup>339</sup> Cf. IAN-TT, SC PC 422/37, José Correia Pires, fl. 1, de 1 de Abril de 1937.

<sup>340</sup> Cf. IAN-TT, AML, Maço 496, Livro de Serviço de Informações da Legião Portuguesa, Proc. 1566/10, Ofício de 3 de Março de 1938.

<sup>341</sup> Ibidem.

<sup>342</sup> Cf. Dawn Linda Raby, *A Resistência antifascista em Portugal. Comunistas, democratas e militares em oposição a Salazar, 1941-1974*, Edições Salamandra, p. 23.

oposição civil, nomeadamente com David Neto<sup>343</sup> que residia em Portimão. As tentativas insurreccionais estiveram excessivamente confiantes num apoio activo do Presidente Carmona, que nunca veio, e foram sucessivamente votadas ao fracasso.

A ideia de um golpe militar, como solução para o derrube do regime, tomará de novo forma após as eleições presidenciais de 1958, concretizando-se com sucesso, somente muitos anos depois, a 25 de Abril de 1974.

---

<sup>343</sup> Cf. Fernando Rosas, «O Estado Novo (1926-1974)», *História de Portugal*, dir. José Mattoso, Vol. VII, 1994, p. 394.

### 2.1.1 - António Neves Anacleto

António Neves Anacleto, filho de Francisco Anacleto e de Ana da Conceição, nasceu a 8 de Fevereiro de 1897, em S. Bartolomeu de Messines, mais propriamente na Amorosa. Ainda “moço pequeno” ficou órfão de mãe. Seu pai era um pobre trabalhador agrícola que ficara com dois filhos a cargo. Cedo, António começou a trabalhar, ajudando o magro sustento da casa. Desde muito novo, mostrara muito jeito para as letras e um grande desejo de aprender. Rondava a escola, mas não podia entrar, pois não tinha livros nem sapatos. Em menino ficou célebre pelas cenas de pancadaria e de pedrada, frequentes entre a miudagem de Messines e da Amorosa, que rivalizavam entre si desde tempos imemoriais. Desses tempos combativos, ficaram-lhe os punhos sempre prontos para defender as suas ideias, quando as palavras não resolviam os diferendos.

Conseguiu o dinheiro para a sua primeira “cartilha”, a “lanterna mágica”<sup>344</sup> da sua vida, vendendo um lagarto que apanhara a um espanhol que tinha arribado a Messines e que os comprava.

Depois de muitas peripécias hilariantes, que descreve no seu livro<sup>345</sup>, Anacleto conseguiu fazer a instrução primária, trabalhando simultaneamente num estabelecimento comercial no Algoz. Aí conheceu David Neto. Posteriormente, para continuar a estudar, deixou o emprego e passou a viver de explicações. Conviveu com o mundo do trabalho, rural e operário, pois, durante as férias, trabalhava arduamente em múltiplos ofícios, nomeadamente na conclusão da linha de caminho de ferro do Vale do Sado, para poder frequentar, em Faro, a Escola Normal. Talvez por isso, tenha perfilhado, muito novo, as ideias libertárias, fundando com Raul Duarte o jornal *A Ideia*<sup>346</sup>, que pregoava no seu primeiro editorial: “Somos anarquistas! Eis o que nos apraz declarar”<sup>347</sup>.

---

<sup>344</sup> Cf. A. Neves Anacleto, *Ob. Cit.*, p. 12.

<sup>345</sup> O seu livro *A longa Luta. Preso, Algemado e Deportado*, Lisboa, Ed. do Autor, [s.d.] (1975), foi prefaciado por António de Almeida Santos, com quem manteve longa amizade pessoal e prática forense em Moçambique.

<sup>346</sup> O quinzenário anarquista *A Ideia* foi fundado a 5 de Março de 1916, em Faro. O seu Director, Raul Duarte, no 2º número, foi substituído por Neves Anacleto. Este jornal conflituou com os republicanos e pugnou pela defesa dos interesses do operariado. Por isso, após o 2º número, a 19 de Março de 1916, foi suspenso.

<sup>347</sup> Cf. *A Ideia*, n.º 1, 5 de Março de 1916, p. 1, «O que pretendemos».

Em plena I Guerra, estando o distrito assolado pela fome, Neves Anacleto sofreu a sua primeira prisão, a 3 de Fevereiro de 1916, durante uma manifestação contra esse flagelo<sup>348</sup>.

A escassez dos produtos essenciais e a carestia de vida dos tempos da guerra, assim como a trágica instabilidade provocada pelo surto da pneumónica, desencadearam uma forte e violenta contestação operária, que aderiu à greve geral convocada pela União Operária Nacional, para o dia de 18 de Novembro de 1918. Neves Anacleto foi perseguido e preso pelo seu papel na organização dessa greve em Portimão<sup>349</sup>, onde esta se fez sentir violentamente. Esteve detido nos calabouços do Governo Civil de Lisboa. Depois de libertado, concluiu o curso do Liceu em Faro e matriculou-se na Faculdade de Direito de Lisboa, como aluno voluntário para poder ter e dar aulas e trabalhar.

Deverá ter acompanhado, tal como muitos outros anarquistas, as ideias comunistas que surgiam. Talvez por essa razão, manteve uma acesa polémica com o líder anarquista portimonense José Negrão Büisel<sup>350</sup>. António Neves Anacleto encontra-se na lista de militantes do Partido Comunista Português (PCP), ainda na I República<sup>351</sup>. Apesar de o seu nome surgir entre os presentes no I Congresso do PCP, em 1923<sup>352</sup>, não encontrei algum indício posterior que o ligue a esta organização. Antes pelo contrário!

É desta altura o artigo que publicou sobre o movimento operário algarvio<sup>353</sup>.

O percurso político de António Neves Anacleto não foi monótono. José Negrão Büisel definiu-o: “primeiro um anarquista puritano, depois sindicalista, depois bolchevista e finalmente republicano”<sup>354</sup>.

---

<sup>348</sup> Cf. *A Ideia*, n.º 1, 5 de Março de 1916 e n.º 2, 19 de Março de 1916.

<sup>349</sup> Cf. José Pacheco Pereira, *As lutas operárias contra a carestia de vida em Portugal: a greve geral de Novembro de 1918*, 2ª Ed. Nova Crítica, Porto, 1976, p. 145.

<sup>350</sup> Cf. IAN-TT, PIDE/DGS, Processo SPS 3621 NT 4246, José Negrão Büisel.

<sup>351</sup> Cf. *Estudos sobre o comunismo: boletim de estudos interdisciplinares sobre o comunismo e os movimentos comunistas*, (dir. José Pacheco Pereira), Porto, 1983, n.º 1, Setembro-Dezembro de 1983, p. 16.

<sup>352</sup> Cf. António Ventura, *Memórias da Resistência, Literatura Autobiográfica da Resistência ao Estado Novo*, Edição da Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 2001, p. 69 e José Pacheco Pereira, «Contribuição para a História do Partido Comunista Português na I República», in *Análise Social*, Números 67-68-69, Volume XVII, 1981, p. 709.

<sup>353</sup> Cf. *Jornal da Europa*, ano IV, número extraordinário dedicado ao Algarve, Janeiro de 1924, p. 4, «Organização operária do Algarve» (artigo de António Neves Anacleto).

<sup>354</sup> Cf. IAN-TT, PIDE/DGS, Processo SPS 3621 NT 4246, José Negrão Büisel, fl. 8, de 27 de Março de 1928.

Foi Administrador do Concelho de Sobral de Monte Agraço até Maio de 1926, tendo recusado o convite, que lhe tinha sido dirigido, após o 28 de Maio, para continuar no cargo. Revelou-se de imediato contrário ao golpe militar, “porque só na aparência Cabeçadas poderia ser uma garantia de manutenção da República”<sup>355</sup>.

Em Lisboa, de regresso à Faculdade, continuou a actividade política e conspirativa contra o novo regime. No dia 4 de Fevereiro de 1927, fez o exame da formatura em Direito. No exame, tendo trocado o livro do Código Civil pelo do Código do Processo Civil, o Dr. Caeiro da Mata chamou-lhe ignorante<sup>356</sup>. Anacleto enfrentou o seu examinador, acusando-o de ter facilitado o exame, havia três dias, a David Neto<sup>357</sup>. Após acesa discussão entre o examinador e o examinado, o presidente do júri interveio, o exame prosseguiu e Neves Anacleto concluiu nesse dia a sua licenciatura em Direito.

Neves Anacleto saiu da Faculdade e foi participar na revolução em curso, o que, no dia seguinte, lhe valeu a terceira prisão. Depois de libertado foi para Faro, onde começou a exercer advocacia num escritório cedido pelo Dr. Joaquim Rita da Palma. Em Julho do mesmo ano, assumiu a administração e Direcção do semanário *Alma Algarvia* que passou a publicar-se na capital algarvia. Este jornal e o seu Director em breve se tornaram um verdadeiro problema para o regime e para as autoridades distritais, uma vez que congregava à sua volta os oposicionistas e reviralhistas algarvios. “Tornei-me por isso o pólo de atracção da resistência”<sup>358</sup>. A sua acção política, o seu pragmatismo e o seu inconformismo trouxeram-lhe muitos inimigos. Foi barbaramente agredido na Praia de Quarteira<sup>359</sup>, por um grupo, que denunciou nas páginas do seu jornal. Este atentado agigantou-lhe a fama, sendo conhecido em todo o Algarve pela sua valentia. De todo o lado, muitas foram as figuras públicas nacionais que protestaram contra o cobarde ataque que lhe fora feito. O Dr. Silva Nobre e o Poeta Bernardo de Passos consideraram a sua direcção jornalística “imprescindível”. Conscientes do perigo que corria, ambos fizeram publicar “uma declaração de solidariedade intelectual e física”<sup>360</sup> a Neves Anacleto. No mês seguinte, a casualidade fez com que Neves Anacleto encontrasse um dos seus

---

<sup>355</sup> Cf. A. Neves Anacleto, *Ob. Cit.*, p. 94.

<sup>356</sup> Idem, *Ibidem*, p. 114.

<sup>357</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>358</sup> Idem, *Ibidem*, p. 126.

<sup>359</sup> Cf. *Voz do Sul*, n.º 484, 5 de Outubro de 1927, p. 4, «Protestando».

<sup>360</sup> Cf. A. Neves Anacleto, *Ob. Cit.*, p. 129.



agressores, que incautamente tomava café na “Havaneza” de Silves, e imediatamente desferiu-lhe umas valentes bengaladas<sup>361</sup>.

Como “havia a necessidade de repetir a revolução”<sup>362</sup>, foi a Neves Anacleto que alguns oficiais da guarnição de Faro recorreram, ficando ele de estabelecer a ligação com o comité revolucionário de Lisboa. Anacleto ficou como único intermediário entre a capital e Faro.

Devido ao caso das “Bombas de Moncarapacho”, foi-lhe dada a ordem de prisão. Por não ter tido nada a ver com esse caso, apresentou-se voluntariamente à Polícia a 21 de Fevereiro de 1928, depois do jantar. Ficou detido em Faro, sendo levado com escolta policial para Lisboa, acusado de ser um dos chefes do movimento revolucionário no Algarve. Esteve no forte de Monsanto, onde conseguiu contactos com militares reviralhistas. Deles recebeu a documentação forjada que permitiu a sua fuga a 8 de Abril de 1928. Em Lisboa, ficou algum tempo alojado clandestinamente, encontrando-se com muitos outros conspiradores também procurados pela Polícia. Aí ficou até ser encarregado pelo comité revolucionário para “ir para o Algarve preparar a sublevação dos quartéis”<sup>363</sup>. Na viagem de regresso ao Algarve, dirigiu-se a Silves, onde iniciou a actividade conspirativa e preparativa no movimento revolucionário que se avizinhava.

Abortada a “Revolução do Castelo”, o Tenente Francisco Dentinho deu-lhe ordem de prisão em plena estação de Faro. Descaradamente, respondeu-lhe: “Preso eu? (...) O Sr. é que está preso!”<sup>364</sup>. Perante a estupefacção do Tenente Dentinho, Neves Anacleto explicou-lhe que o Governo revolucionário tinha triunfado em Lisboa. Como o Tenente desconhecesse tal facto, Neves Anacleto prontificou-se a ir telefonar para Lisboa, para o Tenente Dentinho ouvir “com os seus próprios ouvidos” a existência de um novo Governo. Assim, dirigiu-se à casa da bagagem e saiu calmamente pelo fundo, misturando-se na multidão e desaparecendo.

O Tenente Dentinho virou Faro e os arredores ao avesso para encontrá-lo e prendê-lo, o que conseguiu no início de Agosto. Neves Anacleto foi levado para Lisboa. Pediu para ficar na Penitenciária de Lisboa, onde estavam alguns dos mais importantes

---

<sup>361</sup> Cf. *Alma Algarvia*, n.º 55, de 27 de Novembro de 1927, p. 1, «Preciso explicar...».

<sup>362</sup> Cf. A. Neves Anacleto, *Ob. Cit.*, p. 130.

<sup>363</sup> *Idem, Ibidem*, p. 161.

<sup>364</sup> *Idem, Ibidem*, pp. 179 e 180.

reviralhistas. Foi o primeiro deportado da Ditadura Militar enviado para Moçambique, tendo chegado a Lourenço Marques a 5 de Outubro de 1928, depois de uma viagem cheia de peripécias. Fixou aí residência e começou a advogar, tornando-se conhecido por algumas causas que encheram as salas dos tribunais e causaram grande eco na imprensa local da época.

Polémico, como sempre, fez alguns inimigos de monta no seio dos republicanos e dos militares aí residentes. Foi iniciado na Maçonaria e na Carbonária local, mas cedo se decepcionou com os seus “irmãos” e “primos”. Contactou com republicanos de diversas localidades e continuou a actividade conspirativa com militares e civis. Recém-casado e já com uma filha, fundou o jornal *República*, que veiculava o ideário da revolta, e do qual publicou seis números em 1931. Trabalhou intensamente com os militares, tentando projectar uma revolução em Moçambique, para ajudar a revolta, então em curso, na Madeira ou a sublevação de Luanda, quando esta surgisse<sup>365</sup>.

Nestes preparativos, Neves Anacleto foi preso em Maio de 1931, em Inhambane. A Organização Maçónica de Moçambique protestou, mostrando “grande pesar pelas violências cometidas pelo governo da ditadura contra nós e contra muitos nossos irmãos”<sup>366</sup>, e exprimiu-lhe solidariedade.

Na sequência da sua prisão, Neves Anacleto foi deportado para Cabo Verde, para a Ilha do Sal. Quando o navio fez escala em Lobito (Angola), Neves Anacleto conseguiu evadir-se do navio, numa cena digna de cinema, sendo ajudado por diversos oposicionistas, entre os quais Pinto Quartim. Refugiou-se no Congo Belga, dali seguindo para a África do Sul. A 1 de Outubro de 1931, partiu de Durban com destino a Londres. Daí foi para Bruxelas e, conseguindo fazer o seu passaporte no consulado de Portugal, entrou em contacto com os emigrados portugueses dessa cidade. Foi a Paris, Madrid e Sevilha, onde contactou com todos os núcleos reviralhistas no exílio. Em Paris, encontrou-se com Alexandre Vieira, José Domingues dos Santos e Afonso Costa. Este confiou-lhe a chefia da revolução que se preparava em Portugal, juntamente com o Coronel Álvaro Poppe.

---

<sup>365</sup> Idem, *Ibidem*, p. 269.

<sup>366</sup> Cf. IAN-TT, PIDE/DGS, Proc. 3 SC CI (2) n.º 33 UI 6949, António Neves Anacleto, fl. 276, Carta da Maçonaria de Moçambique, Lourenço Marques, de 25 de Agosto de 1931.

Concentrando-se muitos emigrados portugueses em Espanha, Neves Anacleto dirigiu-se para aquele país, levando cartas de apresentação para os mais eminentes chefes exilados.

Passara também uns dias em casa de Bernardino Machado, em Beiriz, ficando a par das antigas rixas e rivalidades que perduravam entre os emigrados de França e de Espanha. Seguidamente, Neves Anacleto dirigiu-se a Madrid, onde contactou com Álvaro Poppe e Ribeiro de Carvalho. Este último levantou muitas objecções à chefia da revolução idealizada por Afonso Costa. Não conseguindo reunir consensos em Madrid, Anacleto foi para Sevilha contactar o núcleo de emigrados portugueses que aí se estabelecera. A Polícia política tinha conhecimento, através das suas fontes de informação em Espanha, das suas actividades<sup>367</sup>. Um incógnito de Sevilha, “D. Jaime”, informava: “António Neves Anacleto fez parte do Comité Revolucionário de Sevilha e tem entendimentos com altas individualidades do nosso país”<sup>368</sup>.

Em Junho de 1932, foi a Badajoz, e daí seguiu para Vigo, onde teve grandes desentendimentos com os exilados aí residentes. Visitou Cunha Leal, “seu chefe incomparável”<sup>369</sup> na Corunha. Fundou o comité de Vigo, ficando a dirigi-lo com o Tenente Carmona.

Mas todas as “démarches” feitas em prol da revolução não passavam de reuniões e de compromissos que não se cumpriam, devido a múltiplas dificuldades e antagonismos. “O ambiente era de rivalidade, em que antigas intrigas e inimizades impediam uma acção comum”<sup>370</sup>.

Desiludido, e estando a sua mulher em Portugal à espera de outro filho, em 1933, decidiu regressar a Portugal, “sucederse o que sucedesse”. Nada sucedeu porque fora amnistiado<sup>371</sup>. Instalou-se em Aveiro, iniciando desde logo relações com os oposicionistas locais, que rapidamente se estenderam aos oficiais da guarnição militar dessa cidade, pelo

---

<sup>367</sup> Cf. IAN-TT, PIDE/DGS, Proc. 3 SC CI (2) n.º 33 UI 6949, António Neves Anacleto. Este processo é riquíssimo em informações sobre os exilados e emigrados em França e Espanha. Contém muita correspondência de Sevilha e de Madrid. É também uma excelente fonte para o estudo de Cunha Leal.

<sup>368</sup> Cf. IAN-TT, PIDE/DGS, Proc. 3 SC CI (2) n.º 33 UI 6949, António Neves Anacleto, fl. 247, de 21 de Abril de 1932.

<sup>369</sup> Cf. A. Neves Anacleto, *Ob. Cit.*, p. 329.

<sup>370</sup> Cf. António Ventura, *Memórias da Resistência*, *Ob. Cit.*, pp. 69-72.

<sup>371</sup> Com o decreto 21943, de 5 de Dezembro de 1932, foi dada pelo Governo uma amnistia que abrangeu cerca de meia centena de oposicionistas militares e civis.

que se dedicou novamente à actividade conspirativa. Em Aveiro, envolveu-se em acesa polémica com Homem Cristo na imprensa local. Concluindo que os oficiais envolvidos não passavam de “fantasistas” e de “anjinhos” e que nessas condições a revolução não tinha condições de vingar, regressou a Moçambique, onde chegou a 12 de Maio de 1934. Voltou à advocacia e às polémicas habituais com civis e militares. Fundou o diário *O Jornal* (1935-6) que, nove meses depois, foi encerrado pela Censura.

Neves Anacleto encontrou, então, um ambiente diferente em Moçambique. A ditadura conseguira aniquilar as liberdades que ele anteriormente experimentara naquela colónia. A PIDE assaltou o seu escritório e apreendeu-lhe uns exemplares do seu livro *Traços de uma luta (V e X)*, deixando-lhe um aviso para se apresentar no Comissariado da Polícia no dia seguinte. No mesmo dia, a 9 de Maio de 1944, Neves Anacleto fugiu para a Suazilândia. Foi julgado à revelia em Lourenço Marques, acusado de ofensas a Salazar no livro acima mencionado, sendo condenado a uma multa de 20 mil escudos, que posteriormente liquidou. A 22 de Dezembro de 1944, embarcou com a família para Lisboa, onde chegou a 30 de Janeiro de 1945, tendo sido preso à chegada, ainda a bordo do paquete Mouzinho, e conduzido pela PIDE às instalações da António Maria Cardoso. Foi levado para Caxias onde permaneceu alguns dias no “Segredo”<sup>372</sup>. Foi libertado a 8 de Fevereiro seguinte, por muitas pressões de bastidores nos meios militares, tendo sido avisado pelo Capitão Catela, o então Director da PIDE, que nada lhe aconteceria, se não se metesse mais em revoluções.

Neves Anacleto regressou a Faro no dia 17 de Fevereiro de 1945, e desconheceu a cidade. Voltou à profissão, pelo que abriu, novamente, banca na cidade. Os velhos amigos e correligionários ignoraram completamente a sua presença. Sem amigos e com uma postura de “Quem quisesse que me conhecesse”, no dia da rendição da Alemanha, sentou-se no movimentado “Café Aliança” de Faro e pediu uma garrafa de champanhe que bebeu regaladamente, “perante o silêncio profundo de todas aquelas pessoas esmagadas pelo medo”<sup>373</sup>.

---

<sup>372</sup> Cf. IAN-TT, PIDE/DGS, RGP 16191, de António Neves Anacleto.

<sup>373</sup> Cf. A. Neves Anacleto, *Ob. Cit.*, p. 393.

Voltou à luta política. Os tempos do pós-guerra eram favoráveis. Salazar prometera “a esmola”<sup>374</sup> de eleições livres. Neves Anacleto participou na formação do MUD no Algarve, ficando encarregue da comissão de propaganda eleitoral. No dia 16 de Outubro de 1945, realizou-se no Cine-Teatro de Faro uma reunião política, em que os oradores, perante uma assistência calculada em 2000 pessoas, criticaram com incontida revolta a elaboração dos cadernos eleitorais e o prazo fixado para a realização das eleições. No coro de protestos, “destacou-se Neves Anacleto, pela forma pouco elevada do seu discurso”<sup>375</sup>, afirmando, entre outras coisas, ao referir-se ao exército, que este precisava de ser reformado<sup>376</sup>.

A postura de Neves Anacleto trouxera-lhe novos (velhos?) conflitos com os seus correligionários farenses. Segundo as suas próprias palavras, coubera-lhe nesse comício fazer um discurso sobre a nova lei eleitoral, o que ele ignorou, abordando o problema da liberdade e da tirania. Fê-lo com a sua conhecida eloquência e arrebatação, levando ao rubro os aplausos do público. Provocou claramente o Comissário da Polícia, pormenorizando os abusos feitos pela Polícia em Faro: “Vive-se num período de medo e de muito medo, próprio de quem viveu 20 anos sob um regime de terror, mas esse medo tem que acabar e temos de demonstrar que somos capazes de conduzir a Nação aos seus mais altos destinos”<sup>377</sup>. Abordou a organização da Polícia, evocou os deportados em todas as possessões ultramarinas e terminou pedindo um minuto de silêncio à memória dos republicanos mortos mártires da causa.

O Capitão da PSP “teve de interromper o seu arrazoado”<sup>378</sup> e mandou-o calar, perante o silêncio incómodo dos outros ocupantes do palco. Os seus correligionários não concordaram com a sua atitude de clara provocação e atrevimento, e a polémica instalou-se. Segundo confessa, nessa altura “Faro e o Algarve deixaram de (...) [lhe] interessar politicamente”<sup>379</sup>.

---

<sup>374</sup> Idem, *Ibidem*, p. 403.

<sup>375</sup> Cf. IAN-TT, AMI, Gabinete do Ministro (correspondência), Maço 538, Lº 9-DSF, n.º 34, Conf. do Comando Geral da GNR ao chefe do Gabinete, de 23 de Outubro de 1945.

<sup>376</sup> *Ibidem*.

<sup>377</sup> Cf. IAN-TT, PIDE/DGS, Proc. 3 SC CI (2) n.º 33 UI 6949, António Neves Anacleto, fls. 209 e 210, Relatório Semanal do Posto de Faro, de 21 de Outubro de 1945.

<sup>378</sup> *Ibidem*, fl. 207.

<sup>379</sup> Cf. A. Neves Anacleto, *Ob. Cit.*, p. 403.

Afastando-se, foi, como ele próprio o definiu, “empurrado para a burguesia”, vivendo como um burguês comum. Participou e discursou no jantar em honra do 70º aniversário do Dr. Silva Nobre, no Hotel Aliança, numa sessão que esteve sob vigilância da PIDE<sup>380</sup>.

Para tratar do processo que contra si pendia, acabou por voltar a Moçambique, onde chegou a 22 de Setembro de 1948. Mais uma vez reiniciou a sua vida profissional, na qual tinha granjeado grande fama forense pelo seu extraordinário desempenho e pela luta contínua que manteve contra a magistratura do regime. Em 1956, estando em Portugal, participou nas Comemorações do 5 de Outubro em Faro, integrando a Mesa de Honra, que presidiu à sessão<sup>381</sup>.

Permaneceu em Moçambique até 1974, sempre rodeado de polémica e de intervenções desassombradas. Em 1958, apoiou a candidatura de Humberto Delegado, discursando em várias sessões de propaganda. A comissão de candidatura do General decidiu publicar em folheto o seu manifesto “O Meu depoimento”<sup>382</sup>, que o jornal de Lourenço Marques *O Notícias* recusara publicar.

Neves Anacleto esteve envolvido também na projectada intentona de 14 de Novembro de 1960, em Moçambique, na qual participariam o “Grupo dos Dragões de Moçambique” e a Escola de Aplicação Militar<sup>383</sup>.

Esteve sempre vigiado pela PIDE, que o sabia “esperto, muito rábula, sabendo-se defender e com um admirável poder de recuperação apesar de idoso”<sup>384</sup>.

As viagens que, nos anos 60 e 70, fez à Metrópole preocupavam a PIDE que não lhe queria perder o rasto<sup>385</sup>.

Foi até ao fim um inimigo implacável de Salazar, a quem chamava o “monstro de Santa Comba”. Foi um crítico de Marcelo Caetano, em quem não confiava por este ser uma continuidade do odiado “Pacheco”. “Pode o Marcelo aguentar-se no poder os anos

---

<sup>380</sup> Cf. IAN-TT, PIDE/DGS SR 6361, NT 2424, João Augusto Filipe Gonçalves Saias, Relatório Extraordinário, n.º 1/48 SIR, do PV da PIDE de Faro ao Director da PIDE, de 1 de Fevereiro de 1948.

<sup>381</sup> Cf. IAN-TT, PIDE/DGS, Proc. 3 SC CI (2) n.º 33 UI 6949, António Neves Anacleto, fl. 174, 8 de Outubro de 1956.

<sup>382</sup> Cf. António Neves Anacleto, *O Meu depoimento*, Sociedade Gráfica Lda., Lourenço Marques, 1958.

<sup>383</sup> Cf. IAN-TT, PIDE/DGS, Proc. 3 SC CI (2) n.º 33 UI 6949, António Neves Anacleto, fl. 98, «Auto de Declarações de Artur Miguel Agrely Rebelo», de 11 de Janeiro de 1961.

<sup>384</sup> Ibidem, fl. 131, Relatório de 7 de Março de 1961.

<sup>385</sup> Cf. IAN-TT, PIDE/DGS, Proc. 4957 SJ, António Neves Anacleto, fl. 3, 23 de Maio de 1967 e Of.º de 26 de Abril de 1967.

que quiser, porque está provado que qualquer imbecil pode aguentar-se no poder o tempo que quiser”<sup>386</sup>.

Por isso, em 1973, pediu ao *Diário de Notícias* a publicação do seu manifesto “Apelo aos democratas portugueses” contra a política de continuidade de Marcelo Caetano<sup>387</sup>.

O 25 de Abril apanhou-o em Moçambique. Regressou definitivamente a Portugal em Julho de 1974. Acusou peremptoriamente os militares de serem responsáveis pelo regime que, de 1926 a 1974, roubou aos portugueses “a liberdade de pensar e de falar, metendo-os nas prisões ou deportando-os para África, sem os ouvir e julgar. Esse valente exército é o tal: é o do 25 de Abril”<sup>388</sup>. Criticou acerrimamente o processo de descolonização seguido pelos militares de Abril. Acusou de traição os políticos Mário Soares e Álvaro Cunhal “que amputaram Portugal de uma nação que era Portugal”<sup>389</sup>.

Visando particularmente a acção de Otelo Saraiva de Carvalho, deixou o seu testemunho em *A Inventona do 28 de Setembro (Quem a Fez?)*, Lisboa, 1976, e *O Traidor Otelo*, Lisboa, 1976. Entre outras coisas<sup>390</sup>, publicou ainda *Um caso de abertura de Crédito Documentário e Actos abusivos do BNU*<sup>391</sup>.

A convite e por insistência de Sá Carneiro, foi deputado do PPD, desligando-se da actividade partidária pouco tempo depois<sup>392</sup>.

António Neves Anacleto faleceu em Lisboa, a 25 de Fevereiro de 1990.

---

<sup>386</sup> Ibidem, fl. 12, carta de Neves Anacleto ao Dr. João Castilho, Inspector Superior do Ministério do Ultramar, de 14 de Novembro de 1969.

<sup>387</sup> Ibidem, fl. 1, Carta de António Neves Anacleto ao *Diário de Notícias*, de 21 de Julho de 1973.

<sup>388</sup> Cf. *Jornal de Quarteira*, 2ª série, n.º 5, Outubro de 1984, p. 11, «Dr. Neves Anacleto», Entrevista de Vitoriano Rosa a Neves Anacleto.

<sup>389</sup> Ibidem, p. 12.

<sup>390</sup> Vide listagem bibliográfica de António Neves Anacleto citada em Mário Lyster Franco, *Algarviana, Subsídios para uma bibliografia do Algarve e dos autores algarvios*, Vol. I A-B, Edição da Câmara Municipal de Faro, 1982, pp. 124-128.

<sup>391</sup> Cf. Glória Marreiros, *Quem foi Quem? 200 Algarvios do Século XX*, Edições Colibri, Lisboa, 2000, pp. 41 e 42.

<sup>392</sup> Cf. *Jornal de Quarteira*, 2ª série, n.º 5, Outubro de 1984, pp. 11-13, «Dr. Neves Anacleto», Entrevista de Vitoriano Rosa a Neves Anacleto.

## 2.2 - A oposição republicana: a República “mora” em Silves

Nos primeiros anos do período ditatorial, os “democráticos” silveses constituíram a maior preocupação para as autoridades, uma vez que muitos deles eram verdadeiros notáveis na cidade, ocupavam lugares públicos e tinham grande influência no operariado silvese.

Assim, pelo seu prestígio social e estatuto económico, personificavam a “oposição real” ao regime.

Como vimos, as novas autoridades e a gestão municipal tinham, desde o 28 de Maio, sofrido alguns percalços com o ambiente de desordem e de conspirações dentro do próprio movimento militar, decorrentes da própria instabilidade governamental que o recém implantado regime ditatorial não lograra resolver.

Em Silves, a falta de consumo das rolhas no mercado estrangeiro, em muitos casos devido à «lei seca» existente em alguns países europeus e ao aumento exorbitante das contribuições lançadas sobre as bebidas engarrafadas, levava a que os industriais solicitassem ao novo regime créditos e condições extraordinárias para a indústria<sup>393</sup>.

Foi nos industriais e nas forças conservadoras da cidade que os novos poderes encontraram a sua base de apoio social e político. As «forças vivas» de Silves, os industriais corticeiros e os proprietários respeitavam e apoiavam a nova ordem na Administração do Concelho e na Comissão Administrativa da CM de Silves, personificada em Abílio Brás Machado e Aníbal Santana, silveses respeitados. Estes dois autarcas deixaram marca na cidade, conseguindo “realizar uma obra tão vasta e tão grandiosa como nenhuma outra vereação o tinha feito”<sup>394</sup>. Em representação dos industriais surgiu a “Associação Comercial e Industrial de Silves”<sup>395</sup>.

---

<sup>393</sup> Cf. *O Povo de Silves*, n.º 18, 26 de Agosto de 1926, p. 1, «O que nos disse um industrial».

<sup>394</sup> Cf. AMS, Actas da Comissão Administrativa, Livro 5, fl. 200, Acta da Sessão de 23 de Julho de 1928.

<sup>395</sup> Cf. *O Povo de Silves*, n.º 29, 8 de Maio de 1927, p. 4, «Associação Comercial e Industrial». A Direcção era: Presidente – João Sequeira Cantinho; Vice – Manuel Guerreiro; Secretário – Sebastião Correia de Oliveira; Vogal – Francisco Inácio Gonçalves Louçã; Presidente da Assembleia – Abílio Brás Machado; Secretários – Mário Santana e Avelino dos Santos Tomé.



Na homenagem que os Municípios do país fizeram a Salazar, a 21 de Outubro de 1929, em Lisboa, Silves esteve representado por Aníbal Santana<sup>396</sup>.

Neste processo já a ditadura entrara numa nova fase de construção<sup>397</sup> e de transição para o “Estado Novo”, dirigida e controlada progressivamente pelo Ministro das Finanças, Oliveira Salazar. Gradualmente, a prova de fidelidade aos ideais do “Estado Novo” tornou-se indispensável. Todos os funcionários da Câmara tinham sido observados, assim como as suas actividades, cabendo ao Presidente da Câmara informar o Ministério do Interior “se é ou não inconveniente para a ditadura e Governo da República a sua continuação no serviço”<sup>398</sup>.

A necessidade de impor a nova ordem e o controlo dos ajuntamentos populares e operários levou à proibição de “todas e quaisquer manifestações de carácter político ou social na via pública”<sup>399</sup>. Mesmo as reuniões em recinto fechado só poderiam efectuar-se com prévia autorização do Administrador do Concelho<sup>400</sup>. As sessões de homenagem aos grandes vultos republicanos também foram proibidas<sup>401</sup>.

Pretendendo resolver o problema político do regime e preparar a constitucionalização da ditadura, Salazar criou a União Nacional a 30 de Julho de 1930, que se destinava a procurar o apoio da opinião pública e integrar as elites locais na organização política do “Estado Novo”. A urgência governamental na sua formação a nível nacional, de modo a integrar os apoiantes da situação e isolar os seus opositores, fez-se sentir sobre os governadores civis. O processo de instalação de órgãos da União Nacional no Algarve, sob a direcção do Governador Civil Matias de Freitas, desenvolveu-se a um

---

<sup>396</sup> Cf. *Diário de Notícias*, n.º 22893, 22 de Outubro de 1929, p. 1, «A obra financeira do Sr. Dr. Oliveira Salazar».

<sup>397</sup> A primeira campanha eleitoral no novo regime apelou ao voto no candidato da ditadura, Óscar Carmona. A propaganda desenvolvida serviu basicamente para reforçar o regime instituído, através do envolvimento das autoridades locais. A realização de eleições legislativas e autárquicas, apesar de anunciadas pelo Governo nas comemorações do 28 de Maio, acabou por não se concretizar. A 25 de Março de 1928, Carmona foi eleito num acto que logo se apresentou como a ratificação plebiscitária da Revolução Nacional de 28 de Maio e, no mês seguinte, entrou em funções o novo Governo liderado por José Vicente de Freitas, com António de Oliveira Salazar na pasta das Finanças, dando início ao seu programa de «ditadura financeira».

<sup>398</sup> Cf. ADF, *Livros Copiadores de Correspondência Confidencial do Governador Civil*, Livro 438 (1926-1930), circular confidencial n.º 112, aos Presidentes das Comissões Administrativas das Câmaras, de 31 de Março de 1930.

<sup>399</sup> Cf. *Comércio de Portimão*, n.º 297, 24 de Abril de 1932, p. 1, «Edital».

<sup>400</sup> *Ibidem*.

<sup>401</sup> Cf. ADF, *Livros Copiadores de Correspondência Confidencial do Governador Civil*, Livro 438 (1926-1930), circular confidencial n.º 111, de 26 de Março de 1930, e circular confidencial n.º 10, de 11 de Agosto de 1930, aos Administradores dos Concelhos.

ritmo acelerado, apesar de todas as dificuldades e hesitações. “Sobre a União Nacional é preciso ir com calma por causa das paixões que ainda se fazem sentir”<sup>402</sup>.

A primeira Comissão Concelhia da União Nacional em Silves teve pouco peso político. A sua actividade não foi relevante, mas conseguiu integrar um núcleo de conhecidos conservadores. Era composta pelos monárquicos, os Drs. António Marreiros Leite e Francisco Neto Cabrita, e pelos “independentes” António José Sequeira, Francisco Joaquim Canhestro, Inácio José de Mendonça, Manuel do Carmo Correia, Mário Santana, Mário Tomaz Santinho e Vicente do Carmo Júnior<sup>403</sup>.

Em 1931, a instabilidade vivida pelo operariado, que constituía o maior grupo social activo, devida ao desemprego, à crise mundial que se sentia na indústria e aos episódios de resistência operária e republicana ao novo regime, requeria, mais que nunca, a intervenção de uma autoridade forte, com capacidade de manutenção da ordem pública, exigida pelo novo poder.

Abílio Brás Machado, um homem muito marcado pela experiência republicana e associativista, e Aníbal Santana, um conservador (monárquico?), não tinham o perfil indicado para o exercício de autoridade que o regime pretendia.

O Administrador do Concelho, respondendo aos anseios dos industriais afectados pela crise da indústria, informava as entidades superiores da difícil situação em que estes se encontravam, também devido à restrição de créditos à indústria pelo BNU<sup>404</sup> e pela casa bancária Castro Marques, pelo que pedia providências<sup>405</sup>. A Associação Comercial e Industrial de Silves reclamava para que fosse reduzido o montante das transacções fixado na Repartição de Finanças para base da contribuição industrial de 1931-32<sup>406</sup>. Se a reclamação não fosse atendida, segundo o industrial Inocêncio Granadeiro, “grande parte das fábricas” teriam “de fechar definitivamente as suas portas”<sup>407</sup>.

---

<sup>402</sup> Cf. ADF, *Livros Copiadores de Correspondência Confidencial do Governador Civil*, Livro 255 A (1930-1936), ofício n.º 15, ao Ministério do Interior, de 25 de Setembro de 1930.

<sup>403</sup> Cf. IAN-TT, AMI, Maço 451, (1930), Listagem das Comissões Concelhias da União Nacional, [s.d.].

<sup>404</sup> Além de restringir o crédito à indústria, o BNU pedia aos industriais uma amortização de 20% dos créditos concedidos.

<sup>405</sup> Cf. IAN-TT, AMI, Correspondência do Gabinete do Ministro, Maço 452, Pt. 16/23, fl. 2, Cópia do Of.º do Administrador do Concelho de Silves ao Governador Civil, de 6 de Abril de 1931, e Ofício n.º 569, do Governador Civil, de 6 de Abril de 1931.

<sup>406</sup> Cf. *Vibração*, n.º 5, 31 de Maio de 1931, p. 1, «Associação Industrial e Comercial de Silves».

<sup>407</sup> *Ibidem*, n.º 6, 7 de Junho de 1931, p. 2, «Entrevista».

As consequências da Revolta da Madeira fizeram-se sentir em Silves. Na noite de 21 de Abril de 1931, os operários distribuíram clandestinamente panfletos pela cidade, incitando à revolta.

Foi nesse ambiente de efervescência política e social que Abílio Brás Machado e Aníbal Santana se demitiram das funções de Administrador do Concelho e de Presidente da CM de Silves<sup>408</sup>, respectivamente. O que ao certo aconteceu ficou no segredo dos deuses, mas o facto é que, antes da demissão ser noticiada, já Abílio Brás Machado abandonara o cargo de Administrador do Concelho em sessão camarária pouco pacífica<sup>409</sup>, sendo seguido, solidariamente, por Aníbal Santana e por toda a Comissão Administrativa.

As razões dessa demissão são pouco explícitas nas actas da vereação camarária. Porém, as demissões tinham-se produzido como protesto ao Governador Civil por este “ter pedido ao Presidente da Comissão Municipal da União do Partido Republicano Liberal para organizar uma nova comissão administrativa”<sup>410</sup>.

Na verdade, as ordens dadas pelo Governador Civil tinham sido claras: “ (...) o Ministro do Interior não permite que façam parte das Comissões Administrativas pessoas da classe civil que não pertençam à União Nacional (...)”<sup>411</sup>.

Amadeu Marreiros Neto apresentara uma lista<sup>412</sup> que não merecera o acordo da União Nacional, talvez porque “era constituída na sua totalidade, por republicanos independentes”<sup>413</sup>. Abrira-se uma cisão na elite política local que apoiava o regime.

A crise política teve como consequência a nomeação pelo Governador Civil de um Administrador de Concelho militar, o Capitão José Mendes Silvestre, que assumiu de imediato as funções<sup>414</sup>. No mês seguinte, uma nova Comissão Administrativa<sup>415</sup>

---

<sup>408</sup> Cf. *Voz do Sul*, n.º 651, 26 de Abril de 1931, p. 1, «Demissões».

<sup>409</sup> Cf. AMS, Actas das Sessões das Comissões Administrativas de Silves, Livro 6, fl. 69, 13 de Abril de 1931.

<sup>410</sup> Ibidem, fl. 75, 27 de Maio de 1931.

<sup>411</sup> Cf. ADF, *Livros Copiadores de Correspondência Confidencial do Governador Civil*, Livro 255 A (1930-1936), ofício n.º 54, ao Presidente da Câmara de Aljezur, de 26 de Março de 1931.

<sup>412</sup> Cf. *Vibração*, n.º 3, 17 de Maio de 1931, p. 3, «Câmara Municipal». A lista era composta por Amadeu Marreiros Neto, Joaquim Primo António, Edmundo Mendonça, José Patrício dos Santos, Dr. Pedro Paulo Mascarenhas Júdice, Jaime Artur dos Santos e Abelino dos Santos Tomé.

<sup>413</sup> Cf. *Vibração*, n.º 5, 31 de Maio de 1931, p. 1, «Pela Câmara Municipal».

<sup>414</sup> Cf. AMS, Livros de Autos de Posse, Livro 7, fl. 9, 9 de Maio de 1931.

<sup>415</sup> A nova Comissão Administrativa era constituída por Aldemiro da Encarnação Mira, Edmundo Medeira Mendonça, Joaquim Primo António, Mário Tomás Santinho e José Mendes Silvestre, Capitão de Infantaria e Administrador do Concelho. Este último passou seguidamente de vogal a Presidente.

“superiormente aprovada”<sup>416</sup> tomou posse. O novo Administrador do Concelho congratulou-se por si e pelo Governador Civil pela constituição da Comissão Administrativa. O próprio fez a leitura do alvará do Governador Civil exonerando a antiga comissão “por conveniência de serviço público”<sup>417</sup>.

Por outro lado, João José Duarte, no exercício do cargo de chefe da Secretaria da CM de Silves, prejudicava a implementação do exercício da autoridade repressiva e o controlo sobre a oposição. O republicano João José Duarte era a face mais visível dos oposicionistas silvenses. Era assaz conhecida a sua oposição ao regime. No jornal *Vibração* que, por esta altura, fundara, não escondia a sua aversão à ditadura, aos “Charlatães do Nacionalismo” e o seu apoio à República espanhola. A sua presença nas reuniões camarárias e a função que desempenhava eram cada vez mais incómodas, especialmente após o anúncio de eleições municipais e paroquiais pelo Ministro do Interior<sup>418</sup>. Como chefe da Secretaria cabia-lhe efectuar o recenseamento eleitoral<sup>419</sup>. O seu jornal apelava ao recenseamento eleitoral dos silvenses. “Prepara-te portanto, cidadão, para a luta nas urnas. Votar com o progresso é votar com os Apóstolos da Liberdade”<sup>420</sup>.

João José Duarte era, definitivamente, um caso a resolver. Muitos outros haveria pela província. O Governador Civil queixava-se ao Ministro do Interior pelo “facto de haver no distrito inúmeros funcionários, nomeadamente, conservadores do Registo Predial, oficiais do Registo Civil e funcionários da justiça nomeados pelo Partido Republicano. A sua acção subversiva é feita com toda a cautela de modo a impossibilitar a menor incriminação”<sup>421</sup>.

Rapidamente, o Administrador do Concelho entrou em acção. A 4 de Maio de 1931, instituiu um processo disciplinar a João José Duarte, acusando-o de ter deixado afixado um panfleto revolucionário na parede exterior da sua farmácia, apesar de o ter

---

<sup>416</sup> Cf. *Vibração*, n.º 5, 31 de Maio de 1931, p. 1, «Pela Câmara Municipal».

<sup>417</sup> Cf. AMS, Actas das Sessões de Vereação das Comissões administrativas de Silves, Livro de 1930 – 1933, fl. 76, 27 de Maio de 1931.

<sup>418</sup> Cf. *Voz do Sul*, n.º 648, 5 de Abril de 1931, p. 1, «Eleições à porta».

<sup>419</sup> *Ibidem*, p. 1, «Edital».

<sup>420</sup> Cf. *Vibração*, n.º 4, 24 de Maio de 1931, p. 1, «A propósito das eleições» (artigo de Samora Barros).

<sup>421</sup> Cf. ADF, Livro 255 A (1930-1936), Livros Copiadores de Correspondência Confidencial do Governador Civil, ofício n.º 78 ao Ministro do Interior, 11 de Maio de 1931.

visto e “de para ele ter sido chamada a sua atenção”<sup>422</sup> quando entrou na farmácia nesse dia pela manhã.

O Administrador do Concelho ficou, entretanto, com o pelouro da Secretaria da CM de Silves. Constantino de Jesus Azevedo, amanuense da CM de Silves, também foi sujeito a processo disciplinar.

Em ofício ao Ministro do Interior, o Governador Civil dava contas da dificuldade em apanhar os opositores:

“Também em Silves com muitas diligências foram organizados os dois processos contra dois funcionários da Câmara, mas neles não consta o que devia constar, e o que também é para considerar, o Secretário da Câmara processado, velho político democrático, continua aguardando o resultado do processo nas funções de funcionário recenseador”<sup>423</sup>.

Em Silves, haveria também um professor primário que desprestigiava a acção do Governo, “mas ainda não surgiu maneira de [ele e outros] serem incriminados, apesar de ser muito grande a sua audácia”<sup>424</sup>.

João José Duarte foi demitido do cargo de chefe de Secretaria da CM de Silves por resolução do Conselho de Ministros, dada a conhecer pelo Ministério do Interior<sup>425</sup>. Constantino Azevedo também<sup>426</sup>. A razão legal que conduzia às demissões baseava-se na “cooperação directa ou indirecta”<sup>427</sup> na preparação, apoio ou adesão ao movimento revolucionário contra o Governo constituído. Da decisão não se permitia recurso<sup>428</sup>.

Um dos vogais da Comissão Administrativa da Câmara, Edmundo Medeira Mendonça, tendo lido nos jornais locais a notícia da demissão do chefe da Secretaria e do

---

<sup>422</sup> AP de João Ventura Duarte, doc. «Acusação», da Secretaria da Secção Administrativa da CM de Silves, de 19 de Maio de 1931.

<sup>423</sup> Cf. ADF, Livros Copiadores de Correspondência Confidencial do Governador Civil, Livro 255 A (1930-1936), ofício n.º 2 ao Ministério do Interior, de 3 de Julho de 1931.

<sup>424</sup> Ibidem.

<sup>425</sup> Cf. *Diário do Governo*, II Série, n.º 160, p. 2412, de 14 de Julho de 1931. João José Duarte e Constantino Azevedo foram demitidos por se encontrarem incursos no 2º do artigo 2 do decreto n.º 19141 de 19 de Outubro de 1930.

<sup>426</sup> Cf. *Voz do Sul*, n.º 661, 17 de Julho de 1931, p. 1, «Demissões».

<sup>427</sup> Cf. *Diário do Governo*, I Série, n.º 295, de 19 de Dezembro de 1930, p. 2488, «Decreto n.º 19141».

<sup>428</sup> Cf. ADF, Livros Copiadores de Correspondência Confidencial do Governador Civil, Livro 255 A (1930-1936), ofício ao Administrador do Concelho de Silves, de 14 de Julho de 1931.

amanuense, mostrou em sessão camarária o seu desagrado e propôs que se levasse ao Governador Civil “o protesto enérgico desta comissão contra tais demissões”<sup>429</sup>.

Em vão, João José Duarte tentou defender-se. Em requerimento, solicitou à Comissão Administrativa um protesto pela sua demissão. Esta, por proposta do seu Presidente e Administrador do Concelho, deliberou não tomar conhecimento da solicitação e “entendeu por bem não fazer constar na acta um protesto contra uma deliberação de sua Ex.<sup>a</sup> o Sr. Ministro do Interior”<sup>430</sup>.

As movimentações militares, em período forte do “Tenentismo”, levaram, passado um mês, à substituição do Administrador do Concelho. O Alferes, de Metralhadoras 1, Afonso Gomes Barroso foi o nomeado para a Administração do Concelho de Silves<sup>431</sup>, ficando, como o seu antecessor, a presidir ao executivo camarário. À sua posse, assistiu o Capitão David Neto<sup>432</sup>. Por proposta da Câmara, Vicente do Carmo Júnior acumulou as funções de chefe de Secretaria e de amanuense da CM de Silves<sup>433</sup>.

A acção de Afonso Gomes Barroso em breve produziria efeitos visíveis. O Governador Civil, que insistira para a sua nomeação junto do Ministro do Interior<sup>434</sup>, sabia-o! A repressão estendeu-se, seguidamente, por todo o concelho. Mas a notícia da queda da monarquia espanhola correu pela cidade, tendo o *Voz do Sul*, testemunhando a alegria dos republicanos silvenses, saudado, na primeira página, Alcalá Zamora, o Presidente da República espanhola, “pelo formidável acontecimento triunfante do novo ideal que (...) abraça Espanha”<sup>435</sup>. Este facto levava a que a edição do jornal tivesse sido atrasada “por motivos alheios”<sup>436</sup> à vontade do editor.

---

<sup>429</sup> Cf. AMS, Actas das Sessões de Vereação das Comissões administrativas de Silves, Livro de 1930 – 1933, fl. 99, 13 de Julho de 1931. Esse protesto só foi aprovado pelo proponente, Edmundo Mendonça, por Mário Tomás Santinho e por Joaquim Primo António.

<sup>430</sup> Cf. AMS, *Livros Copiadores de Correspondência Expedida* (1930/1931), ofício do Presidente da Comissão Administrativa da CM de Silves a João José Duarte, de 29 de Julho de 1931.

<sup>431</sup> Cf. AMS, *Actas das Sessões de Vereação das Comissões administrativas de Silves*, Livro de 1930 – 1933, fl. 100, 27 de Julho de 1931.

<sup>432</sup> Cf. *Voz do Sul*, n.º 663, 26 de Julho de 1931, p. 1, «Novo administrador».

<sup>433</sup> Cf. AMS, *Actas das Sessões de Vereação das Comissões administrativas de Silves*, Livro de 1930 – 1933, fl. 107, 27 de Julho de 1931.

<sup>434</sup> Cf. IAN-TT, AMI, Correspondência do Gabinete do Ministro, Remessa 422, Cx. 18, Livro 97 (1931), ao Chefe do Ministério de Guerra, 18 de Junho de 1931.

<sup>435</sup> Cf. *Voz do Sul*, n.º 650, 19 de Abril de 1931, p. 1, «República Espanhola».

<sup>436</sup> *Ibidem*, p. 1, «O nosso jornal».

Foi num contexto de perseguição e de controlo das forças políticas que foram proibidas as reuniões da comissão da Aliança Republicana e Socialista<sup>437</sup> (ARS), entretanto constituída em Silves<sup>438</sup>, que seguiu o apelo do seu directório<sup>439</sup> que encarregara “as respectivas comissões de urgente organização de todos os filiados”<sup>440</sup>, com vista às eleições que se avizinhavam<sup>441</sup>. Porém, o aparelho repressivo já funcionava em pleno. Aos Administradores dos Concelhos foi-lhes pedido o envio dos nomes dos funcionários que tinham feito parte das comissões da Aliança Republicana e dos encarregados da propaganda eleitoral<sup>442</sup>. Tendo sido nomeado um novo Presidente da Junta de Freguesia de Silves, que ficou com as atribuições do recenseamento eleitoral, a inscrição de muitos cidadãos foi negada, atropelando-se a lei vigente<sup>443</sup>.

A figura do Administrador do Concelho tornou-se onnipresente em todos os eventos políticos, sociais e culturais de Silves. A imprensa estava definitivamente amordaçada. A cidade parecia outra e, debaixo da paz podre e aparente, o Administrador exercia uma perseguição permanente, incansável e violenta aos operários e a todos que sabia serem seus opositores.

Em Messines, o médico Dr. Mexias e os comerciantes e republicanos locais, Manuel Francisco, Alfredo da Silva, Manuel Carneiro, João António Carneiro e José Matias auxiliavam os perseguidos<sup>444</sup>. Nesta localidade, a corrente salazarista estava personificada em João Freitas Figueiredo Mascarenhas e no Dr. Francisco Neto Cabrita<sup>445</sup>.

A 15 de Fevereiro de 1932, chegou à província o Presidente da República, Óscar Carmona, acompanhado de vasto elenco ministerial, para uma visita que se prolongou até

---

<sup>437</sup> Cf. ADF, *Correspondência confidencial do Governador Civil*, Livro 255 A (1930-1936), ofício n.º 13, ao Comandante da Polícia, de 23 de Julho de 1931.

<sup>438</sup> A União Republicana (Frente Única) originou a ARS. A comissão da União Republicana de Silves foi constituída por João José Duarte, Henrique Martins, Samora Barros e Manuel Guerreiro.

<sup>439</sup> Cf. A. H. de Oliveira Marques, *A Literatura clandestina em Portugal 1926-1932*, Lisboa, Fragmentos, Vol. II, p. 253.

<sup>440</sup> Cf. *Vibração*, n.º 8, 21 de Junho de 1931, p. 1, «Recenseamento eleitoral».

<sup>441</sup> Cf. ARS, *Manifesto ao País*, Lisboa, Papelaria progresso, 1931.

<sup>442</sup> Cf. ADF, *Correspondência confidencial do Governador Civil*, Livro 255 A (1930-1936), ofício n.º 14 aos Administradores dos Concelhos, de 24 de Julho de 1931.

<sup>443</sup> Cf. *Vibração*, n.º 9, 28 de Junho de 1931, p. 2, «O recenseamento eleitoral em Silves».

<sup>444</sup> Cf. BN, Arquivo Histórico Social N 61, Núcleo outros militantes, José Correia Pires, *Possível resposta*, *doc. cit.*, fl. 9.

<sup>445</sup> *Ibidem*.

ao dia 18<sup>446</sup>, percorrendo as principais localidades do Algarve<sup>447</sup>. A recepção de que foi alvo desfazia “felizmente, a lenda, posta a correr pelos homens do «revirvalho», de que os algarvios não estavam ao lado da Ditadura Nacional Militar”<sup>448</sup>. O Alferes Barroso, Administrador do Concelho e simultaneamente Presidente da Câmara, solicitou uma alteração do percurso do Presidente para que este passasse por Silves, mas tal não aconteceu. Carmona foi recebido pelas autoridades em Messines ao som da Sociedade Filarmónica Silvense<sup>449</sup> que aí se deslocara para a recepção ao Presidente da República<sup>450</sup>.

A 25 de Fevereiro, o Ministro do Interior reuniu-se com todos os governadores civis para lhes expor as bases da organização política do “Estado Novo”<sup>451</sup>.

O portimonense Armando Miranda<sup>452</sup> foi detido por privar com elementos

---

<sup>446</sup> Cf. *Correio do Sul*, n.º 782, 15 de Fevereiro de 1932, p. 1, «Chega hoje a Faro o Sr. Presidente da República».

<sup>447</sup> *Ibidem*, n.º 783, 21 de Fevereiro de 1932, p. 1, «A viagem presidencial ao Algarve».

<sup>448</sup> Cf. *O Algarve*, n.º 1246, 21 de Fevereiro de 1932, p. 1, «A viagem do Sr. General Carmona ao Algarve».

<sup>449</sup> A Sociedade Filarmónica Silvense fundou-se provavelmente em 1929, agregando os elementos das outras filarmónicas que tinham existido na cidade, nomeadamente a “Filarmónica Democrática Silvense” e a da Associação de Classe dos Corticeiros. Porém, os seus estatutos só foram elaborados a 25 de Janeiro de 1933 e aprovados pelo Governador Civil de Faro a 7 de Fevereiro de 1933. Nos anos 30, esteve instalada no Torreão, junto à Câmara Municipal. Em 1941, foi dissolvida pelo Capitão Alemão. Foi, no entanto, apadrinhada por notáveis locais, como Aníbal Santana e Alfred Biller, industrial alemão e sócio de Abílio Brás Machado, o que permitiu a sua continuidade com o nome de “Banda Municipal”. José Vitoriano, José Serafim, Rui Alves e Joaquim do Carmo formaram um grupo para angariar sócios com quotas de 5 tostões por semana. A nova Direcção falou com os antigos músicos e a Sociedade Filarmónica Silvense voltou de novo à actividade, tornando-se célebres os seus bailes. A sede passou então para o rés-do-chão do Edifício dos Correios. Mudou posteriormente para o primeiro andar de um edifício na Rua Samora Barros e depois para a baixa da cidade. No final dos anos 40, ou já em 1950, transitou para o Teatro Mascarenhas Gregório, onde ficou até Outubro de 2002. Foi uma associação muito vigiada pela PIDE. A maior parte dos músicos eram corticeiros e o PCP tinha aí forte influência. A Sociedade Filarmónica Silvense continua em actividade, tendo um grupo de teatro amador, «A Gruta», um grupo coral, além da Banda de Música. A sua sede situa-se provisoriamente no edifício da cooperativa “A Compensadora”.

<sup>450</sup> Cf. AMS, Actas da Comissão executiva, Livro 6, fl. 197, Acta da Sessão de 7 de Março de 1932.

<sup>451</sup> Cf. *Correio do Sul*, n.º 784, de 28 de Fevereiro de 1932, p. 1, «O Momento Político. As Bases da Organização do Estado Novo expostas pelo Sr. Ministro do Interior perante os Governadores Civis». O Ministro identificou sete tópicos fundamentais: o Estado Novo, o Poder Legislativo, o Poder Executivo, a Questão Social, a União Nacional, os Antigos Políticos e a República, a Ordem e os Monárquicos.

<sup>452</sup> Armando Carmo de Miranda, filho de Domingos José Miranda e de Maria Manuela do Carmo, nasceu em Portimão, a 16 de Novembro de 1904. Fez os estudos preparatórios no Colégio Lusitano de Portimão, onde concluiu o 5º ano. Com apenas 15 anos, iniciou-se na escrita no seio da imprensa portimonense, nomeadamente em *A Lyra*, em que publicou «Contos Cor de Rosa». O seu primeiro livro foi *Singular Carnaval* (1921). Dirigiu vários jornais no Algarve, nomeadamente o *Algharb* (1922) e *O Jornal de Portimão* (1925). Manteve uma acesa polémica com Marcos Algarve, um prolífero polemista portimonense. É desta altura *Desmascarado! Autópsia a um ...escritor*, Lisboa, 1927. Publicou vários livros de versos, com especial realce para *Varanda de Lilazes* (1926) e *Cantigas que Ninguém Canta* (1934). Em Agosto de 1930, Armando Miranda era guarda-livros do BNU em Silves. Conhecido desde longa data dos democratas silvenses, colaborou no jornal *Vibração*. Em Janeiro de 1932, foi detido. Em Outubro desse mesmo ano, A. Miranda surgia como Director do *Diário do Algarve*, em Faro, diário noticioso afecto ao “Estado Novo”. Em



extremistas<sup>453</sup>. Como a Armando Miranda, aos republicanos silveses restou-lhes a integração mais ou menos convicta no novo regime, ou então o início de uma vida na oposição.

A formação do “Estado Novo” em Silves foi resultando dos compromissos encontrados como resposta aos vários conflitos que se foram produzindo ao longo da transição para a ditadura salazarista. Aproximando-se o momento de plebiscitar a projecto de Constituição, deslocaram-se ao Algarve, em propaganda eleitoral, Albino Soares, Ministro do Interior, e Sebastião Ramirez, Ministro do Comércio, Indústria e Agricultura<sup>454</sup>. Em Silves, para o plebiscito<sup>455</sup>, estavam inscritos 5078 votantes. Destes votaram favoravelmente 3421, o que deu uma votação maciça na ordem dos 84 %<sup>456</sup>.

De Setembro de 1932 até finais de 1933, o Tenente da GNR Aires Baptista da Costa foi o Administrador do Concelho de Silves<sup>457</sup>. A gravidade da situação aumentara. Desde 1931, os despedimentos e a irregularidade na laboração das fábricas eram uma

---

meados dos anos trinta, fixou-se em Lisboa e dedicou-se ao cinema. Dirigiu as revistas *Espectáculo* e *L'Écran*. Iniciou-se no cinema com curtas-metragens e estreou-se como realizador com *Pão Nosso*, em 1940, iniciando uma profícua carreira, financiado por Agostinho Fernandes. Realizou inúmeros filmes: *Ave de Arribação* (1943); *José do Telhado* (1945); *Capas Negras*; *Aqui Portugal* (1947), *Serra Brava* e *A volta de José do Telhado* (1949). Produziu ainda vários documentários cinematográficos: *Algarve Encantado*; *A Mulher, a Serra e o Mar*; *Serra da Estrela-Gouveia*; *Caldas de Aregos* e *Imagens do Vale do Vouga*, que obtiveram larga aceitação nos meios cinematográficos. Fez duas versões do filme *Uma Vida para Dois*, a primeira em 1949 e a segunda em 1953, no Brasil. Nos anos 50, emigrou para o Brasil, onde realizou várias longas metragens. Realizou ainda *O Cantor e a Bailarina* (1960), em Portugal, *A Montanha dos Sete Ecos* (1963), uma co-produção Portugal/Brasil, e aquele que parece ter sido o seu último filme, *O Diabo de Vila Velha* (1965). Após a sua detenção, não voltou a ter actividade política em Portugal, nem no Brasil, onde faleceu em 1975.

<sup>453</sup> Cf. ADF, Livros Copiadores de Correspondência Confidencial do Governador Civil, Livro 255 A (1930-1936), ofício ao Presidente do BNU, de 8 de Janeiro de 1932.

<sup>454</sup> Cf. *Correio do Sul*, n.º 836, de 5 de Março de 1933, p. 1, «Viagem ministerial ao Algarve»; n.º 837, de 12 de Março de 1933, p. 1, «A Viagem ministerial ao Algarve» e n.º 838, de 19 de Março de 1933, p. 1, «Algarvios: à urna por nova Constituição».

<sup>455</sup> O Plebiscito realizou-se a 19 de Março de 1933, com as liberdades fundamentais suprimidas, os partidos políticos proibidos e com as abstenções a contarem como votos expressos a favor do governo. Apesar do empenhamento do aparelho de Estado, a percentagem dos votos favoráveis ao regime sobre o número de inscritos rondou, apenas, os 55%.

<sup>456</sup> Cf. *Correio do Sul*, n.º 839, 26 de Março de 1933, p. 1, «O Plebiscito no Algarve» e *Diário do Algarve*, n.º 128, 23 de Março de 1933, p. 1, «A nova Constituição». Embora coincidindo na percentagem da vitória do regime, estas duas fontes divergem quanto ao número e qualidade de votos nas diferentes localidades do Algarve.

<sup>457</sup> Cf. AMS, Livros de Posse Livro 7, fl. 15, Setembro de 1932, e fl. 19, de 3 de Junho de 1933.

constante<sup>458</sup>. Assistia-se a um incremento da agitação operária, havendo a necessidade de lhe pôr um fim rapidamente.

Manuel Guerreiro, Presidente da Associação Industrial e Comercial de Silves, indicou as razões da crise. Segundo ele, a partir de 1931, e na sequência da política restritiva proteccionista seguida pela França e pela Alemanha, a indústria corticeira tinha sofrido um processo de reconversão e de mecanização, mas que, dada a sua utilização específica, não teria causado desemprego. A cortiça de boa qualidade continuava a ser trabalhada manualmente, o que contribuíra, segundo este industrial, para um aumento do número de operários. No entanto, a situação alterara-se no último semestre de 1933, com o agravamento das pautas aduaneiras francesas. Aos despedimentos efectuados juntou-se a irregularidade de laboração por parte de um número significativo de fábricas<sup>459</sup>.

Em Outubro de 1933 foi empossada a Delegação de Silves da Federação Nacional dos Produtores de Trigo<sup>460</sup>, que estaria na base do futuro Grémio da Lavoura, absorvendo o Sindicato Agrícola de Silves, a associação local dos proprietários agrícolas. No mesmo mês e ano, Salvador Gomes Vilarinho<sup>461</sup> tomou posse como Administrador do Concelho<sup>462</sup> e como Presidente da CM de Silves.

Finalmente, em 1934, realizaram-se as primeiras eleições legislativas do regime. A lista da União Nacional, única concorrente, obteve, em Silves, 2700 votos em 3202

---

<sup>458</sup> Cf. *O Reduto*, n.º 13, Outubro de 1931, p. 3, «Uma Sessão...»; n.º 20, Julho de 1932, p. 3, «Silves» e n.º 22, Novembro de 1932, p. 3, «Silves».

<sup>459</sup> Cf. IAN-TT, Arquivo «Cortes da Censura a *O Século*», Caixa 61. A entrevista a Manuel Guerreiro realizada pelo enviado especial de *O Século* a Silves, a 31 de Janeiro de 1934, seria publicada nas edições de 4, 7 e 10 de Fevereiro de 1934, não fosse o corte da censura.

<sup>460</sup> Cf. *Voz do Sul*, n.º 779, 14 de Outubro de 1933, p. 1, «Federação nacional dos produtores de trigo». A comissão era composta por: Dr. Pedro Paulo Mascarenhas Júdice, Salvador Gomes Vilarinho e Paulo Marreiros Leite.

<sup>461</sup> Salvador Gomes Vilarinho, filho de José Gomes Vilarinho e de Maria Adélia Cabrita Vilarinho, nasceu em Silves a 3 de Fevereiro de 1904, no seio de uma notável e abastada família monárquica. Era familiar e homónimo do Comendador Salvador Gomes Vilarinho. Foi, desde o primeiro momento, adepto da ditadura, tornando-se a face do “Estado Novo” na cidade. Foi Presidente da CM de Silves em 1933 e, simultaneamente, Administrador do Concelho nesse ano e no seguinte. Consorciou-se com Maria Carlota Guedes de Andrade. Em 1943 regressou à Presidência da CM de Silves, substituindo o Dr. Afonso Lourenço Dias da Silva. Exerceu o cargo até 1950, acumulando o cargo de Administrador do Concelho no mesmo período. Este anticomunista primário foi implacável com os seus opositores. A 2 de Fevereiro de 1950, Salvador Gomes Vilarinho substituiu Joaquim Valadares Pacheco na Presidência da CM de Portimão, mantendo-se no cargo até 1959. Regressou à gestão camarária silvense em 1965, sendo o Presidente da CM de Silves até 1969. Faleceu a 27 de Setembro de 1978, no sítio de Boiças, na freguesia de Alcantarilha, onde residia, vítima de trombose cerebral.

<sup>462</sup> Cf. AMS, Livros de Posse Livro 7, fl. 20, de 7 de Outubro de 1933.

indivíduos recenseados<sup>463</sup>. O que parece corresponder a uma elevada percentagem de 84,3%, no concelho “representava unicamente 9,3% do total da população ou apenas 16% da população que o recenseamento de 1930 considerava activa”<sup>464</sup>.

O regime fechava o círculo, impondo os seus homens e instituições. Estando os republicanos “controlados”, a ditadura virou a sua atenção para o operariado.

Salvador Gomes Vilarinho revelar-se-ia um homem à altura da tarefa. O modo como exercia a autoridade foi imediatamente dado a conhecer aos silvenses. Este anticomunista primário deixou uma profunda e amarga marca na memória de muitos silvenses, pois foi implacável na sua actuação.

---

<sup>463</sup> Cf. ADF, Governo Civil de Faro, SR 006-Copiadores de Telegramas, Livro 374-A, ao Ministro do Interior, fl. 107, de 17 de Fevereiro de 1934.

<sup>464</sup> Cf. João Madeira, «Da alvorada do Século ao Estado Novo, Notas sobre “Silves, a cidade democrática”», in *Mirante, Ob. Cit.*, n.º 12, Dezembro de 1997, p. 13.

### 2.2.1 - O Jornal *Vibração*

O semanário *Vibração* foi fundado a 26 de Abril de 1931, nos tempos conturbados de grande actividade reviranhista e da Revolta da Madeira. A partir do n.º 3, de 17 de Maio de 1931, apareceu com a designação de “Semanário Republicano”. Era noticioso, literário, republicano de inspiração democrática, e tornou-se muito incómodo ao “Estado Novo”. Constitui a mais importante fonte para o estudo da oposição republicana e democrática em Silves, sendo um contributo fundamental para o estudo da ditadura e da Censura no Algarve, pelo que a sua abordagem política se revelou essencial. A sua vertente social e cultural é também da maior relevância para futuro estudo monográfico.

A Redacção e a Administração do semanário situavam-se na Rua Coronel Galhardo, em Silves, e era composto na Tipografia Socorro, em Vila Real de Santo António.

A notícia do aparecimento do periódico correu pela cidade como uma “bomba”<sup>465</sup>. O ambiente de contestação e de repressão vivido durante o mês de Abril e o processo disciplinar camarário instaurado a João José Duarte perturbavam o ambiente social na cidade. Antes do primeiro número sair, a 26 de Abril de 1931, a sua redacção foi assaltada, tendo os “ladrões” levado “alguns originais e documentos sem importância”<sup>466</sup>.

Os Directores, João José Duarte e Manuel Guerreiro, substituíam-se na ausência do outro. O Editor era o alfaiate Francisco dos Santos Rita, silvense conhecido nas lides associativas. João Brás assumiu a autoria do título e do desenho do cabeçalho do jornal<sup>467</sup>. O título denunciava a sua intenção: “Vibrar é revolucionar”<sup>468</sup>.

Os principais colaboradores silvenses, além de João José Duarte, Manuel Guerreiro e João Brás, eram Julião Quintinha, Samora Barros<sup>469</sup>, o Dr. Pedro Júdice, Ricardo Lino

---

<sup>465</sup> Cf. *Vibração*, n.º 1, 26 de Abril de 1931, p. 1, «Lá vai bomba».

<sup>466</sup> *Ibidem*, n.º 2, 19 de Maio de 1931, p. 1, «Ladrões à vista».

<sup>467</sup> Cf. José Carlos Vilhena Mesquita, *História da Imprensa do Algarve, Ob. Cit.*, Vol. II, p. 421.

<sup>468</sup> Cf. *Vibração* n.º 3, 17 de Maio de 1931, p. 3, «Vibrações da “Vibração”».

<sup>469</sup> José Ricardo Júdice Samora Barros, filho de José Ricardo Sousa Barros e de Maria Quitéria Júdice de Samora Barros, nasceu em Albufeira, a 3 de Abril de 1887, no seio de uma família abastada. Matriculou-se na Faculdade de Direito de Coimbra, mas não prosseguiu aí os estudos. Foi na Escola Superior de Belas Artes de Lisboa que, em 1919, concluiu a licenciatura em Pintura com várias distinções ao longo do seu percurso académico. Recusou convites para permanecer em Lisboa e regressou a Albufeira. Casou-se com Maria Otília Águas Cravo. Foi nomeado professor de Desenho para a recém criada Escola Industrial e Comercial de Silves, onde exerceu a docência durante 36 anos. Adoptou a cidade como sua e, na sua frente,

Correia<sup>470</sup>, Francisco José d' Almeida Lança, Joaquim João Raminhos, José Lourenço de Silva e Mariana Abraços Lança. Contava também com inúmeras colaborações de fora<sup>471</sup>.

Na verdade, o grupo de jovens colaboradores e de velhos republicanos revelara, desde o primeiro número, um espírito irreverentemente republicano e antititular. Apregoavam a luta pela liberdade, pois “(...) hoje, mais que nunca, nos sentimos debaixo da opressão, da tirania, do imperialismo...”<sup>472</sup>. Respondiam provocatoriamente à afirmação do *Diário da Manhã* que considerava a Liberdade um mito: “Se a Liberdade é um mito, a Tirania é um mi...ctório”<sup>473</sup>.

Assumiam frontalmente: “Este jornal não pode ser «mais um...» por que não é como muitos outros”<sup>474</sup>. À acusação de ser um órgão da Rússia Vermelha, o jornal respondia jocosamente, esclarecendo os assinantes sobre o dever de pagar as quotas, pois o jornal não andava a “nadar no oiro dos Soviéticos”<sup>475</sup>.

---

do outro lado do rio, desenhou e construiu a sua residência, a emblemática “Casa do Cerro”. Foi um pedagogo de excepção, tendo marcado com o seu espírito democrático várias gerações de alunos. Foi um profícuo pintor do Algarve. Margarida Tengarrinha debruçou-se sobre a biografia e sobre o percurso artístico do Mestre Samora Barros, seu professor. Na sua pintura, distinguiram-se os retratos, feitos, segundo Margarida Tengarrinha, “com mão de Mestre e olhar de psicólogo”. Colaborou na *Monografia de Albufeira*, de Ataíde d'Oliveira, e escreveu nos periódicos *Vibração*, *Terras de Portugal*, *Internacional*, *Diário de Notícias*, *Alma Nova* e, sobretudo, no *Voz do Sul*, do qual foi redactor principal. Era republicano e anticlerical. Comemorava sempre o 5 de Outubro. Em 1931, aderiu à ARS, tendo apelado ao voto nesta aliança republicana. Por ter desenhado a bandeira da cooperativa operária «A Compensadora» foi sujeito a um processo disciplinar e esteve proibido de entrar na escola. Em sua defesa, os alunos fizeram greve. Valeu-lhe a sua família ter muitos contactos em Lisboa, pelo que o processo foi arquivado e Samora Barros voltou à escola. No pós-guerra, aderiu ao MUD, tendo integrado a Comissão Concelhia de Silves deste Movimento. A sua acção pedagógica esteve sempre sob vigilância. Esteve presente nas exéquias de Teixeira Gomes em Portimão, pelo que foi detido, sendo libertado dois dias depois. Foi subscritor da Pró-Rotativa do *República*. Samora Barros participou em mais de uma dezena de exposições colectivas em Lisboa, principalmente na Sociedade Nacional de Belas Artes, e numa exposição no Brasil. Produziu poemas, sobretudo sonetos. Publicou *30 sonetos*, Tipografia União, Faro, 1966. Foi amigo íntimo de João José Duarte e de Julião Quintinha. Proferiu algumas palestras sobre Silves e sobre Arte. Samora Barros faleceu em Albufeira, a 10 de Janeiro de 1972. As Câmaras Municipais de Albufeira e Silves promoveram exposições póstumas das suas obras. As obras do pintor encontram-se representadas em museus (Lagos, Faro, Albufeira, Lisboa e na Figueira da Foz). O seu nome faz parte da toponímia de Albufeira e de Silves. Em Albufeira, a Câmara Municipal inaugurou, a 17 de Agosto de 1989, a Galeria de Arte Municipal, a que deu o nome de Samora Barros, com uma exposição das obras do pintor.

<sup>470</sup> Com o pseudónimo de Rui de Chelb.

<sup>471</sup> Entre eles figuravam Saraiva d' Almeida, António Fragoso Lima, Armando de Miranda, José Macedo Gonçalves, Cruz Azevedo, Virgílio Magno, António Rosado, Joaquim Nobre, Mário de Castro, Heliodoro Salgado, Constantino Cúmano, etc..

<sup>472</sup> Cf. *Vibração*, n.º 1, 26 de Abril de 1931, p. 1, «“9 de Abril”. Para quê?».

<sup>473</sup> *Ibidem*, n.º 6, 7 de Junho de 1931, p. 1, «Um mito!».

<sup>474</sup> *Ibidem*, n.º 1, 26 de Abril de 1931, p. 1, «Horizonte».

<sup>475</sup> *Ibidem*.

O anticlericalismo desenvolvia-se nas suas páginas como elemento catalisador do descontentamento e da oposição às instituições políticas e à Igreja. Combatia a imagem dos valores pseudocristãos da caridade, da ordem e da moral nacionalista, na qual as tradições religiosas tinham sido recuperadas. Bradava: “Professamos um Culto – a Liberdade! Temos uma Fé – a Igualdade, a Fraternidade Humana! Por isso somos homens livres – porque não damos os pulsos às algemas do Dogma”<sup>476</sup>. Os artigos «Os Loucos e a igreja»<sup>477</sup>, de Samora Barros, «A religião da morte»<sup>478</sup>, de Heliodoro Salgado, e «A Igreja – negação da caridade»<sup>479</sup> são exemplos carismáticos da luta do jornal contra os “Fariseus modernos”<sup>480</sup>.

O Semanário, além de um excelente Editorial, tinha várias secções regulares<sup>481</sup>.

Desde o início o *Vibração* sentiu as malhas da Censura, que denunciava sempre ou como podia. “Antigamente as pessoas ponderadas entendiam que nem todas as verdades se deviam dizer, Hoje (...) o axioma é outro, muito mais déspota (...) nenhuma verdade se pode dizer”<sup>482</sup>.

Podemos ler nas entrelinhas inúmeras referências burlescas e anedóticas referentes à Censura, que tudo fazia para dificultar a vida ao jovem periódico. Decerto só a notabilidade dos seus Directores e colaboradores permitiu terem escapado ao lápis censor inúmeros artigos, em que se faziam “muitos ataques frontais e perigosos contra a situação política desse tempo” e que “desferiam duros golpes contra a ditadura”<sup>483</sup>.

No plano político, entre muitos outros, os artigos «Exortação à Mocidade»<sup>484</sup>, entusiástico poema de Armando de Miranda, «Os Charlatães do Nacionalismo»<sup>485</sup>, um

---

<sup>476</sup> *Ibidem*, p. 3, «Horizonte».

<sup>477</sup> *Ibidem*, n.º 8, 21 de Junho de 1931, p. 1, «Os Loucos e a igreja» (artigo de Samora Barros).

<sup>478</sup> *Ibidem*, n.º 15, 9 de Agosto de 1931, p. 3, «A religião da morte».

<sup>479</sup> *Ibidem*, n.º 2, 19 de Maio de 1931, p. 1, «A Igreja – negação da caridade».

<sup>480</sup> *Ibidem*, n.º 3, 17 de Maio de 1931, p. 1, «Jesus e os Fariseus Modernos».

<sup>481</sup> Secções regulares: «Vibrações» (breve noticiário político), «Reportagem» (reportagens sobre temas importantes como a saúde, ensino, etc.), «Novela» (contos literários), «Janela Aberta» (secção de colaboração livre, aberta a todas as críticas e credos políticos), «Ondas Curtas» (artigos de opinião), «Educação Física» (crónicas sobre ginástica da autoria de João Brás), «Concurso de Perfis» (retratos em poesia), «Mudo – Sonoro – Falado» (crónicas sobre cinematografia), e «Consultório Gramatical» (secção do Dr. Pedro Júdice), entre outras.

<sup>482</sup> Cf. *Vibração*, n.º 3, 17 de Maio de 1931, p. 1, «Verdades que não se dizem».

<sup>483</sup> Cf. José Carlos Vilhena Mesquita, *História da Imprensa do Algarve*, Ob. Cit., Vol. II, p. 421.

<sup>484</sup> Cf. *Vibração*, n.º 4, 24 de Maio de 1931, p. 1, «Exortação à Mocidade» (artigo de Armando de Miranda).

<sup>485</sup> *Ibidem*, n.º 5, 31 de Maio de 1931, p. 1, «Os Charlatães do Nacionalismo».

violento artigo de João José Duarte contra a ditadura, «O Perigo Bolchevista»<sup>486</sup> e «A inevitável transformação social»<sup>487</sup>, ambos de Julião Quintinha, contra o apregoado perigo bolchevista, papão vermelho que o “Estado Novo” usava como álibi para assustar as pessoas, são manifestos literalmente “subversivos”.

Com o sexto número, de 7 de Junho de 1931, João José Duarte, “por circunstâncias inteiramente alheias à sua vontade”<sup>488</sup>, foi substituído por Manuel Guerreiro que assumiu sozinho a direcção do jornal. O *Vibração* protestou e elogiou o trabalho de vanguarda de João José Duarte, aspirando ao seu breve regresso à direcção. “Mal de nós, se a sua saída tivesse que ser definitiva”<sup>489</sup>.

O jornal, numa acutilante crítica à situação antidemocrática que então se vivia no país, desacreditava o regime. “O Sr. Ministro do Comércio fez e repetiu esta afirmação (...): «A Ditadura deseja fazer todos felizes». (...) Convençam-se disto os Srs. João José Duarte, ex-secretário da Câmara, e Constantino de Jesus Azevedo, ex-amanuense da mesma!”<sup>490</sup>. A nível local, os ataques velados, mas mordazes, aos nacionalistas silvenses provocaram algumas cenas “de soco e pontapé”<sup>491</sup>.

Com Manuel Guerreiro, a linha editorial não se alterou.

O jornal pedia a unidade dos republicanos, considerando “um dever cívico a inscrição dos verdadeiros republicanos na União Republicana – Frente Única”<sup>492</sup>. Convocava os cidadãos ao recenseamento, preparando-os para “a luta nas urnas”<sup>493</sup>. A propósito das eleições anunciadas, o jornal, apoiando o directório da UR, ocupou inteiramente a primeira página com um apelativo comunicado<sup>494</sup>. Fazendo um apelo às elites, dando o exemplo de Espanha, onde “elites revolucionárias se aproximaram do povo e o guiaram”<sup>495</sup>, publicou o «Manifesto da Aliança Republicano-Socialista»<sup>496</sup>.

---

<sup>486</sup> *Ibidem*, n.º 9, de 28 de Junho de 1931, p. 1, «O Perigo Bolchevista» (artigo de Julião Quintinha).

<sup>487</sup> *Ibidem*, n.º 13, de 26 de Julho de 1931, p. 1, «A inevitável transformação social» (artigo de Julião Quintinha).

<sup>488</sup> *Ibidem*, n.º 6, 7 de Junho de 1931, p. 1, «João José Duarte».

<sup>489</sup> *Ibidem*.

<sup>490</sup> *Ibidem*, n.º 11, 12 de Julho de 1931, p. 1, «Todos felizes».

<sup>491</sup> *Ibidem*, n.º 15, 9 de Agosto de 1931, p. 2, «Nem com uma flor».

<sup>492</sup> *Ibidem*, n.º 6, 7 de Junho de 1931, p. 1, «A propósito de eleições».

<sup>493</sup> *Ibidem*.

<sup>494</sup> *Ibidem*, n.º 7, 14 de Junho de 1931, p. 1, «A República».

<sup>495</sup> *Ibidem*, n.º 10, 5 de Julho de 1931, p. 1, «As Elites».

<sup>496</sup> *Ibidem*, n.º 11, 12 de Julho de 1931, p. 1, «O Manifesto da Aliança Republicano-Socialista».

No campo literário e cultural, o jornal publicou muitos artigos interessantes sobre Filosofia e novelas “que não passavam de contos, mais ou menos extensos, mas quase todos de um recorte estilístico verdadeiramente notável”<sup>497</sup>. Contém artigos que constituem verdadeiros frescos da trágica vida quotidiana dos operariado silvense, nomeadamente «Como se Vive e como se Morre em Silves» e «A Crise Corticeira em Silves...»<sup>498</sup>.

Os deficientes serviços públicos, a carestia do abastecimento de água e da electricidade e a insalubridade na cidade, constituíram uma constante preocupação do *Vibração*.

O jornal criticava a imprensa “reaccionária” nacional, na qual “a exortação às perseguições, às violências, à pancadaria, não pode ser mais clara”<sup>499</sup>. O *Vibração* recebia mensagens de solidariedade e de apreço da imprensa de todos os pontos do país<sup>500</sup>, do Brasil, de Angola e de Espanha, nomeadamente do *República*<sup>501</sup>, do *Repórter X*<sup>502</sup> (Reinaldo Ferreira), de *O Pensamento*<sup>503</sup>, de S. Paulo, de *La Luz del Porvenir*, de Barcelona, e do destacado jornalista Ribeiro de Carvalho<sup>504</sup>. Muitos dos seus artigos foram transcritos pela imprensa “do contra” do país<sup>505</sup>. O *Estrela do Minho*, de Vila Nova de Famalicão, felicitava o *Vibração*, “um novo semanário republicano que se publica em Silves, sob a inteligente direcção do dedicado republicano e combativo jornalista J.J. Duarte”<sup>506</sup>. Algumas edições do jornal esgotaram<sup>507</sup>. A grande difusão do jornal não deverá ter sido alheia ao contributo pessoal, em Lisboa, de Julião Quintinha, que mantinha relações privilegiadas na imprensa da capital e nacional.

Com o décimo quinto número, João José Duarte, “por terem desaparecido radicalmente os motivos que (...) [o] levaram a abandonar a Direcção”<sup>508</sup>, voltou ao seu

---

<sup>497</sup> Cf. José Carlos Vilhena Mesquita, *História da Imprensa do Algarve, Ob. Cit.*, Vol. II, p. 421.

<sup>498</sup> Cf. *Vibração*, n.º 1, de 26 de Abril de 1931, p. 2, «Como se Vive e como se Morre em Silves» e n.º 15, de 9 de Agosto de 1931, p. 2, «A Crise Corticeira em Silves arrasta centenas de pessoas para a miséria» (artigo de Julião Quintinha).

<sup>499</sup> *Ibidem*, n.º 11, 12 de Julho de 1931, p. 1, «Tolerância em demasia».

<sup>500</sup> *Ibidem*, n.º 3, 17 de Maio de 1931, p. 2, «O nosso jornal».

<sup>501</sup> *Ibidem*, n.º 4, 24 de Maio de 1931, p. 3, «O nosso jornal».

<sup>502</sup> *Ibidem*, n.º 11, 12 de Julho de 1931, p. 2, «O nosso jornal».

<sup>503</sup> *Ibidem*, n.º 16, 16 de Agosto de 1931, p. 3, «Ainda o nosso jornal».

<sup>504</sup> *Ibidem*, n.º 4, 24 de Maio de 1931, p. 2, «Ribeiro de Carvalho».

<sup>505</sup> *Ibidem*, n.º 11, 12 de Julho de 1931, p. 1, «Transcrições».

<sup>506</sup> *Ibidem*, n.º 12, 19 de Julho de 1931, p. 2, «Vibração».

<sup>507</sup> *Ibidem*.

<sup>508</sup> *Ibidem*, n.º 15, 9 de Agosto de 1931, p. 2, «João José Duarte».



antigo posto, ficando com Manuel Guerreiro na Direcção. “O seu regresso tem a sua causa num motivo que profundamente nos revolta e a que infelizmente não podemos fazer referência”,<sup>509</sup>.

Nove semanas após o nascimento de *Vibração*, com “justificado orgulho” e “imodéstia”, o jornal silvense era “avidamente lido em Lisboa e no Porto” e por todo o país”<sup>510</sup>, tornando-se o “jornal com maior tiragem no Barlavento algarvio”<sup>511</sup>.

À medida que a popularidade do jornal aumentava, a Censura apertava. Era cada vez mais difícil fazer sair o jornal, porque a maior parte dos artigos eram cortados. “Cá estamos nós perfeitamente atrapalhados com a falta de assunto para encher as colunas da gazeta”<sup>512</sup>, pois “se desmanchou por completo o conjunto que tanto havíamos cuidado”<sup>513</sup>.

A situação era tão caricata, que “o fundo” de cada número ia “ao fundo”, “antes de ser fundo”<sup>514</sup>, e muitos artigos, “na ânsia desesperada de se aguentar à superfície”<sup>515</sup>, resultavam tão cautelosos, inexpressivos, incolores, idiotas, que eram até “reaccionários”<sup>516</sup>. Depurado pelos serviços de Censura, o jornal saía “sem fundo para o leitor superficial, porque para o leitor profundo sempre há-de ler alguma coisa, no fundo de tudo isto...”<sup>517</sup>.

O jornal incomodava de sobremaneira os poderes e as autoridades locais. O atrevimento dos “gajos da Vibração”<sup>518</sup>, ninho de “bolchevistas”<sup>519</sup>, que alvitravam estar à altura do cargo de Administrador do Concelho, mostrando-se “não dispostos a tolerar insolências”<sup>520</sup>, tornara-se insuportável para o regime.

Apesar do clima coercivo e intimidatório, o periódico seguiu a linha demolidora para com a ditadura. No início, os idealistas do *Vibração* tinham ingenuamente acreditado que os seus adversários, ao ler o jornal e ao constatar a correcção dos seus princípios,

---

<sup>509</sup> *Ibidem*.

<sup>510</sup> *Ibidem*, n.º 10, 5 de Julho de 1931, p. 2, «O nosso jornal».

<sup>511</sup> *Ibidem*, n.º 15, 9 de Agosto de 1931, p. 2, «Pois sim».

<sup>512</sup> *Ibidem*, p. 1, «Sem assunto».

<sup>513</sup> *Ibidem*, n.º 2, 19 de Maio de 1931, p. 2, «O nosso jornal».

<sup>514</sup> *Ibidem*, n.º 4, 24 de Maio de 1931, p. 1, «Sem fundo».

<sup>515</sup> *Ibidem*.

<sup>516</sup> *Ibidem*.

<sup>517</sup> *Ibidem*.

<sup>518</sup> *Ibidem*, p. 2, «De Bom Humor».

<sup>519</sup> *Ibidem*, n.º 7, 14 de Junho de 1931, p. 3, «A Reacção».

<sup>520</sup> *Ibidem*, n.º 4, 24 de Maio de 1931, p. 2, «De Bom Humor».

concluiriam “do alto da sua importância, ao cabo de haverem desfiado o longo rosário dos nossos senões: - Afinal... no fundo são bons rapazes”<sup>521</sup>.

Enganaram-se redondamente!

O jornal foi compulsivamente encerrado pelo Administrador do Concelho, o Alferes Afonso Gomes Barroso, sendo o n.º 17, de 23 de Agosto de 1931, o seu último número. O periódico já se assumia, então, como “o jornal algarvio de maior circulação”<sup>522</sup>.

O semanário que incomodava seriamente os então governantes da cidade e do País foi “condenado à morte por um senhor oficial do exército então destacado para administrar o concelho, o que fez com mão de ferro e sem sentido de justiça. Assaltada a redacção por força militar, e presos e acusados os que nele escreviam”<sup>523</sup>.

Era a prova que a linha dura do regime estava implantada em Silves. Tinha acabado “a tolerância em demasia”<sup>524</sup>. Assim, a voz dos irredutíveis e dos recalcitrantes silveses, o *Vibração*, foi neutralizada pela Censura e pela repressão.

Como alguém já previra, era definitivamente um “jornal excomungado”<sup>525</sup>.

---

<sup>521</sup> *Ibidem*, n.º 1, 26 de Abril de 1931, p. 3, «Horizonte».

<sup>522</sup> *Ibidem* n.º 17, 23 de Agosto de 1931, p. 2, «Vibração».

<sup>523</sup> Cf. José Carlos Vilhena Mesquita, *História da Imprensa do Algarve*, Ob. Cit., Vol. II, p. 422.

<sup>524</sup> Cf. *Vibração*, n.º 11, 12 de Julho de 1931, p. 1, «Tolerância em demasia».

<sup>525</sup> Vide Anexo II – «Coisas Rimadas».

### 2.2.2 - João José Duarte

João José Duarte, filho de José João Duarte e de Isabel de Encarnação Freire, nasceu em Lagoa, a 27 de Janeiro de 1880. Aí fez a instrução primária. Quando o seu irmão, Lino José Duarte, dois anos mais novo que ele, o pôde acompanhar, o pai, um professor primário, mandou ambos estudar farmácia para Lisboa. A espera pelo irmão deveu-se à frágil saúde deste, um diabético infantil, pelo que João José Duarte acompanhou e cuidou do seu irmão na capital.

Nos estudos, a sua inclinação nata para “as letras” foi relegada. Deverá ter sido nos tempos de estudante que se rendeu ao republicanismo e desenvolveu múltiplos contactos com republicanos, tornando-se um acérrimo adepto. Terá sido também em Lisboa, durante os anos do curso, que se tornou um anticlerical, mau grado a educação religiosa que tivera na sua infância.

A 4 de Dezembro de 1903 foi admitido a exame público perante o Júri da Escola de Farmácia de Lisboa, ficando desde aí habilitado a exercer a “Arte de Pharmacia”<sup>526</sup>. Concluiu o seu curso, ao mesmo tempo que seu irmão Lino. Regressaram ao Algarve. Seu pai, entretanto falecido, deixara-lhes alguns bens que permitiram que ambos se iniciassem na actividade comercial. Em 1905, estabeleceram-se em Silves com a «Farmácia Duarte & Irmão», na rua principal da cidade, que após a revolução republicana tomou o nome de “Rua 5 de Outubro”<sup>527</sup>. Durante décadas, esta farmácia foi o centro de tertúlia democrática de Silves. Era aqui que chegava *O Mundo e O Século*, os jornais que João José Duarte representava na cidade. Era amigo privilegiado do Dr. Francisco Vieira e de Henrique Martins, destacados republicanos.

Iniciou-se na Maçonaria em Silves, em 1905, na «Loja Evolução, n.º 258», com o nome simbólico de “Dante”<sup>528</sup>. A política atraía-o irresistivelmente. A partir de 1906, data em que se alistou no Partido Republicano, João José Duarte foi uma peça fundamental na reorganização deste Partido em Silves e no Algarve<sup>529</sup>. A expansão e organização do

---

<sup>526</sup> AP de João Ventura Duarte, Diploma da Escola de Farmácia de Lisboa de João José Duarte, de 28 de Janeiro de 1904.

<sup>527</sup> Cf. *O Silvense*, n.º 29, 26 de Janeiro de 1911, p. 1, «Nome de Ruas».

<sup>528</sup> AP de João Ventura Duarte, GOL, Diploma de Mestre Maçon, de 17 de Novembro de 1905.

<sup>529</sup> Cf. *O Futuro*, n.º 704, 1 de Julho de 1906, p. 1, «A postos!»; *A Lucta*, n.º 687, 23 de Novembro de 1907, p. 1, «Silves»; *República*, n.º 9622, 5 de Outubro de 1957, pp. 25 e 31, «Os Homens de 1910» (artigo de

Partido Republicano na província tinham-se tornado imparáveis. Foi nesta altura que, com os principais republicanos da província, se dedicou de alma e coração à causa republicana e à sua propaganda. As lides políticas tomavam-lhe o tempo, pelo que era o irmão que tomava conta da farmácia.

João José Duarte era um livre-pensador e combateu ferozmente o clericalismo em Silves. Com o objectivo de difundir ideias novas sobre a “questão social” e veicular o republicanismo, João José Duarte fundou o jornal *Notícias de Silves*<sup>530</sup>, em 1908. Nele fazia um ataque cerrado aos monárquicos e à sua gestão camarária. Denunciava e criticava a situação miserável dos operários corticeiros em Silves, o excessivo horário de trabalho, as condições insalubres do seu ofício e, especialmente, a situação das crianças operárias nas fábricas, “crianças de 8 ou 9 anos, (...), que lhes batem sem dó nem piedade”<sup>531</sup>. O jornal apelava à reorganização da Associação de Classe, para defesa dos interesses do desvalido operariado silvense.

Julião Quintinha foi, no *Notícias de Silves*, o seu braço direito. João José Duarte e Julião Quintinha iniciaram uma amizade que durou toda a vida. Além do anticlericalismo, do Livre Pensamento, da política e dos negócios, tinham em comum o gosto pelas “letras”. “A Farmácia do Duarte”<sup>532</sup>, nas palavras de Marcos Algarve, era o sítio onde se sabiam todas as novidades, sendo o ponto de encontro de Francisco Vieira, Henrique Martins, Samora Barros e de outros eminentes vultos da esfera republicana algarvia. Mais novo cinco anos e de outra condição social, Julião Quintinha via em João José Duarte o seu mestre. Foi neste jornal que João José Duarte publicou algumas poesias e textos com o pseudónimo de “Etraud”, seu nome invertido.

---

Julião Quintinha) e *O Diabo*, n.º 15, 7 de Outubro de 1934, p. 6, «Frisos algarvios-7: Republicanos Históricos» (artigo de Julião Quintinha).

<sup>530</sup> O dezenário *Notícias de Silves* foi fundado a 30 de Junho de 1908, em Silves, por João José Duarte, seu Director. O jornal tinha um complemento do título, apresentando-se como «Defensor dos interesses do Povo». Por estranho que pareça advogava defender os interesses de Silves e de Alvaiázere. Creio que a ligação do jornal a esta última localidade, deverá estar ligada à existência de algum correligionário ou colega de profissão do seu Director. Era composto e impresso na Tipografia Minerva, de Vila Nova de Famalicão. O secretário de Redacção era Julião Quintinha. O jornal teve curta duração e acabou com o n.º 17, de 20 de Dezembro de 1908.

<sup>531</sup> Cf. *Notícias de Silves*, n.º 2, 10 de Julho de 1908, p. 2, «A situação dos operários corticeiros em Silves».

<sup>532</sup> Cf. Marcos Algarve, *Amor à Francesa (contos do Natural)*, Vila Nova de Famalicão, 1924, p. 224.

Nas eleições municipais em Novembro de 1908, foi eleito vereador à CM de Silves, pelos republicanos.<sup>533</sup> Na nova vereação, para o triénio de 1908-1910, estavam representados todos os partidos políticos, excepto os franquistas<sup>534</sup>. Na distribuição de pelouros, João José Duarte ficou encarregado da iluminação pública, das águas e do cemitério da cidade, exercendo uma notável acção na implementação de novas posturas e regulamentos nestes serviços<sup>535</sup>.

Em finais de 1909, João José Duarte, por motivos desconhecidos, abandonou a vereação camarária. Em 1911, foi admitido na “Associação de Classe dos Farmacêuticos portugueses”<sup>536</sup>.

Viveu intensamente a implantação da República. Era muito admirado e “estimado por todos os republicanos do Algarve”<sup>537</sup>.

Foi o primeiro Administrador do Concelho republicano<sup>538</sup>, cargo que exerceu em 1910, 1911, 1915 e 1916. Foi Presidente da CM de Silves em 1912 e 1918. Em 1913, 1915, 1916 e 1917 foi Vice-Presidente da CM de Silves<sup>539</sup>.

Em 1916, apresentara-se no recrutamento militar, tendo ficado apto “para uma companhia de saúde”<sup>540</sup>. Todavia, o exercício contínuo de funções públicas que manteve fez com que nunca fosse alistado para cumprir o serviço militar.

Após a cisão do Partido Republicano Português foi declaradamente “democrático” e um seguidor de Afonso Costa. Por isso, no período sidonista foi perseguido e demitido do lugar de Presidente da CM de Silves, apesar do seu protesto e do de toda a Comissão

---

<sup>533</sup> Cf. Cândida Proença, «O Algarve e a implantação da República», in Maria da Graça Marques (Coord.), *Ob. Cit.*, p. 479 e *Notícias de Silves*, n.º 14, 10 de Novembro de 1908, p. 1, «Os eleitos».

<sup>534</sup> Cf. AMS, *Actas das Sessões de Vereação das Comissões administrativas de Silves*, Livro 1905-1909, fl. 174, 30 de Novembro de 1908.

<sup>535</sup> Cf. AMS, *Actas das Sessões de Vereação das Comissões administrativas de Silves*, Livro 1905-1909, fl. 176, 2 de Dezembro de 1908, fl. 179, 9 de Dezembro de 1908, e fl. 181, 23 de Dezembro de 1908.

<sup>536</sup> AP de João Ventura Duarte, «Diploma» de 1 de Outubro de 1911.

<sup>537</sup> Cf. *República*, n.º 10443, 25 de Janeiro de 1960, p. 9, «João José Duarte».

<sup>538</sup> Cf. AMS, *Actas das Sessões de Vereação das Comissões administrativas de Silves*, Livro 1909-1912, fl. 74, Acta de posse da Comissão Municipal Administrativa, 6 de Outubro de 1910.

<sup>539</sup> Cf. AMS, *Autos de Posse*, Livro 5, fl. 2, 10 de Outubro de 1910, fl. 6, 11 de Março de 1912, fl. 7, 6 de Junho de 1912, fl. 11, 27 de Fevereiro de 1913, fl. 14, 24 de Novembro de 1913, fl. 15, 15 de Novembro de 1913, fl. 17, 16 de Dezembro de 1913, fl. 27, 24 de Setembro de 1915, fl. 28, 18 de Novembro de 1915 e Livro 6, fl. 2, 7 de Abril de 1919, fl. 3, 21 de Junho de 1919, e fl. 7, 31 de Dezembro de 1919.

<sup>540</sup> AP João Ventura Duarte, «Cédula de inspecção», de 18 de Novembro de 1916.

Administrativa recém-eleita<sup>541</sup>. Foi, posteriormente, em 1919, secretário interino da Comissão do Recenseamento Militar do concelho de Silves<sup>542</sup>.

Na I República manteve uma notável acção nas deliberações políticas da autarquia silvense, que pode ser seguida na imprensa da época. Além das múltiplas actividades políticas e partidária foi um extraordinário empreendedor a nível comercial, industrial e cultural.

A par da sua produção poética que ia publicando, inicialmente no *Notícias de Silves* e em *O Silvense* e, posteriormente, no *Voz do Sul*, mantinha intensa correspondência com charadistas. “Ao insigne «Sirius»”, João José Duarte dedicou uns versos, nos quais apresentava as decifrações do enigma, que esse charadista lhe dedicara e enviara<sup>543</sup>.

Era uma figura conhecida de todos os silvenses. Austero, dinâmico, pragmático, “personalidade tão rica de requisitos”<sup>544</sup>, era assim o “Sr. Duarte da farmácia”<sup>545</sup>. A sua actividade cruzava-se com inúmeras pessoas no seu dia-a-dia. Os seus muitos ofícios eram parte da vida dos silvenses e da cidade.

O seu altruísmo, prontidão e seriedade eram conhecidos por todos, sendo muito respeitado até pelos seus opositores políticos. O alfaiate Mário da Cruz Duarte que sofreu um incêndio na sua loja, que não tomou maiores proporções devido à acção de amigos que por ali passaram, destacou “a coragem do Sr. João José Duarte”<sup>546</sup>.

Passados os tempos da juventude, dos poemas e das paixões, consorciou-se, a 1 de Agosto de 1926, com Maria da Glória Ventura, bastante mais nova que ele, de quem teve cinco filhos. Inicialmente, a família morava por cima da farmácia. A sua florescente situação financeira permitiu-lhe, em 1924, mandar construir uma casa no alto da cidade, a “Casa do Castelo”, onde viveu até ao fim dos seus dias. A sua actividade familiar, política e económica, só era interrompida pelas temporadas que passava nas Termas de Pedras Salgadas, de modo a melhorar a insuficiência hepática de que, desde novo, padecia.

---

<sup>541</sup> Cf. *Voz do Sul*, n.º 63, 9 de Janeiro de 1918, p. 1, «Dissolução da Câmara de Silves».

<sup>542</sup> *Ibidem*, n.º 108, 13 de Abril de 1919, p. 2, «João José Duarte».

<sup>543</sup> Cf. *O Silvense*, n.º 1, 27 de Março de 1910, p. 3, «Enygma».

<sup>544</sup> Depoimento de Manuel Lourenço Neto, «À memória do Sr. Duarte – como a cidade o conhecia e tratava», Niterói, Brasil, 3 de Novembro de 2003.

<sup>545</sup> *Ibidem*.

<sup>546</sup> Cf. *Voz do Sul*, n.º 11, 17 de Dezembro de 1916, p. 4, «Incêndio».

Em casa, tal como no trabalho, era um homem austero e exigente, que cuidava de tudo e de todos. Diariamente, saía da farmácia e ia, de cesto na mão, à praça fazer as compras para a casa. Quando a sua mulher tuberculizou, passaram a ter quartos separados. Os filhos recém-nascidos iam para o quarto do pai, e foi ele que a todos ensinou a ler. Com a doença da mulher, a organização da casa passou a ser feita pela Sr.<sup>a</sup> Maria, velha criada da casa, que se encarregava das criadas da cozinha e das de fora, e da Isabelinha, a costureira residente. A enferma acabou por falecer, vitimada pela tuberculose, a 11 de Dezembro de 1942.

Todos obedeciam cegamente às ordens do Sr. Duarte que tudo supervisionava. Ao meio-dia, quando chegava a casa para almoçar, encontrava os filhos já perfilados à mesa. Estes tinham respondido imediatamente à chamada da Maria ou da Isabelinha, que espreitavam a rua, para ver o patrão subir a íngreme ladeira que conduzia ao Castelo e à casa: “O Sr. Duarte vem aí”<sup>547</sup>. Os filhos cumprimentavam o pai respeitosamente e, depois de ele se sentar, sentavam-se, almoçavam e respondiam às suas questões, não se atrevendo a contradizê-lo. Regularmente, perfilava os filhos para os tratamentos profiláticos de óleo de fígado de bacalhau e de desparasitação. Era tudo a horas e, especialmente, a hora da comida era rigorosa. Em casa, escrevia e lia muito, não dispensando a leitura atenta da *Seara Nova* e da *Vértice*, das quais possuía as colecções completas. Frequentemente questionava os filhos sobre Matemática, Física e Geografia.

A Rua da Havaneza, com o Café “Havaneza” e a venda de jornais, era o ponto central da cidade<sup>548</sup>, para onde a classe média convergia. Na sua periferia situava-se o comércio, as lojas, as farmácias, a Tipografia Artística do Sul e os artesãos. Todos se conheciam e comentavam as notícias e os últimos desafios do futebol silvesense<sup>549</sup>. Era nesta

---

<sup>547</sup> Entrevista a Maria Regina Duarte Gregório Serrano.

<sup>548</sup> Cf. *Terra Algarvia*, n.º 2, 5 de Maio de 1921, p. 1, «Havaneza».

<sup>549</sup> Teria existido antes dos anos 20, em Silves, um clube de futebol chamado “Olho Vivo”. Nos anos 20, existia na cidade, além do “Silves Futebol Clube”, o “Vitória Clube de Silves”, fundado, no início da década, por grupo de rapazes da Escola Comercial e Industrial. Entre eles estavam José Benedito, José Gonçalves Vítor, José do Carmo, António Santiago, Francisco Paim e Sebastião Heliodoro Garcia (Bebé Garcia). O clube durou aproximadamente uma década, extinguindo-se em 1931. Outro clube apareceu, em 1933, o “União Clube de Silves”, criado pelos fundadores do “Vitória”, e que se manteve até ao final da década. No início da década de 30, houve ainda o “Ginásio Clube de Silves”. Tinha uma equipa de futebol, mas durou pouco tempo. Nos anos 40, houve outro clube na cidade, o “Sporting Clube de Silves”. Todos estes clubes disputaram ardentemente a supremacia do “Silves Futebol Clube”, o clube-rei da cidade. Entrevistas a José Gonçalves Vítor, a Joaquim do Nascimento Ventura e a Joaquim Gonçalves.

área que João José Duarte se movimentava diariamente. Além da Farmácia Duarte, administrava também o Teatro Mascarenhas Gregório, cuja exploração, em 1921, iniciou, dando origem, posteriormente, à “Empresa Cinematográfica Silvense”<sup>550</sup>, cujas quotas foi comprando na totalidade aos múltiplos associados iniciais.

Em 1920 assumiu o cargo de chefe de Secretaria da CM de Silves, ocupando o lugar deixado por Julião Quintinha, e que desempenhou até Maio de 1931, altura em que foi exonerado das suas funções em consequência do processo disciplinar que o Administrador do Concelho lhe instaurou.

Sobre a acusação que lhe era feita, a de ter visto o panfleto subversivo na parede da sua farmácia e de não o ter retirado, João José Duarte reclamou ao Ministro do Interior, afirmando que “nunca, sequer, pensou que fosse incomodado por tal facto, (...) pois não estava nas suas atribuições, e sim nas da Polícia, arrancar os ditos panfletos”<sup>551</sup>, e que também não dera importância ao facto, porque em terras onde predominava o operariado, era “frequente ver-se panfletos do género”<sup>552</sup>.

Apesar das suas explicações, foi expulso da função pública “pelas suas duvidosas actividades, consentindo-as e apoiando-as perante outros funcionários que para esse fim mostravam tendências”<sup>553</sup>.

Depois de afastado do cargo de chefe da Secretaria da CM de Silves e do encerramento compulsivo do seu jornal *Vibração*, João José Duarte continuou a sua actividade industrial e comercial, diversificando os ramos de actividade. Em 1939, aderiu ao Sindicato Nacional dos Farmacêuticos<sup>554</sup>, condição imprescindível para continuar o exercício da sua profissão.

Mas o “Estado Novo” encontrou nele um acérrimo opositor, pelo que a sua actividade política pautou-se pelo apoio aberto às organizações e movimentos de oposição

---

<sup>550</sup> Cf. *Voz do Sul*, n.º 324, 6 de Julho de 1924, p. 3, «Empresa Cinematográfica Silvense».

<sup>551</sup> AP de João Ventura Duarte, «Reclamação de João José Duarte» ao Ministro do Interior, Doc. dactilografado, [s.d.]

<sup>552</sup> Ibidem.

<sup>553</sup> Cf. IAN-TT, PIDE/DGS SC SR1650/49, UI 2650, Maria da Glória Ventura Duarte, fls. 44 e 45, Relatório 313/49 de 17 de Agosto de 1949.

<sup>554</sup> AP de João Ventura Duarte, «Diploma de sócio efectivo», Sindicato Nacional dos Farmacêuticos, 19 de Dezembro de 1939.



à ditadura, nomeadamente, na constituição das comissões concelhias da ARS e do MUD<sup>555</sup> em Silves.

Entretanto já se dedicara à indústria corticeira, constituindo a “Duarte & Granadeiro, C.<sup>a</sup> Lda.”<sup>556</sup> e posteriormente a “Sociedade Geral de Cortiças C.<sup>a</sup> Lda.”<sup>557</sup>.

Em 1930, João José Duarte fundara uma fábrica de refrigerantes<sup>558</sup>, popularmente conhecidos por “pirolitos”. O “pirolito” era uma garrafa de bebida gaseificada, fechada pela pressão de um berlinde, que encantava a pequenada.

Nos difíceis anos 30, mais propriamente em 1934, a crise levou à falência a casa bancária Castro Marques e C.<sup>a</sup>, havia muito estabelecida em Silves. Na Comissão Liquidatária que se constituiu, os credores da empresa, em eleição por unanimidade, deram a sua representação a João José Duarte<sup>559</sup>, que não foi aceite pelo Subsecretário de Estado do Ministério das Finanças. Este determinou que se procedesse “a nova eleição, pois não confirmava a designação do representante dos credores tal como fora feita”<sup>560</sup>. Este assunto, que envolveu muita gente, promoveu uma intensa correspondência entre o Administrador do Concelho, Salvador Gomes Vilarinho, o Governador Civil, o Inspector do Crédito Bancário e o Subsecretário de Estado do Ministério das Finanças. João José Duarte era para todos um elemento que “encarnecidamente”<sup>561</sup> combatia a Ditadura e, por isso, um incómodo permanente para as autoridades locais. Em seu lugar, tal como acontecera no jornal *Vibração*, ficou Manuel Guerreiro.

Nesse mesmo ano, perante um surto de febre tifóide que assolou a região, João José Duarte fundou uma fábrica de gelo<sup>562</sup>, a primeira na cidade, o que para além dos benefícios

---

<sup>555</sup> Cf. IAN-TT, PIDE/DGS, SC SR 745/46 UI 2580, Regina Ventura Duarte, fl. 152, Doc. [s.d.], «relação dos componentes do Comissão Concelhia do MUD de Silves».

<sup>556</sup> A “Duarte & Granadeiro & C.” (1926) foi fundada por João José Duarte, António Veigunha, Inocêncio Granadeiro, Joaquim António da Silva (Joaquim de Lisboa), José Ventura Vargas e Julião Quintinha.

<sup>557</sup> A Sociedade Geral de Cortiças foi fundada, em 1935, por João José Duarte, José Ventura Vargas, Julião Quintinha e Joaquim Correia Brígida. A empresa deu, posteriormente, quota a realizar a João Salema Brígida, filho de Joaquim Brígida, e a Luís Gonçalves Estevão, ambos empregados de escritório da empresa. A empresa e respectiva fábrica trabalharam até finais da década de 60.

<sup>558</sup> Cf. *Voz do Sul*, n.º 613, 20 de Julho de 1930, p. 1, «Fábrica de refrigerantes».

<sup>559</sup> As comissões liquidatárias deviam ser representadas por delegados da confiança dos credores. Cf. *Diário do Governo*, I Série, n.º 103, 4 de Maio de 1931, Portaria n.º 7097.

<sup>560</sup> Cf. ADF, Livros Copiadores de Correspondência Confidencial do Governador Civil, Livro 255 A (1930-1936), ofício n.º 19 ao Administrador do Concelho de Silves, 22 de Janeiro de 1934.

<sup>561</sup> Ibidem, ofício n.º 12, ao Inspector do Comércio Bancário, 9 de Janeiro de 1934, e ofício n.º 15, ao Inspector do Crédito Bancário, 15 de Janeiro de 1934.

<sup>562</sup> Cf. *Voz do Sul*, n.º 824, 25 de Agosto de 1934, p. 4, «Fábrica de gelo».

terapêuticos, “fez com que um sorveteiro vindo de Portimão se instalasse em Silves, e os silvenses se deliciassem com a novidade, e dessem, assim, combate à canícula algarvia”<sup>563</sup>.

Na indústria da cortiça, tentou resolver o problema da secagem das rolhas, no Inverno, quando escasseava o Sol. João José Duarte desenhou uma máquina para extrair a água das rolhas, um tipo de centrifugadora, que mandou fazer a André Luís Bós. “A máquina funcionava bem, mas ele esquecera-se de lhe pôr um travão...”<sup>564</sup>

As autoridades locais, a GNR e a PSP<sup>565</sup> informavam a PVDE de todos os seus movimentos. Em Maio de 1945, festejou o fim da guerra e acreditou na possibilidade da mudança do regime. Promoveu, no âmbito do MUD, uma importante reunião no Teatro Mascarenhas Gregório<sup>566</sup>.

Dando execução ao apelo da Comissão Central do MUD de efectivar o recenseamento eleitoral, perante a emergente possibilidade de um acto eleitoral, João José Duarte desenvolveu uma intensa actividade, elaborando requerimentos de recenseamento de inúmeros oposicionistas silvenses como eleitores do Presidente da República e dos Deputados à Assembleia Nacional. Foi chamado à Polícia e foi interrogado pelo Chefe do Posto de Faro da PIDE, António de Matos Pais, sobre as circunstâncias desses requerimentos. Aí esclareceu que dactilografara os mesmos, e que muitos deles “lhe foram confiados para elaborar, uns fê-los, e outros encarregou (...) a comissão local do MUD”<sup>567</sup>.

O grande interesse da Polícia local nestes requerimentos era que estes tinham certa semelhança com uma carta anónima<sup>568</sup> que aparecera, no dia 4 de Julho de 1946, debaixo da porta do escritório da fábrica de Aldemiro Mira. Nessa fábrica tinha sido despedido um

---

<sup>563</sup> Depoimento de Manuel Lourenço Neto, «À memória do Sr. Duarte – como a cidade o conhecia e tratava», Niterói, Brasil, 3 de Novembro de 2003.

<sup>564</sup> Entrevista a Maria Regina Duarte Gregório Serrano.

<sup>565</sup> A fraca implantação da PVDE ao nível local tornava vital a colaboração permanente e ampla com a PSP e com a GNR pela sua cobertura do território nacional. Além de procederem a prisões, a PSP e a GNR actuavam também como instrumento de prevenção-dissuasão, como se verifica nos constantes e minuciosos relatórios e ofícios ao Ministro do Interior. A PSP também interrogava detidos, ouvia testemunhas e efectuava buscas e apreensões.

<sup>566</sup> Cf. *Voz do Sul*, n.º 1263, 20 de Outubro de 1945, pp. 1 e 3, «A Política oposicionista triunfa».

<sup>567</sup> Cf. IAN-TT, PIDE/DGS, SC SR 745/46, UI 2580, Regina Ventura Duarte, fl. 155, «Auto de Declarações de João José Duarte», de 22 de Agosto de 1946, e PS PC 633/46 NT 4899, António do Carmo Lourenço fl. 20.

<sup>568</sup> Cf. IAN-TT/PIDE/DGS, PS PC 633/46 NT 4899, António do Carmo Lourenço, fl. 40, «Carta anónima a Aldemiro Mira», de “um verdadeiro amigo”, [s.d.]

operário, António do Carmo Lourenço, e o ambiente era de contestação e solidariedade<sup>569</sup>. O Comandante do Posto de Silves, o Subchefe da PSP, José Barros Martins, pensava ter encontrado algo que lhe permitiria cabalmente incriminar João José Duarte, tarefa até aí não conseguida, apesar das insistências do Presidente da Câmara, Salvador Gomes Vilarinho em vigiar as actividades de toda a família Duarte<sup>570</sup>. O próprio Presidente da Câmara colaborou na investigação, como veremos adiante<sup>571</sup>, e a PIDE de Faro propôs a detenção de João José Duarte e de outros membros da Comissão Concelhia do MUD. Mas o excesso de zelo do Subchefe da PSP, José Barros Martins, de Salvador Gomes Vilarinho e da delegação da PIDE de Faro não teve correspondência na Directoria Geral da PIDE.

Apesar disso, a PSP de Silves, as entidades locais e a PIDE redobram a vigilância sobre João José Duarte e seus filhos, especialmente sobre Regina Ventura Duarte, José Ventura Duarte, João Ventura Duarte, Maria da Glória Ventura Duarte, que, em Silves ou em Lisboa, estavam ligados ao MUD Juvenil (MUDJ).

A PIDE considerava João José Duarte um “elemento preponderante” no MUDJ em Silves<sup>572</sup>. Na verdade, em sua casa realizaram-se algumas reuniões para a organização local deste movimento juvenil. Foi ele quem falou com Joaquim Sequeira, tipógrafo, para que arranjasse os rolos e a tinta para um copiógrafo que Joaquim do Nascimento Ventura, organizador do MUDJ silvense, tinha a seu cargo<sup>573</sup>.

Em 1945, com a falência de José António Duarte, Lda., tendo ficado o edifício dos escritórios desta empresa desocupado, João José Duarte mudou a Farmácia Duarte<sup>574</sup> para aí, ficando esta situada exactamente em frente da velha farmácia, no lado oposto da Rua 5 de Outubro.

O Teatro Mascarenhas Gregório também o ocupava muito. Além das fitas de cinema, das récitas fabulosas e dos variados espectáculos levados à cena, por lá passaram as melhores companhias nacionais, a que assistia, enlevado, do seu camarote.

---

<sup>569</sup> Cf. IAN-TT/PIDE/DGS, PS PC 633/46 NT 4899, António do Carmo Lourenço.

<sup>570</sup> Vide adiante as biografias de Regina Ventura Duarte e de José Ventura Duarte.

<sup>571</sup> Vide adiante, na Parte II, o capítulo 1.4.1 – O MUD.

<sup>572</sup> Cf. IAN-TT, PIDE/DGS, SC SR 1650/49, UI 2650, Maria da Glória Ventura Duarte e Sidónio Nunes Pacheco, fl. 66, doc. «Elementos preponderantes do MUD Juvenil em Silves», Informação de agente Corte Real, de 9 de Setembro de 1947.

<sup>573</sup> Entrevista a Joaquim do Nascimento Ventura.

<sup>574</sup> Por esta altura, João José Duarte era o único dono da farmácia. O irmão Lino fora para a Trafaria, onde se estabeleceu.

O “seu” Teatro teve também um papel fundamental no campo político. Na campanha de Norton de Matos à Presidência da República, João José Duarte fez parte da Comissão Concelhia do movimento de apoio ao candidato da oposição<sup>575</sup>. Organizou o comício de apoio a esta candidatura no Teatro Mascarenhas Gregório, no dia 6 de Fevereiro de 1949<sup>576</sup>.

No ano anterior, inaugurara o Cine Esplanada, um novo Cinema ao ar livre, no jardim público da cidade, próximo ao Núcleo Escolar do 1º e 2º grau, moderno e dotado de novos requisitos, abandonando a exploração do velho Teatro Mascarenhas Gregório que se encontrava visivelmente necessitado de obras. Tinha expandido o seu negócio dos refrigerantes, tendo a representação exclusiva no Algarve da “Sociedade Central de Cervejas”<sup>577</sup>.

No ano de 1949, o seu nome integrava a “lista dos principais chefes revolucionários de Silves”<sup>578</sup> nos vários relatórios e informações da PIDE. Esta recomendava “uma vigilância permanente”<sup>579</sup> aos opositores silvenses, nomeadamente a João José Duarte, elemento “bastante revolucionário e perigoso, inimigo terrível”<sup>580</sup> do “Estado Novo”.

A 18 de Outubro de 1950, João José Duarte foi a Portimão à cerimónia de trasladação dos restos mortais do portimonense Manuel Teixeira Gomes, respondendo ao apelo de concentração e manifestação oposicionista na cerimónia fúnebre do antigo Presidente da I República. Como muitos outros oposicionistas, no dia 22 de Outubro, foi preso<sup>581</sup>, tendo sido interrogado no posto da PSP de Portimão, perante o Inspector Porto Duarte, sobre a sua presença e sobre a agitação e a manifestação ocorridas nessas exéquias<sup>582</sup>.

Como todos os outros detidos, negou conhecer em absoluto quem fizera as manifestações. Declarou ter cessado a sua actividade política, após a campanha presidencial de Norton de Matos, conquanto continuava “a subsistir a sua qualidade de

<sup>575</sup> Cf. *Voz do Sul*, n.º 1405, 15 de Janeiro de 1949, pp. 1 e 4, «O Momento político».

<sup>576</sup> *Ibidem*, n.º 1409, 12 de Fevereiro de 1949, p. 4, «Em Silves».

<sup>577</sup> Entrevista a Maria Regina Duarte Gregório Serrano.

<sup>578</sup> Cf. IAN-TT, PIDE/DGS, SC SR 895/49, UI 2640, José Ventura Duarte, fl. 50, «Informação Meca», de 30 de Agosto de 1949 e fl. 44, «Informação Meca» de 31 de Outubro de 1949.

<sup>579</sup> *Ibidem*, fl. 50, Informação Meca de 30 de Agosto de 1949, «Lista dos principais chefes revolucionários de Silves».

<sup>580</sup> *Ibidem*.

<sup>581</sup> Cf. IAN-TT, PIDE/DGS, Processo n.º 302/50, Processo colectivo.

<sup>582</sup> Cf. IAN-TT, PIDE/DGS, Reg. n.ºs 600 a 604/950-S.C.I., João José Duarte.

Republicano e Democrata”<sup>583</sup>. Ficou três dias detido e foi restituído à liberdade definitiva, por nada se ter provado a seu respeito.

Na eleição presidencial seguinte, em 1951, após a morte do Marechal Carmona, João José Duarte apoiou o Almirante Quintão Meireles, tendo subscrito uma lista nacional de várias individualidades apoiantes da candidatura do Almirante<sup>584</sup>.

Também foi um incondicional apoiante das campanhas de Arlindo Vicente e, posteriormente, do General Humberto Delgado em 1958<sup>585</sup>, tendo feito parte das comissões locais destas candidaturas. Uma carrinha trouxe de fora as listas do General para a casa de João José Duarte, de onde foram distribuídas pelas freguesias silvenses<sup>586</sup>.

As suas amizades particulares destacavam-se também na oposição ao regime, nomeadamente José Alfredo Barroso<sup>587</sup>, Julião Quintinha e a família Gracias, de Lagos.

Em meados dos anos 50, o Tribunal Administrativo deu razão ao seu recurso sobre a sua expulsão da função pública, pelo que teve o direito a ser reintegrado, o que recusou, pedindo a reforma e ficando a receber uma pensão pelo serviço público desempenhado. Quem com ele privou, diz que ele viveu este momento com grande alegria, uma vez que sentia que, finalmente “ganhara a Salazar”<sup>588</sup>.

A saúde do velho republicano deteriorara-se. A disfunção hepática, que sempre o atormentara, derivou num cancro no fígado. No início de 1960, o jornal *República* dava conta do estado de saúde do “seu prezado amigo e velho republicano”, a quem desejava “um rápido restabelecimento”<sup>589</sup>. Até esta inofensiva notícia foi cautelosamente recolhida num dos seus processos na PIDE<sup>590</sup>. Dois dias depois, o *República*<sup>591</sup>, a imprensa local<sup>592</sup> e regional<sup>593</sup> noticiavam a sua morte. A poucos dias de completar 80 anos, faleceu em Silves,

---

<sup>583</sup> Cf. IAN-TT, PIDE/DGS, Processo n.º 302/50, «Auto de Perguntas a João José Duarte», 25 de Outubro de 1950, pp. 20 e 21.

<sup>584</sup> Cf. IAN-TT, PIDE/DGS, SC SR 895/49, UI 2640, José Ventura Duarte, fl. 18, «Informação Meca», sobre a Organização Cívica Nacional, doc. solto, de 20 de Agosto de 1951.

<sup>585</sup> Cf. IAN-TT, PIDE/DGS, SC SR 745/46, UI 2580, Regina Ventura Duarte, fls. 8 e 9, Conf. 84/58 SR do PV da PIDE de Faro, «Relatório semanal», de 11 de Dezembro de 1958.

<sup>586</sup> Entrevista a Joaquim do Nascimento Ventura.

<sup>587</sup> Vide a biografia de José Alfredo Barroso em Glória Marreiros, *Ob. Cit.*, pp. 65 e 66.

<sup>588</sup> Entrevistas a Maria Regina Duarte Serrano e a Joaquim do Nascimento Ventura.

<sup>589</sup> Cf. *República*, n.º 10440, 22 de Janeiro de 1960, p. 2, «João José Duarte».

<sup>590</sup> Cf. IAN-TT, PIDE/DGS delegação do Porto, Proc. Ind. n.º 26681 – S. Inf., Cx. 3862, João José Duarte.

<sup>591</sup> Cf. *República*, n.º 10443, 25 de Janeiro de 1960, p. 9, «João José Duarte».

<sup>592</sup> Cf. *Voz do Sul*, n.º 1925, 30 de Janeiro de 1960, pp. 1 e 4, «João José Duarte».

<sup>593</sup> Cf. *Correio do Sul*, n.º 2190, 4 de Fevereiro de 1960, p. 2, «João José Duarte».

a 24 de Outubro de 1960. A notícia “foi recebida pela população, em geral, com a maior consternação”<sup>594</sup>. Perante um cortejo grandioso, “com grande concorrência de pessoas de todas as classes sociais”<sup>595</sup> e “de todas as freguesias do Concelho e de vários pontos do Algarve”<sup>596</sup>, Julião Quintinha proferiu, bastante comovido, o elogio fúnebre.

Chegara ao fim “um Homem de grande aprumo moral [que] alguns desgostos sofreu pela firmeza das suas convicções, que manteve até ao derradeiro momento e sempre com intransigência”<sup>597</sup>.

---

<sup>594</sup> Cf. *República*, n.º 10443, 25 de Janeiro de 1960, p. 9, «João José Duarte».

<sup>595</sup> Cf. *Voz do Sul*, n.º 1925, 30 de Janeiro de 1960, pp. 1 e 4, «João José Duarte».

<sup>596</sup> Cf. *República*, n.º 10443, 25 de Janeiro de 1960, p. 9, «João José Duarte».

<sup>597</sup> *Ibidem*.

## 2.3 - A Oposição operária

### 2.3.1 - A Liderança anarquista

Em 1926, o movimento operário silvense perdera a força de outrora. O falhanço das greves era o sintoma evidente da sua desmobilização. Os activistas operários eram despedidos e levados à emigração, e muitos outros afastaram-se, receando que lhes acontecesse o mesmo.

Além dos despedimentos, as fábricas encerravam ou reduziam o pessoal. As que se mantinham em laboração não iam além de três dias de trabalho semanal. A repressão sobre a manifestação operária em Junho de 1924 teve resultados nefastos, que conduziram à radicalização do movimento sindical silvense, pois, até aí, as reivindicações operárias tinham beneficiado do clima “democrático” que suscitava inesperadas convergências entre os industriais e o operariado da cidade.

No entanto, a forte crise no sector corticeiro a partir de 1924 fizera com que as entidades patronais desejassem um governo conservador que acabasse de vez com as pretensões operárias.

De início, o movimento militar do 28 de Maio não mostrara “características que exigissem acção oposicionista do proletariado organizado”<sup>598</sup>. No entanto, mudadas as condições com o advento da ditadura, era necessário alterar as suas estratégias e intervenção. O movimento sindical silvense chegara a um impasse...

A geração de militantes sindicalistas e anarquistas silvenses, liderados por Domingos Passarinho, dominava a Associação de Classe, revelando dificuldades em relação à nova situação imposta pela ditadura. O organismo sindical continuava a bater-se pelo cumprimento do horário de trabalho e contra a “exploração indecente” dos garotos, a quem era dado trabalho superior às suas forças em troca de um pagamento irrisório. Culpava os industriais do agravamento da situação, os quais, “querendo aproveitar-se do pânico que se espalhou nas nossas fileiras”<sup>599</sup>, pretendiam diminuir, ainda mais, os salários.

---

<sup>598</sup> Cf. José dos Reis Sequeira, *Ob. Cit.*, p. 102.

<sup>599</sup> Cf. *O Povo de Silves*, n.º 18, 26 de Agosto de 1926, p. 1, «O que nos disse um operário».

A convite da Associação de Classe Corticeira, Mário Domingos, responsável pelo jornal *A Batalha*, foi a Silves fazer uma conferência. O salão nobre da CM de Silves encheu-se para ouvir o famoso jornalista e orador que, de cabeça ligada<sup>600</sup>, discursou combatendo a sociedade de então.

O activo núcleo da Juventude Sindicalista resolveu publicar um pequeno manifesto. Como não o quiseram imprimir em Silves, recorreram a um militante do núcleo silvense que tinha contactos em Évora com António Teixeira Calhabotas, ficando este encarregue da impressão<sup>601</sup>. Impresso o manifesto, foi profusamente distribuído em Silves.

Mas o caso não ficou por aí e teve um desfecho inesperado. Acontecera que se tinha dado o famoso caso das bombas de Moncarapacho. Na casa onde sucedera a explosão, a Polícia encontrara a carta do núcleo da Juventude Sindicalista silvense a António Teixeira Calhabotas, uma das vítimas mortais da explosão, a propósito da impressão do referido manifesto. A Polícia ligou o caso das bombas a Silves, o que de facto não correspondia à verdade, e assaltou a Associação de Classe Corticeira, a cooperativa “A Compensadora” e o núcleo da Juventude Sindicalista, bem como a casa de alguns jovens militantes, virando tudo às avessas à procura de arsenal bélico<sup>602</sup>. Apesar de ter havido uma detenção e dos rapazes do núcleo terem levado uma forte reprimenda do Administrador do Concelho, a Polícia não conseguiu apurar nenhuma ligação entre estes jovens e as bombas de Moncarapacho<sup>603</sup>.

A liderança do operariado silvense começou então a ser disputada por outra ideologia, o comunismo, que gradualmente foi seduzindo os militantes anarquistas e alargando o seu campo de acção.

Uma vez que a maioria da população estava ligada ao sector corticeiro, a crise que afectava a indústria teve um forte impacto social em Silves e foi coincidente com a crise do anarco-sindicalismo no movimento operário português. Nos anos vinte, a organização sindicalista já “estava numa fase de decadência, pois com a Revolução Russa e o triunfo do

---

<sup>600</sup> O jornal *A Batalha* tinha sido invadido pelas forças policiais no dia 5 de Fevereiro de 1927, sendo encerrado a 26 de Maio de 1927 por ordem governamental. A 2 de Novembro de 1927, a sede da CGT foi ocupada e destruído todo o seu material, incluindo a tipografia, e presos diversos militantes. A central sindical anarco-sindicalista foi dissolvida.

<sup>601</sup> Cf. José dos Reis Sequeira, *Ob. Cit.*, p. 106.

<sup>602</sup> Idem, *Ibidem*, p. 108.

<sup>603</sup> Idem, *Ibidem*.



bolchevismo a organização operária do mundo sofreu um eclipse e a portuguesa não fugiu à regra”<sup>604</sup>.

Segundo Manuel Miguel Peres<sup>605</sup>, em 1928, realizara-se uma Assembleia na Associação de Classe Corticeira, para eleição da Direcção para o ano seguinte, na qual fora eleita uma Direcção de tendência comunista, que foi contestada pelos anarquistas, que alegaram ter havido burla na votação. Os comunistas denunciaram a estratégia anarquista, considerando que a alegação de burla era só porque os anarquistas tinham sido “surpreendidos pela votação comunista”<sup>606</sup>. Fora então marcada outra Assembleia para a nova eleição, “onde compareceram em força os anarquistas (...) e a sua vitória foi fácil”<sup>607</sup>.

As discussões ideológicas prolongavam-se para fora da Associação de Classe. Os operários discutiam acesamente os “dois modelos, dois sistemas de valores, dois imaginários que se digladiavam no interior de um mesmo espaço, esforçando-se tenaz e denodadamente cada um para conquistar novas posições, captar aderentes, alargar a sua base de apoio”<sup>608</sup>.

Iniciou-se aí o conflito que iria perdurar...

Face à contestação ao regime, o cerco ao movimento operário apertou e foram dadas instruções aos Administradores dos Concelhos para controlarem, fiscalizarem e

---

<sup>604</sup> Cf. Edgar Rodrigues, *A oposição libertária em Portugal, 1939-1974*, Lisboa, Sementeira, 1982, p. 258.

<sup>605</sup> Manuel Miguel Peres, filho de João António Peres e de Adelina da Conceição Miguel, nasceu a 4 de Janeiro de 1912, em Silves. Ainda muito jovem aderiu às Juventudes Comunistas. Depois da greve de 18 de Janeiro de 1934, reorganizou, com outros, o Comité Local de Silves do PCP. Coube-lhe o aliciamento e a organização do operariado corticeiro. A 14 de Fevereiro de 1938, foi preso em Silves, com João Sequeira dos Santos e Estanislau do Carmo Ramos. Foi julgado e condenado a 20 meses de prisão correcional, sendo restituído à liberdade a 22 de Outubro de 1939. Integrou a reorganização do PCP, tendo um papel de destaque na organização das células de empresa e nas manobras “de furar o sindicato”. Fez parte do Comité Local em 1938 e ao longo da década de 40. Usava a pseudónimo de “Sério”. Após as prisões de 1948, participou na organização de “comissões de apoio aos presos políticos” e na reorganização das células nas fábricas. Com Aquilino das Dores Mourinho, ficou à frente da organização local do PCP. Destacou-se também na angariação de fundos. Aquando das prisões, no Algarve, no fim do ano de 1950, Manuel Peres fugiu de Silves com Aquilino das Dores Mourinho. Depois de algum tempo em Santiago do Cacém, estabeleceu residência na Cova da Piedade, onde trabalhou na indústria corticeira. Em meados dos anos 50, esteve ligado a Aquilino Mourinho na organização do PCP na Cova da Piedade. Desligou-se gradualmente da actividade política, sendo sempre solidário para com os silvesenses que iam à ou para a Cova da Piedade. Regressou a Silves e viveu, com muito entusiasmo, o 25 de Abril, continuando a militar no PCP. Manuel Miguel Peres faleceu a 5 de Dezembro de 1996, em Silves.

<sup>606</sup> AP de José António Correia Viola, Entrevista a Manuel Miguel Peres, *Relatório da vida clandestina do PCP em Silves antes do 25 de Abril de 1974*, [Texto policopiado], Silves, 1975.

<sup>607</sup> *Ibidem*.

<sup>608</sup> Cf. João Madeira, «Da alvorada do Século ao Estado Novo, Notas sobre “Silves, a cidade democrática”», in *Mirante, Ob. Cit.*, n.º 12, Dezembro de 1997, p. 9.

reprimirem toda e qualquer actividade operária<sup>609</sup>. Os Presidentes das Câmaras Municipais também foram chamados a colaborar no controlo dos operários, cabendo-lhes a elaboração dos cadastros dos trabalhadores<sup>610</sup> e o emprego dos numerosos desempregados em obras públicas<sup>611</sup>. A gravidade da crise sentida na província, nomeadamente nos meios industriais, fez com que o Governador Civil, Leonel Vieira, pedisse a exoneração do cargo, alegando que, “apesar de todas as diligências para servir a ditadura e ajudar a resolver a crise do Algarve”<sup>612</sup>, não o tinha conseguido.

A população de Silves, no início dos anos trinta, atingia quase os dez mil indivíduos<sup>613</sup>, sendo a décima sétima cidade do país. A população do concelho aumentara quase ininterruptamente desde meados do século XIX.

Assim, em 1930, a cidade ainda era um significativo núcleo industrial, num concelho predominantemente rural.

As condições de vida do operariado silvense eram dramáticas. Nas ruas, onde se concentravam os operários, não havia água canalizada nem luz eléctrica. A água era vendida ao cântaro nas bicas. Viviam em “cubículos estreitos e infectos”<sup>614</sup>, divididos por cortinados, suspensos em cordéis, que muitas vezes desapareciam para serem utilizados em vestes para as crianças. Dormiam em enxergas e esteiras no chão. Havia muitos tuberculosos. À noite, quando o petróleo não escasseava, iam “aspirando a fumarada nauseante dos candeeiros sem chaminé”<sup>615</sup>. No Inverno, com a chuva e as inundações do rio, as condições agravavam-se. Ao ar pesado e promíscuo juntava-se um cheiro a bafio insuportável.

Em 1930, a situação era grave. “De semana para semana a situação agravava-se duma maneira assustadora pelo encerramento de fábricas. Actualmente contam-se 12 fábricas fechadas...”<sup>616</sup>. Face à situação, o Governador Civil pedia providências ao Governo para

---

<sup>609</sup> Cf. ADF, *Livro Copiador de Correspondência Confidencial do Governador Civil*, Livro 255 A (1930-1936), circular n.º 43, aos Administradores do Concelho, de 28 de Fevereiro de 1931.

<sup>610</sup> *Ibidem*, ofício n.º 50, aos Presidentes das Câmaras, de 16 de Março de 1931.

<sup>611</sup> *Ibidem*, ofícios n.ºs 48 e 49, aos Administradores do Concelho, de 12 de Março de 1931 e de 14 de Março de 1931.

<sup>612</sup> *Ibidem*, ofício n.º 65, ao Ministro do Interior, de 6 de Abril de 1931.

<sup>613</sup> Cf. *Voz do Sul*, n.º 948, 6 de Março de 1937, p. 1, «Dados Estatísticos».

<sup>614</sup> Cf. *Vibração*, n.º 1, 26 de Abril de 1931, p. 2, «Como se Vive e como se Morre em Silves».

<sup>615</sup> *Ibidem*.

<sup>616</sup> Cf. *Vanguarda Operária*, n.º 43, 20 de Julho de 1930, p. 1, «Em Silves. O princípio de uma grande tragédia» (artigo de José dos Reis Sequeira).

combater o flagelo que caíra sobre o operariado<sup>617</sup>. A cantina operária, organizada pelos sindicalistas<sup>618</sup>, não conseguia suprir as necessidades alimentares dos operários.

Segundo relata José dos Reis Sequeira, “em meados dos anos trinta, metade dos corticeiros de Silves não tinham trabalho”<sup>619</sup>. Em 1930, a cidade passara do 1º lugar para o 5º na indústria corticeira, com 37 unidades fabris e o número de operários estava reduzido a 600<sup>620</sup>. Muitos eram os homens que, sozinhos ou em grupo, iam, a pé, até Lisboa<sup>621</sup>, percorrendo o circuito dos centros corticeiros do Alentejo, da Margem Sul e de Lisboa. Muitos regressaram de mãos vazias, pois a crise de trabalho era geral.

Nessa altura de fome generalizada, no meio operário multiplicavam-se as acções de solidariedade e caridade. O grupo Dramático “o Despertar” levava à cena espectáculos, no Teatro Mascarenhas Gregório, cuja parte do lucro ia para a cantina operária<sup>622</sup>. O Silves Futebol Clube promoveu jogos com o Sporting Clube de Portugal, o campeão de Lisboa, e com o Sporting Club Olhanense, revertendo o lucro a favor do Hospital e da cantina operária<sup>623</sup>. O jornal *Vibração* abriu uma subscrição pública numa rubrica «Como se vive e como se morre em Silves»<sup>624</sup>. E foi neste contexto social que abriu em Silves o «Asilo»<sup>625</sup>, quase todo a expensas do benemérito Francisco Vieira, que também procurava minorar a miséria dos velhos e dos desfavorecidos. A todos se pedia solidariedade!

Para resolver a crise, as reivindicações do operariado corticeiro insistiam na necessidade de dificultar a exportação da cortiça em prancha, reclamavam o cumprimento do horário de trabalho e, na falta deste, aceitavam recorrer a trabalhos públicos de abertura de estradas<sup>626</sup>.

O próprio Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência Geral insistia com as associações de classe para que dessem indicações sobre as empresas que não

---

<sup>617</sup> Cf. ADF, Correspondência confidencial do Governador Civil, Livro 255A, Of.º n.º 19, ao Ministro do Interior, de 12 de Setembro de 1930.

<sup>618</sup> Cf. *Voz do Sul*, n.º 622, 21 de Setembro de 1930, p. 3, «Cantina operária».

<sup>619</sup> Cf. José dos Reis Sequeira, *Ob. Cit.*, p. 136.

<sup>620</sup> Cf. Hernâni de Barros Bernardo, *A Indústria Corticeira em Portugal*, Anais do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, Lisboa, 1946, pp. 43, 44 e 52.

<sup>621</sup> Cf. José dos Reis Sequeira, *Ob. Cit.*, pp. 136-144.

<sup>622</sup> Cf. *Vibração*, n.º 11, 12 de Julho de 1931, p. 2, «Beneficência».

<sup>623</sup> *Ibidem*, n.º 11, 12 de Julho de 1931, p. 3, «Foot-ball».

<sup>624</sup> *Ibidem* n.º 4, 24 de Maio de 1931, p. 2, «Como se Vive e como se Morre em Silves».

<sup>625</sup> *Ibidem* n.º 13, 26 de Julho de 1931, p. 2, «O Asilo de Silves».

<sup>626</sup> Cf. *Vanguarda Operária*, n.º 45, 3 de Agosto de 1930, p. 1, «Os corticeiros movimentam-se».

respeitavam o horário de trabalho ou, de um modo geral, as leis laborais vigentes<sup>627</sup>. Este facto preocupava o Governador Civil do distrito, pois disso tinham resultado “pedidos para reuniões operárias”<sup>628</sup>, por vezes de associações que tinham sido encerradas, por se averiguar que promoviam agitação social. “Grassando neste distrito uma propaganda comunista intensa”<sup>629</sup>, que a falta de trabalho facilitava, o Governador Civil pedia ao Ministro do Interior a orientação a seguir.

Em Messines, terra libertária, a situação não era melhor. A sede da União dos Sindicatos tinha sido entregue ao senhorio, e só o Sindicato da Construção Civil “sobrevivia sob a obstinada teimosia de meia dúzia de carolas”<sup>630</sup>. Estes, para que pudessem suportar a renda, abriram uma escola na sua sede. O Administrador do Concelho, “instigado por um ou outro reaccionário”<sup>631</sup>, mandou encerrá-la em Janeiro de 1931, alegando o incitamento de menores à indisciplina e o ministério “de ideais bolchevistas sob o disfarce de escola”<sup>632</sup>. Não tendo os “professores” acatado as ordens, as forças policiais prenderam Teófilo Fontainhas Neto<sup>633</sup>, Manuel Patrício e Paulo Ambrósio

---

<sup>627</sup> CF. IAN-TT, AMI, Correspondência do Gabinete do Ministro, Maço 452, Pt. 16/25, fl. 2, Conf. do Governador Civil, de 22 de Maio de 1931.

<sup>628</sup> *Ibidem*.

<sup>629</sup> *Ibidem*.

<sup>630</sup> Cf. BN, Arquivo Histórico Social N 61, Núcleo outros militantes, José Correia Pires, *Possível resposta*, *doc. cit.*, fl. 4.

<sup>631</sup> *Ibidem*.

<sup>632</sup> *Ibidem*, fl. 5.

<sup>633</sup> Teófilo Fontainhas Neto nasceu em Messines a 6 de Agosto de 1911. Após terminar a instrução primária, empregou-se num estabelecimento de mercearias em Loulé. De regresso a Messines, trabalhou na mercearia de seus pais e, mais tarde, esporadicamente nos caminhos-de-ferro em Beja. Teófilo cumpriu o serviço militar em Metralhadoras 1. Acusado de distribuir panfletos subversivos na unidade, foi mandado de castigo para Bragança. Em 1931 fez parte do movimento que pretendeu a elevação de S. B. Messines a vila e a sede de concelho. Fez parte do grupo de anarquistas que abriu uma escola no Sindicato da Construção Civil em Messines, pelo que foi preso pelo Administrador do Concelho de Silves. Colaborou no jornal oposicionista *A Rajada*. Trabalhou em Olhão como viajante, numa importante empresa de vinhos, onde adquiriu experiência comercial. Em 1939, contraiu matrimónio com Augusta Simões Cabrita, filha de um importante proprietário, comerciante e industrial de frutos secos. Um ano depois abriu uma mercearia em Messines e alargou a venda de vinhos, primeiro à freguesia, depois ao concelho de Silves e aos concelhos limítrofes. Em 1943 já fazia, em carros de besta, a distribuição de alguns produtos alimentares até Lagos. A empresa de Teófilo Fontainhas Neto, fundada em 1940, foi o maior abastecedor de bens de consumo e mercearia no Algarve e a principal exportadora de frutos secos (alfarroba, figos e amêndoa) do distrito. Nos anos 40, deu apoio aos movimentos oposicionistas. Participou activamente na campanha de Norton de Matos. Estava referenciado, pelo que foi muito vigiado pela PIDE. Segundo Vitoriano Rosa, Teófilo teria sido julgado em Plenário e estado preso em Caxias. Gradualmente, afastou-se da oposição ao regime. Teófilo fez, diversas vezes, parte dos corpos gerentes do Grémio dos Exportadores de Frutos Secos e Produtos Hortícolas do Algarve. A sua acção empresarial fez-se sentir em toda a região nos mais diversos sectores de actividade. Em 1965, a empresa transformou-se em Sociedade Anónima. Na década de 70, Teófilo Fontainhas Neto enveredou pelo turismo, inaugurando o Hotel Baltum, em Albufeira. Tinha a exclusividade comercial no Algarve da cerveja Super

Neto, deixando escapar José Correia Pires, o elemento mais responsável pela escola, que, sendo avisado, conseguira fugir no “maior aperto”<sup>634</sup>.

A agitação operária<sup>635</sup> fazia-se sentir também noutros centros industriais algarvios, nomeadamente em Lagos e Portimão<sup>636</sup>. Em Ferragudo, os populares assaltaram uma mercearia e fizeram explodir três bombas, tendo sido feitas quatro prisões e apreendidas dezasseis espoletas<sup>637</sup>. A dinamite para estas bombas, como veio a saber-se posteriormente, tinha sido roubada dos caminhos-de-ferro<sup>638</sup>.

Em plena época de crise nas indústrias e de contestação social, agravada com a revolta da Madeira contra a ditadura, foi proibida a realização de manifestações no 1º de Maio<sup>639</sup>. A ordem não foi respeitada<sup>640</sup>.

A actividade sindical, neste ambiente de crise aguda e prolongada e de repressão contínua, acusava ineficácia, aumentando os conflitos e divergências no seio do próprio movimento sindicalista.

Nesse ano de 1931, na sessão comemorativa do aniversário da Associação de Classe dos Corticeiros de Silves, o discurso de Manuel Joaquim de Sousa revelou a disputa

---

Bock e de outras bebidas nacionais e estrangeiras. A empresa, considerada uma das maiores da região, contribuiu decisivamente para a elevação de S. B. Messines a vila a 7 de Março de 1973, dado o incremento industrial e comercial que proporcionava à localidade. Teófilo Fontainhas Neto faleceu a 6 de Fevereiro de 1976.

<sup>634</sup> Cf. BN, Arquivo Histórico Social N 61, Núcleo outros militantes, José Correia Pires, *Possível resposta*, *doc. cit.*, fl. 4.

<sup>635</sup> Os acontecimentos estão ligados à chamada “Revolta da Farinha”. O Governo decidira suspender a importação de farinha, aumentando o preço do pão, o que serviu de pretexto para uma revolta que durou de 5 a 11 de Fevereiro de 1931. As estruturas anarco-sindicalistas e comunistas organizaram greves e manifestações a 25 de Fevereiro de 1931 em várias localidades, exigindo liberdade sindical e medidas de combate ao desemprego.

<sup>636</sup> Cf. ADF, *Livro Copiador de Correspondência Confidencial do Governador Civil*, Livro 255 A (1930-1936), ofício n.º 39, ao Ministério do Interior, de 27 de Fevereiro de 1931, e *Avante!*, ano I, n.º 2, 8 de Março de 1931, p. 3, «Em Portimão».

<sup>637</sup> Cf. ADF, *Livro Copiador de Correspondência Confidencial do Governador Civil*, Livro 255 A (1930-1936), ofício n.º 41, ao Ministério do Interior, de 28 de Fevereiro de 1931.

<sup>638</sup> *Ibidem*, ofício n.º 44, ao Ministério do Interior, de 2 de Março de 1931.

<sup>639</sup> *Ibidem*, ofício n.º 73, aos Administradores dos Concelhos, de 27 de Abril de 1931. A comemoração do 1º de Maio em Silves iniciou-se em 1890, tal como em Lisboa, Porto, Coimbra, Tomar, Leiria, Santiago do Cacém e Arronches, e tornou-se “prática infalível”. No 1º de Maio de 1894, ninguém trabalhou em Silves, as fábricas encerraram e uma grande manifestação operária percorreu as principais ruas da cidade, realizando-se seguidamente um comício em que terão participado cerca de 2000 pessoas, no salão da escola da “Cooperativa Silvense”, em que interveio, entre outros oradores, a então muito conhecida poetisa, atriz e jornalista Angelina Vidal. Sobre a arraigada e antiga tradição silvense de comemorar o 1º de Maio, vide José dos Reis Sequeira, *Ob. Cit.*, pp. 81 e 82.

<sup>640</sup> Cf. Fátima Patriarca, *A Questão Social no Salazarismo 1930-1947*, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa, 1995, Vol. I, p. 108.

ideológica que se fazia sentir no seio do operariado silvense. Para ele, além do sindicalismo constituir “a única arma do proletariado para a sua emancipação”<sup>641</sup>, criticou a concepção leninista de tomada do poder, o que suscitou uma grande agitação e confusão na assistência<sup>642</sup>.

Em face do acto eleitoral que se anunciava, o operariado silvense foi chamado a ir às urnas e participar na campanha eleitoral pela Aliança Republicana<sup>643</sup>, mas as eleições acabaram por não se realizar.

Na visita que o Presidente da República Carmona realizou ao Algarve, os operários foram chamados às celebrações. Tal como nas outras cidades algarvias, em Silves, foi condecorado um operário, Gabriel dos Santos<sup>644</sup>. Simultaneamente, para atenuar o quadro de crise de trabalho profunda, foram atribuídos subsídios para a reparação das estradas municipais do concelho e para a construção de poços, lavadouros e logradouros públicos<sup>645</sup>.

Ainda que defendendo tenazmente a sua posição ideológica na condução do operariado silvense, os sindicalistas foram perdendo influência em detrimento da corrente comunista, que melhor se soube adaptar às novas condições da luta política e social impostas pela ditadura. Como consequência da recessão anarco-sindicalista e da ascensão comunista, assistiu-se a uma disputa violenta no seio do movimento operário e sindical, protagonizada pela antiga organização anarco-sindicalista “Confederação Geral do Trabalho (CGT)”<sup>646</sup> e pela nova organização comunista “Comissão Inter – Sindical” (CIS)<sup>647</sup>.

---

<sup>641</sup> Cf. *O Reduto*, n.º 12, Setembro de 1931, p. 3, «Silves, uma conferência de Manuel Joaquim de Sousa» (artigo de Illitch).

<sup>642</sup> *Ibidem*.

<sup>643</sup> Cf. *Vibração*, n.º 9, 28 de Junho de 1931, p. 2, «Pão, Luz e Liberdade».

<sup>644</sup> Cf. AMS, Livros n.º 8, de registo de Ofícios Expedidos de Janeiro de 1932 a Janeiro de 1934, fl. 39, ao Governador Civil, 29 de Março de 1932.

<sup>645</sup> Cf. *Correio do Sul*, n.º 788, de 27 de Março de 1932, p. 1, «Subsídios».

<sup>646</sup> A CGT estava filiada na Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), conhecida por «Internacional de Berlim», fundada em 1922. A CGT, juntamente com a CNT de Espanha, era uma das principais secções da Internacional Anarquista.

<sup>647</sup> A CIS estava filiada na Internacional Sindical Vermelha (ISV), comunista, com sede em Moscovo, fundada em 1921. Surgiu em 1930 em Portugal, na sequência da reorganização do PCP, em 1929, sob a liderança de Bento Gonçalves.

Foi neste contexto de disputa de liderança ideológica que, a 29 de Fevereiro de 1932<sup>648</sup>, os corticeiros de Silves, “onde os sindicatos se encontram nas mãos dos anarquistas”<sup>649</sup>, o PCP “e os Comitês de oposição sindical revolucionária conseguiram que todos os operários corticeiros abandonassem o trabalho depois do meio-dia e organizassem uma manifestação que a polícia não conseguiu dispersar”<sup>650</sup>. A greve de 30 de Maio de 1932, organizada conjuntamente pela CGT e pela CIS, contra a obrigatoriedade do desconto de 2% para o fundo de desemprego, foi convocada. Silves aderiu à greve geral proclamada por estas organizações operárias, e os trabalhadores foram em massa à Administração do Concelho “proclamar a abolição da lei”<sup>651</sup>. A nível nacional, a greve redundou num fracasso<sup>652</sup>.

O Sindicato da Construção Civil de Messines, de índole libertária, fazia os possíveis para defender as conquistas laborais. Insistia no cumprimento do horário de trabalho e, ao abrigo de legislação ainda em vigor, nomeou dois fiscais do horário do trabalho. O Sindicato denunciou as irregularidades e os incumprimentos no jornal *Vibração*, chamando a atenção das autoridades competentes para tais factos<sup>653</sup>. No Verão de 1932, estavam em curso umas obras numas estradas circunvizinhas a Messines. Aí os operários trabalhavam cerca de 14 horas por dia. O Sindicato conseguiu “penetrar no convívio dessa malta”<sup>654</sup>, incitando-os “a que não trabalhassem mais de oito horas de trabalho por dia, pois isso era da lei”<sup>655</sup>, pelo que conseguiram que os operários abandonassem o trabalho em respeito às oito horas de trabalho. Foi sol de pouca dura. Mais uma vez, José Correia Pires, um dos fiscais do horário de trabalho nomeados pelo

---

<sup>648</sup> Cf. João Morais e L. Violante, *Contribuição para uma Cronologia dos Factos Económicos e Sociais - Portugal 1926-1985*, Livros Horizonte, 1986, p. 49.

<sup>649</sup> Cf. José Pacheco Pereira, “Intervenção de «António» na XII Reunião Plenária da Internacional Comunista”, *Estudos Sobre o Comunismo, Ob. Cit.*, n.º 0, Julho, 1983, p. 30.

<sup>650</sup> *Ibidem*.

<sup>651</sup> Cf. Manuel Joaquim de Sousa, *Últimos tempos de acção sindical livre e do anarquismo militante*, Antígona, Lisboa, 1989, p. 92.

<sup>652</sup> O protesto de 30 de Maio de 1932 foi organizado conjuntamente pela CGT e pela CIS, contra a obrigatoriedade do desconto de 2% para o Fundo de Desemprego. As centrais sindicais acusavam o regime de fazer obras públicas com o imposto retirado. A greve geral proclamada por estas organizações operárias saldou-se num fracasso, embora se tenham dado paralisações em Lisboa, Porto, Silves e Almada. Foram presos centenas de activistas. Outras jornadas relevantes contra a ditadura foram os protestos contra o desemprego, que tiveram lugar a 25 de Fevereiro de 1931 e 29 de Fevereiro de 1932, dinamizados pela CIS.

<sup>653</sup> Cf. *Vibração*, n.º 5, 31 de Maio de 1931, p. 3, «Por Messines».

<sup>654</sup> Cf. BN, Arquivo Histórico Social N 61, Núcleo outros militantes, José Correia Pires, *Possível resposta*, *doc. cit.*, fl. 6.

<sup>655</sup> *Ibidem*.

Sindicato, teve de se ausentar de Messines para não ser preso, conforme veremos adiante.

Na implementação do projecto corporativo, foi publicado, em 1933, o Estatuto de Trabalho Nacional, um dos pilares jurídicos do “Estado Novo”, e criados os Sindicatos Nacionais, iniciando-se uma nova fase do relacionamento do Estado (Novo) com o operariado<sup>656</sup>. Se, por um lado, as disposições do Estatuto do Trabalho Nacional procuravam impedir a prática comum dos industriais, que desrespeitavam o pagamento das horas extraordinárias, o descanso semanal dos operários e beneficiavam do trabalho indevido de mulheres e menores, por outro, desapareciam as velhas e livres associações de classe<sup>657</sup>. O desagrado contra esta imposição e suas implicações deu origem à greve geral de 18 de Janeiro de 1934, que constituiu a derradeira tentativa de defesa do sindicalismo livre.

No último semestre de 1933, segundo o industrial Manuel Guerreiro, a situação agravara-se. Tinham sido despedidos 320 operários, o que significava que a indústria estaria reduzida a uns 880 corticeiros<sup>658</sup>.

No Verão de 1933, os anarquistas silvenses e messinenses concentravam as suas energias na preparação da greve revolucionária que tinha como objectivo o derrube da ditadura. Os mais destacados líderes anarquistas, nomeadamente Domingos Passarinho, Manuel Pessanha, António Pedro Lebre, Virgílio Barroso<sup>659</sup>, José dos Reis Sequeira, José Correia Pires, entre outros, desdobravam-se em actividades de preparação e angariação de

---

<sup>656</sup> Cf. *Diário do Governo*, I série, n.º 217, «Decreto n.º 23048», «Decreto n.º 23049», «Decreto n.º 23050», «Decreto 23051», «Decreto 23052» e «Decreto n.º 23053», da Presidência do Conselho, Setembro de 1933.

<sup>657</sup> A nova legislação revogou o Decreto-Lei n.º 10415 de 27 de Dezembro de 1924, que reconhecia às associações de classe e às suas federações o direito de firmar contratos e acordos colectivos de trabalho.

<sup>658</sup> Cf. IAN-TT, Arquivo «Cortes da Censura a *O Século*», Caixa 61, Prova tipográfica da entrevista, de 31 de Janeiro de 1934, a Manuel Guerreiro para a edição de *O Século*, de 4 de Fevereiro de 1934.

<sup>659</sup> Virgílio Pires Barroso, filho de Joaquim Pires Barroso e de Maria da Encarnação, nasceu em Silves a 10 de Janeiro de 1902. Foi um dos mais destacados e dos últimos dirigentes anarco-sindicalistas da Associação de Classe dos Corticeiros silvenses. Mantinha contactos com o Barreiro, e a organização da greve geral de 18 de Janeiro de 1934, no concelho de Silves, esteve a seu cargo. Sendo procurado pela Polícia fugiu da cidade com José Correia Pires. Regressou, porém, antes da eclosão do movimento grevista, participando nos acontecimentos da greve no dia 18 de Janeiro em Silves. Perante o malogro da greve, voltou a fugir, desta vez com Manuel Simão Júnior, com quem foi capturado. Terá sido preso a 2 de Março de 1934. Foi julgado e condenado pelo TME, a 12 anos de degredo. A 23 de Setembro de 1934 seguiu para Angra do Heroísmo, tendo regressado a 9 de Julho de 1943, e sido transferido para Peniche. A 22 de Março de 1948, foi-lhe concedida a liberdade condicional. Até à sua morte, em data que desconheço, viveu no Barreiro, em casa do seu irmão, José Pires Barroso. A sua saúde ficara muito abalada. Era portador do Síndrome de Parkinson, ficando impossibilitado de trabalhar por ter tido uma paralisia quase total, mal podendo andar. Passava todas as tardes sentado num banco de um jardim próximo da residência de seu irmão. Não voltou a ter actividade política.



explosivos e armas para o movimento revolucionário<sup>660</sup>.

Segundo os anarco-sindicalistas, o movimento revolucionário, tendo por base uma greve geral, transformar-se-ia em insurreição e num levantamento nacional, após a eclosão de actos concertados de cariz violento, com o recurso a bombas e a outros meios ofensivos.

O comité revolucionário anarquista silvense estava ligado ao Barreiro, donde recebia as orientações através de dois ferroviários, Mário Castelhana<sup>661</sup> e Manuel António Bôto<sup>662</sup>, este último natural de Silves e que residia, desde muito novo, na Margem Sul do Tejo. Mário Castelhana<sup>663</sup>, que entretanto se tinha evadido da prisão na Madeira a bordo do navio “Niassa”, coordenava toda a acção nacional de insurreição operária<sup>664</sup>. Várias fontes indicam a presença destes dirigentes anarquistas no concelho de Silves, nomeadamente em Tunes<sup>665</sup>, ponto de ligação ferroviária. Mário Castelhana seria na altura “Mário Santos”<sup>666</sup>.

---

<sup>660</sup> Cf. José Correia Pires, *Memórias de um prisioneiro do Tarrafal*, Deagá, Lisboa, 1975, pp. 67-70.

<sup>661</sup> Sobre o mais destacado líder anarquista, Mário dos Santos Castelhana, vide Emídio Santana, *Memórias de um militante anarco-sindicalista*, *Ob. Cit.*; «Mário Castelhana», in *Voz Anarquista*, Almada, n.º 16, Agosto de 1976, pp. 1 e 2; o Grupo «Os Libertários» do Brasil, «A memória de Mário Castelhana», in *Voz Anarquista*, Almada, ano IV, n.º 51, Setembro/Outubro de 1980, p. 8; Fernando Almeida, «Mário Castelhana e o movimento sindical português», in *História*, Lisboa, Nova Série, ano 18, n.º 25, 1996, pp. 22-27; João Freire, «Mário Castelhana Um Líder Sindical», in *Expresso*, Revista, Lisboa, n.º 1459, 14 de Outubro de 2000, pp. 9297 e Fernando Rosas; J.M. Brandão Brito (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, Bertrand Editora, 1996, Vol. I, pp. 133 e 134.

<sup>662</sup> Manuel António Bôto, filho de José António Bôto e de Maria Antónia Bôto, nasceu em Silves, a 26 de Abril de 1907. Em 1918 foi morar para Alhos Vedros, onde seu pai era encarregado numa fábrica de cortiça. Este ferroviário anarco-sindicalista teve um papel preponderante na organização do 18 de Janeiro de 1934 no Sul, nomeadamente no Barreiro e no Algarve. Manuel António Bôto deu entrada na PVDE de Lisboa, a 5 de Fevereiro de 1934, sendo despronunciado. Foi incriminado noutro processo e julgado pelo TME a 12 de Maio de 1934, sendo absolvido. A 7 de Junho de 1936, emigrou clandestinamente para Espanha, onde participou na guerra civil, alistando-se no V Regimento. Colaborou no Serviço de Informação Militar na República espanhola. Em Madrid foi secretário do Núcleo Cultural Português e membro da FAI e da CNT. Manuel Bôto escreveu “Memórias da Guerra Civil de Espanha” sobre a sua participação nesta guerra. No decurso desta investigação não foi possível consultá-las. Segundo César Oliveira, nelas Bôto contava a história celebrizada por Hemingway em *Por Quem os Sinos Dobram*. A realidade fora protagonizada por ele, atrás das linhas inimigas ao dinamitar uma ponte perto de Teruel. M. Bôto contou, posteriormente, a história a Hemingway, no bar do Hotel Floridita, em Madrid. Passados uns anos abriu a boca de espanto quando leu o livro de Hemingway e disse: “Mas esta história fui eu que lha contei!”. Foi preso e extraditado pelos falangistas no fim da guerra. Regressado a Portugal, foi preso em 1 de Outubro de 1940 no Posto da Beirã, tendo sido enviado para o Tarrafal, de onde regressou a 16 de Novembro de 1945. Emigrou para o Brasil, por intermédio do ferroviário e xilógrafo Manuel Cabanas. Radicou-se em São Paulo, onde em 1966 escreveu as memórias referidas. Regressou a Portugal depois do 25 de Abril de 1974. Desconheço o seu percurso posterior.

<sup>663</sup> Cf. Emídio Santana, *Memórias de um militante anarco-sindicalista*, *Ob. Cit.*, p. 61.

<sup>664</sup> Cf. Fernando Rosas; J.M. Brandão Brito (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, Bertrand Editora, 1996, Vol. I, pp. 133-134.

<sup>665</sup> Cf. IAN-TT, PIDE/DGS, Processo 1106-SPS, Gonçalves Elias Júnior, António Alves Afonso e Manuel Miguel São Romão, «Autos de declarações» de 4, 5 e 7 de Abril de 1934, respectivamente. Segundo estes, o

Segundo Emídio Santana, em Silves tinha sido constituído um comité, integrado na organização nacional da greve<sup>667</sup>, para definir e organizar as actividades de sabotagem e protesto na cidade.

As ligações ao Barreiro faziam-se também através do grupo libertário “Terra e Liberdade”, que editou clandestinamente, no início dos anos trinta, um jornal com o mesmo nome<sup>668</sup>. Para a preparação da greve, Virgílio Pires Barroso, corticeiro em Silves, instalou-se em Messines, “sendo o elemento de ligação por excelência”<sup>669</sup>. Virgílio Barroso chegou a ir a pé ao Barreiro buscar explosivos<sup>670</sup>. A obtenção da dinamite foi facilitada pelos ferroviários. As bombas dos anarquistas eram oriundas do arsenal que Manuel Augusto da Costa fora produzindo, primeiro, na Cova da Piedade e, depois, em Fernão Ferro. Através de Mário Castelhana tinham chegado a Virgílio Pires Barroso «cerca de 30 bombas», tendo o envio ficado a cargo de Joaquim Montes<sup>671</sup>. Tinham também algumas pistolas<sup>672</sup>. As restantes armas, a acreditar nas autoridades, tinham sido trazidas para Silves por Manuel Pessanha, que fora a Lisboa buscá-las, tendo recebido de Francisco Álvares Marques, tesoureiro da Associação de Classe, dinheiro para a deslocação<sup>673</sup>.

As características da pequena localidade de Messines, eivada de sindicalistas<sup>674</sup>, anarquistas e democratas, bem como a sua situação geográfica no interior do concelho e a

---

contacto com Mário Castelhana e Manuel Boto visava criar «um comité revolucionário local». Cf. Também no mesmo processo o «Auto de declarações de Manuel António Bôto», 7 de Abril de 1934.

<sup>666</sup> Cf. IAN-TT, PIDE/DGS, Proc. 1106/SPS, Manuel António Boto, fl. 17, «Auto de declarações de José Gonçalves Elias Júnior», de 5 de Abril de 1934.

<sup>667</sup> Cf., Emídio Santana, *Memórias de um militante anarco-sindicalista*, *Ob. Cit.*, p. 212.

<sup>668</sup> Cf. *Terra e Liberdade*, n.º 1, 1 de Agosto de 1930, p. 1, «Vida social e Cooperativa pelo nivelamento dos salários» (artigo de José dos Reis Sequeira). Virgílio Barroso figurava como Administrador deste jornal e José dos Reis Sequeira como colaborador.

<sup>669</sup> Cf. José Correia Pires, *Memórias de um prisioneiro do Tarrafal*, Deagá, Lisboa, 1975, p. 68.

<sup>670</sup> Entrevista a José Gonçalves Vítor.

<sup>671</sup> Cf. IAN-TT, PIDE/DGS, Proc. 1011/SPS, «Auto de declarações de Mário Castelhana», de 31 de Janeiro de 1934.

<sup>672</sup> Cf. *Notícias do Sul*, Évora, ano I, n.º 18, de 3 de Fevereiro de 1977, p. 1, «Em Silves também houve 18 de Janeiro» (artigo de Fernando Fitas).

<sup>673</sup> Cf. IAN-TT, PIDE/DGS, Proc. 940 SR, Relatório Extraordinário do PV da PVDE de VRSA, Maio de 1939, fls. 106-114. Segundo esta fonte, a Direcção da Associação de Classe teria aprovado o envio de 1.500\$00 para a Federação Corticeira e o subsídio de transporte e de alimentação para Manuel Pessanha ir a Lisboa buscar material explosivo para o dia da greve.

<sup>674</sup> No movimento sindicalista messinense destacaram-se António Pedro Lebre, Joaquim Inácio, José da Silva, Pedro C. dos Reis, Serafim Serrinhas, Serafim Pacheco, António Matias, Ramiro da Silva, Alberto Montes, entre outros.

privilegiada relação que mantinha com os ferroviários e suas organizações, por ser um ponto-chave na linha “Sul e Sueste”, fizeram com que Messines assumisse um papel primordial na preparação da greve de 18 de Janeiro de 1934. Virgílio Barroso, José Eduardo, João D' Aroeira, António Pedro Lebre e José Correia Pires percorreram a região em preparativos da acção revolucionária. Em Messines e nos arredores tinham vários núcleos de resistência organizados e armados<sup>675</sup>.

O ambiente de contestação operária face às medidas ditatoriais era geral, sentindo-se em todos os centros industriais algarvios. No 40º aniversário da Associação de Classe realizou-se, na sua sede, uma conferência proferida por Manuel da Silva Campos, sobre o tema “Luta de Classes”<sup>676</sup>. Os corticeiros silvenses ouviram, entusiasmados, o conferencista desfazer “a absurda lenda que as massas trabalhadoras não possuem uma elite apta a governar”<sup>677</sup>.

No final de 1933, em Portimão, a oposição operária também se manifestava, coadjuvada por uma activa juventude<sup>678</sup>. A crise mundial, com a consequente diminuição das exportações e a escassez na pesca que se fez sentir, provocou aí “tristes espectáculos...os quais originaram alterações de ordem pública”<sup>679</sup>.

Devido à nova legislação corporativa e na perspectiva de uma acção revolucionária iminente, a Associação de Classe Corticeira silvense, em Assembleia-Geral, a 30 de Dezembro de 1933, dissolveu-se, transferindo os seus fundos para a Federação Corticeira, sediada em Almada, e oferecendo todos os seus bens à cooperativa operária “A Compensadora”<sup>680</sup>, criada por impulso da Associação Corticeira e que constituía verdadeiramente a sua outra face. A Comissão Liquidatária da Associação foi

---

<sup>675</sup> Cf. BN, Arquivo Histórico Social N 61, Núcleo outros militantes, José Correia Pires, *Possível resposta*, doc. cit., fls. 15 e 16.

<sup>676</sup> Cf. *Voz do Sul*, n.º 772, 26 de Agosto de 1933, p. 4, «40º aniversário».

<sup>677</sup> *Ibidem*.

<sup>678</sup> Cf. *O 18 de Janeiro de 1934, Do Movimento de resistência proletária à ofensiva fascista*, introd., notas e selecção de LH Afonso Manta, Assírio e Alvim, p. 36.

<sup>679</sup> Cf. *A Indústria*, n.º 503, 3 de Novembro de 1933, p. 5, «Portimão».

<sup>680</sup> Cf. *Voz do Sul*, n.º 791, 6 de Janeiro de 1934, p. 1, «O Sindicato dos Corticeiros»; José dos Reis Sequeira, *Ob. Cit.*, p. 33 e João José Ferreira, «A cidade de Silves e a relação com o campo», in *I Jornadas de Silves*, Actas, Ed. AEDPH-CS, Loulé, 1993, p. 130. O procedimento de pôr a salvo o património foi comum a outros organismos, sindicatos e associações de classe que, recusando-se a alterar os estatutos no sentido que o Governo pretendia, preferiram a dissolução, contornando, de forma hábil, as determinações do Ministério do Interior, que impedia que os sindicatos se transformassem em associações desportivas ou recreativas, salvaguardando desta forma os seus bens.

constituída<sup>681</sup> por Domingos Passarinho, Joaquim Rodrigues, Daniel Pincho e Francisco Álvares Marques<sup>682</sup>. A liquidação emocionou os corticeiros silvenses e decorreu “no meio da maior comoção em face dos sacrifícios”<sup>683</sup> que aquele organismo tinha custado à classe. A própria cooperativa “A Compensadora” receou “dissabores” consequentes da oferta do património da Associação de Classe. Visto os sócios manifestarem algum receio, derivado “aos inimigos” que a cooperativa tinha e que poderiam começar a lhes “levantar calúnias”<sup>684</sup>, os associados decidiram falar com a autoridade administrativa, que remeteu o problema ao Governador Civil, de modo a que este autorizasse ou não a referida oferta<sup>685</sup>.

A instabilidade, a desordem e os roubos eram frequentes por todo o concelho, mas evidenciavam-se na zona de Messines. De facto havia muito que as autoridades locais solicitavam insistentemente ao Governador Civil, e este ao Ministro do Interior, a criação de um posto da GNR em Messines para impor a ordem numa das freguesias mais populosas do distrito<sup>686</sup>.

Nos preparativos revolucionários dos anarquistas, as coisas começaram a correr mal.

Os acontecimentos ocorridos no dia 7 de Janeiro de 1934 foram “motivo para fazer cair sobre Messines uma onda de repressão e terror nunca outra jamais ali sofrida!”<sup>687</sup>. Nesse dia, um assalto a uma casa no Cerro Grande, onde se iria celebrar um casamento, produziu uma alteração popular, “e em grupos numerosos toda a gente procurava o roubo e não houve canto nem buraco que não fosse visto e investigado”<sup>688</sup>. Por sorte ou azar,

---

<sup>681</sup> Cf. João José Ferreira, «A cidade de Silves e a relação com o campo. Condicionalismos e perspectivas», in *Ob. Cit.*, p. 130.

<sup>682</sup> Estes dirigentes da Associação de Classe que fizeram parte da Comissão Liquidatária da Associação de Classe surgirão envolvidos nos acontecimentos do 18 de Janeiro de 1934 em Silves. Cf. IAN-TT/PIDE-DGS, *Silves e Algarve*, Proc. 940-SR, UI 2337, Relatório extraordinário do PV da PVDE de VRSA, de Maio de 1939, fls. 106-114.

<sup>683</sup> Cf. IAN-TT, AMI, Do Gabinete do Ministro, Livros de correspondência recebida, maço 468, Boletim n.º 93 da Comissão de Censura de Lisboa, Zona Sul, Cortes registados na semana de 1 a 7 de Janeiro de 1934. A referência sobre a decisão tomada pelos operários corticeiros de Silves de dissolver a respectiva Associação de Classe foi cortada da 1ª página do *Diário Liberal*, de 3 de Janeiro de 1934.

<sup>684</sup> Cf. ACOC, Livro de Actas, Acta n.º 26 da Sessão de 23 de Dezembro de 1933.

<sup>685</sup> *Ibidem*, Acta n.º 27 da Sessão de 15 de Fevereiro de 1934.

<sup>686</sup> Cf. IAN-TT, AMI, Do Gabinete do Ministro, Livros de correspondência recebida, maço 468, Ofício n.º 419, do Governador Civil ao Ministro do Interior, de 18 de Dezembro de 1933, e Confidencial n.º 13, do Governador Civil ao Ministro do Interior, de 9 de Janeiro de 1934.

<sup>687</sup> Cf. BN, Arquivo Histórico Social N 61, Núcleo outros militantes, José Correia Pires, *Possível resposta*, *doc. cit.*, fl. 16.

<sup>688</sup> *Ibidem*.

nessas buscas acharam, num valado, uns alcatruzes de nora envoltos em aparas e cheios de explosivos. “Os indivíduos nem sabiam o que aquilo era e houve um deles que ia tendo a imprudência de fazer estoimar «aquilo»”<sup>689</sup>.

O achado foi entregue na vila a um agente da GNR local, que ficou em pânico. Feita a comunicação do facto a Silves e, daí, a Faro, “umas horas depois Messines parecia uma cidadela tomada de assalto”<sup>690</sup>. Foram feitas muitas prisões. A casa de José Correia Pires, que, avisado a tempo, escapara juntamente com Virgílio Barroso, foi assaltada e os seus irmãos presos. António Pedro Lebre e seus dois filhos também foram presos. Messines foi passada a pente-fino.

A Polícia redobrou a sua actividade e manteve-se alerta no sentido de controlar todos os movimentos dos operários, de modo a fazer abortar qualquer acção revolucionária. No entanto, e apesar dos revezes sofridos, os preparativos para a greve continuaram. Os anarco-sindicalistas Manuel Pessanha, Domingos Passarinho, Francisco Nicolau, Francisco Álvares Marques, Pedro Baptista, Casimiro da Silva, António do Rosário, Francisco Marques Guerreiro, António das Neves Baptista, Daniel Pincho, Carlos Ribeiro Maria, José do Carmo e José Passarinho, todos eles corticeiros, participaram em reuniões preparatórias do movimento grevista revolucionário que se anunciava<sup>691</sup>. Planearam o corte de fios telefónicos para isolar Silves e a ocupação do edifício encerrado da Associação de Classe e o assalto ao quartel da GNR local<sup>692</sup>.

No dia 17, pelas 5 h da tarde, Manuel Pessanha recebeu um telegrama em cifra da CGT com a confirmação da eclosão do movimento para o dia seguinte<sup>693</sup>. Nessa mesma noite, a última reunião preparatória dos anarquistas realizou-se na Levada<sup>694</sup>, tendo ficado encarregue um comando para cortar os fios telefónicos, do qual faziam parte Virgílio Barroso, que entretanto regressara a Silves, Pedro Baptista e Virgílio Bernardo, “o

---

<sup>689</sup> *Ibidem*.

<sup>690</sup> Cf. BN, Arquivo Histórico Social N 61, Núcleo outros militantes, José Correia Pires, *Possível resposta*, *doc. cit.*, fl. 16.

<sup>691</sup> Cf. IAN-TT, PIDE/DGS, Processo Colectivo, Proc. 1055-E/SPS, Manuel Pessanha e outros.

<sup>692</sup> Cf. *Notícias do Sul*, Évora, ano I, n.º 18, de 3 de Fevereiro de 1977, p. 1, «Em Silves também houve 18 de Janeiro» (artigo de Fernando Fitas).

<sup>693</sup> Cf. AAVV (depoimento colectivo), *O 18 de Janeiro de 1934 e alguns antecedentes*, A Regra do Jogo, Lisboa, 1978, p. 128, «Carta de Angra do Heroísmo de Manuel Pessanha».

<sup>694</sup> A Levada era um sítio em frente de Fábrica do Inglês, junto ao rio, onde iam as lavadeiras e onde os miúdos tomavam banho.

Escarolho”<sup>695</sup>. Os fios de um dos lados da cidade ficaram esquecidos, pelo que, já com o sol a raiar, Francisco Nicolau e Manuel Pessanha foram cortá-los<sup>696</sup>.

O que se passou no dia 18 de Janeiro de 1934 é objecto de estudo mais adiante.

O embate ideológico que opôs sindicalistas e anarquistas a comunistas reflectia a fragmentação ideológica no seio das organizações operárias que, após o 18 de Janeiro de 1934, se agigantou.

Desiludidos com os políticos democratas, que continuavam a alimentar o seu “eterno amanhã” com a promessa de uma sempre iminente revolução, e em ruptura total com os comunistas, os anarquistas tiveram no 18 de Janeiro de 1934 a queima dos seus “últimos cartuchos”.

Nunca mais tiveram, que se saiba, em Silves, qualquer acção de relevo individual ou colectiva até ao 25 de Abril de 1974. Embora sobre as décadas seguintes se possa dizer que existia ainda uma “alma” anarquista, a verdade é que já não existia um movimento especificamente anarquista organizado. Os anos 40 foram marcados por vários desacordos e conflitos no interior do movimento libertário<sup>697</sup>. Também é verdade que muitos dos seus militantes e simpatizantes integraram as fileiras do PCP ou constituíram pontos de apoio seguros à oposição clandestina. Desses falarei adiante.

---

<sup>695</sup> Cf. IAN-TT, PIDE/DGS, Processo Colectivo, Proc. 1055-E/SPS, Manuel Pessanha e outros, Sentença do TME, de 12 de Maio de 1934.

<sup>696</sup> Cf. *Notícias do Sul*, Évora, ano I, n.º 18, de 3 de Fevereiro de 1977, p. 1, «Em Silves também houve 18 de Janeiro» (artigo de Fernando Fitas).

<sup>697</sup> Cf. João Freire, «Os anarquistas portugueses na conjuntura do após-guerra», in *O Estado Novo das origens ao fim da autarcia 1926-1959, Ob. Cit.*, Vol. II, pp. 20-22.

### 2.3.1.1 - José Correia Pires

José Correia Pires, filho de João Correia e de Isabel Pires, nasceu em S. Bartolomeu de Messines, a 17 de Abril de 1907<sup>698</sup>. Seus pais eram analfabetos, mas puseram-no na escola. Aí teve o primeiro contacto com a ideologia libertária. Fez-se amigo de um colega, o filho do destacado anarquista messinense José Inácio. O episódio que marcou a orientação que seguiu foi o de ter assistido a um comício onde José Negrão Büisel, “um dos maior propagandistas no tempo do anarco-sindicalismo”<sup>699</sup>, era o orador principal. As suas palavras tiveram em José Correia Pires “um belo receptáculo”<sup>700</sup>. A partir daí, aderiu de alma e coração aos ideais do anarquismo.

José Correia Pires teve um papel fundamental no núcleo das Juventudes Sindicalistas de Messines. Foi desde cedo operário de carpintaria.

A sua prisão foi ordenada pelo Administrador do Concelho, em Janeiro de 1931, por causa do incidente com a escola que abria no Sindicato da Construção Civil. Escapou à Polícia, dessa vez, devido à intervenção de Manuel Caetano de Sousa, a quem recorreu, em Faro, e que o ajudou a livrar-se da prisão certa quando chegasse a Silves.

Em 1932, devido à agitação que provocou junto dos trabalhadores das estradas, para que fosse cumprido o horário de trabalho, teve de se ausentar por uns meses de Messines, sendo preso, posteriormente, no mesmo ano. Foi para o Aljube, onde ficou seis meses e onde contactou com uma plêiade de militantes notáveis, nomeadamente Manuel Joaquim de Sousa, Correia de Sousa, Luís Laranjeira, José Augusto de Castro, Emídio Santana e Miquelino da Silva Pimentel, entre outros.

Em 1933, foi julgado no Tribunal Militar Especial, tendo sido absolvido. A sua defesa esteve a cargo de Mourinho da Silva, advogado do Conselho Jurídico da CGT.

Regressado a Messines, José Correia Pires destacou-se na preparação da greve de 18 de Janeiro de 1934, pelo que reuniu com Mário Castelhana e vários delegados do

---

<sup>698</sup> AP de Aurélio Nuno Cabrita, Registo de Baptismo n.º 77, de José Correia Pires, Igreja Paroquial de S. Bartolomeu de Messines, de 27 de Fevereiro de 1908.

<sup>699</sup> Cf. José Correia Pires, *Ob. Cit.*, p. 15.

<sup>700</sup> *Idem, Ibidem.*

Barlavento. Durante o Verão de 1933, “com o auxílio de um núcleo de camaradas”<sup>701</sup>, trabalhou intensamente pela região. Foi, juntamente com Virgílio Barroso, o principal mentor da acção revolucionária que deveria ter tido lugar em Messines, não tivessem sido descobertos alguns dos explosivos escondidos. Por causa disso, viu-se “constrangido a fugir, mas era tão difícil escapar as garras da PIDE”<sup>702</sup>, que teve de recorrer ao exílio. A mesma sorte não teve Virgílio Barroso, que com ele fugira para a serra, aquando da descoberta dos explosivos, e que decidira regressar, passados alguns dias, confiante que o perigo maior já teria passado, acabando por ser preso.

José Correia Pires dirigiu-se a S. Marcos da Serra, onde se manteve escondido algum tempo em casa de José Ventura Vargas<sup>703</sup>, um democrata local. Encontrava-se aí, quando a greve de 18 de Janeiro de 1934 estalou, tendo sabido por esse amigo o que se passara. Oito dias mais tarde, resolveu ir para o Alentejo onde tinha família. Circulou clandestinamente pela Funcheira, Mina do Lousal, S. Domingos, Cercal e Ermidas sempre ajudado por anarquistas seus conhecidos e pelos ferroviários do “Sul e Sueste”. Em Ermidas, preparou a sua ida para Espanha, onde permaneceu quinze meses. Dirigiu-se a Sevilha, onde foi solidariamente recebido por camaradas espanhóis. Aí conviveu com Adriano Pimenta, da Federação Anarquista dos Portugueses Exilados (FAPE)<sup>704</sup>, ligada à Federação Anarquista da Região Portuguesa (FARP). Passou por Alcalá de Guadaya, onde foi preso. Foi libertado pela intervenção do Comité Pró-Presos dessa localidade. Seguiu depois para Córdova e daí para Madrid em atribulada viagem<sup>705</sup>. Aí restabeleceu as ligações, tendo ficado com Reboredo à frente do secretariado da FAPE, no qual

---

<sup>701</sup> Cf. BN, Arquivo Histórico Social N 61, Núcleo outros militantes, José Correia Pires, *Possível resposta*, *doc. cit.*, fl. 15.

<sup>702</sup> *Ibidem*, fl. 14.

<sup>703</sup> José Ventura Vargas, filho de Ventura Vargas e de Maria Catarina, era natural de S. Marcos. Foi um destacado elemento da propaganda republicana. Fez parte da Comissão Municipal republicana de Silves, que tomou posse a 6 de Outubro de 1910. Em 1912 consorciou-se civilmente com Maria Gomes Santinho, associada da Liga das Mulheres Republicanas. Foi amigo íntimo de João José Duarte, sendo seu sócio nas empresas “Duarte & Granadeiro & C.” e na “Sociedade Geral de Cortiças”. Foi um acérrimo opositor do regime salazarista. Residia em S. Marcos da Serra. Deu abrigo a muitos que, pela serra, fugiam à perseguição da Polícia, nomeadamente a alguns dos principais intervenientes no 18 de Janeiro de 1934. Pela sua actividade oposicionistas deverá ter sido detido com Álvaro Santinho Coelho e Ataíde Santinho Coelho, em 1937. Fez parte do MUD e das comissões locais de apoio às candidaturas do General Norton de Matos e de Arlindo Vicente. Esteve sob vigilância permanente da PIDE. Faleceu em S. Marcos da Serra, a 20 de Setembro de 1962.

<sup>704</sup> Cf. José Correia Pires, *Ob. Cit.*, Ed. Deagá, Lisboa, 1975, p. 87.

<sup>705</sup> *Idem*, *Ibidem*, pp. 96 e 97.



desenvolveu notável acção de propaganda e editou um número, em forma de boletim, do *Rebelião*, órgão dessa organização. Foi a Jaime Cortesão e ao «Grupo dos Budas» a quem José Correia Pires recorreu para arranjar documentação<sup>706</sup> que lhe possibilitasse ir para França. Não tendo conseguido passar a fronteira, ficou algum tempo em S. Sebastian, onde arranjou trabalho. O ambiente tumultuoso e o perigo eminente em Espanha, os riscos que corria e a precariedade da sua situação fizeram com que se decidisse pelo regresso a Portugal. Esteve em Sevilha e entrou em Portugal clandestinamente por S. Domingos, pelo mesmo caminho que tinha saído.

A vida que o esperava na clandestinidade não era menos dura do que a no exílio. Em Lisboa, reencontrou-se com sua mulher, que ficou com ele, juntamente com os seus cinco filhos. Reatou os contactos e adoptou o pseudónimo de “Júlio Rocha”<sup>707</sup>. Instalou-se numa casa no Alto de S. João, com o arquivo da organização e uma espécie de tipografia. Mudou várias vezes de casa. Ligou-se a elementos do “Revirinho”, tendo estado presente em reuniões conspirativas<sup>708</sup>. Foi numa destas reuniões na casa onde residia que foi preso, a 5 de Novembro de 1936, com Antonino Francisco<sup>709</sup>, numa cena digna do cinema. Ficou nos calabouços do Governo Civil, “os mais imundos no tempo”<sup>710</sup>. Passou pelas cadeias da 1ª Esquadra e do Aljube<sup>711</sup>. Esteve em regime de incomunicabilidade 86 dias. A 5 de Junho de 1937, foi embarcado para o campo de concentração do Tarrafal, em Cabo Verde<sup>712</sup>, onde iria encontrar muitos conterrâneos. A sua primeira noite no “campo da morte” foi a 12 de Junho de 1937. Três meses após a sua chegada, teve início o violento surto de biliosa<sup>713</sup>, que vitimou muitos presos. Acompanhou o sofrimento e sentiu muito a morte do

---

<sup>706</sup> Idem, *Ibidem*, p. 117.

<sup>707</sup> Idem, *Ibidem*, p. 127.

<sup>708</sup> Cf. IAN-TT, SC PC 422/37, José Correia Pires, fl. 1, de 1 de Abril de 1937.

<sup>709</sup> Cf. IAN-TT, PIDE/DGS, SC SPS 2410 e SC PC 422/37, José Correia Pires. Os arguidos eram José Correia Pires, António Joaquim, Antonino Francisco e Maria Guilhermina de Moura. Segundo a acusação, José Correia Pires estaria ligado a esta última que, por sua vez, estaria ligada ao ex-Tenente Pissara, a Manuel António Correia, a José Santos Rocha e a Francisco Horta Catarino, que estavam escondidos em sua casa.

<sup>710</sup> Cf. José Correia Pires, *Ob. Cit.*, p. 163.

<sup>711</sup> Cf. *Presos Políticos no Regime Fascista*, Mem Martins, 1982, Vol. II, 1936/1939, p. 154, «Biografia Prisional de José Correia Pires».

<sup>712</sup> No navio «Lourenço Marques» seguiram 41 presos, a 5 de Junho de 1937, sem saberem se iriam para Angra do Heroísmo ou para Cabo Verde. Foram juntar-se aos presos que já se encontravam no Tarrafal.

<sup>713</sup> Vide adiante, na Parte III, o capítulo 5 - «A longa noite: episódios prisionais».

seu amigo Mário Castelhana. “Com o desaparecimento de Mário Castelhana algo desaparece de nós mesmos e que dificilmente tem explicação”<sup>714</sup>.

Sendo carpinteiro de profissão, foi José Correia Pires quem fez a maioria dos caixões dos presos que morreram no Tarrafal. Teve a seu cargo a carpintaria do campo, tendo efectuado muitos trabalhos fora do campo. Fazia também tamancos de madeira para os camaradas. Experimentou a célebre “Frigideira” e fez parte da “Brigada Brava”<sup>715</sup>.

Oito anos mais tarde, ou mais exactamente depois de 99 meses de prisão preventiva<sup>716</sup>, pois não fora julgado, José Correia Pires regressou a 20 de Fevereiro de 1945, para o Forte de Caxias. Amnistiado<sup>717</sup>, foi libertado a 9 de Março de 1945.

Depois de solto, e apesar do que sofrera, José Correia Pires continuou a actividade contra o regime, integrando o comité de acção especial anarquista<sup>718</sup> e o Comité Confederal<sup>719</sup>. Fixou residência em Almada, onde desenvolveu uma intensa actividade associativa<sup>720</sup>, nomeadamente na “Cooperativa Piedense” e na “Incrível Almadense”, da qual foi Presidente da mesa da Assembleia-Geral<sup>721</sup>. Pelo 5 de Outubro de 1956, discursou na sessão comemorativa organizada por Câmara Reis, em Almada<sup>722</sup>, com o amplo recinto da Piedense a transbordar de gente entusiasta.

A 16 de Julho de 1973, em Almada, oficializou o seu casamento com Maria Guerreiro Correia<sup>723</sup>.

Depois de Abril de 1974 fez parte do grupo “Cultura e Acção Libertária de Almada” e colaborou no jornal *Voz Anarquista*, que ajudou a fundar, entre outras

---

<sup>714</sup> Cf. José Correia Pires, *Ob. Cit.*, p. 238.

<sup>715</sup> Vide adiante, na Parte III, o capítulo 5 - «A longa noite: episódios prisionais».

<sup>716</sup> Cf. Cândido de Oliveira, *Tarrafal o pântano de morte*, Lisboa, Editorial República, 1974, p. 30.

<sup>717</sup> Em sessão do TME de 7 de Março de 1945, José Correia Pires foi amnistiado nos termos do Decreto 34377 de 12 de Janeiro de 1945.

<sup>718</sup> Cf. João Freire, *Anarquistas e operários: ideologia, ofício e práticas sociais*, Biblioteca das ciências do homem. Sociologia, epistemologia, 13, Afrontamento, Porto 1992, p. 241. Deste comité faziam parte Adriano Botelho, Carlos Silva e Alberto Dias, pois os restantes membros tinham sido presos.

<sup>719</sup> Cf. João Freire, «Os anarquistas portugueses na conjuntura do após-guerra», in *O Estado Novo das origens ao fim da autarcia 1926-1959*, *Ob. Cit.*, Vol. II, p. 10.

<sup>720</sup> Cf. Romeu Correia, *Homens e Mulheres Vinculados às Terras do Almada (nas Artes, nas Letras e nas Ciências)*, Almada, 1978, pp. 70 e 71.

<sup>721</sup> Cf. Luís Alves Milheiro, *Almada e a resistência antifascista. Contribuição para a compreensão da importância da oposição democrática no concelho de Almada no período 1926-1974*, Edição de autor, 2000, p. 90.

<sup>722</sup> Cf. José Correia Pires, *Ob. Cit.*, p. 266.

<sup>723</sup> Cf. *Terra Ruiva*, n.º 73, Novembro de 2006, p. 15, «José Correia Pires».

publicações<sup>724</sup>. Instado por Edgar Rodrigues<sup>725</sup> a responder a um inquérito com 75 quesitos, o que fez, decidiu aproveitar essas notas para fazer as suas memórias, que designou de *Memórias de um Prisioneiro do Tarrafal*, onde nos relata, além da sua rica experiência pessoal, as relações dos comunistas e dos anarquistas, e descreve minuciosamente a organização prisional nesse campo de concentração, bem como a vida trágica dos presos, muitos deles os mais notáveis resistentes ao regime ditatorial nos anos 30. Este livro é de especial interesse para os investigadores<sup>726</sup>, abordando, além dos aspectos mencionados, muitos outros sobre a clandestinidade, as prisões e a extrema violência do regime salazarista. Publicou ainda *A Revolução Social e a Sua interpretação Anarquista*<sup>727</sup>.

José Correia Pires faleceu em Almada, a 28 de Outubro de 1976<sup>728</sup>.

---

<sup>724</sup> Cf. *A Ideia*, n.º 7, Verão de 1977, p. 36, «Correia Pires».

<sup>725</sup> Cf. José Correia Pires, *Ob. Cit.*, p. 15.

<sup>726</sup> Cf. António Ventura, *Memórias da Resistência*, *Ob. Cit.*, pp. 94-97.

<sup>727</sup> Cf. José Correia Pires, *A Revolução Social e a Sua interpretação Anarquista*, Lisboa, RPA, 1975.

<sup>728</sup> AP de Aurélio Nuno Cabrita, Averbamento no Registo de Baptismo n.º 77, de José Correia Pires, Igreja Paroquial de S. Bartolomeu de Messines, de 27 de Fevereiro de 1908.

### 2.3.1.2 - José dos Reis Sequeira

José dos Reis Sequeira, filho de José dos Reis e de Lucinda Sequeira, nasceu em Silves, a 28 de Junho de 1907. Os seus estudos foram muito intermitentes. Quando tinha quatro anos, os seus pais mudaram-se para Faro. Seu pai, um corticeiro que tinha pouca sensibilidade para a educação e muita vocação para o jogo e para a taberna, pô-lo a trabalhar, aos oito anos, como servente de cordoeiro e depois como aprendiz de sapateiro<sup>729</sup>. Dois anos mais tarde, a sua família foi para Garvão. Era o pai que recebia a fêria do filho que, aos 13 anos, já ganhava e trabalhava, como um homem, na cortiça<sup>730</sup>.

Em 1920, a família regressou a Silves. A mãe e uma irmã tinham falecido em 1918, vítimas da pneumónica. Em Silves, lugar da sua “iniciação sindicalista”<sup>731</sup>, José dos Reis Sequeira, aos 14 anos, aderiu às Juventudes Sindicalistas, cujo núcleo começou a secretariar. Ciente da sua necessidade de aprendizagem, dedicou-se à leitura e ao estudo ideológico, devorando os livros, jornais e revistas das bibliotecas da Associação de Classe Corticeira e da Cooperativa “A Compensadora”. Rendera-se totalmente à aspiração da “Justiça Social”. Foi um privilegiado espectador dos incidentes de 22 de Junho de 1924<sup>732</sup>. Suas duas irmãs faziam parte do grupo de crianças que tinha sido recolhido pelos operários do Sotavento. Em Abril de 1926, José dos Reis Sequeira representou Silves no II Congresso das Juventudes Sindicalistas<sup>733</sup>. Aí conheceu os grandes líderes nacionais do movimento.

Por causa de um manifesto que o núcleo das Juventudes Sindicalistas mandara imprimir e a ligação que este facto teve com as bombas de Moncarapacho, José dos Reis Sequeira conheceu o primeiro susto policial.

Em 1928, José dos Reis Sequeira cumpriu o serviço militar em Lagos e em Lisboa, onde estava quando rebentou a “Revolta do Castelo”. Foi prestar serviço no Hospital Militar da Estrela. Aproveitava os tempos livres para reactivar os contactos com

---

<sup>729</sup> Cf. Edgar Rodrigues, *A oposição libertária em Portugal, 1939-1974*, Lisboa, Sementeira, 1982, p. 263.

<sup>730</sup> Cf. José dos Reis Sequeira, *Ob. Cit.*, p. 12.

<sup>731</sup> Idem, *Ibidem*, p. 26.

<sup>732</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 59-66.

<sup>733</sup> Cf. Emídio Santana, *Memórias de um militante anarco-sindicalista*, *Ob. Cit.*, p. 126 e José dos Reis Sequeira, *Ob. Cit.*, p. 92.

sindicalistas<sup>734</sup> que conhecera no Congresso das Juventudes Sindicalistas e em Silves. Mas, como confessou, em Lisboa nada aprendeu “em matéria de organização ou de ideias”<sup>735</sup>.

Saído da tropa em Janeiro de 1929, regressou a Silves, onde foi eleito 1º secretário da Associação de Classe Corticeira. O seu trabalho não foi fácil. Os tempos eram adversos às reivindicações operárias, havendo, inclusive, vários conflitos no seio da Federação Corticeira. Colaborou com o grupo anarquista do Barreiro “Terra e Liberdade” e no jornal dessa organização, desde o seu primeiro número<sup>736</sup>.

José dos Reis Sequeira foi a pé até à Margem Sul à procura de trabalho. Fez muitos contactos e conheceu muitas outras terras, mas acabou por regressar a Silves, donde voltou a sair em Abril de 1931, novamente devido à falta de trabalho. Passou por Ermidas e fixou-se no Barreiro, onde conseguiu trabalho. Aí envolveu-se no movimento associativista, incorporou a filarmónica local e, passado pouco tempo, ocupou um lugar na Direcção do sindicato corticeiro, tendo dirigido e orientado os movimentos grevistas locais. A 15 de Agosto de 1931, foi preso no Barreiro, devido a uma “batalha campal” que se deu entre uma multidão que contestava a procissão em honra da Senhora da Piedade. A GNR interveio e José Sequeira dos Reis foi levado para o Governo Civil de Lisboa, onde ficou até meados de Setembro de 1931. Saiu da prisão “sem trabalho e sem dinheiro”<sup>737</sup>.

Seguiu então para Vila Nova de Gaia, onde tinha contactos com o jornal *A Voz do Corticeiro*, no qual esporadicamente colaborara. Fez contactos no Sindicato dos Corticeiros de Lamas da Feira. Posteriormente, percorreu a Galiza em trabalho, ficando algum tempo em Santiago de Compostela. Voltou no Verão de 1932 ao Barreiro e, depois, à Margem Sul e ao Poço do Bispo. Foi filiado nos sindicatos corticeiros do Montijo, de Almada, do Poço do Bispo e de Vila Nova de Gaia<sup>738</sup>. Entrou para o Conselho Confederal da Federação Corticeira como delegado por Lamas da Feira. A Federação Corticeira nomeou-o e a Adriano Pimenta como seus delegados, incumbindo-os de percorrer os centros corticeiros para ouvir a classe, com vista ao congresso que a Federação pensava

---

<sup>734</sup> Contactou com António José Setúbal, silvense dirigente da secção de corticeiros de Belém e depois da do Montijo, e Isidro Cabrita, messinense.

<sup>735</sup> Cf. José dos Reis Sequeira, *Ob. Cit.*, p. 127.

<sup>736</sup> Cf. *Terra e Liberdade*, n.º 1, 1 de Agosto de 1930, p. 1, «Vida social e cooperativa pelo nivelamento dos salários» (artigo de José dos Reis Sequeira).

<sup>737</sup> Cf. José dos Reis Sequeira, *Ob. Cit.*, p. 171.

<sup>738</sup> Cf. Edgar Rodrigues, *A oposição libertária em Portugal, 1939-1974*, Lisboa, Sementeira, 1982, p. 264.

organizar<sup>739</sup>. Foi neste périplo pelos centros que José dos Reis Sequeira voltou a Silves. Correndo a notícia da chegada dos delegados da Federação à cidade e que um deles era o “Zé Sequeira”, o salão da Associação de Classe encheu-se para os ouvir.

No início do ano de 1934, José dos Reis Sequeira estava novamente sem trabalho. Voltou para Faro. Aí colaborou nos “poucos” preparativos da greve que se anunciava. Chegou a notícia que a greve falhara e “em Faro ninguém buliu”<sup>740</sup>. Dias depois viu chegar sob escolta um grupo de camaradas silvenses que tinham sido presos pelo seu envolvimento no movimento grevista.

Na nova conjuntura, o Governador Civil procurou envolver os dirigentes e os operários na formação do novo Sindicato dos Corticeiros do distrito de Faro. Na reunião com o Governador Civil, José dos Reis Sequeira mostrou publicamente o seu desacordo pela alteração dos estatutos e das funções do Sindicato. A partir daí passou à clandestinidade. Fez amizade com um núcleo de jovens estudantes progressistas de Pechão, tendo aproveitado para concluir a instrução primária aos 28 anos. Em troca do que com eles aprendera, ensinou-lhes Esperanto. Recebia literatura revolucionária e ideológica, sendo a maior parte desta enviada clandestinamente de Espanha pela FARP.

Foi preso a 4 de Outubro de 1935, em Faro, pela sua ligação a grupos anarquistas e a José Correia Pires que, entretanto, entrara clandestinamente no país. Seguiu para Lisboa e foi encarcerado no calabouço da Esquadra dos Caminhos-de-ferro, onde foi interrogado, barbaramente agredido<sup>741</sup> e sujeito a 40 dias de incomunicabilidade. Deu entrada no Forte de Peniche, a 16 de Janeiro de 1936, e foi julgado pelo Tribunal Militar Especial, a 5 de Fevereiro, sendo condenado a 20 meses de prisão. Cumpriu 34 meses. Em Peniche, fez amizade com Francisco Lyon de Castro. Aí colaborou na feitura de um pequeno jornal manuscrito. Transitou para Caxias. A 17 de Outubro do mesmo ano foi deportado para Angra do Heroísmo, no «Luanda», de onde só regressou a 8 de Agosto de 1938. No seu livro, dá-nos conta da degradação do ambiente que decorreu entre comunistas e anarquistas na prisão, devido a atritos, traições e às críticas partidárias. Regressado a Lisboa, foi

---

<sup>739</sup> Cf. José dos Reis Sequeira, *Ob. Cit.*, pp. 218-224. José dos Reis Sequeira e Adriano Pimenta visitaram e participaram em reuniões sindicais nas localidades de Grândola, Santiago do Cacém, Sines, Odemira, Silves, Portimão, Faro, Évora e Vendas Novas.

<sup>740</sup> Cf. José dos Reis Sequeira, *Ob. Cit.*, p. 245.

<sup>741</sup> *Idem, Ibidem*, pp. 272 e 273.

conduzido à sede da PIDE, onde lhe foi feita uma “prelação de aviso”. Arranjou trabalho na fábrica de um antigo patrão em Faro, mas a crise na indústria corticeira algarvia fê-lo deslocar-se de novo para a Margem Sul. Participou em várias manifestações contra o regime, em Paris, entre 1966 e 1971<sup>742</sup>.

Depois de Abril de 1974 fez parte do Centro de Estudos Libertários e colaborou na imprensa anarquista, com destaque no jornal *Voz Anarquista* de Almada. Conservou-se anarco-sindicalista toda a sua vida. Colaborou em *A Ideia*, onde criticou a acção dos políticos durante a ditadura e falou nas vãs esperanças neles depositadas, uma vez que estes sempre tinham tido “medo de armar o povo”<sup>743</sup>.

Publicou um livro de memórias, *Relembrando e Comentando (Memórias de um operário corticeiro)*<sup>744</sup>, um dos mais importantes contributos para a história do movimento anarquista nos finais da I República e no início do “Estado Novo”, bem como para a história dos anos 30 e do 18 de Janeiro de 1934 em Silves.

José dos Reis Sequeira morreu em Marinhais da Serra, Samora Correia, a 1 de Outubro de 1999.

---

<sup>742</sup> Cf. Edgar Rodrigues, *A oposição libertária em Portugal, 1939-1974*, Lisboa, Sementeira, 1982, p. 264.

<sup>743</sup> Cf. *A Ideia*, n.º 2, Novembro de 1974, p. 9, «Os trabalhadores portugueses e a República».

<sup>744</sup> Cf. José dos Reis Sequeira, *Relembrando e Comentando (Memórias de um operário corticeiro) 1914/1938*, A Regra do Jogo, 1978.

### 2.3.2 A Emergência do PCP e a Federação das Juventudes Comunistas Portuguesas

Em 1920, a Federação Maximalista Portuguesa<sup>745</sup>, a organização que antecedeu o PCP<sup>746</sup>, preparava, pouco antes da extinção, a constituição de um centro comunista em Silves<sup>747</sup>. Da sua efectiva existência e actividade nada se sabe.

Segundo José dos Reis Sequeira, 1929 foi o ano dos contactos iniciais do PCP em Silves<sup>748</sup>. Mas outras fontes indicam actividade anterior do PCP nesta cidade<sup>749</sup>. Sebastião Eugénio, silvense, dirigente da Federação Corticeira, tinha pertencido à Comissão Organizadora para a constituição do PCP, em Dezembro de 1920, assim como à sua Comissão reorganizadora, em Janeiro de 1923<sup>750</sup>. Conhecendo a importância que Sebastião Eugénio tinha no operariado silvense e na sua Associação de Classe, decerto a sua influência ideológica ter-se-á feito sentir. Por sua vez, António Neves Anacleto, então militante comunista, esteve presente no I Congresso do PCP<sup>751</sup>, realizado em 1923.

A data apontada por Sequeira coincide com a reorganização<sup>752</sup> do PCP, operada por Bento Gonçalves<sup>753</sup>, e com a instituição da Federação das Juventudes Comunistas

---

<sup>745</sup> Na linha da repercussão internacional da Revolução Russa de 1917, um entusiástico movimento de solidariedade e apoio à causa “bolchevique” desenvolvera-se em Portugal. Formaram-se vários círculos para popularizar a experiência do proletariado russo e, em 1919, fundou-se a Federação Maximalista Portuguesa (FMP) que passou a editar o semanário *Bandeira Vermelha*.

<sup>746</sup> O PCP foi fundado em 1921, sendo herdeiro da FMP. A sua actividade inicial limitou-se a Lisboa e a alguns pontos na província. Depois do I Congresso, em 1923, a malha orgânica partidária alterou a sua configuração e adquiriu maior amplitude geográfica. Em 1925-26, o PCP decaía, relativamente aos anos anteriores, em Coimbra, Ribatejo e Algarve, estagnara em Lisboa e crescera no Porto e na região de Beja. Cf. *Estudos sobre o comunismo: Ob. Cit.*, n.º 1, Setembro-Dezembro de 1983, José Pacheco Pereira, «O PCP na I República: Membros e Direcção», pp. 2-21.

<sup>747</sup> Cf. Ramiro da Costa, *Elementos Ob. Cit.*, p. 132 e António José Telo, *Decadência e queda da I República Portuguesa*, A Regra do Jogo, Lisboa, 1980, Vol. I, p. 168.

<sup>748</sup> Cf. José dos Reis Sequeira, *Ob. Cit.*, p. 74.

<sup>749</sup> José dos Reis Sequeira esteve ausente de Silves no ano de 1928, no qual se deu uma tentativa de conquista da Associação de Classe por parte dos comunistas. Em Portimão, os primeiros contactos com o PCP datam, presumivelmente, de 1925. A ligação estreita entre o operariado das duas cidades teria sido, certamente, fio condutor da nova ideologia no movimento. Em 1925-26, haveria cinco militantes no Algarve: 3 em Olhão, 1 em Portimão e 1 em Silves (António Neves Anacleto). Cf. *Estudos sobre o comunismo, Ob. Cit.*, n.º 1, Setembro-Dezembro de 1983, pp. 6 e 16.

<sup>750</sup> *Ibidem*, p. 20 e José Pacheco Pereira, «Contribuição para a História do Partido Comunista Português na I República», in *Ob. Cit.*, p. 710.

<sup>751</sup> Cf. *Estudos sobre o comunismo, Ob. Cit.*, n.º 1, Setembro-Dezembro de 1983, p. 6 e José Pacheco Pereira, «Contribuição para a História do Partido Comunista Português na I República», in *Ob. Cit.*, p. 709.

<sup>752</sup> Com a reorganização de 1929, a estrutura partidária cresceu, apesar das grandes dificuldades, tendo sido permanentemente confrontada com a influência da corrente sindicalista e anarquista no movimento operário.



Portuguesas<sup>754</sup> (FJCP). É natural que a influência comunista em Silves aumentasse após este esforço reorganizativo, o que não invalida que houvesse “sementeira” comunista anterior.

No Algarve, após a reorganização de 1929, constituíra-se um Comité Regional e organizara-se a actividade da FJCP na província<sup>755</sup>. A FJCP conseguira gradualmente agregar à sua volta as velhas “Juventudes Sindicalistas” e as “Juventudes Socialistas”<sup>756</sup>.

Segundo Manuel Peres, havia em Silves, antes de 1930, um comité do PCP formado por José Rita, José João Batista, José Mimoso, Fernando Francisco da Silva (Fernando Boi), António Correia (Palamancha), João Alves e José da Cruz (o Terruta)<sup>757</sup>. Em 1930, o Comité Local alargou-se com a entrada de José Damião, Estanislau do Carmo Ramos, João Sequeira dos Santos e Manuel Peres<sup>758</sup>. Segundo o mesmo, teriam sido controlados por Joaquim Pires Jorge<sup>759</sup>.

Em 1931, a FJCP dispunha de uma estrutura organizada em Silves. Numa reunião do Secretariado da FJCP, a 19 de Outubro de 1931, foram referidos os “trabalhos de

---

<sup>753</sup> Bento António Gonçalves, operário e sindicalista do Arsenal da Marinha com uma sólida formação marxista-leninista, filiou-se no PCP em 1928. Foi o principal impulsionador da reorganização do PCP em 1929, sendo posteriormente eleito seu Secretário-Geral. Procurou dotar o PCP de uma linha ideológica, organizativa e tática, de carácter leninista, pelo que combateu as tendências anarco-sindicalistas e a prática de actos isolados de terrorismo, bem como a adesão e apoio aos golpes militares reviraltistas. Deu início à publicação do *Avante!*, a uma estreita disciplina partidária e aos cuidados conspirativos necessários para que o aparelho partidário pudesse resistir na clandestinidade. Deu grande atenção à formação teórica dos quadros e à doutrinação dos militantes. Em 1935, participou no VII Congresso da Internacional Comunista, em Moscovo. Foi preso, após ter regressado ao país, juntamente com José de Sousa e Júlio Fogaça, os outros dois membros do Secretariado do PCP. Foi condenado pelo Tribunal Militar Especial a seis anos de prisão e deportado, primeiramente, para Angra do Heroísmo e, posteriormente, para o Campo de Concentração do Tarrafal, onde morreu de doença e por falta de tratamento adequado, a 11 de Setembro de 1942, quando o tempo de prisão já excedia a pena a que fora condenado. No campo prisional de Cabo Verde, escreveu em sacos de cimento *Duas Palavras*, sobre a história do movimento operário, e *Palavras Necessárias* sobre o PCP.

<sup>754</sup> Em Novembro de 1929, Bernard Freund integrou a reorganização de Bento Gonçalves, tendo sido um dos iniciadores da FJCP, pelo que foi o seu representante junto do Secretariado do PCP. Sobre a atribulada e trágica vida deste dirigente austríaco e sua extraordinária actividade no movimento comunista português, vide o estudo de João Arsénio Nunes, «O Camarada René e a Juventude Comunista no princípio dos anos 30», in *Uma vida em História. Estudos em homenagem a António Borges Coelho*, Lisboa, 2001, pp. 609-626.

<sup>755</sup> No Algarve, havia organização partidária e da FJCP em Portimão, Vila Real de Santo António, Faro, Tavira e Silves.

<sup>756</sup> Cf. Ramiro da Costa, *Elementos Ob. Cit.*, p. 134.

<sup>757</sup> AP de José António Correia Viola, Entrevista a Manuel Miguel Peres, *Doc. Cit.*, [Texto policopiado], Silves, 1975.

<sup>758</sup> *Ibidem*.

<sup>759</sup> Esta informação parece credível, pois, na altura, Joaquim Pires Jorge era um dos cinco funcionários clandestinos do PCP. Cf. José Pacheco Pereira, *Álvaro Cunhal, uma biografia política*, «Daniel», o Jovem Revolucionário, Temas e Debates, Maio 1999, p. 116.

organização em Silves”<sup>760</sup>. No final de 1931, mesmo quando as ligações com o Algarve se complicaram, a organização das Juventudes Comunistas silvenses continuava a progredir<sup>761</sup>.

Em 1931, em pleno ambiente de crise e agitação política, a organização comunista registou um considerável crescimento<sup>762</sup>. A este facto deverá estar ligado o ciclo de “marchas de fomes” que alastrou a todo o Algarve<sup>763</sup>.

José de Sousa<sup>764</sup>, “Raul Marques”, o influente secretário sindical, considerava que em Silves existia um bom “Grupo de Defesa Sindical”<sup>765</sup>, organismo preconizado pelo PCP para a intervenção nos meios operários.

O pequeno núcleo local comunista integrou elementos bastante jovens que se tinham, entretanto, afastado do anarco-sindicalismo, constituindo uma cada vez maior facção organizada entre os corticeiros<sup>766</sup>. Nos primeiros tempos, a organização do PCP confundia-se com a da FJCP, até porque muitos dos jovens aderentes eram corticeiros.

Um desses pioneiros, segundo Reis Sequeira, foi Fernando Francisco da Silva (Fernando Boi), um jovem escolhedor de rolhas, que começou por ser correspondente de *O Proletário*, um jornal de inspiração comunista<sup>767</sup>. Segundo Manuel Mourinho, em 1930, ano em que entrou para a FJCP, Fernando Francisco da Silva, professor da escola da Associação de Classe, era o controleiro da organização juvenil silvense<sup>768</sup>.

O Socorro Vermelho Internacional (SVI) chegava a Silves. António Matias Rocha, barbeiro silvense, era simpatizante do PCP e foi ele o promotor local do SVI<sup>769</sup>. Houve

---

<sup>760</sup> Cf. IAN-TT, PIDE/DGS, Proc. 225/SPS, unidade 4280, Bernard Freund, fl. 245, Acta da Reunião do Secretariado da FJCP, de 19 de Outubro de 1931.

<sup>761</sup> Ibidem, fls. 253-255, Acta da Reunião do Secretariado da FJCP, de 21 de Dezembro de 1931.

<sup>762</sup> Cf. João Arsénio Nunes, «O Camarada René e a Juventude Comunista no princípio dos anos 30», in *Ob. Cit.*, p. 620.

<sup>763</sup> Cf. *O 18 de Janeiro de 1934*, *Ob. Cit.*, p. 71.

<sup>764</sup> José de Sousa, operário metalúrgico, foi o Secretário-Geral das Juventudes Sindicalistas, das quais cindiu para formar as Juventudes Comunistas, em Março de 1921. Pertenceu ao Comité Central eleito, após a reorganização de 1929, promovida por Bento Gonçalves. Foi fundador da CIS e o seu principal dirigente.

<sup>765</sup> Cf. IAN-TT, PIDE/DGS, Proc. 225/SPS, UI 4280, Bernard Freund, Acta da Reunião do Secretariado da FJCP, de 21 de Dezembro de 1931, fls. 253-255.

<sup>766</sup> Ibidem, Actas das Reuniões dos Secretariados do PCP e FJCP, 1931-1932, fls. 156-165.

<sup>767</sup> Cf. José dos Reis Sequeira, *Ob. Cit.*, p. 76.

<sup>768</sup> AP de José António Correia Viola, Entrevista a Manuel Mourinho, *Doc. Cit.*, [Texto policopiado], Silves, 1975.

<sup>769</sup> Entrevista a José Gonçalves Vítor. Pouco conseguiu apurar sobre este homem. Foi preso posteriormente e teve um processo instaurado pela PIDE. Cf. IAN-TT, PIDE/DGS, Proc. 940 SR, Relatório Extraordinário do PV da PVDE de VRSA, Maio de 1939, fl. 106.

várias reuniões, umas na sua casa, outras na barbearia. Para o SVI fazia-se a quotização para auxiliar as famílias dos presos políticos. António Matias Rocha tinha uma ligação com o Barreiro, através de um ferroviário que trazia selos e levava o dinheiro angariado<sup>770</sup>. Henrique Martins foi, mais tarde, acusado de “ter contribuído com algumas importâncias para o Partido Comunista Português, (...) em 1933 ou 1934, comprando vários selos do Socorro Vermelho editados pela (...) organização subversiva”<sup>771</sup>.

A Associação dos Empregados no Comércio em Silves teve um papel muito importante na difusão do ideário comunista e no núcleo local das Juventudes Comunistas. Esta associação, vinda dos primeiros tempos da I República, já se tinha separado fisicamente<sup>772</sup>, e também ideologicamente<sup>773</sup>, da Associação de Classe Corticeira. A Associação dos Empregados no Comércio, que desenvolveu grande actividade a partir de 1926, foi permeável ao ideário comunista. Já em 1925, o jornal que a associação editara, *O Povo de Silves*, tinha vários colaboradores<sup>774</sup> que, mais tarde, se destacaram na oposição comunista. No início dos anos trinta, esta associação tinha como presidente José Gonçalves Vítor<sup>775</sup>, como secretário Mateus da Silva Gregório<sup>776</sup> e Estanislau do Carmo Ramos<sup>777</sup> como tesoureiro. O jovem Sebastião Ramos Viola Júnior<sup>778</sup> também fazia parte dos seus corpos gerentes. Em consequência da greve de 18 de Janeiro de 1934, todos eles foram detidos. Também é verdade que os mesmos integravam o núcleo da FJCP local<sup>779</sup>.

A disputa pela liderança do movimento sindical e operário silvense não foi fácil. Os operários estavam muito ligados ao modelo anarco-sindicalista, herdado e consolidado durante várias gerações. Naquele tempo a Rússia era também um modelo para os

---

<sup>770</sup> Entrevista a José Gonçalves Vítor.

<sup>771</sup> Cf. IAN-TT, PIDE/DGS, SC SR 895/49 UI 2640, José Ventura Duarte, fl. 122, Conf. n.º 132/55 do PV da PIDE de Faro ao Director da PIDE, de 19 de Fevereiro de 1955.

<sup>772</sup> Em finais dos anos 20, a Associação dos Empregados no Comércio em Silves passara do edifício da Associação de Classe Corticeira para perto do rio, para um edifício ao lado do da Central Eléctrica de Silves.

<sup>773</sup> A geração de militantes formada nos finais da I República terá sido mais receptiva ao apelo da revolução russa e do movimento comunista aí originado.

<sup>774</sup> Em *O Povo de Silves*, o editor era Carlos Romano Rodrigues, os redactores eram Francisco José d'Almeida Lança e Domingos Santos Rita, e o administrador era Ricardo Lino Correia.

<sup>775</sup> Vide adiante a biografia de José Gonçalves Vítor.

<sup>776</sup> Vide adiante a biografia de Mateus da Silva Gregório.

<sup>777</sup> Vide adiante a biografia de Estanislau do Carmo Ramos.

<sup>778</sup> Vide adiante a biografia de Sebastião dos Ramos Viola Júnior.

<sup>779</sup> Entrevista a José Gonçalves Vítor.

anarquistas, “porque personificava a revolução”<sup>780</sup>. Domingos Passarinho, o mais notável anarquista silvense, dera a seu filho o nome de “Lenine”<sup>781</sup>.

A campanha iniciada pelo PCP e pela CIS pedia aos jovens comunistas um esforço de recrutamento e organização. Os jovens deveriam convocar outros jovens operários e fazer-lhes ver “as consequências que o proletariado sofrerá se não se opuser às intenções da Ditadura a sua mais enérgica contra-ofensiva revolucionária”<sup>782</sup>, pelo que deveriam constituir “comités de fábrica” para preparar a luta, discutir os problemas, arranjar os fundos necessários, “tendo sempre em conta as precauções que a ilegalidade aconselha”<sup>783</sup>.

A partir desta altura, as organizações operárias silvenses dividiram-se pelas antigas estruturas anarco-sindicalistas e pelo núcleo comunista recém-formado. Este último era, porém, minoritário no operariado silvense.

A influência comunista cresceu e começou a manifestar-se nos locais de trabalho e nas assembleias sindicais, tornando-se a Associação de Classe o centro de intensas discussões. Em 1930, dois emissários da CIS passaram por Silves e a Associação de Classe abriu-lhes as portas para fazerem uma conferência. “Estas eram sempre franquizadas a quem quisesse dizer de sua justiça”<sup>784</sup>. Os delegados eram arsenalistas.

A sementeira comunista começou a dar frutos e a divisão entre os adeptos da CGT, anarquista, e da CIS, comunista, aprofundou-se face às propostas divergentes sobre o desemprego e a crise de trabalho. *O Proletário*<sup>785</sup>, referindo-se à assembleia sindical silvense realizada em 10 de Julho de 1930, criticava a corrente sindicalista da Associação de Classe Corticeira e suas iniciativas de combate ao desemprego.

O Governador Civil, ciente da influência comunista que já se fazia sentir no seio do operariado algarvio, ordenou aos Administradores dos Concelhos o encerramento imediato de todas as associações operárias, “onde se esboce qualquer acção de carácter

---

<sup>780</sup> Cf. José dos Reis Sequeira, *Ob. Cit.*, p. 77.

<sup>781</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>782</sup> Cf. *O 18 de Janeiro de 1934*, *Ob. Cit.*, p. 36.

<sup>783</sup> *Ibidem*, p. 37.

<sup>784</sup> Cf. José dos Reis Sequeira, *Ob. Cit.*, p. 222.

<sup>785</sup> *O Proletário*, que se editou legalmente no Porto em 1929-30, funcionava na prática como órgão partidário, ostentando a foice e o martelo no seu cabeçalho. Este jornal publicou vários artigos vindos de Silves e de Portimão. Depois de *O Proletário* foi, em 1931, *O Reduto*, jornal da Federação dos Trabalhadores de Transportes e Comunicações, que desempenhou um papel agregador da corrente sindical comunista, nomeadamente no Algarve.

comunista”<sup>786</sup>.

Em Outubro de 1931, os corticeiros de Silves reuniram-se para apreciar uma exposição sobre a crise do trabalho apresentada pela CIS. Os líderes anarquistas combateram o entrismo comunista e sua obra de divisão, uma vez que era visível que estes desejavam desviar o sindicato da CGT para a CIS<sup>787</sup>.

*O Reduto*, jornal de orientação comunista, chegava a Silves. A partir de 1931, o jornal publicou muitos artigos sobre Silves assinados por “Vladimiro”, “Kerilenko”, “Ilitch” e “Ulinov”<sup>788</sup>, o que é revelador da influência comunista no operariado silvense.

O Governador Civil dava conta da propaganda comunista que grassava no Algarve: “Nos centros industriais como Lagos, Portimão, Silves, Olhão e Vila Real, onde a acumulação de operários das fábricas, em grande parte, estando sempre com falta de trabalho, cria um ambiente próprio para essas propagandas, precisamente quando a crise de trabalho mais se acentua”<sup>789</sup>.

No final de 1931, o boletim clandestino *O Trabalho Sindical*, do PCP, publicou uma resolução da Comissão Sindical<sup>790</sup> sobre a actividade do Partido em Faro<sup>791</sup> que se destinava a orientar os militantes comunistas para a viragem nos processos de trabalho<sup>792</sup>.

Nos primeiros anos da década de trinta<sup>793</sup>, numa altura em que os contactos com as organizações regionais e locais eram deveras difíceis, o delegado do PCP e da FJCP,

---

<sup>786</sup> Cf. ADF, *Correspondência Confidencial do Governador Civil*, Livro 255 A (1930-1936), circular n.º 43, aos Administradores do Concelho, de 28 de Fevereiro de 1931.

<sup>787</sup> Cf. *O Reduto*, n.º 13, Outubro de 1931, p. 3, «Silves, uma sessão no Sindicato dos Corticeiros».

<sup>788</sup> Vide como exemplo *O Reduto*, n.º 16, Janeiro de 1932, p. 2, Silves»; n.º 17, Março de 1932, p. 4, «Silves» e n.º 20 de Julho de 1932, p. 3, «Silves».

<sup>789</sup> Cf. ADF, *Correspondência Confidencial do Governador Civil*, Livro 255A., Ofício ao Ministro do Interior, n.º 78, de 11 de Maio de 1931.

<sup>790</sup> Cf. *Estudos sobre o Comunismo*, Ob. Cit., n.º 2, 1984, p. 48, «Resolução da COMSIND sobre a actividade sindical do partido em Faro».

<sup>791</sup> O PCP, em Faro, exercia influência em facções organizadas nos Sindicatos de Trabalhadores de Terra e Mar, Corticeiros, Empregados no Comércio e na Construção Civil, «com um razoável número de membros». A resolução centrou-se num objectivo sindical revolucionário, pelo que determinou a organização imediata de Grupos de Defesa Sindical na indústria corticeira, construção civil, marítimos, empregados, vestuário e nas fábricas de moagem e de cerveja, recomendando uma atenção particular à organização das mulheres e da juventude.

<sup>792</sup> Cf. *Estudos sobre o Comunismo*, Ob. Cit., n.º 2, 1984, p. 36, «A actividade sindical do PCP no Porto, Beja e Faro em 1931 (Textos de “O Trabalho Sindical”)», Introdução e notas de Maria Goretti Matias.

<sup>793</sup> Sobre a actividade do PCP entre 1931 e 1933, veja-se João Arsénio Nunes, «Sobre alguns aspectos do Partido Comunista Português após a reorganização de 1929 (1931 – 33)», in *Análise Social*, Vol. XVII, n.º 67-68, 1981, pp. 715-731.

Francisco Paula de Oliveira<sup>794</sup>, “Pavel”, deslocou-se ao Algarve para tratar dos aspectos organizativos. O arsenalista esteve em Portimão<sup>795</sup> e em Vila Real de Santo António<sup>796</sup>. Aí organizou o PCP e as Juventudes Comunistas e constituiu um Comité Local, tendo feito uma ligação para estabelecer contacto com o PCE<sup>797</sup>. É provável que “Pavel” tenha estado em Silves<sup>798</sup>. O silvense José d’Oliveira Calvário<sup>799</sup> encontrou-se com “Pavel”<sup>800</sup>, presumivelmente em Portimão. Se Vila Real de Santo António era um ponto-chave para o PCP, devido à sua ligação com Espanha, Silves constituía, na província, um bastião do embrionário PCP e das Juventudes Comunistas.

---

<sup>794</sup> Francisco Paula de Oliveira, nascido em 1908 e conhecido pelo pseudónimo “Pavel”, era o terceiro elemento da reorganização protagonizada por Bento Gonçalves e José de Sousa. Na organização das FJCP, foi o continuador de Bernard Freund, após a prisão deste em Janeiro de 1932. Pertenceu aos Secretariados da FJCP e do PCP. Entre 1937 e 38 esteve à frente do PCP, tentando implementar a política frentista de Dimitrov, Secretário-Geral da IC, e aprovada no VII Congresso. Foi de novo preso, em 1938, em sua casa, em Lisboa, onde tinha os arquivos do PCP. Apercebendo-se da eminência da sua prisão, lançou fogo aos papéis e resistiu a tiro às investidas da Polícia e dos bombeiros, dando tempo para queimar a documentação. Foi transferido para a enfermaria do Aljube, donde fugiu a 23 de Maio de 1938, com outro comunista e um guarda-enfermeiro, que trabalhava para a PVDE, mas que militara nas Juventudes Comunistas. O seu destino foi Paris. Devido às particulares condições da sua fuga, foi considerado um “infiltrado”. Pavel foi acusado de ter denunciado à Polícia a tipografia do *Avante!*. Depois de ter ascendido ao topo do sistema comunista – representou o PCP na Internacional Comunista (IC), em Moscovo – foi julgado pela IC, expulso e proscrito em Paris, acabando por fugir para o México com o nome falso de António Rodrigues. No México, foi jornalista, escritor e professor. Voltou a Portugal em 1976 e em 1988. Faleceu em 1993.

<sup>795</sup> Cf. IAN-TT, PIDE/DGS, SC SPS 2590 UI 4350, Secção Internacional, fl. 11, «Auto de Perguntas» a José d’Oliveira Calvário Júnior, de 19 de Dezembro de 1936.

<sup>796</sup> Cf. AHM, TME, PC 93/38, João da Veiga e outros, PVDE, Secção Política e Social, Cadastro Político 5243, 1º Vol. António Mendes, fls. 195-197.

<sup>797</sup> Ibidem.

<sup>798</sup> António Estrela conheceu Pavel, conforme contou a seu filho Edmundo. Analisados os percursos biográficos de ambos, o conhecimento deverá ter sido desta altura.

<sup>799</sup> José d’Oliveira Calvário Júnior, filho de José de Oliveira Calvário e de Maria Emília Calvário, nasceu em Silves, a 29 de Abril de 1898. Foi militante comunista desde o início dos anos 30. Era um reputado guarda-livros. Na altura do 18 de Janeiro de 1934 já residia em Portimão, onde trabalhava. Deu entrada na PVDE de Lisboa, a 2 de Março de 1934, e foi julgado e condenado pelo TME, a 27 de Outubro de 1934, a 15 meses de prisão correcional. Cumpriu a pena no Forte de Peniche. Na prisão, foi descoberta a sua colaboração no clandestino *Boletim Inter-prisional, correspondência de comunistas para comunistas*, onde escreveu no n.º 9, de Abril de 1934, os artigos “9 de Abril” e “Derrocada”. Era muito conhecedor das ideias económicas marxistas. Saído da prisão a 14 de Maio de 1935, trabalhou em Olhão onde passou a residir. Em Outubro de 1936 foi novamente preso nesta cidade pelas ligações ao PCP e à implementação da FP. Foi solto em Maio de 1937, sem ter sido enviado a Tribunal. Regressou novamente a Portimão, onde foi o guarda-livros de Manuel Gaspar Patrocínio, um industrial de conservas portimonense e conhecido opositor ao regime. Colaborou na campanha de Norton de Matos em 1949. Foi novamente detido por alguns dias aquando da repressão na cerimónia de transladação dos restos mortais de Manuel Teixeira Gomes, em Portimão, a 18 de Outubro de 1950. Desconheço o seu percurso posterior.

<sup>800</sup> Cf. IAN-TT, PIDE/DGS, SC SPS 2590 UI 4350, Secção Internacional, fl. 11, «Auto de Perguntas» a José d’Oliveira Calvário Júnior, de 19 de Dezembro de 1936.

Disso sabia Bento Gonçalves!<sup>801</sup>

Anos mais tarde, Bento Gonçalves, preso no Forte de S. João Baptista em Angra do Heroísmo, pediu aos jovens camaradas aí presos que lhe apresentassem um trabalho escrito sobre as organizações partidárias nas suas localidades. Coube a António Estrela fazer o relatório sobre Silves. Apresentado o trabalho, Bento Gonçalves disse-lhe: “Está tudo mais ou menos correcto. Há todavia uma lacuna. Nada dizes acerca da bela juventude da tua terra!”<sup>802</sup>.

Em Maio de 1932, os anarquistas e os comunistas silvenses aderiram à greve contra a obrigatoriedade do desconto de 2% para o Fundo de Desemprego. A Associação de Classe encabeçou uma importante manifestação dirigida por Domingos Passarinho<sup>803</sup>.

Apesar das disputas ideológicas, as duas tendências continuaram nesse ano e no seguinte, através das suas centrais sindicais, a intervir em acções conjuntas em defesa dos interesses do operariado corticeiro. Era no entanto visível que os comunistas iam ganhando terreno...

Em 1933, Pedro Baptista da Rocha, da Direcção da FJCP, foi em périplo pelo Sul para restabelecer as ligações com Espanha, através do Algarve, e para organizar a passagem de foragidos e a entrada de literatura clandestina. Rocha teve de interromper a sua digressão e regressar a Lisboa, pois a Polícia prendera toda a Comissão Central das Juventudes quando esta se encontrava reunida na capital, a 16 de Julho de 1933<sup>804</sup>. Essa prisão originou uma grande vaga repressiva no Algarve, que desarticulou parcialmente a organização partidária e a do Socorro Vermelho Internacional, a outra face da militância comunista na região<sup>805</sup>. Estes factos deram origem ao designado “Processo do Algarve”<sup>806</sup>.

Nesta altura, mais propriamente a 28 de Abril de 1933, o silvense Manuel Joaquim Ramos<sup>807</sup>, factor de 2ª classe da CP, foi preso, acusado da distribuição “no Algarve de

---

<sup>801</sup> AP de Edmundo José da Silva Estrela, António Estrela, «Palestra à Juventude», [Texto policopiado] Silves, 18 de Janeiro de 1980.

<sup>802</sup> Ibidem.

<sup>803</sup> Cf. Manuel Francisco, *Páginas do historial cegetista*, Lisboa, Sementeira, 1983, pp. 49 e 50.

<sup>804</sup> Cf. Pedro Rocha, *Escrito com paixão*, Caminho, Lisboa, pp. 66 e 67.

<sup>805</sup> Idem, *Ibidem*, p. 74.

<sup>806</sup> Sobre os detalhes deste processo com mais duas dezenas de acusados, vide Pedro Rocha, *Ob. Cit.*, pp. 117-121.

<sup>807</sup> Vide adiante a biografia de Manuel Joaquim Ramos.

manifestos subversivos”<sup>808</sup>. O manifesto em causa era da Secção Portuguesa do Socorro Vermelho Internacional<sup>809</sup>.

A imprensa algarvia encontrava-se praticamente dominada. Embora não existisse na província “um jornal fazendo com método e entusiasmo e propaganda das ideias nacionalistas e corporativas”<sup>810</sup>, a situação da imprensa oposicionista estava controlada. O regime esperava “levar um dos mais importantes jornais de Faro, *O Algarve* ou o *Correio do Sul*”<sup>811</sup> a fazer a propaganda metódica e inteligente, que [era] preciso fazer”<sup>812</sup>.

Porém, o *Voz do Sul* continuava obstinado, revelando-se um jornal aberto às diferentes correntes ideológicas e dando espaço, como podia, à difusão de ideias novas e velhas. Nas suas páginas encontramos inúmeros artigos de fundo ideológico “comunizante” ou “igualitário”. Muitos deles passaram o crivo censório, certamente devido à ignorância dos censores. Os artigos de Aguinaldo Escalera são disso exemplo paradigmático<sup>813</sup>. O autor identificava uma geração nova que estaria a ganhar uma consciência social e política diferente da do velho republicanismo “histórico” e cujo percurso inevitável seria o marxismo e a militância comunista. No jornal silvense, Batista

---

<sup>808</sup> Cf. IAN-TT, PIDE/DGS, SPS 672, Cx. 4293, Polícia de Defesa Política e Social, Manuel Joaquim Ramos fl. 1.

<sup>809</sup> O Manifesto, de 30 de Março de 1933, intitulava-se «Contra a ditadura Fascista legalizada contra o plebiscito burla e contra os seus infames processos de luta que são o espancamento, a tortura, a perseguição, a calúnia e a mentira». Denunciava o plebiscito burla e desmentia a “Nota Oficiosa” da Polícia sobre visita do Ministro do Interior ao Aljube. Os presos do Aljube tinham escrito uma carta ao Ministro do Interior. Várias cópias da carta tinham sido enviadas a magistrados, a jornais estrangeiros e a militares. A carta tinha 11 pontos, denunciando os maus-tratos infligidos aos presos. Entre os que assinaram a carta estavam Vítor Hugo Velez Grilo e Manuel Joaquim de Sousa.

<sup>810</sup> Cf. *A Política de Informação no regime fascista*, Presidência do Concelho de Ministros, Comissão do Livro Negro sobre o Fascismo, 1980, p. 59.

<sup>811</sup> Sobre este importantíssimo periódico algarvio, fundado em Faro a 1 de Fevereiro de 1920, vide José Carlos Vilhena Mesquita, *História da Imprensa do Algarve*, Vol. I, pp. 238-246. Na sua origem, o semanário, dirigido por Bernardo dos Passos e Dias Sancho, foi declaradamente republicano. Nos primeiros tempos do “Estado Novo”, o *Correio do Sul* passou por um período de apagamento, apoiando, porém, a ditadura. O jornal voltou a destacar-se com Mário Lyster Franco que, em 1946, assumiu a Direcção. Lyster Franco, um acérrimo adepto do “Estado Novo”, nem por isso deixou de divulgar a obra dos autores e literatos algarvios, mesmo a dos oposicionistas, nomeadamente Julião Quintinha, Teixeira Gomes, Assis Esperança e Vitoriano Rosa, entre outros.

<sup>812</sup> Cf. *A Política de Informação no regime fascista*, *Ob. Cit.*, p. 59.

<sup>813</sup> Cf. *Voz do Sul*, n.º 738, 1 de Janeiro de 1933, p. 1, «Novo Ano-Ano Novo»; n.º 740, 15 de Janeiro de 1933, p. 1, «As massas operárias e a democracia»; n.º 743, 5 de Fevereiro de 1933, p. 1, «A Democracia e o Capitalismo»; n.º 752, 8 de Abril de 1933, p. 1, «Geração Nova»; n.º 760, 3 de Junho de 1933, p. 1, «Ala esquerda» e n.º 769, 5 de Agosto de 1933, p. 4, «Aguinaldo Escalera».



Lourenço assinou um artigo<sup>814</sup> em que defendeu Barbusse<sup>815</sup>. O jornal democrático também dava espaço à influência anarquista, publicando artigos de José Correia Pires<sup>816</sup>.

Segundo Fátima Patriarca, um documento comunista de finais de 1933, dirigido ao *Profintern*, indicava que “dois sindicatos de Silves – o dos «Operários da Cortiça» e o dos «Vendedores (armazéns)»<sup>817</sup>, o primeiro com «200» e o segundo com «100 aderentes» – integravam a lista dos «sindicatos não filiados na CIS»<sup>818</sup>, apesar da influência comunista neles se fazer sentir de uma maneira mais ou menos decisiva.

Ao longo de 1933, a ideia da greve geral foi-se consolidando. As diversas organizações chegaram a um entendimento formal<sup>819</sup>. A participação dos comunistas intensificou-se no final de 1933, com a exortação da CIS à greve geral que deveria “transformar-se num levantamento geral armado”<sup>820</sup>.

Os comunistas silvenses estavam muito arreigados às práticas anarquistas nas quais tinham crescido. As comunicações com a estrutura partidária do PCP eram intermitentes e havia alguma confusão nas instruções recebidas<sup>821</sup>. Os comunistas tinham os seus Comités Revolucionários em Silves, Vila Real de Santo António, Tavira, Portimão, Tunes<sup>822</sup> e

---

<sup>814</sup> Cf. *Voz do Sul*, n.º 784, 18 de Novembro de 1933, p. 1, «O sonho do herói».

<sup>815</sup> Henri Barbusse (1875-1935), Romancista francês e Herói da Grande Guerra, destacou-se, posteriormente na difusão do marxismo. Foi um dos principais suportes internacionais do movimento de defesa da paz, impulsionado pelos soviéticos.

<sup>816</sup> Cf. *Voz do Sul*, n.º 783, 11 de Novembro de 1933, p. 1, «Os Sofismas do Nacional-Sindicalismo» e n.º 782, 4 de Novembro de 1933, p. 1, «A máquina e as suas consequências».

<sup>817</sup> Creio que se referia à Associação dos Empregados no Comércio de Silves. Talvez, por lapso de tradução, esta aparece referenciada como o Sindicato dos Trabalhadores de Armazéns ou Sindicato dos Vendedores de Armazéns.

<sup>818</sup> Apud. Maria de Fátima Patriarca, *Sindicatos contra Salazar. A Revolta do 18 de Janeiro de 1934*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2000, p. 428.

<sup>819</sup> No campo organizativo, o «Comité Nacional de Frente Única» era formado por três delegados da CGT, representando o movimento sindicalista libertário, por três delegados da Federação dos Transportes, representando o movimento sindical autónomo, por três elementos da CIS, representando o movimento sindical vermelho, e por três delegados da FAO de Lisboa, representantes do movimento social-democrata. Cf. *O 18 de Janeiro de 1934, Ob. Cit.*, pp. 156 e 157.

<sup>820</sup> Cf. *O 18 de Janeiro de 1934, Ob. Cit.*, p. 173, «Circular da Comissão Central Executiva da CIS, 1 de Dezembro de 1933».

<sup>821</sup> Na Direcção do PCP esboçaram-se duas tendências. Uma, encabeçada por Bento Gonçalves, então Secretário-Geral, que considerava que o movimento não devia ir além de uma paralisação geral do trabalho, quando e onde as condições o permitissem. Outra, defendida por José de Sousa, um dos membros do Secretariado, que pretendia que se utilizassem as paralisações do trabalho apenas como parte do acto insurreccional. Esta última tendência correspondia ao que os anarco-sindicalistas da CGT defendiam.

<sup>822</sup> Segundo José Gonçalves Vítor, a célula do PCP de Tunes era composta por 4 ou 5 elementos.

Castro Marim<sup>823</sup>, paralelamente aos comités anarco-sindicalistas. Alinharam activamente na preparação e no desencadeamento das acções planeadas, nomeadamente no fabrico de bombas para atacar os pontos estratégicos e na implementação dos planos da greve. António Estrela era o homem de maior influência no PCP de Silves e o principal interlocutor dos comunistas silvenses nas ligações ao Barreiro<sup>824</sup> e ao Comité Revolucionário do Barlavento algarvio. Em Messines, os comunistas tiveram grandes dificuldades em penetrar, representando esta localidade “um dos últimos redutos da CGT”<sup>825</sup>.

A acreditar nas autoridades, participaram na organização da “Greve Geral Revolucionária”, sob a liderança de António Estrela, os corticeiros Abatino da Luz Rocha, António Teodoro, Joaquim dos Santos Caetano<sup>826</sup>, José Gonçalves Rita, Miguel Martins Júnior (o Chucha), José da Cruz, Abílio Correia dos Reis, o serralheiro civil Flamiano Jorge Gregório, o servente de pedreiro Manuel Simão Júnior e o empregado do comércio José Gonçalves Vítor<sup>827</sup>. Todos militantes ou simpatizantes comunistas, a maioria muito jovens.

---

<sup>823</sup> Cf. IAN-TT, PIDE/DGS, *Silves e Algarve*, Proc. 940-SR, UI 2337, «Relatório extraordinário do PV da PVDE de VRSA», Maio 1939, fls. 106, 111 e 114.

<sup>824</sup> Entrevista a José Gonçalves Vítor. Segundo José Gonçalves Vítor, António Estrela mantinha contactos com um ferroviário do Barreiro, que vinha a Silves fazer a ligação do comité comunista silvense ao Barreiro.

<sup>825</sup> Cf. Edgar Rodrigues, *A oposição libertária em Portugal, 1939-1974*, Lisboa, Sementeira, 1982, p. 259.

<sup>826</sup> Joaquim dos Santos Caetano, filho de Augusto Caetano e de Felisberta dos Santos Henriques, nasceu em Silves, a 9 de Abril de 1909. Foi corticeiro e empregado de balcão. Sendo elemento do PCP, colaborou activamente na preparação da greve de 18 de Janeiro de 1934. Foi preso a 21 de Fevereiro de 1934, vindo do Comando da Polícia de Faro, acusado de fazer propaganda de ideias subversivas por meio de reuniões de uma célula comunista em Silves e do fabrico de bombas e explosivos. Condenado pelo TME a 11 anos de degredo e prisão, a 8 de Setembro de 1934, seguiu para Angra do Heroísmo, de onde regressou a 25 de Junho de 1943, tendo recolhido ao depósito de presos de Peniche. Nesta prisão, a 20 de Setembro de 1946, participou numa fuga que não teve êxito. Libertado em 1946, partiu, pouco tempo depois, para Marrocos, fixando residência em Rabat. Foi militante da FPLN, com sede em Argel, aonde se deslocou algumas vezes, tendo contactado com elementos dos Movimentos de Libertação das colónias, designadamente do PAIGC. Em Marrocos contactou com vários oposicionistas, nomeadamente com o Eng. Lopes Cardoso e com o General Humberto Delgado. Em 1970, após a abertura marcelista, regressou definitivamente a Portugal. Trabalhou em sociedade com António Estrela, por quem nutria grande amizade e camaradagem por terem sido companheiros de profissão e na prisão, sendo sócios no “Caixão-à-Cova” e no estabelecimento no Mercado Municipal de Silves. Em 1971, terá tido contactos com Augusto Lindolfo, membro do Comité Central do PCP, que viera a Silves para reorganizar o Partido. Joaquim dos Santos Caetano foi novamente preso, a 2 de Março de 1973, por actividades contra a segurança do Estado, tendo recolhido à cadeia de Caxias, onde foi sujeito a violentos interrogatórios e à tortura do sono. Os agentes da PIDE/DGS insistiam na sua ligação à ARA. Bastante combalido, foi libertado dois meses depois, a 12 de Maio de 1973. Joaquim dos Santos Caetano faleceu em Silves, presumivelmente, em 1978.

<sup>827</sup> Cf. IAN-TT, PIDE/DGS, Processo Colectivo, Proc. 1055/F, NT 4305, António Teodoro e outros.

A dificuldade nos contactos entre os comunistas de Lisboa e de Silves terá levado a que estes fossem feitos via Portimão. O silvense José d'Oliveira Calvário Júnior, empregado de escritório, membro do Comité Revolucionário de Portimão e reorganizador do Socorro Vermelho naquela cidade, estaria “em ligação directa com os organismos comunistas de Lisboa”, transmitindo as “ordens e instruções para o Comité de Silves”<sup>828</sup>. Se a presença em Silves de dirigentes da CIS de Lisboa, na fase preparatória do movimento, está sujeita a caução, o contacto com Retílio Nunes Bastos<sup>829</sup>, “agente de ligação que aqui no Algarve usava o pseudónimo de Raul Santos e que propositadamente aqui veio organizar o movimento que pouco depois rebentou na Marinha Grande”<sup>830</sup>, era feito por José d' Oliveira Calvário Júnior, que com ele se reuniu.

O comité clandestino de acção regional reuniu em Portimão com Mário Castelhana e preparou a greve com elementos comunistas e anarquistas de Portimão, Silves, Monchique, Lagos e Messines<sup>831</sup>. A reunião preparatória do 18 de Janeiro teve lugar na Praia da Rocha, com José Negrão Büisel. O Comité Local da greve em Portimão recebeu ordens em cifra para a greve quarenta e oito horas antes e, por isso, na noite de 17 tiveram a última reunião preparatória<sup>832</sup>.

A falta de contactos com a Direcção do PCP levou a que, no Algarve, nomeadamente em Vila Real de Santo António<sup>833</sup>, muitos comunistas estabelecessem ligações com os anarco-sindicalistas e com eles cooperassem de acordo com as instruções recebidas, isto é, com as orientações da CGT<sup>834</sup>. Por isso,

---

<sup>828</sup> Cf. IAN-TT, PIDE/DGS, Processo Colectivo, Proc. 1055-G/SPS, José Calvário Júnior e outros, Relatório do Comandante da PSP de Faro, de 1 de Março de 1934.

<sup>829</sup> Retílio Nunes Bastos, empregado comercial, dirigente da CIS, homem próximo de Álvaro Gonçalves e de José de Sousa, foi para o Algarve encarregado de organizar a greve de 18 de Janeiro de 1934. Apesar de Nunes Bastos negar perante a PIDE a sua presença no Algarve, esta prova-se pela multiplicidade de testemunhos nos autos de declarações que referem a sua presença em vários encontros.

<sup>830</sup> Cf. IAN-TT, PIDE/DGS, SC SPS 2590 UI 4350, fl. 11, «Auto de Perguntas» a Joaquim Carlos Nobre Júnior, de 19 de Dezembro de 1936.

<sup>831</sup> Cf. Correia Pires, *Ob. Cit.*, p. 58.

<sup>832</sup> Cf. AAVV (depoimento colectivo), *O 18 de Janeiro de 1934 e alguns antecedentes*, A Regra do Jogo, 1978, p. 129.

<sup>833</sup> AP de José Rodrigues Vitoriano, «Depoimento de João Rodrigues sobre o 18 de Janeiro de 1934 no Sotavento», Vila Real de Santo António, [s.d.]

<sup>834</sup> O Conselho Confederal da CGT, em meados de 1933, era constituído, entre outros, pelos anarquistas Mário Castelhana, o Presidente, Acácio Tomaz de Aquino, da Federação da Construção Civil, Manuel Henriques Rijo, do Sindicato dos Manipuladores de Pão de Lisboa, José Francisco, do Sindicato Único dos Fogueiros de Mar e Terra, Adriano Pimenta, da Federação Corticeira, e Adalberto da Conceição Dias, do Sindicato da Construção Civil de Lisboa. O Secretariado Confederal era composto por Mário Castelhana,

“(…) havia a ideia que no nosso espírito se formara, em face de todas as informações que tínhamos, era de que iríamos para um acto insurreccional que se estenderia a todo o país, sobre a base de largas paralisações de trabalho e de acções com vista a atacar ou isolar as forças armadas fiéis ao governo. (...) Dizia-se também que acção da classe operária se faria concertada com uma acção reviralhista, isto é, uma acção militar da oposição ao governo”<sup>835</sup>.

Os comunistas silvenses reuniram-se várias vezes no Pinheiro e Garrado<sup>836</sup>, em preparação da greve geral de forma “pacífica”, como preconizava a linha oficial do PCP afecta a Bento Gonçalves<sup>837</sup>, admitindo, porém, o derrube dos postos telegráficos e telefónicos e o assalto à sede da Associação Corticeira.

No entanto, estando imbuídos das concepções de luta anarquistas, nos preparativos apareceram a dinamite e os explosivos, “para o que fosse preciso”<sup>838</sup>. Assim, os comunistas cumpriam a promessa feita pelo operariado silvense em 1924 e, por isso, não foram para a rua só com lenços nas algibeiras. Para tal, fizeram bombas de rastilho. António Teodoro e Manuel Simão Júnior deslocaram-se a Monchique, onde adquiriram um quilo de dinamite no estabelecimento de António Loulé, dizendo que esta se destinava à pesca de peixe<sup>839</sup>. O fabrico dos tubos de ferro ficou a cargo de Flamiano Jorge Gregório, um serralheiro civil, que os fabricou na oficina da fábrica de Abílio Brás Machado<sup>840</sup>. Abatino da Luz Rocha e Joaquim dos Santos Caetano carregaram os tubos com dinamite, procedendo ao fabrico das bombas. Ao primeiro coube também a guarda das bombas até ao dia da eclosão do movimento<sup>841</sup>.

---

José Francisco e Manuel Henriques Rijo.

<sup>835</sup> AP de José Rodrigues Vitoriano, «Depoimento de João Rodrigues sobre o 18 de Janeiro de 1934 no Sotavento», Vila Real de Santo António, [s.d.]

<sup>836</sup> Cf. João D’ Alvor, *Ob. Cit.*, p. 6.

<sup>837</sup> Cf. Bento Gonçalves, «Duas Palavras», in *Os Comunistas*, Edições A Opinião, Porto, 1976, p. 139.

<sup>838</sup> Entrevista a José Gonçalves Vítor.

<sup>839</sup> Cf. IAN-TT, PIDE/DGS, Processo Colectivo, Proc. 1055/F, NT 4305, António Teodoro e outros, fls. 18-23, TME, «Cópia da acusação e condenação», de 14 de Maio de 1934.

<sup>840</sup> Entrevista a Joaquim do Nascimento Ventura.

<sup>841</sup> Cf. IAN-TT, PIDE/DGS, Processo Colectivo, Proc. 1055/F, NT 4305, António Teodoro e outros, fls. 18-23, TME, «Cópia da acusação e condenação», de 14 de Maio de 1934.

Apesar das convergências possíveis, em Silves, as duas tendências reuniram-se separadamente e, quer de um lado quer do outro, resolveram que no dia da greve ninguém trabalharia<sup>842</sup>.

Tudo indica que os comunistas receberam a confirmação do dia da greve no dia 16, através das ligações a Portimão<sup>843</sup>.

Na noite de 17 para 18 de Janeiro, os comunistas fizeram a última reunião perto da estação dos caminhos-de-ferro de Silves, debaixo de umas alfarrobeiras. Entre outros, estiveram presentes Aníbal Duarte e José Sequeira, “gente ligada aos ferroviários”<sup>844</sup>. Aí ficaram a aguardar novidades.

António Estrela, o organizador e condutor comunista desta greve, deslocara-se a Portimão para saber notícias do andamento da acção revolucionária. Contou ele:

“Vim no dia (...) [17] à noite e aqui permaneci para além da meia-noite, logo até 18 de Janeiro de 34. (...) Assim a minha presença, em Portimão destinava-se a colher informações, se sim, se não, o movimento eclodiria na data prefixada, isto é, no dia 18 de Janeiro de 1934. Esperei muito, 4 – 5 horas, enquanto os meus camaradas reuniam em Silves e esperavam pelo meu regresso. (...) As instruções chegaram finalmente, mas foram muito lacónicas: “camarada, vai para Silves e façam o que estiver nas vossas possibilidades”<sup>845</sup>.

António Estrela quis saber se a greve era geral e se os ferroviários iriam aderir. Foi-lhe dito que a greve era geral e que os ferroviários iriam aderir, mas que se, por qualquer motivo, o comboio viesse para baixo, não voltaria para cima. “Foi com essas instruções que fui para Silves”<sup>846</sup>.

Nunca António Estrela imaginou que o dia seguinte, o dia 18 de Janeiro de 1934, iria marcar definitivamente a história da cidade e a sua vida...

---

<sup>842</sup> AP de Edmundo José da Silva Estrela, «Discurso de António Estrela no 42º aniversário do 18 de Janeiro de 1934», Silves, 18 de Janeiro de 1976.

<sup>843</sup> Cf. AAVV (depoimento colectivo), *O 18 de Janeiro de 1934 e alguns antecedentes*, A Regra do Jogo, Lisboa, 1978, p. 129, carta de Angra do Heroísmo de Virgílio Barroso.

<sup>844</sup> Entrevista a José Gonçalves Vítor. Vítor esteve nessa reunião no início da noite. Alguns dos participantes ficaram aí até de manhã, primeiramente a aguardar as notícias de António Estrela e depois a ver se o comboio chegava ou não.

<sup>845</sup> AP de Edmundo José da Silva Estrela, «Discurso de António Estrela no 43º aniversário do 18 de Janeiro de 1934», [Texto policopiado], Portimão, 18 de Janeiro de 1977.

<sup>846</sup> Ibidem.

### 2.3.2.1 - Sebastião dos Ramos Viola Júnior

Sebastião dos Ramos Viola Júnior, filho de Sebastião Ramos Viola e de Aldegundes Conceição Viola, nasceu em Silves, a 12 de Janeiro de 1915. Cresceu numa família remediada, pois o seu progenitor tinha um fabrico de cortiça que se foi transformando numa próspera unidade fabril. Fez a instrução primária e concluiu o curso comercial em Silves. Foi um entusiasta organizador das “Juventudes Comunistas” na cidade. Fez parte da Associação dos Empregados no Comércio de Silves. Foi preso, juntamente com Mateus da Silva Gregório e Estanislau do Carmo Ramos, da mesma associação, no seguimento da greve de 18 de Janeiro de 1934. Por serem muito jovens e por José Gonçalves Vítor, presidente da Associação dos Empregados no Comércio de Silves, ter assumido a responsabilidade pelo encerramento da Associação no dia da greve, foram soltos.

Apesar de ter escapado à PVDE, a sua actividade e a de outros não passara despercebida ao Administrador do Concelho de Silves, Salvador Gomes Vilarinho, “que queria ver a cidade limpa de comunistas”<sup>847</sup>. Por isso, “foi expulso de Silves pelo Administrador do Concelho e mais dez indivíduos da mesma localidade, acusados (...) de terem actividade política”<sup>848</sup>.

Quando saiu de Silves, Sebastião Viola foi para o Barreiro. Tinha 19 anos. A sua ida para aí ligava-se aos contactos que já tinha com o PCP. Foi escolhido entre os mais promissores jovens quadros<sup>849</sup> do Partido para ir para Moscovo para frequentar a Escola Lenine<sup>850</sup>.

---

<sup>847</sup> Entrevista a José Rodrigues Vitoriano.

<sup>848</sup> Cf. IAN-TT, PIDE/DGS, PC 668/39, UI 4572, Sebastião dos Ramos Viola Júnior, fl. 5, «Auto de Perguntas» a Sebastião dos Ramos Viola Júnior, de 17 de Julho de 1939.

<sup>849</sup> O primeiro estudante português em Moscovo foi Fernando Quirino. Seguiram-se José de Sousa, Manuel Alpedrinha, Armando de Magalhães, José Gregório, Francisco Miguel, António Bugio, Sebastião Viola, Manuel Domingues e Catarina Loff.

<sup>850</sup> A Escola Lenine de Moscovo foi o principal estabelecimento educacional da Internacional Comunista (IC) e exerceu uma função essencial na «bolchevização» dos partidos comunistas. Tinha como objectivo formar quadros de modo a uniformizar e subordinar os vários movimentos comunistas nacionais à direcção soviética. O regime era de internato e os estudantes recebiam uma bolsa. Os primeiros estudantes portugueses chegaram em 1932. Ficavam alojados na Rua Gogol, em pleno centro de Moscovo, e mais tarde passaram para perto do Parque Gorki. Todos os alunos tinham pseudónimo e documentação de identificação falsa. Os cursos incluíam o estudo da economia marxista, da história do movimento operário, da história do partido bolchevique, dos fundamentos da IC, dos métodos de organização, de «agit-prop», de trabalho sindical e de

Sebastião Viola partiu para Paris e daí para Moscovo, onde chegou a 10 de Maio de 1935<sup>851</sup>. Em Moscovo passou a chamar-se “Balo Cristo”. Deverá ter conhecido Pavel que, nessa altura, aí residia, bem como Álvaro Cunhal, então Secretário-Geral das Federações das Juventudes Comunistas Portuguesas (FJCP), que a Moscovo se deslocara para o congresso da Internacional Juvenil Comunista (IJC), em Setembro de 1935.

Na escola, os estudantes eram severamente controlados do ponto de vista ideológico e comportamental, pelo que surgiram alguns conflitos entre os estudantes portugueses<sup>852</sup>. O contacto de Sebastião Viola com a sua família era feito por correspondência para uma morada em Paris<sup>853</sup>.

A PVDE conseguira algumas informações sobre o seu paradeiro: “Sebastião Viola encontra-se na Rússia, há dois anos, para onde foi enviado pelos dirigentes comunistas em Silves, a fim de se formar em comunismo. Segundo se diz, espera-se que dentro de pouco tempo regresse ao país”<sup>854</sup>.

No final de 1936, a Internacional Comunista iniciou o envio dos estudantes portugueses para Portugal de modo a integrá-los no trabalho interno do Partido. No seu regresso, em meados de 1938, juntamente com Pedro Soares, Sebastião Viola passou por Paris e embarcou no Havre com destino a Lisboa, aí ficando em lugar pré-determinado pelo PCP. Tornara-se um clandestino profissionalizado. Chamava-se então “Cristóvão”<sup>855</sup>.

Dos estudantes portugueses na URSS, Viola foi o último a ser preso. Este “elemento comunista militante”<sup>856</sup>, a 27 de Maio de 1939, recolheu à cadeia do Aljube. A 25 de Julho de 1939, foi transferido para o Depósito de Presos de Caxias<sup>857</sup>. As circunstâncias em que a sua prisão ocorrera eram gravosas. Tinha-lhe sido apreendida uma grande quantidade de material de propaganda “subversiva” pertencente à organização das

---

movimentos de massas. Havia ainda uma componente prática, na qual os alunos aprendiam técnicas de insurreição, de actuação clandestina, de manifestações e de guerrilha. Tinham ainda treino militar com armas.

<sup>851</sup> Cf. José Pacheco Pereira, *Álvaro Cunhal, uma biografia política*, Ob. Cit., Vol. I, p. 132.

<sup>852</sup> Idem, *Ibidem*, pp. 134 e 135.

<sup>853</sup> IAN-TT, PIDE/DGS, PC 668/39, UI 4572, Sebastião dos Ramos Viola Júnior, fl. 3, «Auto de declarações» de João Guerreiro Viola, de 3 de Junho de 1939.

<sup>854</sup> Cf. IAN-TT, PIDE/DGS, Proc. 940 SS, Relatório do PV da PVDE de VRSA, 12 de Abril de 1937, fl. 40.

<sup>855</sup> Cf. José Pacheco Pereira, *Álvaro Cunhal, uma biografia política*, Ob. Cit., Vol. I, p. 469.

<sup>856</sup> Cf. *Presos Políticos no Regime Fascista*, Ob. Cit., Vol. II, 1936/1939, «Biografia prisional», Sebastião dos Ramos Viola Júnior, p. 376.

<sup>857</sup> *Ibidem*.

Juventudes Comunistas Portuguesas<sup>858</sup>. Com ele, foram também presos Mário Hipólito Mesquita<sup>859</sup> e Francisco Domingos, “o Marreco”<sup>860</sup>.

A acusação que lhe foi feita revela o trabalho de investigação da PVDE: Sebastião Viola “faz parte de um núcleo de extremistas que estavam exilados em França e que ultimamente se tem internado em Portugal, a fim de reorganizarem todos os escalões da organização extremista”<sup>861</sup>.

A PVDE sabia das actividades subversivas por ele desenvolvidas “dentro daquele organismo clandestino [FJCP]”, o que, anos antes, tinha levado as autoridades administrativas de Silves a expulsá-lo do concelho<sup>862</sup>. A Polícia política sabia mais, muito mais...

Nos interrogatórios, Sebastião Viola negou todas as acusações que lhe eram feitas. Afirmou nunca ter saído de Lisboa e negou ter estado na Guerra Civil de Espanha e em França. Confrontado com as declarações de seu irmão, que a PVDE interrogara, afirmou que não lhe escrevia de Paris e que esse tinha sido um estratagema que usara, através de uma morada de lá, para pensarem que estava fora. Explicou ainda que assim fizera, “não porque estivesse fugido à polícia”<sup>863</sup>, mas porque tinha faltado à inspecção militar e porque estava em situação de refractário.

Relativamente à mala e ao material da FJCP que lhe tinha sido apreendido, desculpou-se dizendo que este lhe fora “dado a guardar por um tal Artur” com quem às vezes passeava no Parque Eduardo VII, desconhecendo o seu nome completo e onde morava<sup>864</sup>. Na presença de Francisco Domingos e de Mário Hipólito Mesquita, Sebastião Viola afirmou peremptoriamente “que nunca viu qualquer deles”<sup>865</sup>. Eles também negaram

---

<sup>858</sup> *Ibidem*.

<sup>859</sup> Mário Hipólito Mesquita, litógrafo, era membro da FJCP desde o início dos anos 30. Em Dezembro de 1935, pertencia ao Comité Central das FJCP. Em 1946 foi delegado ao IV Congresso do PCP na Lousã. Em 1951, aquando da sua prisão, prestou um extenso depoimento, com 100 páginas, onde denunciou a actividade de muitos seus camaradas.

<sup>860</sup> Cf. IAN-TT, PIDE/DGS, PC 668/39, UI 4572, Sebastião dos Ramos Viola Júnior, Francisco Domingos “o Marreco” e Mário Hipólito Mesquita.

<sup>861</sup> Cf. *Presos Políticos no Regime Fascista, Ob. Cit.*, Vol. II, 1936/1939, «Biografia prisional», Sebastião dos Ramos Viola Júnior, p. 376.

<sup>862</sup> *Ibidem*.

<sup>863</sup> Cf. IAN-TT, PIDE/DGS, PC 668/39, UI 4572, Sebastião dos Ramos Viola Júnior, fl. 5, «Auto de Perguntas» a Sebastião dos Ramos Viola Júnior, de 17 de Julho de 1939.

<sup>864</sup> *Ibidem*, fl. 6, «Auto de Perguntas» a Sebastião dos Ramos Viola Júnior, de 17 de Julho de 1939.

<sup>865</sup> *Ibidem*, fl. 7, «Auto de Perguntas» a Sebastião dos Ramos Viola Júnior, de 17 de Julho de 1939.



conhecê-lo<sup>866</sup>. Reafirmou que não tinha estado em Paris e que nem lhe interessavam as Juventudes Comunistas<sup>867</sup>. Terminou dizendo que estava desempregado e “que se mantinha com o dinheiro que de quando em quando era enviado pelo seu irmão”<sup>868</sup>.

Mas a PVDE não se deixou enganar pela firmeza das suas declarações:

“Sebastião Ramos Viola, é, sem dúvida, um militante comunista, mas procurou encobrir-se com toda a casta de evasivas. De maneira que ocultou a sua verdadeira actividade dentro da organização das Juventudes Comunistas portuguesas. (...) Negou todas as acusações, mesmo perante as declarações do irmão, e descaradamente afirmou que esse material lhe tinha sido dado a guardar”<sup>869</sup>.

A postura de Sebastião Viola na PVDE foi heróica. Dele, a Polícia política nada conseguiu saber. A única verdade contida no auto de declarações que prestou era a da sua situação de refractário, resultante de, em Maio de 1936, não se ter apresentado ao Regimento de Infantaria 15 em Lagos”<sup>870</sup>.

A PVDE propôs que Sebastião Viola fosse “enviado a Tribunal Militar Especial como detentor de propaganda subversiva, independentemente de ser entregue às autoridades militares em virtude de ser refractário”<sup>871</sup> e aconselhou a libertação dos outros dois arguidos. A Polícia política considerou que os seus meios de defesa não tinham sido “aceitáveis”<sup>872</sup>.

E assim, Sebastião Viola foi novamente transferido para a cadeia do Aljube a 11 de Setembro de 1939 e, dois meses mais tarde, a 19 de Novembro de 1939, embarcou para a Colónia Penal de Cabo Verde<sup>873</sup> sem ter sido julgado, apesar de pender contra ele um processo no TME. Viola esteve 75 meses preso preventivamente, “aguardando um julgamento”<sup>874</sup> que nunca se realizou.

No Tarrafal, Sebastião Viola fez parte do grupo de Bento Gonçalves. O seu nome integrou a lista dos responsáveis comunistas do Tarrafal, enviada à IC por Júlio Fogaça em

---

<sup>866</sup> *Ibidem*, fl. 24, Relatório de 22 de Julho de 1939.

<sup>867</sup> *Ibidem*, fl. 5, «Auto de Perguntas» a Sebastião dos Ramos Viola Júnior, de 17 de Julho de 1939.

<sup>868</sup> *Ibidem*, fl. 7, «Auto de Perguntas» a Sebastião dos Ramos Viola Júnior, de 17 de Julho de 1939.

<sup>869</sup> *Ibidem*, fl. 23, Relatório de 22 de Julho de 1939.

<sup>870</sup> *Ibidem*, fl. 20, Doc. do Distrito de Mobilização e Recrutamento n.º 15 de Lagos ao Director da PIDE, de 20 de Julho de 1939.

<sup>871</sup> *Ibidem*, fl. 24, Relatório de 22 de Julho de 1939.

<sup>872</sup> *Ibidem*.

<sup>873</sup> Cf. IAN-TT, PIDE/DGS, RGP 1333, Sebastião dos Ramos Viola Júnior, «Biografia prisional».

<sup>874</sup> Cf. Cândido de Oliveira, *Tarrafal o pântano de morte*, *Ob. Cit.*, p. 30.

1941, de modo a credibilizar a acção da “reorganização” do PCP, no início dos anos 40, aos olhos da Internacional Comunista<sup>875</sup>.

Sebastião Viola passou 23 dias na «Frigideira»<sup>876</sup>. A sua família requereu várias vezes ao Ministério do Interior autorização para “ir [a Cabo Verde] com o advogado, pagando a família todas as despesas”<sup>877</sup>, uma vez que ainda não se realizara o julgamento. A sua família tentava proporcionar-lhe o conforto possível. Em 1945, foi o primeiro dos amnistiados a chegar à Metrópole. A família pagou-lhe o bilhete de regresso e ele não teve, como muitos outros, de ficar no Campo até chegar o transporte oficial para os presos. Regressou do Tarrafal a 13 de Novembro de 1945<sup>878</sup> e voltou para Silves.

Seguidamente foi para Lisboa, onde se empregou num escritório. A 16 de Março de 1947, casou-se com Teresa Ricardo Infante, tendo ficado a residir em Lisboa. Por sua casa, passaram muitos camaradas, uns que ficaram aí escondidos, outros alojados, nomeadamente João Sequeira Santos<sup>879</sup>, Joaquim do Nascimento Ventura<sup>880</sup> e Diamantina Alves Vicente<sup>881</sup>, a mulher de José Vitoriano. Uma “informação sobre a actividade dos portugueses que estiveram na URSS”<sup>882</sup> indicava que Viola mantinha boas relações com o PCP.

Em Lisboa Viola continuou, durante alguns anos, a actividade política no PCP, estando ligado a Augusto Costa Valdez<sup>883</sup>. A PIDE seguia os seus movimentos. Sabia-o

---

<sup>875</sup> Cf. José Pacheco Pereira, *Álvaro Cunhal, uma biografia política*, «Duarte, o Dirigente Clandestino», Vol. II, Temas e Debates, Maio 2001, p. 37.

<sup>876</sup> Cf. Cândido de Oliveira, *Ob. Cit.*, p. 150.

<sup>877</sup> Cf. IAN-TT, PIDE/DGS, PC 668/39, UI 4572, Sebastião dos Ramos Viola Júnior.

<sup>878</sup> Por ter sido abrangido pelo decreto de amnistia n.º 35041.

<sup>879</sup> Vide adiante a biografia de João Sequeira Santos.

<sup>880</sup> Vide adiante a biografia de Joaquim do Nascimento Ventura.

<sup>881</sup> Vide adiante a biografia de Diamantina Alves Vicente.

<sup>882</sup> Cf. José Pacheco Pereira, *Álvaro Cunhal, uma biografia política*, *Ob. Cit.*, Vol. II, p. 770.

<sup>883</sup> Augusto da Costa Valdez, filho de Francisco Valdez e de Filomena do Carmo Costa, nasceu a 1 de Fevereiro de 1914, em Almada. A sua profissão era a de correspondente comercial. Foi um elemento fundamental do PCP no final dos anos 30. A sua responsabilidade esteve ligada à montagem de tipografias clandestinas. Montou várias tipografias, nomeadamente em Algés, Lisboa e Caldas da Rainha. Em Janeiro de 1938, quando “caiu” a tipografia de Lisboa na Rua Sacadura Cabral, Augusto Valdez foi preso. Conseguiu evadir-se do Forte de Caxias com Francisco Miguel, a 18 de Março de 1939. Refugiou-se na casa de Manuel Campos Lima em Lisboa. Seguidamente, montou uma nova tipografia clandestina em Algés com Luísa e Aida Paulo, a qual viria a “cair” nas mãos da Polícia a 28 de Julho de 1939. Tendo, entretanto, sido preso, Valdez embarcou rumo ao Tarrafal em Junho de 1939. Aí terá conhecido Sebastião Viola. Regressado do Tarrafal, a 23 de Janeiro de 1946, voltou à acção política. Foi preso novamente em 1959. Desconheço o seu percurso posterior.

ligado a Valdez<sup>884</sup> e à Cooperativa dos Trabalhadores de Portugal<sup>885</sup>, instituição que funcionava como ponto de apoio a presos políticos e a foragidos.

No entanto, a sua saúde mostrava já os efeitos dos maus-tratos recebidos no Tarrafal. Gradualmente, por muita insistência da mulher, foi-se desligando das actividades clandestinas<sup>886</sup>, evitando os contactos partidários. O PCP não deixou de notar o seu afastamento e, de imediato, preveniu os seus membros contra qualquer contacto com Viola e outros antigos militantes, uma vez que havia muito “que nada (...) [tinham] em comum com o partido do proletariado”<sup>887</sup>.

Em 1952, por morte de seu irmão, João Viola, industrial de cortiça, Sebastião Viola regressou a Silves, onde ficou a trabalhar até 1962, gerindo a unidade fabril da família.

Sebastião Viola apoiou as reivindicações do operariado silvense<sup>888</sup>, em 1955, reforçando as diligências das comissões de trabalhadores junto do sindicato.

“Entre os representantes das firmas que estiveram presentes nas reuniões efectuadas nesta cidade de Faro, (...) mereceu especial reparo a forma como o nacional Sebastião Ramos Viola, sócio-gerente da firma “João Guerreiro Viola Viúva & Filho”, se interessou pelo aumento de salários para os operários corticeiros”<sup>889</sup>.

Apesar disso, Sebastião Viola mantinha um grande cuidado nos seus contactos e parecia que evitava “tanto quanto possível de se manifestar pró ou contra o (...) regime político”<sup>890</sup>.

A PIDE não o perdia de vista, pois apesar de Viola se ter afastado da actividade política, a Polícia não confiava nele e sabia de todos os seus passos e encontros<sup>891</sup>: “É tido como possuidor de ideias comunistas e esteve já, por esse motivo, preso no Tarrafal, tendo, no entanto, se mostrado reservado em suas atitudes e mantido certo isolamento, ao que

---

<sup>884</sup> Sobre Augusto Costa Valdez, vide IAN-TT, PIDE/DGS SC SR 5415 e Proc. 1676/39.

<sup>885</sup> Cf. IAN-TT, PIDE/DGS, SR 5415 UI 2418, Sebastião dos Ramos Viola Júnior, fl. 21, Extracto de jornal *República* de 15 de Junho de 1956.

<sup>886</sup> Entrevista a Teresa Ricardo Infante.

<sup>887</sup> Cf. *Avante!*, VI Série, n.º 152, Outubro de 1950, p. 2, «Esclarecimento».

<sup>888</sup> Cf. IAN-TT, PIDE/DGS, SR 5415 UI 2418, Sebastião dos Ramos Viola Júnior, fl. 57, Inf. do Subdirector da PIDE, de 17 de Novembro de 1955.

<sup>889</sup> Ibidem, fl. 58, Conf. 95/55, Relatório semanal do PV da PIDE de Faro ao Director-Geral da PIDE, de 25 de Outubro de 1955.

<sup>890</sup> Ibidem, fl. 66, Relatório semanal do PV da PIDE de Faro ao Director-Geral da PIDE, de 1 de Setembro de 1953.

<sup>891</sup> Ibidem, fl. 55, Conf. do PV da PIDE de Faro ao Director-Geral da PIDE, de 16 de Fevereiro de 1959.

parece, do convívio franco com elementos destacados da oposição local”<sup>892</sup>. No entanto, sabia-se “que no decorrer da última campanha eleitoral para a Presidência da República [1958] se manifestou favorável aos candidatos oposicionistas”<sup>893</sup>. Continuava a não merecer confiança, tanto mais que o jornal que mais lhe agradava era o *República*<sup>894</sup>.

Em 1962, Sebastião Viola regressou a Lisboa, indo depois para o Montijo, onde se estabeleceu com um fabrico de cortiça. Aí ficou 18 anos. A sua saúde, física e mental, muito abalada pela experiência sofrida no Tarrafal, degradou-se notoriamente, pelo que passou internado os últimos cinco anos de vida.

Sebastião Viola faleceu a 17 de Janeiro de 1980, em Alcochete, tendo sido sepultado no Montijo e trasladado, posteriormente, para Silves.

---

<sup>892</sup> Ibidem, fl. 52, Conf. 183/61 do PV da PIDE de Faro ao Director-Geral da PIDE, de 6 de Fevereiro de 1961.

<sup>893</sup> Ibidem.

<sup>894</sup> Ibidem, fl. 58, Conf. 95/55, Relatório semanal do PV da PIDE de Faro ao Director-Geral da PIDE, de 25 de Outubro de 1955.

### 2.3.3 - “Nunca mais iremos para a rua com lenços na algibeira”: o 18 de Janeiro de 1934 em Silves

Em Silves, tudo estava preparado “e o mínimo que estava resolvido fazer, e fez-se, foi uma paralisação total”<sup>895</sup>.

No dia 18 de Janeiro, de manhã, bem cedo, vários piquetes, uns de anarquistas e outros de comunistas, colocaram-se estrategicamente nas entradas de Silves e no fim das veredas que ligavam os campos à cidade, avisando os muitos trabalhadores dos arredores de que havia greve e de que “naquele dia não se trabalhava”<sup>896</sup>. A não chegada do comboio à hora prevista foi tomada como a confirmação da adesão dos ferroviários à greve<sup>897</sup> e da consequente eclosão do movimento em Lisboa. Os activistas passaram à acção e procederam à distribuição de “proclamações revolucionárias”<sup>898</sup>.

A Associação dos Empregados no Comércio de Silves e a cooperativa operária “A Compensadora” não abriram e mantiveram as suas portas encerradas durante todo o dia<sup>899</sup>.

Manuel Pessanha, que foi no dia da greve “o seu agitador mais notável”<sup>900</sup>, percorreu com Virgílio Barroso e Francisco Nicolau, entre outros, as fábricas incitando à greve os operários que já se encontravam nos seus locais de trabalho, o que não foi difícil, pois a contestação aos novos sindicatos provocara a adesão espontânea do operariado silvense ao apelo de greve geral. No périplo pelas fábricas, os revoltosos chegaram à Fábrica do Pinheirinho, onde ficaram a saber que o operário Fernando da Silva Ribeiro (Fernando Boi)<sup>901</sup> recusara entrar em greve<sup>902</sup>. Perante isto, vários anarquistas e

---

<sup>895</sup> AP de Edmundo José da Silva Estrela, «Discurso de António Estrela no 43º aniversário do 18 de Janeiro de 1934», [Texto policopiado], Portimão, 18 de Janeiro de 1977.

<sup>896</sup> Entrevista a José Rodrigues Vitoriano.

<sup>897</sup> Parece-me importante sublinhar que as informações recebidas pelos comunistas e pelos anarquistas garantiam a adesão dos ferroviários à greve. Só assim se compreende que a não chegada do comboio às 7 da manhã a Silves tivesse sido tomada como a confirmação da adesão dos ferroviários, uma vez que, nesse tempo, era habitual os comboios terem grandes atrasos. Os ferroviários mantinham ligações ao sector republicano reviralista. Os reviralistas tinham-se disposto a coadjuvar a greve com um golpe militar. Teriam, no entanto, recuado e, assim, o golpe não saiu, arrastando nesse recuo os ferroviários.

<sup>898</sup> Cf. IAN-TT, PIDE/DGS, Proc. 1055-E/SPS, TME, de 12 de Maio de 1934.

<sup>899</sup> Entrevista a José Gonçalves Vítor.

<sup>900</sup> Ibidem.

<sup>901</sup> Segundo os testemunhos, Fernando da Silva Ribeiro, o pioneiro comunista silvense, afastara-se das suas iniciais opções ideológicas e filiara-se na União Nacional. A serem verdadeiros estes factos, temos em Silves uma réplica do que sucedeu a Carlos Rates, um dos primeiros dirigentes comunistas que aderiu ao “Estado Novo”.

comunistas, Manuel Pessanha, Francisco Nicolau e Carlos Sovela<sup>903</sup>, entre outros, não lhe perdoaram a traição ao operariado de Silves e, aí mesmo, pretenderam fazer justiça em seu nome<sup>904</sup>. Segundo Francisco Nicolau, o “amarelo”, perante a ira dos seus colegas, assustou-se e fugiu mas rapidamente foi apanhado. Teria feito menção de usar a sua pistola, mas esta encravou. Manuel Pessanha ainda disparou um tiro que errou o alvo. “Pularam sobre ele algumas pessoas”<sup>905</sup> e o traidor apanhou uma valente tarefa que o fez ficar doente e com “impossibilidade de trabalhar por 15 dias”<sup>906</sup>. Livrou-se de um desfecho mais trágico, pois ainda pensaram em matá-lo<sup>907</sup>.

Conseguida a paralisação das fábricas, os operários dirigiram-se para o centro da cidade, pelo que Silves viveu nesse dia momentos de grande agitação.

O grupo de anarquistas, liderado por Manuel Pessanha e Virgílio Barroso, assaltou seguidamente a sede da Associação Corticeira. Arrombaram a porta, convidaram “o povo a ocupá-la”<sup>908</sup> e entraram no edifício, seguidos pela turba operária que festejava o regresso à sua Associação, compulsivamente encerrada pelas autoridades. Numa janela da Associação, Manuel Pessanha hasteou uma bandeira<sup>909</sup>.

No dia 18 de Janeiro de 1934, os silvenses encheram as janelas e as varandas das casas para verem nas ruas da cidade o último momento, nos anos trinta, de clara contestação do seu operariado, que constituiu a derradeira tentativa de defesa do sindicalismo livre.

Entretanto, a GNR refugiara-se no quartel, providenciando ajuda para poder

---

<sup>902</sup> Cf. José dos Reis Sequeira, *Ob. Cit.*, p. 248.

<sup>903</sup> Carlos Sovela tem sido erradamente conotado com os anarquistas. Este jovem, que ainda não teria feito 16 anos no 18 de Janeiro, participou na arruaça dos eventos. A sua condição de comunista, além de referenciada por António Estrela, foi-me confirmada por José Gonçalves Vítor e por José Vitoriano que, mais tarde, com ele conviveu na Cova da Piedade.

<sup>904</sup> Cf. IAN-TT, PIDE/DGS, Proc. 1055-D/SPS, TME, de 14 de Abril de 1934.

<sup>905</sup> Cf. *Notícias do Sul*, Évora, ano I, n.º 18, de 3 de Fevereiro de 1977, p. 1, «Em Silves também houve 18 de Janeiro» (artigo de Fernando Fitas).

<sup>906</sup> Cf. IAN-TT, PIDE/DGS, Proc. 1055-D/SPS, TME, de 14 de Abril de 1934.

<sup>907</sup> Cf. *Notícias do Sul*, Évora, ano I, n.º 18, de 3 de Fevereiro de 1977, p. 1, «Em Silves também houve 18 de Janeiro» (artigo de Fernando Fitas).

<sup>908</sup> *Ibidem*.

<sup>909</sup> Cf. IAN-TT, PIDE/DGS, «Biografia Prisional de Manuel Pessanha», Proc. RG P 160, fl. 1, *Presos políticos no regime fascista*, Lisboa, 1981, Vol. I, 1932-1935, pp. 141, 147 e 148. As fontes não são claras relativamente a este evento. Na ficha prisional de Manuel Pessanha, a bandeira hasteada é designada por “bandeira comunista”, enquanto na ficha prisional de Virgílio Barroso é designada por “bandeira vermelha”. Seria certamente a bandeira da velha Associação de Classe. Apesar dos esforços que realizei para a encontrar (ou uma reprodução), não foi possível localizá-la.

dominar os revoltosos e os seus inúmeros seguidores.

Por seu lado, apesar do comboio não ter chegado, os comunistas foram mais comedidos e cautelosos. Um grupo deles “ficou perto da estação a vigiar, sabendo que dali viriam as primeiras notícias”<sup>910</sup> sobre o andamento da greve. Além dos piquetes de exortação à greve, fizeram “a distribuição do material pelos mais responsáveis”<sup>911</sup>. António Estrela explicitou com clareza a estratégia comunista: “Não [era] para atacar mas para nos defendermos e contra atacar se possível”<sup>912</sup>.

Em Silves, os comunistas, no geral, limitaram-se a uma paralisação do trabalho, “estando, não obstante isso, preparados para o pior”<sup>913</sup>, pois consideravam que não tinham “as possibilidades para ir mais além”<sup>914</sup>. No entanto, encontramos a intervenção dos comunistas João da Conceição Valério, Carlos Martins Sovela e José Mimoso nos eventos revolucionários.

Ocupado o edifício da Associação de Classe dos Corticeiros pelos operários, os anarquistas preparavam-se para atacar o quartel da Guarda Nacional Republicana quando correu a notícia que o comboio tinha chegado à estação com bastante atraso, fazendo gorar o seu intento.

A partir daí deu-se a desorientação total entre as hostes revolucionárias, que começaram a debandar. A GNR, ao tomar conhecimento da chegada do comboio, “passou logo ao ataque, a bater e a prender pessoas”<sup>915</sup>.

Os revoltosos dispersaram imediatamente. Uns foram esconder-se nos arredores da cidade, outros fugiram, em pequenos grupos, para a serra, e outros foram para casa destruir ou esconder tudo o que os pudesse relacionar com a greve<sup>916</sup>. Os grevistas, nomeadamente os que tinham tido responsabilidades organizativas, abandonaram as suas armas, escondendo-as em canos de esgoto, enterrando-as ou atirando-as para dentro de poços<sup>917</sup>. E

---

<sup>910</sup> Entrevista a José Gonçalves Vítor.

<sup>911</sup> AP de Edmundo José da Silva Estrela, «Discurso de António Estrela no 43º aniversário do 18 de Janeiro de 1934», [Texto policopiado], Portimão, 1977.

<sup>912</sup> Ibidem.

<sup>913</sup> Ibidem.

<sup>914</sup> Ibidem.

<sup>915</sup> Cf. *Notícias do Sul*, Évora, ano I, n.º 18, de 3 de Fevereiro de 1977, p. 1, «Em Silves também houve 18 de Janeiro» (artigo de Fernando Fitas).

<sup>916</sup> Entrevista a Manuel Lourenço Neto.

<sup>917</sup> Entrevista a José Gonçalves Vítor.

os arsenais anarquista e comunista nem se fizeram sentir.

Em Lisboa, por volta do meio da manhã, já se sabia o que se passara em Silves. O Ministro do Interior foi informado, por telegrama enviado de Faro, que em Silves estavam todos os operários em greve, “havendo alguns postes cortados”<sup>918</sup>.

As forças policiais e os reforços vindos de Faro iniciaram a caça aos revoltosos. Silves e os arredores foram passados a pente fino. As prisões sucederam-se em catadupa e a Polícia esforçou-se em “arrancar” as confissões<sup>919</sup>. “As prisões de Silves que eram no Castelo encheram-se, uns por pouco tempo, outros quase uma vida”<sup>920</sup>.

Francisco Marques Guerreiro (O Chico Parrinha) foi levado às retretes do Ratinho, junto à parede da fábrica de Abílio Brás Machado, onde tinham sido escondidas algumas bombas. A GNR obrigou-o a ir buscar as latas dos explosivos ao esgoto, tendo saído de lá todo sujo de excrementos, entre o gáudio dos guardas<sup>921</sup>. As forças policiais não encontraram resistência alguma em Silves, pelo que o Governador Civil comunicou ao Ministro do Interior que a greve não se iria manter por muito tempo<sup>922</sup>.

Da cidade os detidos foram conduzidos para os calabouços do Governo Civil de Faro<sup>923</sup>. Os interrogatórios foram extremamente violentos e, passados poucos dias, a Polícia estava a par dos preparativos da greve e do envolvimento dos elementos anarquistas e comunistas. O castigo para os elementos mais responsáveis de ambas as facções, como veremos adiante, foi exemplar.

O Administrador do Concelho, Salvador Gomes Vilarinho, refeito da surpresa provocada pela magnitude da contestação, passou rapidamente à acção. Publicou um «Edital»<sup>924</sup> para assegurar a manutenção da ordem pública. Este intimava os comerciantes que tinham fechado as lojas a reabri-las “imediatamente”<sup>925</sup>, proibia o trânsito a partir das

---

<sup>918</sup> Cf. IAN-TT, Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Maço 468, telegrama de Faro, às 10:25 horas de 18 de Janeiro de 1934.

<sup>919</sup> Cf. *O Algarve*, n.º 1561, 27 de Fevereiro de 1938, p. 1, «Manejos revolucionários no Algarve».

<sup>920</sup> AP de Edmundo José da Silva Estrela, «Discurso de António Estrela no 42º aniversário do 18 de Janeiro de 1934», [Texto policopiado], Silves, 18 de Janeiro de 1976.

<sup>921</sup> Entrevista a José Saturnino Guerreiro.

<sup>922</sup> Cf. IAN-TT, Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Maço 468, Ofício do Governador Civil de Faro, n.º 523, de 18 de Janeiro de 1934.

<sup>923</sup> AP de Edmundo José da Silva Estrela, «Depoimento de António Estrela à URAP», [Texto policopiado], Silves, 2 de Maio de 1989.

<sup>924</sup> Cf. AMS, Livros Copiadores de Ofícios Expedidos da Administração do Concelho, Copiador 53, fl. 330, 18 de Janeiro de 1934, «Edital».

<sup>925</sup> Ibidem.



21 horas e ordenava aos operários o regresso ao trabalho no dia seguinte. Advertia ainda que os transgressores do edital seriam “punidos severamente”<sup>926</sup>.

A GNR local recebera reforços. A cidade estava controlada pela cavalaria e o próprio Comandante da 5.<sup>a</sup> Companhia de Faro deslocara-se a Silves para dirigir pessoalmente as operações<sup>927</sup>.

Para descanso do Administrador do Concelho, as coisas não estavam a correr mal. No dia seguinte, o policiamento apertado e intimidatório e as buscas continuaram. De manhã, os operários regressaram ao trabalho, mas à tarde, para surpresa das autoridades, a greve foi retomada. O Administrador publicou um novo “Edital”, onde mostrava claramente quem mandava em Silves. Os operários que não se apresentassem no trabalho até às oito horas do dia seguinte seriam imediatamente despedidos e não mais poderiam trabalhar em qualquer fábrica do concelho<sup>928</sup>.

A ameaça não surtiu efeito e o operariado silvense não respeitou a ordem, não comparecendo ao trabalho. Os operários vingavam desta maneira a humilhação sofrida dois dias antes e os camaradas presos ou foragidos. Além dos operários presos, calculava-se que cerca de 200 andavam a monte<sup>929</sup>.

As autoridades decidiram fazer “braço de ferro”, despedindo compulsivamente todos os operários suspeitos de envolvimento não só nos acontecimentos do dia 18, mas também na falta posterior ao trabalho, num total de 878<sup>930</sup>, o que obrigou ao encerramento das fábricas. Pretendia o Administrador do Concelho “apertar” os operários, levando-os a denunciar o paradeiro dos dirigentes que ainda não tinham sido presos<sup>931</sup>.

A imprensa algarvia afecta ao regime opinava sobre os acontecimentos em Silves, os mais relevantes no Algarve, comentando “a última traição dos inimigos da ordem”, dos

---

<sup>926</sup> Ibidem.

<sup>927</sup> Cf. IAN-TT, Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, maço 468, Telegramas do Comandante da 5.<sup>a</sup> Companhia do Batalhão n.º 3, ao Comandante-Geral da GNR, 18 de Janeiro de 1934.

<sup>928</sup> Cf. AMS, Livros Copiadores de Ofícios Expedidos da Administração do Concelho, Copiador 53, fl. 332, 19 de Janeiro de 1934, «Edital».

<sup>929</sup> Cf. IAN-TT, Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, maço 468, Telegrama n.º 115 do Governador Civil ao Ministro do Interior, 19 de Janeiro de 1934, e telegrama n.º 22 do Comandante da 5.<sup>a</sup> Companhia do Batalhão n.º 3 ao Comandante-Geral da GNR, 20 de Janeiro de 1934.

<sup>930</sup> Cf. Maria de Fátima Patriarca, «O “18 de Janeiro”: uma proposta de releitura», in *Análise Social*, Vol. XXVIII, (123-124), 1993, p. 1146.

<sup>931</sup> Entre os operários que andavam fugidos às autoridades, encontravam-se Virgílio Barroso, Manuel Pessanha, Francisco Nicolau e Carlos Sovela.

odiosos da “ideia de Pátria e de Nação”<sup>932</sup>: “Em Silves pois que ficou plenamente demonstrado que existe ali um núcleo de desvairados que estão entendidos com os piores inimigos da sociedade”<sup>933</sup>. O *Voz do Sul* descreveu a tentativa de greve geral malograda, informando laconicamente que “em Silves, houve incitamentos à greve”<sup>934</sup>. Deste modo, a greve em Silves “fora silenciada”<sup>935</sup>.

Na madrugada de 22 de Janeiro, foi atirada uma bomba para um quintal<sup>936</sup>. Apesar do rigoroso policiamento, a cidade não pacificara. O Governador Civil nomeou os Tenentes Caçadores Francisco José Dentinho e António Gonçalves e mais dois sargentos para as investigações em Silves<sup>937</sup>. As buscas pela serra começaram a dar frutos e todos os dias eram presos alguns dos revoltosos<sup>938</sup>. Os anarquistas mais responsáveis, Virgílio Barroso, Francisco Nicolau, Manuel Pessanha, encontravam-se a monte. Fugido à acção da Polícia estava também o jovem comunista Carlos Sovela<sup>939</sup>. Na perseguição e repressão dos operários, Salvador Vilarinho foi implacável.

Com as fábricas encerradas, a indústria paralisara. Os industriais desesperaram, uma vez que se tinham tornado as vítimas indirectas dos acontecimentos. A substituição da totalidade do operariado silvense era impossível. Em desespero de causa, a Associação Industrial e Comercial de Silves apelou à intervenção governamental, solicitando a readmissão dos operários para evitar “as desastrosas consequências que (...) [os] industriais e (...) toda a economia local”<sup>940</sup> teriam de suportar. Os industriais silvenses, em comissão, rogaram ao Governador Civil para que intercedesse junto do Ministro do Interior, “no sentido de serem readmitidos (...) os operários (...), a bem da economia

---

<sup>932</sup> Cf. *Correio do Sul*, n.º 879, 21 de Janeiro de 1934, p. 2, «Manejos extremistas no Algarve».

<sup>933</sup> *Ibidem*.

<sup>934</sup> Cf. *Voz do Sul*, n.º 793, 20 de Janeiro de 1934, p. 1, «Ordem Pública».

<sup>935</sup> Cf. Maria de Fátima Patriarca, «O “18 de Janeiro”: uma proposta de releitura», in *Análise Social*, Vol. XXVIII, (123-124), 1993, p. 1151.

<sup>936</sup> Cf. IAN-TT, Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, maço 468, Confidencial n.º 15, do Comandante Geral da GNR ao Ministro do Interior, de 22 de Janeiro de 1934.

<sup>937</sup> *Ibidem*, Cópia do Telegrama do Governador Civil ao Ministro do Interior, de 22 de Janeiro de 1934.

<sup>938</sup> Cf. AMS, Livros Copiadores de Ofícios Expedidos da Administração do Concelho, Copiador 53, fl. 376, ao Comandante da PSP de Faro, de 27 de Janeiro de 1934, e IAN-TT, PIDE/DGS, Proc. 1055/F, NT 4305, António Teodoro e outros, fl. 3, de 20 de Fevereiro de 1934, e fl. 4, de 21 de Fevereiro de 1934.

<sup>939</sup> Cf. IAN-TT, PIDE/DGS, SC SPS 1055/D, NT 4304, fl. 2, 30 de Janeiro de 1934.

<sup>940</sup> Cf. IAN-TT, Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Maço 466, Representação da Secção Industrial (Cortiças) da Associação Industrial e Comercial de Silves, de 25 de Janeiro de 1934, anexa ao Ofício 542 do Governador Civil de Faro, de 26 de Janeiro de 1934.

local”<sup>941</sup>.

No início de Fevereiro, o silêncio das autoridades mantinha-se, pelo que as fábricas continuavam encerradas. O industrial Aldemiro Mira, um dos homens fortes do regime na cidade, enviou um telegrama pessoal ao Ministro do Interior, no qual explicitou a desesperante situação que se vivia em Silves: “fábricas fechadas há 15 dias, motivo proibição dos operários. Grave situação indústria. Impossibilidade satisfação compromissos, descontentamento geral das forças económicas. Urge providenciar. Revogar proibição”<sup>942</sup>.

Como resultado da pressão dos próprios industriais, ao fim de 21 dias as fábricas finalmente reabriram. No entanto, o Administrador do Concelho não perdoara a solidariedade das operárias, pelo que ficou “suspenso, até nova ordem, o trabalho prestado pelas mulheres (...)”<sup>943</sup>, só podendo estas ser substituídas por indivíduos que residissem na cidade.

Dado que muitos dos seus associados estavam presos por terem participado na greve, a cooperativa operária “A Compensadora” contestou, como pode, “a calúnia”<sup>944</sup> que lhe era feita, a de ter estado associada aos preparativos da greve. Os seus dirigentes explicaram à autoridade administrativa que ali “não se tratava de política”<sup>945</sup> e, sabendo esta “muito bem onde todas as coisas foram planeadas”, não havia “absolutamente nada que viesse, como alguns receavam, a prejudicar a colectividade”<sup>946</sup>.

Longe de Silves, outros operários silvenses destacaram-se nesta greve noutras cidades do país<sup>947</sup>. Também eles foram alvo de feroz repressão.

Silves já não era a mesma. Um ciclo da sua história findara. O operariado silvense fora amputado. O que dele restava estava desarticulado e clandestino. Fora submetido pela violência. Os tempos negros chegaram...

---

<sup>941</sup> Cf. AMS, Livros Copiadores de Ofícios Expedidos da Administração do Concelho, Copiador 53, fl. 360, Of.º ao Governador Civil de Faro, de 25 de Janeiro de 1934.

<sup>942</sup> Cf. IAN-TT, Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Maço 466, Telegrama de Aldemiro Mira, [s.d.]

<sup>943</sup> AP de João Ventura Duarte, Of.º do Administrador do Concelho à firma Duarte & Granadeiro, de 17 de Março de 1934.

<sup>944</sup> Cf. ACOC, Livro de Actas, Acta n.º 29 da Sessão de 27 de Fevereiro de 1934.

<sup>945</sup> Ibidem.

<sup>946</sup> Ibidem, Acta n.º 30, Sessão de 1 de Março de 1934.

<sup>947</sup> Vide Apêndice II – «Indivíduos do concelho de Silves identificados pela sua participação no 18 de Janeiro de 1934».

### 2.3.3.1 - António Estrela

António Estrela, filho de José Joaquim Estrela e de Maria Francisca, nasceu em Silves, a 1 de Abril de 1910, no seio de uma família de corticeiros. Cedo se iniciou no mundo do trabalho na Fábrica do Inglês, onde trabalhavam familiares seus. Frequentou a escola da Associação dos Corticeiros até à 3ª classe, não concluindo a instrução primária porque, como era frequente naqueles tempos, bem cedo havia que começar a contribuir para o orçamento familiar. Iniciou o estudo de Esperanto, a que se dedicou durante largos anos.

António Estrela era um admirador de Domingos dos Santos Passarinho, Presidente da Associação de Classe Corticeira. Assim, bastante novo, integrou-se no movimento operário da cidade caracterizado pelo anarco-sindicalismo. A sua intervenção política iniciou-se no contexto da repressão operária ocorrida em Junho de 1924. Com 14 anos assistiu à carga de cavalaria que carregou sobre a manifestação operária, na qual o seu pai ficou ferido. E nunca mais esqueceu o que vira...

Como outros jovens corticeiros, afastou-se do anarco-sindicalismo, rendendo-se ao comunismo. Neste contexto, foi um dos mais importantes dirigentes comunistas nos anos 30 em Silves e, sem dúvida alguma, aquele que, a nível operário, maior destaque teve na preparação do 18 de Janeiro, cabendo-lhe a organização local da tendência comunista e a orientação das reuniões clandestinas, bem como os contactos com o Comité Regional da greve.

Foi preso a 20 de Fevereiro de 1934 em Silves, transitando no dia seguinte para o Comando da Polícia de Faro<sup>948</sup>, acusado de “fazer propaganda de ideias subversivas por meio de reuniões de uma célula comunista em Silves”<sup>949</sup> e de ter mandado “fazer uma porção de tubos de ferro, para serem carregados com dinamite”<sup>950</sup>.

---

<sup>948</sup> Cf. IAN-TT, PIDE/DGS, Proc. 1055/F, NT 4305, António Teodoro e outros, fl. 3, carta do Director da PIDE ao Comandante da Polícia de Faro, de 20 de Fevereiro de 1934.

<sup>949</sup> Ibidem, TME, «Cópia da acusação e condenação», fl. 1, de 14 de Maio de 1934.

<sup>950</sup> Ibidem.

Enviado para a PVDE<sup>951</sup>, em Lisboa, ficou detido no Forte da Trafaria, aguardando o julgamento. Foi julgado pelo TME, a 14 de Maio de 1934, que deu como provados os crimes de que era acusado, militando contra ele “a circunstância agravante de natureza especial de acumulação de crimes de diversa gravidade”<sup>952</sup>, pelo que foi condenado a 12 anos de degredo numa das colónias, com prisão, e à multa de 20.000\$00.

A 8 de Setembro de 1934 seguiu para Angra do Heroísmo, no navio “Carvalho Araújo”, tendo aí chegado a 13 de Setembro de 1934. Foram quase nove anos que passou “no inferno de Angra do Heroísmo”<sup>953</sup>.

No degredo, lutou contra as péssimas condições prisionais, participando nos levantamentos de rancho contra a “comida” e nos protestos contra o espancamento individual e colectivo dos presos, situação muito frequente ao mínimo pretexto. Por isso, foi agredido por um guarda que o feriu num braço<sup>954</sup>. Conheceu várias vezes o isolamento na “Poterna” e no “Calejão”<sup>955</sup>. As autoridades reportavam à PVDE: “Durante o ano de 1935, [António Estrela] foi punido disciplinarmente quatro vezes, a última das quais a 27 de Agosto de 1935”<sup>956</sup>.

As horríveis condições dos presos em Angra foram dadas a conhecer pelos cerca de duzentos deportados<sup>957</sup> que esperavam o embarque para o Campo de Concentração do Tarrafal, para onde seriam transferidos em Março de 1936. António Estrela teve pena de

---

<sup>951</sup> Depois do golpe militar, uma sucessão de diplomas criou vários organismos policiais que se foram sucedendo vertiginosamente. Através do Decreto-Lei n.º 22922, de 29 de Agosto de 1933, foi criada a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE) que substituiu, simultaneamente, a Polícia Internacional Portuguesa e a Polícia de Defesa Política e Social. Em 1933, a rede local da PVDE tinha 17 postos que cobriam toda a fronteira terrestre. A sul, o posto de Vila Real de St. António tinha a seu cargo toda a região do Algarve. Com carácter temporário, em 1943, foi estabelecido um posto em Faro como prolongamento do de Vila Real de St. António. Mais tarde, a PVDE também foi substituída pela Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE), através do Decreto-Lei 35046, de 22 de Outubro de 1945. Na vigência de Marcelo Caetano como chefe de Governo, em 1969, esta tomou a designação de Direcção-Geral de Segurança (DGS).

<sup>952</sup> Cf. IAN-TT, PIDE/DGS, Proc. 1055/F, NT 4305, António Teodoro e outros, TME, «Cópia da acusação e condenação», fl. 2, de 14 de Maio de 1934.

<sup>953</sup> AP de Edmundo José da Silva Estrela, «Depoimento de António Estrela à URAP», Silves, 2 de Maio de 1989.

<sup>954</sup> Ibidem.

<sup>955</sup> Vide adiante, na Parte III, o capítulo 5 - «“A longa noite”: episódios prisionais».

<sup>956</sup> Cf. IAN-TT, PIDE/DGS, Proc. 1055/F, NT 4305, António Teodoro e outros, fl. 29, Informação do depósito de Presos em Angra do Heroísmo, de 30 de Abril de 1943.

<sup>957</sup> O seu apelo e denúncia sobre a situação dos presos políticos de Angra do Heroísmo foram dados a conhecer à opinião pública nacional e internacional pela Federação de Solidariedade, pelo Secretariado Jurídico da Confederação Geral do Trabalho e pela Secção Portuguesa do Socorro Vermelho Internacional. Cf. *Todos devem conhecer os brilhantes resultados das experiências do Dr. Golft*, «Os presos políticos e sociais de Angra de Heroísmo», [s.l.; s.d.; s.e], pp. 2-15.

não os acompanhar. Entre eles seguia Bento Gonçalves, a quem, a seu pedido, fizera um relatório sobre a organização do PCP em Silves.

Nesses tempos de cárcere, conviveu com homens e intelectuais notáveis, como Lyon de Castro, Ludgero Pinto Basto e Manuel Alpedrinha, entre outros. Manteve uma amizade privilegiada com António Guerra<sup>958</sup> e com Gabriel Pedro<sup>959</sup>.

A situação prisional agravou-se com a transferência dos presos do Forte de S. João Baptista para um outro forte que passaram a conhecer por “Castelinho”. A partir desta altura, só quatro indivíduos foram cumprir pena em Angra, o que agravou o isolamento dos presos<sup>960</sup>. Depois da criação do Campo de Concentração do Tarrafal, “as outras prisões deixaram de contar, [e ficaram] quase totalmente esquecidas”<sup>961</sup>.

Devido aos maus-tratos e às desumanas condições prisionais, a sua saúde deteriorara-se. Em 1938, sofrera a primeira síncope cardíaca. Foi-lhe identificada “uma grave doença no coração”<sup>962</sup>, que tendia a “agravar-se devido às más condições atmosféricas do clima”<sup>963</sup> açoriano. António Estrela escreveu ao Director da PVDE a solicitar a sua transferência para o Continente. A doença era confirmada por um relatório médico<sup>964</sup>. Desde Março, António Estrela voltara “a ter síncope cardíacas muito graves, em que esteve na iminência da morte”<sup>965</sup>. Apesar de toda a medicação ministrada continuava “com manifesta insuficiência do miocárdio, não devendo ser longa a sobrevida”<sup>966</sup>. O seu estado era “mau”, tanto mais que nesse clima a humidade atingia “muitas vezes 98% de saturação”<sup>967</sup>.

António Estrela regressou do Depósito de Presos de Angra do Heroísmo, no paquete «Lima», a 9 de Junho de 1943, tendo sido transferido na mesma data para o

---

<sup>958</sup> Sobre a vida deste resistente da Marinha Grande que faleceu no Tarrafal, vide Hermínio de Freitas Nunes, *Alvorada de Esperança, Notas Biográficas, Apontamentos para a História do 18 de Janeiro de 1934*, Coleção Subsídios para a História da Marinha Grande, Marinha Grande, 1999.

<sup>959</sup> Entrevista a Edmundo José da Silva Estrela.

<sup>960</sup> Vide adiante, na Parte III, o capítulo 5 - «“A longa noite”: episódios prisionais».

<sup>961</sup> AP de Edmundo José da Silva Estrela, «Depoimento de António Estrela à URAP», [Texto policopiado], Silves, 2 de Maio de 1989.

<sup>962</sup> Cf. IAN-TT, PIDE/DGS, Proc. 1055/F, NT 4305, António Teodoro e outros, fl. 28, Carta de António Estrela, de Angra do Heroísmo, ao Director da PIDE, de 28 de Abril de 1943.

<sup>963</sup> Ibidem, fl. 28 v., Relatório médico de Manuel Reis (?) de 30 de Abril de 1943. A assinatura completa do médico é pouco legível.

<sup>964</sup> Ibidem.

<sup>965</sup> Ibidem.

<sup>966</sup> Ibidem.

<sup>967</sup> Ibidem.

Depósito de Presos de Peniche. Apesar de continuar preso, a sua vida melhorou muito, pois as condições prisionais do Continente nada tinham a ver com o que até aí suportara. Os presos tinham biblioteca, escola e algum convívio. Aí reencontrou o amigo António Guerra. Os dois iniciaram um negócio de fabrico de cestas e alcofas, que eram posteriormente enviadas para diversos familiares e amigos que se encarregavam de as vender. “Chegaram a movimentar um autêntico negócio, fabricando modelos de vários feitios e tamanhos para uma clientela superior à capacidade de fornecimento da empresa”<sup>968</sup>.

No ano de 1944, António Estrela e sua família continuaram a apelar à sua libertação, alegando a sua arruinada saúde. Aproveitando uma visita do Ministro do Interior ao Forte de Peniche, António Estrela atreveu-se a expor-lhe a sua situação e o seu longo cativeiro. O Ministro terá ficado sensibilizado pelo drama humano que se lhe deparou e “considerou que o tribunal havia sido demasiado severo na sua condenação”<sup>969</sup>. De nada adiantou. António Estrela continuou preso.

A 22 de Setembro de 1945, António Estrela foi entregue nas Cadeias Cíveis Centrais de Lisboa, tendo passado pelo Limoeiro e por Monsanto, tornando a voltar para Peniche, de onde saiu em liberdade a 18 de Novembro de 1946<sup>970</sup>. Cumpriu 12 anos, 9 meses e 11 dias.

Libertado, casou-se no mês seguinte com a que por ele esperara 13 longos anos, Maria Manuela da Silva Laranjinha, a 28 de Dezembro de 1946. Fixou-se no Montijo, tendo-se empregado na fábrica Mundet, onde a sua mãe trabalhava. No Montijo, foi professor de Esperanto, integrando um grupo de esperantistas que se reuniam no «Ateneu Popular do Montijo»<sup>971</sup>.

No final de 1947, já com um filho, António Estrela regressou a Silves. Ao chegar à cidade, foi contactado para reiniciar a actividade política ligada ao PCP. Estando muito

---

<sup>968</sup> Cf. Hermínio de Freitas Nunes, *Alvorada de Esperança, Notas Biográficas, Apontamentos para a História do 18 de Janeiro de 1934*, Coleção Subsídios para a História da Marinha Grande, Marinha Grande, 1999, pp. 89 e 90, 169.

<sup>969</sup> Cf. IAN-TT, PIDE/DGS, Proc. 1055/F, NT 4305, António Teodoro e outros, fl. 40, Carta de António Estrela, do Forte de Peniche, ao Director da PIDE, de 24 de Abril de 1944.

<sup>970</sup> AP de Edmundo José da Silva Estrela, «Cópia da Certidão dos Serviços de Coordenação de Extinção da PIDE/DGS e LP», de 17 de Janeiro de 1985.

<sup>971</sup> Entrevista a Edmundo José da Silva Estrela.

fresco na sua memória o inferno por que tinha passado e não conhecendo bem a nova geração de militantes silvenses, desabafou: “Deixem-me ao menos aquecer a cama!”<sup>972</sup>.

Continuou sendo comunista e, apesar de não ter actividade política, era sempre solidário com os presos políticos. Mantinha-se informado através das rádios clandestinas e de alguns *Avante!* que por vezes lhe chegavam às mãos.

Regressara a Silves a convite do proprietário local Dionísio Oliva que o empregara numa adega para venda de vinho da sua produção. Essa adega passou a ter o nome de “Caixão-à-Cova”, posto pelos clientes, na sua maioria operários corticeiros, junto dos quais António Estrela desfrutava de grande popularidade. O negócio correu bem e, nos finais dos anos 60, já como proprietário, abriu novo estabelecimento no mercado municipal em sociedade com Joaquim dos Santos Caetano, acabado de regressar de Marrocos.

Apesar de afastado das lides políticas, António Estrela esteve sempre sob vigilância policial<sup>973</sup>. A PIDE era uma visita constante da taberna. Aí havia uma pequena biblioteca com livros e revistas progressistas mas legais. Na prisão alargara os seus conhecimentos e cultivara o gosto pela leitura. Aprendera o francês e lia os grandes autores.

Não tendo actividade oposicionista, divertia-o gozar com a PIDE. Como se sabia vigiado, quando se deslocava a Portimão fazia partidas, simulava sair do comboio e no último momento voltava a entrar, fazia corridas até às esquinas, invertendo imediatamente o sentido, levando os seus vigilantes a esbarrarem nele e a fazerem outras figuras caricatas. Em 1969, António Estrela fez parte da Comissão Democrática Eleitoral em Silves<sup>974</sup>.

Depois do 25 de Abril continuou a sua actividade partidária no PCP. Era uma das referências históricas da resistência silvense, tendo dado forte contributo para a implantação desse Partido no concelho. António Estrela foi um dos candidatos do PCP, pelo círculo de Faro, às eleições para a Assembleia Constituinte que se realizaram a 25 de Abril de 1975, mas não chegou a ser eleito como deputado.

---

<sup>972</sup> Ibidem.

<sup>973</sup> Segundo Edmundo José da Silva Estrela, havia em Silves dois elementos que vigiavam o seu pai. Um deles (um certo Adão), bracarense, era electricista e arranjava motas. Era um cliente habitual que foi fazendo amizade com António Estrela. Adoeceu e foi muito ajudado por António Estrela. Na fase terminal da sua doença, o homem confessou-lhe a sua missão de vigilância. O outro vigilante era o primo do padre José dos Santos Oliveira, o José Carlos, uma presença diária na taberna.

<sup>974</sup> Cf. IAN-TT, PIDE/DGS, *Silves e Algarve*, Proc. 940-SR, UI 2337, p. 4, docs. CDE no distrito de Faro, [s.d.]



Em liberdade, contribuiu para o conhecimento do 18 de Janeiro em Silves, indignando-se sobre o silêncio desta greve, em detrimento da importância dada à Marinha Grande. “Passados que são tantos anos, temos a impressão que apenas na Marinha Grande houve greve”<sup>975</sup>. Criticou abertamente o PCP pelo esquecimento a que votara Silves. “(...) não está certo que camaradas responsáveis falem apenas dos sobreviventes da Marinha Grande, esquecendo os possíveis sobreviventes das outras localidades. (...) Esquecer as outras terras é uma falta indesculpável”<sup>976</sup>.

Também quis dar a conhecer o esquecimento e o isolamento que sofrera, com outros, em Angra do Heroísmo. Responsabilizou aberta e directamente o Administrador do Concelho, Salvador Gomes Vilarinho, pelos abusos de autoridade e pelo infortúnio que causara à sua vida e ao operariado silvense<sup>977</sup>.

Alfredo Canana entrevistou António Estrela para um artigo, que publicou, sobre o 18 de Janeiro de 1934, dando um contributo significativo para o esclarecimento dos acontecimentos e da sua dimensão em Silves. Fátima Patriarca encontrou-se com ambos na Cova da Piedade, mas António Estrela não logrou dar-lhe a entrevista que ela pedira<sup>978</sup>.

António Estrela faleceu a 23 de Janeiro de 1998, em Lisboa, mas o seu funeral teve lugar em Silves. José Vitoriano fez o elogio fúnebre: “A melhor homenagem que (...) lhe podemos prestar é continuarmos a lutar pela defesa da liberdade (...), por uma sociedade melhor, mais justa e mais humana, objectivos que foram a vida e combate de António Estrela, de quem neste momento nos despedimos”<sup>979</sup>.

---

<sup>975</sup> AP de Edmundo José da Silva Estrela, «Depoimento de António Estrela à URAP», [Texto policopiado], Silves, 2 de Maio de 1989.

<sup>976</sup> Ibidem.

<sup>977</sup> AP de Edmundo José da Silva Estrela, «Discurso de António Estrela», [Texto policopiado], comício em Silves, 27 de Julho de 1974.

<sup>978</sup> Entrevista a Edmundo José da Silva Estrela.

<sup>979</sup> AP de Edmundo José da Silva Estrela, «Intervenção de José Vitoriano no funeral de António Estrela», [Texto policopiado], Silves, 24 de Janeiro de 1998.

## 2.4 - A Oposição à direita

### 2.4.1 - Os Monárquicos e o Movimento Nacional-Sindicalista

Como vimos atrás, nos últimos anos da I República, na cidade de Silves, apesar da sua tradição iminentemente republicana, fizeram-se sentir as ideias monárquicas e integralistas, que eram furiosamente atacadas pelos republicanos democráticos e pelo operariado silvense.

Assim, do ponto de vista político, e antevendo a mudança do regime “democrático”, os monárquicos silveses acolheram favoravelmente o golpe militar de 28 de Maio. Alguns monárquicos sonhavam com o regresso da monarquia e outros com regimes de direita corporativos e autoritários. Exemplo paradigmático desta situação foi a constituição da “Liga 28 de Maio”<sup>980</sup>, que teve como fundador e primeiro presidente o silvense Raul Pereira Caldas<sup>981</sup>, que propunha “pleno de força, o verdadeiro Estado português, corporativo, sindicalista, cristão”<sup>982</sup> contra o liberalismo maçónico e o bolchevismo que impregnavam a sociedade portuguesa.

Como também observámos, a constituição da União Nacional não tinha galvanizado os espíritos conservadores algarvios. O Movimento Nacional-Sindicalista é que agregara à sua volta os elementos mais aguerridos da direita conservadora, nomeadamente os da “Liga 28 de Maio”, os herdeiros da “Cruzada Nun’ Álvares Pereira”. Se em Silves não encontrámos vestígios de actividade desta Liga, encontrámos, porém, um

---

<sup>980</sup> Sobre a génese, objectivos e percurso desta organização vide António Costa Pinto, *Os camisas azuis – Ideologia, Elites e Movimentos Fascistas em Portugal (1914-1945)*, Editorial Estampa, Lisboa, 1994, pp. 82-92.

<sup>981</sup> Raul Pereira Caldas, 2º conde de Silves, filho de Francisco Manuel Pereira Caldas, 1º conde de Silves, e de Albertina Moutinho, nasceu em Silves, a 21 de Janeiro de 1891. Foi o primeiro presidente da «Liga 28 de Maio». Colaborou com o Movimento Nacional-Sindicalista e esteve envolvido em conjuras contra Salazar. Em 1937, participou activamente na preparação de um golpe militar contra o regime, pelo que foi preso e condenado a dois anos de prisão. Os autos de José Domingos Garcia Domingues mencionam a existência de uma filha, que os familiares e conhecidos afirmam desconhecer. A Quinta de Mata Mouros foi vendida em hasta pública, sendo comprada por Vasco Quevedo, então Ministro português no Vaticano. Raul Pereira Caldas viveu ainda no Brasil e terá sido delegado do Ministério de Trabalho e Emprego em Santa Catarina, em 1940 e de 1945 a 1959. Consta que morreu em Lisboa, em data desconhecida, só e pobre, tendo desbaratado a sua fortuna em conspirações infrutíferas.

<sup>982</sup> Cf. *A Voz*, n.º 341, de 17 de Janeiro de 1928, pp. 1 e 2, «Pela Ditadura».

silvense nos seus maiores dirigentes a nível nacional<sup>983</sup>, David Neto<sup>984</sup>, um entusiasta admirador de Mussolini<sup>985</sup>, que deu um apoio fundamental à organização nacional-sindicalista algarvia.

O Movimento Nacional-Sindicalista teve entre os seus seguidores os silvenses Bernardo Jacinto Júnior<sup>986</sup> e José Domingos Garcia Domingues, um dos fundadores do movimento no Algarve. O núcleo organizou-se a partir da cidade de Faro, liderado por um grupo de jovens licenciados, admiradores da ideologia fascista<sup>987</sup>. O primeiro passo deste grupo foi organizar um semanário que arrebatasse os algarvios para o seu espírito revolucionário. O processo de legalização do jornal arrastou-se por mais de um mês e só com a intervenção do Capitão David Neto foi autorizada a sua publicação<sup>988</sup>. Garcia Domingues apelara também à intervenção de Rolão Preto<sup>989</sup> e de Marcelo Caetano. Este último escreveu a Salazar: “Hoje recebo outra carta, esta de Faro, e escrita por um rapaz sério, bem-intencionado, dedicado à ditadura e a V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup>. É uma carta desolada e desoladora. E é então neste trabalho de intriga e de divisão que se entretêm as autoridades administrativas da ditadura?”<sup>990</sup>.

Em Messines, os elementos mais activos do movimento eram João de Figueiredo Mascarenhas e Francisco Neto Cabrita<sup>991</sup>.

Finalmente, no dia 18 de Dezembro de 1932, o jornal farenses *O Nacional Sindicalista*<sup>992</sup> saiu. De início, os nacionais-sindicalistas e os elementos da União Nacional associaram-se em perfeita cooperação a todos os actos públicos pela construção do “Estado Novo”. Porém, o Movimento Nacional-Sindicalista pretendia ser o motor da “revolução” e

---

<sup>983</sup> Cf. António Costa Pinto, *Ob. Cit.*, pp. 84, 91, 116 e 170.

<sup>984</sup> Vide adiante a biografia de David Rodrigues Neto.

<sup>985</sup> Cf. Capitão David Neto, *Doa a quem doer*, Livraria Tavares Martins, Porto, 1933.

<sup>986</sup> Informação cedida por José Manuel Alves Quintas, a 21 de Fevereiro de 2001.

<sup>987</sup> Cf. Vítor Aleixo, «O Nacional Sindicalista Semanário Algarvio do Movimento Nacional Sindicalista, 1932-1933», in *Al-ulyã, Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé*, n.º 7, 1999-00, pp. 231-275.

<sup>988</sup> Cf. António Costa Pinto, *Ob. Cit.*, p. 170.

<sup>989</sup> *Idem, Ibidem*, vide nota 34.

<sup>990</sup> Cf. José Freire Antunes, *Salazar. Caetano. Cartas Secretas, 1932-1968*, Círculo de Leitores, p. 92.

<sup>991</sup> Informação cedida por José Manuel Alves Quintas, a 21 de Fevereiro de 2001.

<sup>992</sup> O semanário *O Nacional Sindicalista* foi fundado em Faro, a 18 de Dezembro de 1932. Garcia Domingues, Eduardo Frias, Henrique Brás Leote e Rodrigo Sousa Pinto foram os seus dirigentes mais importantes. Nas suas páginas exaltavam-se os valores do Integralismo Lusitano. As ideias fascistas eram dominantes, nomeadamente os repetidos elogios a Mussolini, a Adolfo Hitler e aos seus regimes. Este jornal constitui a melhor fonte para o estudo do Integralismo Lusitano e do Nacional-Sindicalismo no Algarve. Suspendeu “por força das circunstâncias” com o n.º 24, a 11 de Junho de 1933.

promoveu várias actividades que o projectaram na província. O recém-criado movimento fazia o apelo à adesão dos operários ao Nacional-Sindicalismo, através de uma intensa propaganda contra os malefícios da democracia e do comunismo<sup>993</sup>.

A nível nacional, entre os seguidores do Movimento Nacional-Sindicalista (NS) destacou-se o silvense José Domingos Garcia Domingues, o mais notável e esforçado elemento algarvio da organização. No entanto, o seu eco em Silves revelou-se débil e o movimento foi intensamente combatido no meio operário silvense<sup>994</sup>, falindo “miseravelmente na sua missão de captação das massas trabalhadoras”<sup>995</sup>. Assim, não existem, que se saiba, vestígios da adesão de operários silvenses ao movimento algarvio fiel a Rolão Preto, apesar das saudações do Movimento NS ao “operariado algarvio”<sup>996</sup>.

Relativamente ao 18 de Janeiro de 1934, o silvense José Gregório da Silva, com o pseudónimo de “José de Portugal”, defendia, num jornal nacional-sindicalista de Leiria, que era a “revolução nacional em marcha” que combatia a revolução internacional, atribuindo o 18 de Janeiro silvense à CGT e à “coligação anarco-comunista portimonense”<sup>997</sup>.

O processo de dissolução dos partidos políticos concluíra-se durante o I Congresso da União Nacional, realizado em Maio de 1934. Os antigos partidos republicanos encontravam-se aniquilados, mas os fogosos rapazes do Nacional-Sindicalismo exigiam mais protagonismo e liderança, o que representava um perigo para o regime salazarista, seduzindo a sua base de apoio mais conservadora e radical. Para a eliminação deste movimento, a táctica geral foi semelhante à seguida anteriormente com os republicanos. O regime tentou atraí-los para a colaboração, atribuindo-lhes cargos no aparelho de Estado e na organização corporativa. Os irredutíveis, tal como os republicanos recalcitrantes, foram neutralizados pela Censura e pela repressão. As prisões sucederam-se. Apesar de serem intimidatórias, pois não duraram mais de uma semana, foram eficazmente dissuasoras de

---

<sup>993</sup> Cf. *O Nacional Sindicalista*, n.º 1, 18 de Dezembro de 1932, p. 4, «Palavra aos operários» e n.º 7, 30 de Janeiro de 1933, p. 2, «Página do operariado».

<sup>994</sup> Cf. *Voz do Sul*, n.º 783, 11 de Novembro de 1933, p. 1, «Os Sofismas do Nacional-Sindicalismo».

<sup>995</sup> Cf. *O 18 de Janeiro de 1934, Ob. Cit.*, p. 147.

<sup>996</sup> Cf. *O Nacional Sindicalista*, n.º 5, 15 de Janeiro de 1933, p. 4, «Fala Garcia Domingues».

<sup>997</sup> Cf. *União Nacional*, Leiria, ano VI, n.º 284, 29 de Janeiro de 1934, pp. 2 e 3, «A revolução nacional em marcha contra a revolução internacional» e n.º 288, de 25 de Fevereiro de 1934, p. 6, «Silves» (artigo de José de Portugal).

veleidades políticas<sup>998</sup>. A ilegalização do Movimento Nacional-Sindicalista foi finalmente decretada em Julho de 1934.

A partir desta altura, a acção dos irredutíveis tornou-se clandestina. A tentativa de golpe, a 10 de Setembro de 1935, por parte dos homens de Rolão Preto, foi frustrada por antecipação da Polícia. É verosímil aceitar-se a ligação e colaboração dos dois silvenses referidos nesta intentona<sup>999</sup>.

O ano de 1937 foi de trabalho conspirativo. O número de militares descontentes cresceu nesse ano com a reorganização do exército feita por Salazar, Ministro da Guerra, com o objectivo claro de subordinar os militares<sup>1000</sup>.

Em Dezembro desse ano, Raul Pereira Caldas foi a Sevilha falar com o monárquico General Paiva Couceiro para ele aceitar a chefia do movimento revolucionário que tinha como objectivo “derrubar o Governo da presidência do Sr. Dr. Oliveira Salazar por um governo nacional sob a presidência do mesmo Sr. Paiva Couceiro”<sup>1001</sup>. Ao que parece, o velho General aceitou o convite, mas “com condições”<sup>1002</sup>. O movimento tinha que ser nacionalista e com uma “amplitude que justificasse a sua colaboração”<sup>1003</sup>.

Raul Pereira Caldas voltou a Portugal e continuou o seu trabalho de organização e de ligações para o projectado movimento revolucionário. Regressou a Espanha, em Fevereiro de 1938, para dizer a Paiva Couceiro que os revolucionários em Portugal aceitavam “as condições impostas”<sup>1004</sup>. Dentro do país, José Domingos Garcia Domingues

---

<sup>998</sup> Cf. António Costa Pinto, *Ob. Cit.*, p. 260.

<sup>999</sup> As ligações deste golpe foram asseguradas por Joaquim Cerqueira de Vasconcelos. Este dirigente N/S foi o contacto principal de Raul Pereira Caldas e de José Domingos Garcia Domingues no projectado golpe de 1938. Por outro lado, Vasco da Gama Fernandes, participante no golpe, afirma que muitos civis envolvidos não foram descobertos. Cf. Vasco da Gama Fernandes, *Depoimento inacabado, Memórias*, Lisboa, 1975, p. 55.

<sup>1000</sup> Salazar obrigou o então Ministro da Guerra, Coronel Passos e Sousa, a pedir a demissão, tomando conta da pasta respectiva e chamando para Subsecretário de Estado da Guerra Santos Costa, um monárquico de sua confiança, que, através das reformas de 1937, afastou de vez a hierarquia republicana e exerceu um maior controle político sobre as Forças Armadas. A reforma foi levada a cabo através das leis n.º 1960 e 1961 e dos decretos-leis n.º 27627, 28401 e 28404. Cf. José Medeiros Ferreira, *O Comportamento político dos militares. Forças Armadas e regimes políticos em Portugal no séc. XX*, Editorial Estampa, Lisboa, 1992, p. 175 e ss. e Maria Carrilho, *Forças armadas e mudança política em Portugal no séc. XX. Para uma explicação sociológica do papel dos militares*, Lisboa, 1985, p. 423.

<sup>1001</sup> Cf. IAN-TT, PIDE/DGS, PIDE/DGS, PC 203/38, UI 4507-4510, Raul Pereira Caldas, fl. 64, «Auto de Perguntas» a Raul Pereira Caldas, de 1 de Abril de 1938.

<sup>1002</sup> Ibidem.

<sup>1003</sup> Ibidem.

<sup>1004</sup> Ibidem.

fazia os contactos de ligação dos revolucionários com Raul Pereira Caldas, tentando conseguir garantias e compromissos<sup>1005</sup>.

Como os revolucionários portugueses pedissem a Paiva Couceiro que se aproximasse da fronteira para a eclosão do movimento, Raul Pereira Caldas chegou a Arbo com o velho General. No entanto, este adoeceu, o que atrasou os planos e implicou uma deslocação a Pontevedra para tratamento. Regressaram a Arbo no dia 4 de Março de 1938. Através dos contactos que possuía com barqueiros espanhóis, Raul Pereira Caldas organizou a entrada em Portugal para a noite de 8 para 9 de Março. Porém, foram detidos pelas autoridades espanholas franquistas quando já se encontravam junto dos barqueiros e prontos para realizar a travessia. Foram levados para Tuy e Pontevedra. Raul Pereira Caldas conseguiu ainda mandar um emissário a Portugal, informando que estavam bem e ordenava o avanço dos revolucionários e “que dissesse aos homens para saírem, porque senão o fizessem ele diria nomes”<sup>1006</sup>.

De nada lhe valeu a ameaça. Entregue às entidades portuguesas, Raul Pereira Caldas foi preso, julgado e condenado. Paiva Couceiro, pela sua idade e estatuto, foi deportado para uma pequena aldeia de Tenerife, sendo permanentemente vigiado<sup>1007</sup>. José Domingos Garcia Domingues foi preso e compulsivamente demitido das funções públicas que desempenhava.

Assim terminou ingloriamente, antes de ter começado, a última tentativa reviralhista civil e militar à direita de Salazar.

---

<sup>1005</sup> Joaquim Simões Cantante, Joaquim Cerqueira de Vasconcelos, Sebastião Caires Fernandes, o Dr. Afonso Lucas, o Tenente-Coronel Vasco de Carvalho, o Coronel Alberto Pais e o Capitão Mendonça eram os revolucionários mais destacados do movimento. Cf. IAN-TT, PIDE/DGS SC SR n.º 5399 NT 2418, José Domingos Garcia Domingues.

<sup>1006</sup> Cf. IAN-TT, PIDE/DGS, SC SR n.º 5399 NT 2418, José Domingos Garcia Domingues, fl. 58 v., «Auto de Perguntas» a José Domingos Garcia Domingues, de 29 de Março de 1938.

<sup>1007</sup> Cf. António Costa Pinto, *Ob. Cit.*, p. 287.

#### 2.4.1.1 - José Domingos Garcia Domingues

José Domingos Garcia Domingues, filho de Bento de Cunha Domingues e de Maria dos Santos Garcia Domingues, nasceu a 18 de Maio de 1910, em Silves. As origens da sua família, os “Garcia”<sup>1008</sup>, eram monárquicas, sendo primo dos Condes de Silves. Fez a escola primária em Silves e prosseguiu os estudos no Liceu de Faro.

Em Lisboa, o ideário monárquico levou-o a integrar as Juntas Escolares do Integralismo Lusitano e a colaborar no jornal *Acção Nacional*<sup>1009</sup>. Licenciou-se aos 21 anos em Ciências Histórico-Filosóficas na Faculdade de Letras de Lisboa, no agitado ano de 1932. No curso, Garcia Domingues frequentou cadeiras de Sânscrito e de língua Árabe que viria a tornar-se a paixão permanente do seu labor intelectual.

Pertencendo a uma nova geração, Garcia Domingues criticava o imobilismo da velha geração monárquica e apontava como única solução a defesa de uma ditadura nacionalista<sup>1010</sup>. Em 1931, já se assumia como parte integrante da “geração fascista”<sup>1011</sup> e como um fervoroso adepto do movimento de Rolão Preto. Em 1932, foi um dos fundadores do jornal *Revolução*, que agregava à sua volta um grupo de jovens estudantes, que tinha como convergência a adesão ao fascismo. Garcia Domingues e outros jovens recém-licenciados regressaram a Faro, onde, de imediato, fundaram uma delegação do movimento, publicaram o jornal *O Nacional Sindicalista* e promoveram a criação de núcleos pela província. Garcia Domingues foi o mais notável e esforçado elemento algarvio desta organização. Simultaneamente, exercia “as funções de secretário da acção cultural do Partido Nacional-Sindicalista em cujo partido estava filiado”<sup>1012</sup>. As múltiplas formalidades e dificuldades levantadas para o jornal sair foram tantas que pareciam

---

<sup>1008</sup> A família Garcia descende da família Garcia Blanco que se fixou em Silves, após as invasões napoleónicas. Segundo o Conde de Casal Ribeiro, foi um Garcia Blanco que era muito amigo de João de Deus e que, conhecendo a arte poética e o feitio descuidado do poeta, mandara o criado guardar todos os papéis que ele escrevinhava e deitava para o lixo, nas largas temporadas veraneias que o poeta passava em Silves na sua casa. Garcia Blanco compilou, mais tarde, esses papéis que deram origem ao livro *Campo de Flores* de João de Deus. Sobre esta família, vide adiante, na Parte II, a p. 251.

<sup>1009</sup> Cf. António Costa Pinto, *Ob. Cit.*, p. 96.

<sup>1010</sup> Cf. BN, (Reservados), espólio António Pedro, V-9 e V-CR -146-148, Carta de Garcia Domingues a António Pedro, de 28 de Setembro de 1931.

<sup>1011</sup> Ibidem.

<sup>1012</sup> Cf. IAN-TT, PIDE/DGS, SC SR n.º 5399 NT 2418, José Domingos Garcia Domingues, fl. 56, Conf. 4514/938- I, do Secretário-Geral dos Serviços de Informação e Ligação ao Chefe de Gabinete do Ministro da Educação Nacional, de 15 de Novembro de 1938.

incontornáveis. O jornal acabou por sair com a ajuda de muitos amigos ainda próximos de Salazar, nomeadamente a de Marcelo Caetano e de David Neto.

Garcia Domingues iniciou a sua actividade profissional como professor do Liceu Nacional de Faro, dividindo-se entre a docência e a actividade política do Movimento NS. A nível profissional, em 1933, passou a desempenhar funções de Inspector e Orientador do Ensino Primário, transferindo a sua residência para Lisboa. Fazia parte do Conselho Superior de Instrução e foi colocado na Faculdade de Letras de Lisboa, como responsável pela coordenação dos trabalhos do Gabinete de Psicologia Experimental do Instituto de Orientação Profissional<sup>1013</sup>.

A nível político, continuou a ter contactos com elementos que se opunham a Salazar e que planeavam um golpe à direita. José Domingos Garcia Domingues foi preso a 8 de Abril de 1934, acusado de ter participado numa reunião com outros na oficina do sapateiro Manuel Nunes Belo. Foi uma prisão intimidatória. No dia seguinte, foi restituído à liberdade<sup>1014</sup>.

Em 1935, Garcia Domingues e outros tentaram reeditar o jornal *Revolução* com o nome de *Revelação*. A Censura deu ordem de suspensão ao periódico e uma busca policial pôs fim a esse intento<sup>1015</sup>.

Após a revolta frustrada de Mendes Norton, Garcia Domingues foi o elo de contacto entre Raul Pereira Caldas e outros revolucionários. Fez as ligações clandestinas, contactando com Joaquim Cerqueira de Vasconcelos, Sebastião Caires Fernandes, o Dr. Afonso Lucas e o Tenente-Coronel Vasco de Carvalho, entre outros<sup>1016</sup>.

Falhada a tentativa de golpe e presos os seus líderes em Espanha, começaram as prisões dos envolvidos em Portugal. Garcia Domingues foi preso para averiguações, a 26 de Março de 1938, recolhendo à cadeia do Aljube<sup>1017</sup>. Aí deverá ter passado um mau bocado. Esteve incomunicável 17 dias<sup>1018</sup>. Confessou a sua interferência e envolvimento

---

<sup>1013</sup> Cf. Glória Marreiros, *Ob. Cit.*, p. 171.

<sup>1014</sup> Cf. IAN-TT, PIDE/DGS, PC 203/38, UI 4507-4510, Raul Pereira Caldas, fl. 48.

<sup>1015</sup> Cf. António Costa Pinto, *Ob. Cit.*, p. 270.

<sup>1016</sup> Cf. IAN-TT, PIDE/DGS, SC SR n.º 5399 NT 2418, José Domingos Garcia Domingues, «Auto de Perguntas», fls. 57-58 v., de 29 de Março de 1938.

<sup>1017</sup> Cf. IAN-TT, PIDE/DGS, SC RGP n.º 9663, José Domingos Garcia Domingues, «Biografia Prisional».

<sup>1018</sup> Cf. IAN-TT, PIDE/DGS, PC 203/38, UI 4507-4510, Raul Pereira Caldas, fl. 54, Conf. 1031/938 I, de 13 de Abril de 1938.



no aludido movimento insurreccional e “a sua confissão clara e detalhada facilitou as investigações”<sup>1019</sup>.

A Polícia entendeu que Garcia Domingues tinha mantido “relações com uma das pessoas mais interessadas no movimento [Raul Pereira Caldas] e ia tomando conhecimento de todos os preparativos”<sup>1020</sup> e que, embora não tivesse tomado parte activa no projectado movimento, “era elemento comprometido, acompanhando algumas ligações”<sup>1021</sup>.

O silvense manifestou a sua preferência política e o motivo da sua intervenção nos preparativos revolucionários: “a linha política do governo saído dessa revolução seria uma ideologia de Estado, nem monárquica, nem republicana, à imagem, talvez, do regime hitleriano”<sup>1022</sup>.

Garcia Domingues foi transferido para o Forte de Caxias, a 19 de Novembro de 1938. Quatro dias depois foi restituído à liberdade condicional e posto à disposição do tribunal a 23 de Janeiro de 1939, ficando a aguardar em liberdade a conclusão do processo.

Apesar de não lhe ter sido aplicada qualquer sanção prisional, a sua vida mudou definitivamente. Tinha sido demitido em Janeiro de 1939 do cargo de Inspector-Orientador do Ensino Primário do Ministério da Educação Nacional<sup>1023</sup>. Saído da prisão e sem trabalho, dedicou-se ao estudo da Filosofia, terminando a sua tese de doutoramento “Da Essência, da Existência e da Valência”<sup>1024</sup>. Para sua desilusão e frustração, esta foi rejeitada “por razões de natureza extra-académica”<sup>1025</sup>. Assim, como tantos outros, Garcia Domingues teve a sua carreira docente e académica interrompida pela cegueira do regime ditatorial.

A partir daí a sua vida decorreu como, mais tarde, descreveu Rolão Preto: Garcia

---

<sup>1019</sup> Cf. IAN-TT, PIDE/DGS, SC SR n.º 5399 NT 2418, José Domingos Garcia Domingues, fl. 55, Conf. 1426/938- I, do Secretário-Geral dos Serviços de Informação e Ligação ao Chefe de Gabinete do Ministro da Educação Nacional, de 10 de Maio de 1938.

<sup>1020</sup> Ibidem.

<sup>1021</sup> Ibidem.

<sup>1022</sup> Cf. IAN-TT, PIDE/DGS, SC SR n.º 5399 NT 2418, José Domingos Garcia Domingues, fl. 60, «Auto de Perguntas» a José Domingos Garcia Domingues, de 29 de Março de 1938.

<sup>1023</sup> A sua demissão foi decidida pelo Conselho de Ministros que o considerou incurso no artigo 1º do Decreto 25317 de 13 de Maio de 1935.

<sup>1024</sup> Cf. José Domingos Garcia Domingues, *Da essência, da existência e da valência: investigações sobre as raízes metafísicas do pensamento e as perspectivas transcendentais do ser*, [Universidade de Lisboa], Lisboa, 1939.

<sup>1025</sup> Cf. Eva Maria von Kemnitz, «In memoriam José Domingos Garcia Domingues», in *Portugal e o Al-Andalus*, Biblioteca de Estudos Árabes, Hugin – Editores, Lisboa, 1997, pp. 35 – 44.

Domingues “era mais um intelectual, publicou uns livros sobre a presença árabe em Portugal. Depois apagou-se. Foi sempre leal enquanto houve batalha. Depois, calou-se”<sup>1026</sup>.

Estes factos determinaram que enveredasse definitiva e exaustivamente pela área dos estudos árabes, desenvolvendo, a partir daí e durante o resto da sua vida, uma notável actividade de investigação. Para sobreviver, Garcia Domingues deu aulas em estabelecimentos de ensino privado, nomeadamente nos Colégios Moderno e Manuel Bernardes. Continuou a sua actividade jornalística, tendo sido redactor do jornal *Novidades* e colaborador ocasional do *Diário Popular* e do *Correio do Sul*. Na luta pela sobrevivência e continuação do seu trabalho, teve em sua mulher, Isabel Garcia Domingues, um apoio e ajuda imprescindíveis. Ambos suportaram momentos de grandes dificuldades e carências.

A simpatia pelos regimes fascista e nazi e pelos seus líderes voltou a estar patente em *O pensamento alemão*<sup>1027</sup>, que publicou em 1942. Segundo Garcia Domingues, o Nacional-Socialismo de Hitler marchava ao lado do fascismo de Mussolini, pelo que ambos caminhavam “a par no sentido e na construção da Nova Europa”<sup>1028</sup>.

Foi discípulo de David Lopes e de Joaquim Abreu Figanier. Tendo prosseguido a pesquisa e investigação sobre a civilização árabe-islâmica em Portugal, em 1945 publicou *História Luso-Árabe: episódios e figuras meridionais*<sup>1029</sup>, uma obra pioneira e de referência, na qual divulgou o seu estudo sobre a presença árabe no território português e, em particular, no Algarve.

Em 1949, o Instituto de Alta Cultura atribuiu-lhe uma bolsa de estudo para prosseguir em Espanha as suas pesquisas no campo da Civilização Árabe-islâmica. Assim, Garcia Domingues integrou a escola arabística espanhola, estudando em Madrid na Universidade Complutense. No prosseguimento do estudo da língua árabe, em 1953, fez ainda o Curso de Língua Árabe no núcleo de Línguas Africanas e Orientais do Instituto Superior de Estudos Ultramarinos.

---

<sup>1026</sup> Cf. João Medina (dir.), *História Contemporânea de Portugal*, «A Ditadura: o Estado Novo do 28 de Maio ao Movimento dos Capitães», Multilar, Tomo I, p. 93.

<sup>1027</sup> Cf. José Domingos Garcia Domingues, *O pensamento alemão: ensaio sobre o sentido da alma germânica e espírito da Nova Europa*, Astória, Lisboa, 1942.

<sup>1028</sup> Idem, *Ibidem*, p. 185.

<sup>1029</sup> Cf. José Domingos Garcia Domingues, *História Luso-Árabe: episódios e figuras meridionais*, Empresa Editora Pro Domo, Lisboa, 1945.

Em 1957, Garcia Domingues, talvez na ânsia que o regime lhe perdoasse as veleidades políticas da juventude, publicou *Lições de História da Civilização Portuguesa*<sup>1030</sup>, onde fez um rasgado elogio a Salazar. Mas o regime ditatorial não era magnânimo e continuou a acção persecutória ao já prestigiado arabista.

Os seus passos foram constantemente seguidos e toda a sua actividade era reportada à PIDE. Em 1959, em Silves, numa conferência intitulada “Silves e Arte”, realizada na Sociedade Filarmónica Silvense, no aniversário da Batalha de La Lys, Garcia Domingues apresentou o orador Samora Barros e lembrou Julião Quintinha. Foram lidos poemas de João Brás Machado. As figuras evocadas eram todos conhecidos opositores ao regime, bem como muitos dos presentes na cerimónia<sup>1031</sup>.

Garcia Domingues fundou a Secção de Estudos Árabes na Sociedade de Geografia, em 1960, a primeira estrutura extra-universitária dedicada a essa temática. Participou em numerosos congressos sobre arabismo, em Portugal e no Estrangeiro, em colaboração com o Centro de Estudos Filológicos. Foi o fundador do Grupo Portugal-Marrocos, tendo sido designado para presidi-lo.

Em 1964, a Fundação Calouste Gulbenkian atribuiu-lhe uma bolsa de estudo, por um período de dois anos, para prosseguir os estudos de Língua Árabe em Espanha. Aí ficou mais três anos, um a expensas suas e dois como bolseiro do Instituto de Alta Cultura, obtendo o Grau de Licenciado em História. Frequentou ainda em Madrid os Cursos de Arquitectura Militar Hispano-Árabe, de Epigrafia e Numismática, de Arte Medieval Árabe e Cristã e de Metodologia da Investigação Científica em História<sup>1032</sup>.

Entre 1964 e 1973, dedicou-se à consolidação da sua formação universitária como arabista e, nunca abandonando os estudos filosóficos, ao estudo do pensamento islâmico no território português. Simultaneamente, iniciou os estudos preparatórios da sua tese de doutoramento em Estudos Árabes na Universidade de Córdoba, que tinha como objecto de estudo a figura de Ibn Qasî<sup>1033</sup> e a sua obra. Infelizmente não chegou a concluir essa tarefa.

---

<sup>1030</sup> Cf. José Domingos Garcia Domingues, *Lições de História da Civilização Portuguesa*, União Gráfica, Lisboa, 1957.

<sup>1031</sup> Cf. IAN-TT, PIDE/DGS, SC SR n.º 5399 NT 2418, José Domingos Garcia Domingues, fl. 139, Conf. 31/59/SR, do PV da PIDE de Faro ao Director da PIDE, de 15 de Abril de 1959.

<sup>1032</sup> Cf. Glória Marreiros, *Ob. Cit.*, 2000, p. 172.

<sup>1033</sup> Sobre o filósofo silvense Ibn Qasî, vide Adalberto Alves, «Ibn Qasî – esse desconhecido», in Maria da Graça Marques (Coord.), *Ob. Cit.*, pp. 88 -90.

Nas férias, Garcia Domingues regressava sempre a Silves, a sua terra que amava intensamente. O prestígio que alcançara levava a que as várias entidades silvenses procurassem o seu patrocínio e colaboração. Apesar dos seus múltiplos afazeres, não negava o apoio aos seus conterrâneos.

A PIDE continuava a seguir os passos de Garcia Domingues. Em 1965, a Polícia política sabia que ele era vice-presidente da Assembleia-Geral do “Grupo dos Amigos de Silves”, que fundara em 1956, e em cujos corpos gerentes havia destacados oposicionistas<sup>1034</sup>. Também fez parte, múltiplas vezes, dos corpos gerentes da “Casa do Algarve”<sup>1035</sup>, que a PIDE vigiava atentamente, devido ao significativo número de oposicionistas algarvios que, através desta organização regional, tentavam veicular a cultura algarvia.

Em 1969, aproveitando a “mudança” no regime, Garcia Domingues apelou a Marcelo Caetano, pedindo-lhe a anulação ou suspensão das medidas persecutórias “com base nos longos anos passados, que modificaram quase completamente as circunstâncias, no castigo já sofrido (...) para o caso de se admitir que tenha existido atitudes condenáveis”<sup>1036</sup>. Para reforçar o seu pedido, apresentou vários testemunhos abonatórios do seu “grande zelo e competência”<sup>1037</sup>, nomeadamente os de Gustavo Cordeiro Ramos, do deputado algarvio, o Major Manuel Sousa Rosal Júnior, do Padre Francisco Moreira das Neves, do jornal *Novidades*, entre muitos outros.

Como o regime ditatorial não se mostrava convencido da sua “regeneração”, seis meses depois Garcia Domingues fez uma longa exposição a Marcelo Caetano, onde referia que, depois da sua exoneração, se afastara da política, “defendendo sempre as ideias do Cristianismo e do Nacionalismo”<sup>1038</sup>. Chamava a atenção “sobre o sentido político de colaboração com o Estado da [sua] actividade literária e jornalística no período de 1939 a 1969, de total 30 anos”<sup>1039</sup>. Para que não ficassem dúvidas sobre o seu pensamento político, afirmava que “nos últimos tempos depois da subida do Professor Dr. Marcelo

<sup>1034</sup> Cf. IAN-TT, PIDE/DGS, SC SR n.º 5399 NT 2418, José Domingos Garcia Domingues, fl. 134, Conf. 329/65- I, do PV da PIDE de Portimão ao Director da PIDE, de 3 de Outubro de 1965.

<sup>1035</sup> Cf. José Carlos Vilhena Mesquita, *História da Imprensa do Algarve*, Ob. Cit., Vol. I, p. 399.

<sup>1036</sup> Cf. IAN-TT, PIDE/DGS, SC SR n.º 5399 NT 2418, José Domingos Garcia Domingues, fl. 38, carta de Garcia Domingues ao Presidente do Conselho de Ministros, Prof. Marcelo Caetano, de 10 de Março de 1969.

<sup>1037</sup> Ibidem, fl. 39.

<sup>1038</sup> Ibidem, fls. 78-92, Exposição de 3 de Setembro de 1969.

<sup>1039</sup> Ibidem, fl. 78.

Caetano (...), a admiração (...) por esta ilustre figura da política portuguesa”<sup>1040</sup> conduzira-o “a uma adesão íntima e pessoal com os actos de governação”<sup>1041</sup>. Deverá ter sido em consequência desta exposição que a PIDE “procedeu a novas averiguações acerca do referenciado, pelo que lhe foi organizado um novo processo de inquérito”<sup>1042</sup>.

Beneficiando do conhecimento que tinha com Marcelo Caetano e em consequência dos seus apelos e latente submissão ao regime, Garcia Domingues, 30 anos após a sua exoneração, foi reintegrado na função pública<sup>1043</sup>.

Em 1973, Garcia Domingues regressou de Espanha e fez na Faculdade de Letras de Lisboa as cadeiras de Pedagogia, Didáctica, Histórica da Educação e Higiene Escolar.

Quem o conheceu e com ele privou, descreve-o como modesto, leal, muito trabalhador e bom<sup>1044</sup>. Segundo Glória Marreiros, Garcia Domingues viu chegar o 25 de Abril com grande alegria<sup>1045</sup>. Findara finalmente o tempo das humilhações que suportara para poder ter as condições necessárias e as bolsas de estudo imprescindíveis para o estudo que desenvolvera sobre a civilização árabe na Península Ibérica.

A paixão pelo estudo sobrepusera-se à paixão juvenil da política. Segundo confidenciou ao investigador Vilhena Mesquita, afastara-se dos ideais que fervorosamente defendera na juventude, “em face dos seus critérios ditatoriais e, sobretudo, devido à guerra fomentada pelos [seus] chefes políticos”<sup>1046</sup>. *O Nacional Sindicalista* constituiria “uma aventura jornalística de jovens irreverentes, inseridos e apaixonados pelas circunstâncias políticas desse tempo”<sup>1047</sup>. Por pensar de modo diferente de Salazar nos tempos de juventude, Garcia Domingues pagou bem caro ao longo da vida.

Em 1975, regressou a Espanha como bolseiro da Secretaria de Estado da Cultura, onde ficou até 1984, para trabalhar na sua tese de doutoramento. Para a sua investigação,

---

<sup>1040</sup> Ibidem.

<sup>1041</sup> Ibidem.

<sup>1042</sup> Ibidem, fl. 27, Conf. 1261, do Director-Geral da PIDE ao Secretário-Geral da Presidência do Conselho, de 16 de Janeiro de 1970.

<sup>1043</sup> Cf. Glória Marreiros, *Ob. Cit.*, p. 171.

<sup>1044</sup> Vide os testemunhos de Adalberto Alves, A. Dias Farinha, Adel Sidarus, Eva Maria von Kemnitz e José Manuel Ferreira in *IV Jornadas de Silves, Ob. Cit.*, pp. 59-77.

<sup>1045</sup> Cf. Glória Marreiros, *Ob. Cit.*, p. 172.

<sup>1046</sup> Cf. José Carlos Vilhena Mesquita, *História da Imprensa do Algarve Ob. Cit.*, Vol. I, p. 397. O seu afastamento dos regimes fascista e nazi deverá ter-se processado depois do fim da II Grande Guerra, uma vez que, em 1942, em *O Pensamento alemão*, Garcia Domingues fazia ainda a apologia das ditaduras do Eixo.

<sup>1047</sup> Idem, *Ibidem*.

viajou pela Grécia, Turquia e Egipto, onde recolheu um precioso acervo com inéditos de grande valor científico.

Garcia Domingues fundou em Silves, conjuntamente com um grupo de estudiosos, o Instituto de Estudos Árabes do Algarve (IEAA)<sup>1048</sup>. Dirigiu o Centro de Estudos Árabes na Universidade do Algarve, fundado em 1984. Foi docente nesta Universidade no âmbito do Curso Livre de Língua e Cultura Árabes, pugnando sempre pela instituição de uma licenciatura em Estudos Árabes. Fez inúmeras palestras, um Ciclo de Conferências na Sociedade de Geografia de Lisboa (1986) e duas mostras de Arte Árabe em Évora e Faro.

Deixou uma obra imensa, única em extensão e qualidade<sup>1049</sup>, sendo “a mais abrangente de toda a arabística portuguesa”<sup>1050</sup>. Dos 58 títulos que publicou, 40 são sobre cultura árabe, e os restantes sobre História, Cultura Geral e Pedagogia. Deixou ainda alguns inéditos.

José Domingos Garcia Domingues, o “último dos moçárabes”<sup>1051</sup>, faleceu inesperadamente em Lisboa, a 1 de Maio de 1989, interrompendo inúmeros projectos e estudos. A sua valiosa biblioteca e espólio foram doados, de acordo com a vontade que expressara, por sua mulher à Biblioteca Municipal de Silves, em 1990<sup>1052</sup>.

Como reconhecimento do seu valor no âmbito da Educação e da Cultura, o nome de José Domingos Garcia Domingues foi atribuído à Escola do Ensino Básico dos 2º e 3º ciclos de Silves. Até aqui, a divulgação da sua obra tem sido feita por cidadãos conscientes do enorme valor patrimonial que o seu trabalho encerra, designadamente pela Associação de Defesa do Património de Silves e pelo Centro de Estudos Luso-Árabes de Silves.

---

<sup>1048</sup> O Instituto de Estudos Árabes do Algarve (IEAA) foi fundado a 15 de Junho de 1982, sendo o primeiro organismo particular em Portugal destinado a promover o estudo e investigação da cultura e civilização Árabes em geral e, especialmente, Luso-Árabes, bem como as relações entre Portugal e o Mundo Árabe.

<sup>1049</sup> Não cabe neste trabalho, onde se privilegiou a intervenção política de Garcia Domingues, apresentar o seu magistral trabalho. A investigadora Eva Maria von Kemnitz, que com ele privou e trabalhou, mostra-nos a dimensão do seu labor. Vide Eva Maria von Kemnitz, «In memoriam José Domingos Garcia Domingues», in *Portugal e o Al-Andalus*, Biblioteca de Estudos Árabes, Hugim – Editores, Lisboa, 1997, pp. 35-44.

<sup>1050</sup> Cf. Adalberto Alves, «Lançamento da obra “Portugal e o Al-Andalus”», in *IV Jornadas de Silves, Ob. Cit.*, p. 61.

<sup>1051</sup> Idem, *Ibidem*, p. 69.

<sup>1052</sup> Infelizmente, quase duas décadas passadas após esta doação, nem sequer foi publicado pela edilidade silvense um catálogo do espólio que inclui 4 mil volumes, além de documentação diversa, apesar do crescente e evidente interesse dos académicos e investigadores nacionais e estrangeiros.